



# Caderno de Estudos Interdisciplinares

V.5, Nº2

*Divulgação e Comunicação  
científica*

# 2023

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Instituto Federal do Sul de Minas (IFSulDeMinas)

**ISSN 2359-6252**

Qualis CAPES C  
(2017-2019)

## Expediente

### Conselho editorial

*Editor-chefe*

Jackson Wilke da Cruz Souza (UFBA)

*Editores de seção*

*Seção de Administração*

Adilio Renê Almeida Miranda (UNIFAL/MG)

*Seção de Ciências Atuariais*

Leonardo Biazoli (UNIFAL/MG)

Luisa Pimenta Terra (UNIFAL/MG)

Weslley Carlos Ribeiro (UNIFAL/MG)

*Seção de Ciências Contábeis*

Karla Luisa Costa Sabino (UNIFAL/MG)

Vinicius de Souza Moreira (UNIFAL/MG)

*Seção de Ciências Econômicas*

Alinne Alvim Franchini (UNIFAL/MG)

Fernando Batista Pereira (UNIFAL/MG)

*Seção de Extensão Universitária*

Letícia Lima Milani Rodrigues (UNIFAL/MG)

Lidia Noronha Pereira (UNIFAL/MG)

*Seção de Inovação e Empreendedorismo*

Cristina Lucia Janini Lopes (IFSulDeMinas)

Helio Lemes Costa Junior (UNIFAL/MG)

*Seção Interdisciplinar em Ciências Exatas*

Cláudia Adam Ramos (UNIFAL/MG)

Gislene Araújo Pereira (UNIFAL/MG)

*Seção Interdisciplinar em Ciências Humanas*

Jackson Wilke da Cruz Souza (UFBA)

Margarete Panerai Araujo (UNIFAL/MG)

### Conselho consultivo

Alex Rogerio Silva (UFSCar)

Ana Maria Sosa González (UFPel)

André Stefferson Martins Stahlhauer (Université Clermont-Auvergne)

Cleide Calgaro (UCS)

Cristiano Max Pereira Pinheiro (Universidade Feevale)

Daniel Luciano Gevehr (FACCAT)

Danielle Heberle Viegas (Ludwig-Maximilians-Universität München)  
Eduardo Relly (Friedrich-Schiller-Universität Jena)  
Elias Rodrigues de Oliveira Filho (IFNMG)  
Jorge Luiz Amaral de Moraes (FACCAT)  
José Edimar de Souza (UCS)  
Judite Sanson de Bem (Universidade La Salle)  
Jussara Schmitt Sandri (IFPR)  
Kellen Cristina Varisco Lazzari (Universidade La Salle)  
Marcos Paulo Dhein Griebeler (FACCAT)  
Maria Berenice da Costa Machado (UFRGS)  
Maristela Mercedes Bauer (Universidade Feevale)  
Paula Abreu (Universidade de Coimbra)  
Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFGRS)  
Roana Rodrigues (UFS)  
Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC)  
Rudimar Baldissera (UFGRS)  
Simone Luz Ferreira Constante (Universidade La Salle)

A revista **Caderno de Estudos Interdisciplinares (CEI)**, criada em 2014, é um periódico gratuito e quadrimestral publicado em formato eletrônico com periodicidade quadrimestral, de natureza técnica, científica e de popularização. A revista foi criada pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), e é editada de maneira interinstitucional. Trata-se de uma publicação criada para servir de canal de comunicação e divulgação científica a partir de pesquisas interdisciplinares, priorizando as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades. A revista CEI difunde estudos e pesquisas de professores, pesquisadores e gestores de instituições de ensino superior e de pesquisa, profissionais de associações científicas e demais órgãos envolvidos na formação de pessoas e produção científica e alunos de pós-graduação e graduação.



## SUMÁRIO

Editorial – Paradoxos de informações e conhecimentos.....	5
<i>Margarete Panerai Araújo, Jackson Wilke da Cruz Souza, Lidia Noronha Pereira e Gislene Araújo Pereira</i>	
Entrevista com os coordenadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas .....	11
<i>Gislene Araújo Pereira</i>	
A linha tênue entre inimizabilidade e imputabilidade juvenil .....	21
<i>João Vitor Guimarães de Sousa e Lidia Noronha Pereira</i>	
Redução da maioria não é solução .....	24
<i>Pedro Augusto Junqueira Silva e Lidia Noronha Pereira</i>	
Maioria Penal: Uma solução ou uma injustiça? .....	27
<i>Wellinton Oliveira Santos e Lidia Noronha Pereira</i>	
Prezando pela transformação concreta do discernimento da criança e do adolescente.....	30
<i>Julia Campos Faria e Lidia Noronha Pereira</i>	
Redução da Maioria penal: solução ou engodo.....	33
<i>Marilyn Christine Magalhães de Castro e Lidia Noronha Pereira</i>	
Além da superfície: Por que os recursos educacionais abertos são mais do que apenas arquivos da internet? .....	36
<i>Heverton Ferreira de Oliveira e Luiz Antonio Staub Mafra</i>	
Análise Crítica do Discurso da Lei ordinária nº 7000/2022 de combate ao feminicídio em Varginha (MG) .....	42
<i>Flaviane Aparecida Barbosa Rocha, Caio Correia dos Santos Quina, Mônica Junqueira Cardoso e Fernanda Mitsue Soares Onuma</i>	
Desafios e oportunidades para o varejo on-line: Estudo de moda no setor de Passos (MG) .....	63
<i>Carlos José Mendes, Gustavo Clemente Valadares e João Francisco Sarno Carvalho</i>	
Excesso de confiança e otimismo em decisões empresariais.....	88
<i>Rebeca Rossignoli Pires e Fernando Batista Pereira</i>	
Papel das cidades na adaptação das consequências do antropoceno: A cidade de Alfenas (MG).....	115
<i>Ana Paula dos Santos, Larissa Lemos Dias e Fernando Batista Pereira</i>	
Terceiro setor à luz dos aspectos contábeis e financeiros: Uma revisão da literatura.....	141
<i>Vinicius Guimarães de Souza e Vinicius de Souza Moreira</i>	
Análise da relação entre o PIB per capita e os componentes do índice IFDM para os municípios do estado de Minas Gerais .....	165
<i>Giovanni Mendes Lima, Gislene Araujo Pereira e Claudia Adam Ramos</i>	
Benefício de prestação continuada: Direitos sociais de segunda dimensão e direito do homem na análise de Norberto Bobbio .....	182
<i>Betânia da Silva Pinto Gaudêncio e Margarete Panerai Araujo</i>	
Cotas e a questão racial no contexto de organizações públicas: Discursos dos gestores públicos	201
<i>Jessica Maria Bertoli, Adilio Rene Almeida Miranda, Flávio Terra Junho e Kerolaine Jenifer Correa</i>	

## SOBRE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

Neste novo número da Revista Cadernos de Estudos Interdisciplinares (CEI) gostaríamos de trazer à luz algumas questões que nos atravessaram e que nos é bastante cara por estarmos falando a partir deste espaço de comunicação e divulgação científica.

Nos últimos anos, tivemos a nítida certeza de que (des)informar é falar de (não) acessos, (não) poderes e (não) participações em determinados espaços, debates e diálogos. O excesso de parênteses aqui foi propositalmente alocado para confundir: se por um lado a informação pode conduzir a certos descaminhos, por outro, é exatamente a falta dela que pode nos levar aos caminhos. É paradoxal; então, começemos por aqui. Um paradoxo é uma figura de linguagem que aproxima palavras e pensamentos contrários que expressam ideias contraditórias.

Ao longo da história as notícias e a informação oportunizaram ideias contraditórias e até passaram a ser consumidas como produtos expressando um modo de produção padronizado na busca de uma condição social ou industrial desse bem simbólico. Para desenvolver este tema abordado por Lage (1982, p.33), tanto a notícia quanto a informação e até a comunicação pode ser depreciada quando “além de ser um produto [...], se inclui na comunicação de *massa*, em que a *massa* é “um público desconhecido e indiferenciado”, do qual se pretendem “condutas desejáveis” que abrem caminho “para uma possibilidade de manipulação e controle social”.

Vejam só nesse sentido, Wilson Gomes (1995) nos ofereceu uma reflexão que merece ser abordada. Em sua obra “*Theatrum Politicum: a encenação política na sociedade dos mass mídias*” destacou um esclarecimento puramente metodológico, ao advertir que um sistema informativo, não abrange apenas o conjunto de jornais impressos, telejornais, rádio, jornais e revistas etc., em sentido estrito. Ou seja, a informação vem de todas as formas midiáticas. Assim, Gomes (1995, p.03) fez uma crítica também, isso porque declarou que essa informação mass-mediática transbordou, avançou “a esfera propriamente ‘jornalística’ invadindo outros territórios, transmutando-se nas mais curiosas metamorfoses e hibridismo”.

Contudo, ficam os questionamentos: tudo o que recebemos via informação é correto? Como discernir entre a notícia falsa e a verdadeira? O que precisamos saber para aceitar as informações? A crítica de Gomes (1995, p.04) vai além, pois o princípio da estruturação da informação é, cada vez mais, “a q.m.a.i. – a quota mínima aceitável de

informação.” Ou melhor, tornou-se suficiente para a chamada lógica da informação ou do consumo distraído.

Lembrando que toda a informação é codificada em signos, símbolos sendo um ato de computação e todas as suas similitudes e diferenças, entre repetições e continuidades, entre outros indícios, no sentido dos estudos de Edgar Morin (2006), é um *corpus* projetado que gera sentido. Porém, essa preocupação com o desenvolvimento do conhecimento e da ciência desafiam os nossos conceitos, nossa lógica, nossa inteligência, e colocam-nos o problema do inacessível ao conhecimento. Nossa razão, voltada para os objetos do consumo de Baudrillard (1981, p.23) em que a “prática cotidiana enreda uma ordem do consumo que se manifesta como ordem da manipulação dos signos.” São os nossos paradoxos! Falar de informação/conhecimento e ciência é muito difícil.

Estamos numa teia que é complexa! Conforme Morin (2002, p.19), “(complexus: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo”. Todas as implicações de inúmeras regras vão tomando corpo para nos desafiar a construir um conjunto de pesquisas que trabalhe frente a uma finalidade, objetivos, que busque um referencial que se vista de imaginação, evidências, interpretação e diferentes interfaces (BAUER; GASKELL, 2002).

Nosso papel como periódico científico é tentar promover um espaço de diálogo e debate em que a informação possa se transformar em conhecimento, através da interlocução e da argumentação. Ainda que tenhamos este projeto discursivo, sabemos que esta maneira de promover comunicação e divulgação científica como está formatada ainda é limitante. A forma como produzimos, circulamos e consumimos o pensamento científico ainda está associada a práticas que condicionam olhares sobre o grande objeto de pesquisa de todos nós: a vida (no sentido mais amplo do signo). Ou seja, desde o início, estamos situados diante do paradoxo.

Abrimos este número com uma **entrevista com Ana Carolina Guerra e Dimitri Augusto da Cunha Toledo** sobre a Incubadora Tecnológica de cooperativas populares da Universidade Federal de Alfenas. A entrevista foi conduzida pela editora Gislene Araujo Pereira, que elaborou perguntas acerca da iniciativa, passando pelos impactos e contribuições da incubadora tanto para o público universitário quanto para outros setores da sociedade, especialmente por se enquadrar como Programa de Extensão.

Esta edição também contou com uma **Seção Especial de Ensaio**s, criada para incentivar e dar visibilidade ao desenvolvimento da escrita acadêmica dos alunos

interessantes dos cursos de graduação em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia. Para tanto, a referida seção trouxe como temática “A redução da maioria penal no Brasil” em que os autores puderam encaminhar suas produções, explicitando, academicamente, seus posicionamentos acerca do tema proposto. Mesmo que de forma enxuta, tais produções demonstraram o aprendizado da escrita científica ao cumprirem as normas de referência bibliográfica, documental e artística. Nessa seção, então, figuram como autores João Vitor Guimarães de Sousa, Pedro Junqueira, Wellington Oliveira Santos, Julia Campos e Marilyn Christine Magalhães de Castro.

Logo após, temos o artigo de Divulgação Científica “**Além da superfície: Por que os recursos educacionais abertos são mais do que apenas arquivos da internet?**”, de Heverton Ferreira de Oliveira e Luiz Antonio Staub Mafra. Os autores discutem como os Recursos Educacionais Abertos não são meros arquivos, elucidando o que a literatura mais atual diz a respeito desse conceito. O artigo tem como público-alvo professores do ensino básico, fazendo uso de uma linguagem acessível e informações práticas para promover mais conhecimento sobre o assunto.

Abrindo a seção de artigos científicos, na área de Administração pública e na linha de verificação de discursos circulantes na sociedade, no artigo “**Análise Crítica do Discurso da Lei ordinária nº 7000/2022 de combate ao feminicídio em Varginha-MG**”, Flaviane Aparecida Barbosa Rocha, Caio Correia dos Santos Quina, Mônica Junqueira Cardoso e Fernanda Mitsue Soares Onuma, autores do trabalho, visando discutir que tipo de mudança social subjaz no discurso da referida lei para combater a violência contra as mulheres. Para tanto, propõem uma análise da relação dialética entre o discurso do texto da lei e as demais práticas sociais que envolvem o contexto de sua formulação, a partir do referencial teórico-metodológico de Norman Fairclough.

Quanto aos estudos de Administração, Carlos José Mendes, Gustavo Clemente Valadares e João Francisco Sarno Carvalho contribuíram com o artigo “**Desafios e oportunidades para o varejo online: Estudo de moda no setor de Passos (MG)**”. Os autores objetivaram conhecer e entender como o setor de moda do vestuário de Passos, cidade sul-mineira, tem se preparado para enfrentar a instabilidade no ambiente de vendas *online*. Para tanto, foram feitas entrevistas com representantes do comércio *online* de três empresas e, após isso, desenvolveram análises qualitativas sobre os canais de vendas, operação do comércio eletrônico e os desafios e oportunidades para esse ramo comercial.

Na área de Economia, Rebeca Rossignoli Pires e Fernando Batista Pereira, no trabalho “**Excesso de confiança e otimismo em decisões empresariais**”, revisam a literatura sobre teoria neoclássica e a teoria comportamental acerca da tomada de decisão. Os autores se baseiam na metodologia de revisão sistemática da literatura, a qual permitiu identificar e debater uma série de importantes estudos sobre este tema. Foi apontado como resultado o fato de o estudo dos vieses de excesso de confiança e otimismo apresentados no ambiente empresarial compor um campo de estudos relativamente recente, a despeito de um arcabouço teórico na área dos estudos comportamentais.

Ainda sobre Economia, Ana Paula dos Santos e Fernando Batista Pereira objetivam propor quais devem ser as perguntas norteadoras para um futuro possível, destacando o papel da Secretaria do Clima, Sustentabilidade e Inovação Social da cidade de Alfenas no trabalho “**Papel das cidades na adaptação das consequências do antropoceno: À cidade de Alfenas (MG)**”. No trabalho, os autores explicitam as ações da referida Secretaria e instigam à reflexão sobre a atuação das cidades.

Já na área de Ciências Contábeis, o trabalho “**Terceiro setor à luz dos aspectos contábeis e financeiros: Uma revisão da literatura**”, de Vinícius Guimarães de Souza e Vinicius de Souza Moreira elucida como os conceitos contábeis e financeiros têm sido aplicados em estudos referentes ao terceiro setor e suas entidades. Após investigação utilizando recorte temporal específico, além de periódicos científicos com determinadas qualificações, os autores apontaram que há recorrência dos termos “evidenciação e gerenciamento contábil”, “prestação de contas”, “governança”, “accountability”, “controladoria” e “gestão estratégica”, para além dos resultados teórico-empíricos delineados.

Como contribuição dos estudos na área de Estatística, temos o artigo “**Análise da relação entre o PIB *per capita* e os componentes do índice IFDM para os municípios do estado de Minas Gerais**”, escrito por Giovanni Mendes Lima, Gislene Araujo Pereira e Claudia Adam Ramos. Os autores apresentam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para o estado de Minas Gerais e relaciona-o com o PIB *per capita* dos municípios mineiros. Para tanto, dirigem um estudo utilizando na regressão linear múltipla sobre as componentes emprego e renda, educação e saúde do IFDM. Dentre os resultados obtidos, observa-se que foi a componente educacional foi a que mais impactou no PIB *per capita* dos municípios mineiros.



Temos ainda o artigo “**Benefício de prestação continuada: Direitos sociais de segunda dimensão e direito do homem na análise de Norberto Bobbio**”, autorado por Betânia da Silva Pinto Gaudêncio e Margarete Panerai Araujo. No texto, as autoras abordaram o direito social como direito de segunda dimensão, sendo uma medida de política pública assistencial constitucional. Ainda, apontam para a relevância do tema ressaltando a importância de proclamar esse direito para os beneficiários que necessitam de assistência social, no caso, idosos com mais de 65 anos de idade ou pessoas com deficiência.

Finalizamos este número com o artigo “**Cotas e a questão racial no contexto de organizações públicas: Discursos dos gestores públicos**”, de autoria de Jessica Maria Bertoli, Adilio Rene Almeida Miranda, Flávio Terra Junho e Kerolaine Jenifer Correa. No artigo, os autores apresentam percepções sobre gestores públicos acerca do racismo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando-se entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da Análise Crítica do Discurso. Os autores constataram que há gestores das cidades de Varginha, Três Corações, Alfenas e Lavras, em diferentes esferas governamentais de representação, que são favoráveis às cotas, porém outros assinalam contrariedade à política pública. Finalizam o texto destacando a necessidade de incluir discussões sobre a questão racial no ambiente organizacional para desmistificar estigmas e promover igualdade de oportunidades para todos.

Tenham uma ótima leitura!

Margarete Panerai Araujo  
Jackson Wilke da Cruz Souza  
Lidia Noronha Pereira  
Gislene Araújo Pereira

## REFERÊNCIAS

BAUER, Martin.W.; GASKELL, George. (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto.**

**Imagem e Som** – um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1981.

GOMES, Wilson. *Theatrum Politicum: A encenação da política na sociedade dos mass mídias*. In: BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell e FAUSTO NETO, Antonio

(orgs.) **A encenação dos sentidos. Mídia, cultura e política**, Rio de Janeiro, Diadorim, 1995, p.69-96.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis:Vozes, 1982.

MORIN, Edgar. **O Método 5**. A humanidade da humanidade – a identidade humana. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina; 2006.



## ENTREVISTA COM OS COORDENADORES DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

*INTERVIEW WITH THE COORDINATORS OF THE TECHNOLOGICAL INCUBATOR  
OF POPULAR COOPERATIVES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF ALFENAS*

*Gislene Araujo Pereira<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)*

### INTRODUÇÃO

Esta entrevista seguiu a metodologia estruturada, o que significa que seguiu um roteiro pré-estabelecido pela entrevistadora. A entrevista foi realizada presencialmente no dia 30 de maio de 2023, em Varginha/MG, e as respostas foram manualmente transcritas no dia 05 de junho de 2023, as quais foram aprovadas, posteriormente, pelos entrevistados. Trata-se da divulgação de ações de extensão para fomentar reflexões na comunidade universitária e em outros setores da sociedade.

### APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Os coordenadores do Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) são os entrevistados desta edição.



**Ana Carolina Guerra** é doutora em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA), especialista em Gestão de Negócios em Contexto Empreendedor e graduada em Administração pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Atualmente, é docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG),

<sup>1</sup> Doutora em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e docente no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UNIFAL-MG.

E-mail: [gislene.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:gislene.pereira@unifal-mg.edu.br)

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4281-3849>

atuando em cursos de Graduação e Pós-Graduação. Além disso, é a idealizadora e atual coordenadora do Programa de Extensão ITCP/UNIFAL-MG.

**Dimitri Augusto da Cunha Toledo** é doutor e mestre em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e economista pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Atualmente, é docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), atuando em cursos de Graduação e Pós-Graduação, e Tutor do Programa de Educação Tutorial do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (PET-BICE). Além disso, é o atual coordenador adjunto do Programa de Extensão ITCP/UNIFAL-MG.



## ENTREVISTA

**Entrevistadora:** Como surgiu o projeto ITCP/UNIFAL-MG?

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs - se apresentam como agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares e da economia solidária. É nesse contexto que se insere a ITCP/UNIFAL - MG cujo projeto de implantação foi proposto pela Profa. Ana Carolina Guerra, por ocasião do seu concurso público, para ingresso na UNIFAL-MG, em 2009. Esse projeto, se enquadrava dentro da proposta do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, e era um dos pré-requisitos para o concurso. Com a aprovação da professora no referido concurso e sua consequente entrada na universidade em agosto de 2009, nesse ano mesmo, começaram os trabalhos de formação com discentes, com vistas a implantação da ITCP. Entretanto, formalmente, a incubadora só foi registrada como um projeto no início de 2010, através do Edital para Apoio a Projetos de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFAL-MG. Assim, desde 2010, a ITCP/UNIFAL-MG vem desenvolvendo suas atividades em diferentes municípios do Sul de Minas Gerais.

**Entrevistadora:** Sendo práticas extensionistas, como se consolidam as ações ITCP/UNIFAL-MG?

A ITCP/UNIFAL-MG busca articular, multidisciplinarmente, áreas de conhecimento da universidade com grupos populares interessados em gerar trabalho e renda, visando contribuir na formação de cooperativas populares e/ou empresas autogestionárias, nas quais os trabalhadores têm o controle coletivo de todo o processo de produção, desde a atividade fim até a gestão do empreendimento. Assim, pode-se dizer que a extensão universitária é um dos pilares fundamentais da atuação da incubadora, porque ela amplia a relação da Universidade com a sociedade, desenvolvendo processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa e voltados à solução de questões locais, regionais e nacionais.

Buscando, portanto, atender à Diretriz Extensionista do Impacto e Transformação Social, a atuação da ITCP/UNIFAL-MG pauta-se por uma interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, a partir do compromisso da extensão com a classe trabalhadora, comportando a troca de conhecimentos e a ligação com os trabalhadores, fazendo universidade e trabalhador aprenderem conjuntamente para colaborar com a população gerando impactos e a transformação social em favor de sua emancipação crítica.

**Entrevistadora:** Em termos gerais, o que podem dizer sobre a metodologia de incubação da ITCP/UNIFAL-MG?

A metodologia de incubação da ITCP/UNIFAL busca modificar a realidade dos trabalhadores e ser por eles modificada dialogando solidariamente, e pauta-se na articulação entre a pesquisa-ação e a educação popular, com vistas à interação dialógica e ao aprendizado conjunto para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Sendo assim, frente às demandas apresentadas pelos trabalhadores desses empreendimentos, considera-se a pesquisa ação como uma forma adequada de abordar o trabalho na relação universidade-sociedade, pois é uma abordagem metodológica que possibilita construir uma relação dialógica entre as partes. Partindo, portanto, da perspectiva da pesquisa-ação participativa, a proposta de incubação de empreendimentos econômicos solidários por parte da ITCP/UNIFAL busca a descoberta, reflexão e proposição conjunta de soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores.

A metodologia de incubação, mais especificamente voltada à (re)construção de empreendimentos populares acaba por envolver as seguintes etapas:

- 1) Contato inicial com os trabalhadores do futuro empreendimento econômico solidário ou empreendimento econômico solidário já existente: nesse processo inicial, a equipe da ITCP buscará travar diálogo com os trabalhadores, conhecendo suas demandas e expectativas e expondo a proposta de ação/reflexão conjunta da incubação. Esse contato inicial é de extrema importância para buscar sensibilizar os trabalhadores a respeito do trabalho da ITCP, buscando esclarecer que se trata antes de um trabalho conjunto, que demandará envolvimento de trabalhadores e equipe da ITCP e não uma consultoria em que o fluxo de saberes, ações e informações se dá de maneira unilateral.
- 2) Pesquisa-ação participativa para o atendimento das demandas dos trabalhadores: com base na educação problematizadora e comprometida com a libertação, entendemos que todo o processo de incubação deve se voltar para a emancipação dos trabalhadores, a fim de que eles, posteriormente, possam autogerir seu empreendimento. Sendo a autogestão a característica mais desafiadora da Economia Solidária, entendemos que o alcance da autogestão já facilita a compreensão e alcance da cooperação, da dimensão econômica e da solidariedade, e dos demais princípios da Economia Solidária. Assim, com base na pesquisa-ação participativa, a demanda dos trabalhadores em termos de melhoria das condições de vida de seus membros deve ser respeitada e atendida em conjunto com a equipe da ITCP por meio de oficinas e da troca constante de experiências e saberes grupo popular-universidade que buscarão estabelecer a relação dialógica de educação com vistas à construção do empreendimento econômico solidário.
- 3) Desincubação e autogestão do empreendimento econômico solidário: A partir do momento em que os próprios trabalhadores tomarem consciência de sua autogestão e emancipação em relação à ITCP, esta, buscará, baseada subsidiariamente nos indicadores de desincubação construídos conjuntamente com os grupos populares, emancipar os trabalhadores do empreendimento econômico solidário que já estarão conduzindo seu empreendimento de maneira autônoma. A ITCP buscará manter contato com estes trabalhadores, a fim de que estes também se tornem multiplicadores da Economia Solidária, agindo com base na educação

emancipadora com relação a outros grupos que ainda estejam em processo de incubação.

**Entrevistadora:** Desde sua origem, em 2010, quais Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) foram incubados pela ITCP/UNIFAL-MG?

Ao longo dos seus mais de treze anos de atuação, no que se refere à incubação propriamente dita, foram incubados grupos informais, associações e cooperativas, sendo eles:

O grupo **Meninas Sabor de Minas** foi incubado de 2011 a 2014 e tinha como atividade produtiva a fabricação de marmitas, doces e salgados de festa. Proveniente do Projeto de Extensão PROBEXT/MEC 2011 “Qualificar para desenvolver – as mulheres de Varginha em Cena Aberta”, que se tratava de uma proposta de ações afirmativas, setoriais, emancipatórias e de inclusão social para as mulheres socialmente vulneráveis situadas em área de risco social do município de Varginha – MG. Seu foco de atuação foi a construção de uma “porta de saída” do Programa Bolsa Família, a fim de se criar oportunidades para mulheres beneficiárias, por meio de programas de capacitação, de formação e de geração de trabalho e renda, numa perspectiva da economia solidária, permitindo – desta forma - a inclusão produtiva e social desta parcela vulnerável da sociedade. Assim, as trabalhadoras que faziam parte desse grupo eram aproximadamente 60 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, entre 25 e 50 anos, residentes na periferia do município de Varginha – MG.

Outro grupo incubado foi a **Associação Terra do Marolo**, no município de Paraguaçu–MG, no período de 2011 a 2016. Esse grupo é formado por cerca de 22 pessoas de diferentes profissões, incluindo artesãos, trabalhadores rurais, cozinheiros (quitandeiros, doceiros, etc.), comerciantes, entre outras; cujo objetivo era o fortalecimento do beneficiamento do Marolo, preservação ambiental e das tradições culturais do município bem como a ampliação das possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural que envolvem o fruto do marolo na região de Paraguaçu-MG. A partir da criação da ATER - Associação Terra do Marolo, também foi criada a Festa do Marolo, que acontece anualmente no município.

A **Associação dos Produtores de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares de Varginha**, de nome fantasia Sabor & Saúde, foi incubada de 2013 a

2019. Esta associação é formada por aproximadamente 50 agricultores e agricultoras familiares, vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que sejam produtores de plantas medicinais, aromáticas, condimentares, produtos agroecológicos e orgânicos de um modo geral, estabelecidos no município de Varginha e Três Corações – MG.

A **Associação Terra do Biscoito**, no município de Areado–MG foi incubada pela ITCP/ UNIFAL – MG de 2014 a 2016. Formada por cerca de 40 pessoas, dentre artesãs e artesãos, comerciantes, aposentados e aposentadas, e agricultores e agricultoras, o objetivo da associação, era a inclusão social e produtiva de seus associados, além do resgate da identidade biscoiteira do município, impactando numa perspectiva de desenvolvimento local.

Outro grupo incubado foi o **Mulheres Organizadas Buscando Independência** – MOBI, constituído por catorze mulheres, dentre artesãs e produtoras de café, vinculadas à Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região - COOPFAM, no município de Poço Fundo–MG. Mesmo em um espaço marcado pela cooperação e democracia na tomada de decisões, uma vez que a COOPFAM é uma cooperativa bem consolidada no cenário nacional, as mulheres perceberam que ainda se encontravam em um espaço permeado por relações desiguais de gênero. A fim de se fortalecerem, formaram o grupo MOBI, que deu origem ao café orgânico feminino, produzido somente por mulheres. É nesse contexto que se deu o processo de incubação, a partir de uma demanda das próprias mulheres, para o auxílio no fortalecimento e desenvolvimento das questões ligadas a gênero e empoderamento feminino e rural no interior do grupo. Este grupo foi acompanhado de 2017 a 2019.

Ainda na linha de acompanhamento de mulheres produtoras de café, mais outros dois grupos se encontram ainda em processo de incubação pela ITCP. Um deles trata-se da **Associação de Mulheres Empreendedoras do Café da Mantiqueira** – AMECAFÉ Mantiqueira, incubada desde 2017, sendo um grupo formado por aproximadamente 100 mulheres ligadas à produção de café (cafeicultoras e assalariadas não-proprietárias da produção), residentes em diversas cidades da região da Serra da Mantiqueira (Cambuquira, São Gonçalo do Sapucaí, Lambari, Jesuânia, São Bartolomeu, Campanha, dentre outras). Esse grupo visa não só a formação nas questões relacionadas a gênero, mas também ao processo de organização das mulheres como grupo, dentro dos preceitos



da economia solidária. O outro grupo é formado por aproximadamente 120 mulheres produtoras de café, cooperadas e não-cooperadas da COOCAMINAS, **Cooperativa dos Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região**, também no município de Poço Fundo – MG. A demanda apresentada à ITCP/UNIFAL-MG por representantes do grupo consistiu em auxílio para fortalecimento das mulheres enquanto grupo e coletivo, no intuito de aumentar a participação, o sentimento de pertencimento e a solidariedade mútua, proporcionando benefícios para o grupo de mulheres e até mesmo para a própria cooperativa, além do trabalho relacionado à discussão de gênero.

A partir dessa atuação da ITCP no município de Poço Fundo–MG, outra demanda surge, que é a incubação de um grupo de catadores e catadoras de materiais recicláveis do município, em parceria com a COOPFAM e a Prefeitura Municipal. Essa incubação atendia a aproximadamente 10 catadores e catadoras que participavam das atividades de incubação no intuito de se constituir uma Associação. A incubação começou em 2019, mas foi finalizada em 2021, pela desorganização do grupo, em especial devido à pandemia do Covid 19.

Atualmente, tem-se o processo de incubação do **Grupo de Consumo Agroecológico (GSA)**, cujo objetivo é auxiliar no desenvolvimento de uma Rede de Consumo Consciente, por meio da entrega semanal de cestas de produtos orgânicos da COOPERAES – Cooperativa Agrícola da Rede de Agroecologia e Economia Solidária, em Varginha – MG.

Outro grupo incubado atualmente é o **Grupo de Jovens da COOPFAM**, formado por aproximadamente 30 jovens produtores de café ou filhos de produtores de café, cooperados da COOPFAM, em Poço Fundo-MG, buscando a consolidação do grupo e a sucessão rural familiar. A incubação do grupo iniciou-se em 2021.

Incubamos também o **Grupo de Trabalhadores da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)** de Alfenas-MG, do regime fechado, semiaberto e aberto. Esse grupo é formado por trabalhadores que se constituem por Indivíduos privados de liberdade na APAC de Alfenas-MG, em regime fechado, regime semiaberto e regime aberto, que desenvolvem atividades de artesanato em madeira, crochê, decoupage, pintura e outras formas de artesanato. São incubados aproximadamente 50 trabalhadores, cujo período de incubação iniciou-se em 2022 e ainda se encontra em desenvolvimento, com vistas a formalização de uma cooperativa social.

E por último, atualmente estamos incubando um **Grupo de Mulheres da Cooperativa Camponesa** do Assentamento do Movimento Sem Terra Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG, formado por aproximadamente 12 mulheres, que produzem produtos de higiene pessoal, tais como sabonetes, gel de massagem, e ervas para chás. incubação iniciou-se no ano de 2022.

**Entrevistadora:** Além das incubações quais outras ações são desenvolvidas pela ITCP/UNIFAL-MG?

Desenvolvemos também o **Projeto de Extensão Clube de Trocas**, que teve início em 2011, e que se trata de uma iniciativa para criação de formas alternativas de trocas ou intercâmbios econômicos (em relação aos praticados segundo a lógica do mercado). Os Clubes de Trocas são uma inovação na economia solidária, reunindo pessoas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. Assim, são realizadas trocas solidárias, em um espaço onde as pessoas trocam entre elas produtos, serviços e saberes sem o uso de dinheiro, de uma forma solidária, que promove a cooperação em vez da competição, própria do “outro” mercado, respeitando normas éticas e ecológicas ao produzir e consumir. Além disso, os clubes de troca se apresentam também, como espaços para socialização cultural, uma vez que nas suas dependências são realizadas as trocas, mas também apresentações culturais de toda natureza, o que demonstra mais uma perspectiva de atuação dos clubes de troca, que de alguma forma se apresentam como um instrumento de difusão cultural.

Outra ação é o **Encontro de Economia Solidária, Trabalho e Lutas Sociais**, evento realizado nos anos de 2017, 2018 e 2021, que busca contribuir com a promoção da atuação universitária junto aos grupos populares congregando ampla programação. Ministrantes de áreas multidisciplinares promoveram discussões através de debates, mesas redondas, conferências e painéis. Temáticas como mobilizações políticas e sociais contemporâneas, fábricas ocupadas, gênero, agricultura familiar e economia solidária, revolução russa, uberização, democracia e mobilizações sociais e populares, movimento nacional de economia solidária e políticas públicas de economia solidária já foram abrangidas durante o evento. Além disso, ocorrem sessões de filmes com debates,

atividades culturais, feiras de economia solidária, clubes de trocas e encontros regionais de incubadoras.

Além disso, a atuação da equipe da ITCP/UNIFAL-MG associa-se a um processo formativo coletivo e continuado, de reflexão e preparação a respeito da Economia Solidária e seus temas pertinentes. Assim, ocorre um processo de formação que se dá, principalmente, na execução de duas ações: o **Ciclo de Formação** e o **Grupo de Estudos Economia Solidária em Debate**. O Ciclo de Formação trata-se de encontros temáticos e expositivos, conduzidos por ministrantes convidados, já o Grupo de Estudo ocorre em encontros dialogados, onde os membros da ITCP/UNIFAL-MG realizam a leitura prévia de bibliografias e discutem as leituras, construindo conhecimentos e reflexões. A preparação da equipe se dá nesse processo de ensino-aprendizagem, constituído pelo ciclo de formação e grupo de estudos da ITCP/UNIFAL-MG, mas não se encerra nessas ações, e se dá continuamente, ao longo de toda a relação dialética estabelecida junto à comunidade. Assim, tem-se aporte à incubação da ITCP/UNIFAL-MG.

Há ainda a produção científica por meio da participação em congressos, bem como a publicação de artigos científicos em anais de eventos, periódicos e capítulos de livros.

**Entrevistadora:** Finalizando, qual a importância da ITCP/UNIFAL-MG, na articulação das diferentes áreas do saber presente na Universidade e na Sociedade?

Ressaltando novamente, de forma multidisciplinar, a incubadora desenvolve e aplica tecnologias inovadoras, empenhando, por meio do trabalho solidariamente orientado, o aporte universitário em favor de uma sociedade mais igualitária e democrática. Além disso, pode-se considerar que a incubação amplia a atuação da universidade: externamente, a universidade estabelece novas parcerias à medida que as demandas dos grupos incubados crescem e, internamente, a incubação exige da universidade a criação de novas estruturas, novos cursos e novas formas de fazer pesquisa e extensão. A metodologia de incubação possibilita a construção do conhecimento a partir da mediação dialógica entre trabalhadores e a equipe da ITCP. Assim, torna-se importante uma abordagem multidimensional, que enfoca, por um lado, a dinâmica dos indivíduos da organização coletiva e, de outro, aspectos relacionados à dimensão tecnológica, econômica, social e político-ideológica.

A metodologia para o estabelecimento deste intercâmbio extensionista, do vínculo de Impacto e Transformação Social por parte da ITCP/UNIFAL-MG, é principalmente a incubação de EES. Esse intercâmbio cria oportunidades também para o alicerçamento da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse processo, não apenas o quadro de trabalhadores experimenta o impacto e a transformação social, o papel engajado da universidade atende também à equipe da ITCP/UNIFAL-MG que é formada por uma equipe multidisciplinar. O desenvolvimento social, local e as demais ações de impacto pelo programa necessitam ser construídos em uma via de mão dupla, não sendo monopólio de nenhuma das partes envolvidas. O Clube de Trocas também torna evidente esse modo de gerar impacto e ser impactado, gerar transformação social e ser transformado ao passo que o seu espaço é igualmente ocupado, a construção das trocas se dá pela experimentação entre atores que participam ativamente, interagem e criam o conhecimento das relações solidárias de trocas, onde não se pode ser solidário sozinho.

Quer seja no processo de construção autogestionário, cooperado e solidário da metodologia de incubação ou de seu Clube de Trocas, em que a comunidade é a gente ativo durante as trocas, as experimentações culturais ou na socialização, a ITCP/UNIFAL-MG atua diretamente na articulação das diferentes áreas do saber presente na Universidade e a Sociedade. Isso porque, sua orientação comum é um processo educacional problematizador, não da universidade que educa, que produz conhecimento unilateralmente à sociedade. O compromisso com a libertação dos sujeitos exige essa pedagogia crítica de não executar a extensão como um processo que leva sua metodologia como luz às trevas, mas um processo dialógico, de alianças, à medida que preza pela comunicação como forma de se aprender conjuntamente à Economia Solidária, seus princípios e sua prática de gestão.

Para conhecer um pouco mais sobre a ITCP/UNIFAL-MG, nossos grupos incubados, ver os nossos trabalhos publicados, faça uma visita no nosso site: <https://www.unifal-mg.edu.br/itcp/> ou acompanhe nossas redes sociais:

Instagram: @itcpunifal

Facebook: ITCP UNIFAL - MG.

## A LINHA TÊNUE ENTRE INIMPUTABILIDADE E IMPUTABILIDADE JUVENIL

### *THE THIN LINE BETWEEN INIMPUTABILITY AND JUVENILE LIABILITY*

João Vitor Guimarães de Sousa<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Lidia Noronha Pereira<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Sabe-se que um dos pilares do Estado brasileiro é a segurança, assim, as esferas Legislativa, Executiva e Judiciária - em todas as partes da União: municipal, estadual e federal - desferem sua atenção e prioridade a esse tópico a fim de solucionar os problemas presentes nele. Diante disso, a temática da redução da maioria penal está sendo discutida há um tempo considerável, sendo ponto de partida para debates acerca do sistema prisional, Estatuto da Criança e Adolescente, imputabilidade, entre outros.

Nesse sentido, é importante ter ciência da fase vivenciada por aqueles que ainda não completaram 18 anos, considerados, pela lei, menores de idade. Frente a tal ponto, é importante considerar que os fatores essenciais na formação dos jovens para a vida adulta são aprendidos na adolescência, como desenvolvimento, educação, infância, maturidade e responsabilidade, ilicitude dos fatos, etc. Desse modo, a redução da maioria penal, caso aprovada, alicerçará ações que inibirão o aprendizado desses princípios, ocasionado um retrocesso no desenvolvimento desses adolescentes.

Em primeiro plano, de acordo com Sposato (2007), a redução da maioria penal é uma regressão no campo dos direitos e deveres do adolescente e da criança, pois a maneira que um Estado trata seus jovens reflete diretamente na qualificação do processo de evolução e civilização. Nessa perspectiva, para entender essa afirmação, necessita-se compreender que o estágio de menoridade resume na absorção de todo conhecimento e prática que o menor de idade vê e escuta. Logo, o juvenil, em uma realidade que a redução de maioria penal foi aprovada, consumirá todo o conteúdo do ambiente prisional brasileiro. A partir desse ponto, sua vida dentro da prisão poderá ser miserável e

<sup>1</sup> Graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [joao.sousa@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:joao.sousa@sou.unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0009-0003-2470-5881>

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Linguagem (UNIVÁS) e Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [lidia.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:lidia.pereira@unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1648-966X>

prejudicada, porque os detentos adultos poderão abusar da sua vulnerabilidade infantil sendo a sua existência moldada pelo meio penitenciário.

Sob esse viés, a Fundação Abrinq e Save the Children (2013) trazem o fato de que, em 2011, 38,1% dos atos que violam a legislação realizados por jovens privados de liberdade são representados por roubo; 26,6% por tráfico de droga; e 11,4% por atos infracionais contra a vida. Em vista disso, é fato que grande parcela dos jovens infratores não comete infrações violentas ou contra a vida. Conseqüentemente, isso reforça o pensamento de Sposato (2007), uma vez que dispor uma criança e um adulto com delitos cometidos de naturezas totalmente diferentes - por exemplo, roubo e homicídio, respectivamente - ocasiona retrocesso para o jovem. Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (artigo 3) afirma que a criança e o adolescente se beneficiam de todos os direitos e deveres fundamentais intrínsecos à pessoa humana, sem prejudicar a doutrina de proteção integral e assegurados de possibilidades e facilidades para um processo de desenvolvimento digno. Por conseguinte, o sistema carcerário brasileiro é fator retrógrado nessa evolução.

Em segunda análise, o filme “Pixote, a Lei do Mais Fraco” (2014) retrata a vida do jovem Pixote que vive em uma atmosfera totalmente caótica e desestruturada. Assim, devido aos fatores pelos quais ele vivencia, Pixote acaba cometendo infrações para garantir a sua sobrevivência, porém não entende completamente a gravidade de seus atos.

Frente a tal exemplo e para que se possa ser compreender os critérios sobre a imputabilidade, Nucci (2003) aponta os três principais: o biológico, que leva em consideração a condição mental da pessoa; o psicológico, que considera a capacidade de saber o caráter ilícito do ato infracional; e o biopsicológico, que julga o indivíduo por meio dos dois itens anteriores unido-os. Assim, um juvenil infrator pode cometer determinada infração por motivos externos a ele, como falta de lar, necessidade de sobreviver, ausência de escolaridade, entre outros.

Conforme abordado, Kerstenetzky (2015) confirma esse ponto, pois, por mais que o adolescente tenha cometido um crime, ele não compreende totalmente o seu ato. Sendo assim, o critério biopsicológico, abordado por Nucci (2003), comprova a inimputabilidade desse jovem.

Dessarte, conclui-se que a criança e o adolescente possuem caráter ingênuo, isto é, não entendem a seriedade de seus atos porque os fatores externos que compõem sua

vida contribuem para que ele cometa determinados atos, inclusive os infracionais. Em suma, o princípio de inimputabilidade apoia o desenvolvimento sadio e adequado dos menores de idade, previstos, como abordado, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (artigo 3). Portanto, é evidente que a redução da maioridade penal não seja uma medida eficiente dos problemas de segurança pública. Pelo contrário, se acatada, tal mudança na lei desestimulará uma vida digna e sadia da criança, uma vez que é contra os direitos e deveres assegurados pelo ECA.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

FUNDAÇÃO ABRINQ; SAVE THE CHILDREN. **Porque dizemos não à redução da maioridade penal**. 1. ed. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013.

KERSTENETZKY, Maíra Souto Maior. A ilusão da redução da maioridade penal como solução da violência infanto-juvenil. **Revista Transgressões: Ciências criminais em debate**. v. 1, n. 2, p. 97–113, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PIXOTE – A LEI DO MAIS FRACO. Héctor Babenco. Embrasilme, Brasil. 1981. Drama. Filme. 127 min.

SPOSATO, Karyna Batista. **Porque dizer não à redução da idade penal**. UNICEF: 2007.

## REDUÇÃO DA MAIORIDADE NÃO É SOLUÇÃO

### *REDUCING THE MAJORITY IS NOT A SOLUTION*

Pedro Augusto Junqueira Silva<sup>1</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

Lidia Noronha Pereira<sup>2</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

O presente ensaio acadêmico trata de uma reflexão com o intuito de analisar a redução da maioria penal no Brasil. Nesta lógica, este ensaio discute a perspectiva de que a redução da maioria penal não é o melhor caminho para acabar com a violência no país, utilizando como referência citações documentais, artísticas e científicas. Ademais, será abordado como essa redução da maioria penal pode ser um retrocesso para o futuro do Brasil, podendo ser contraproducente, agravando ainda mais a questão da violência e do aliciamento de menores infratores para o mundo do crime. Diante deste contexto, essa reflexão se faz fundamental, pois salienta um problema grave que enfrentamos em nosso dia a dia.

Primeiramente, é interessante comentar que, segundo Silva, Campos e Soares (2018), o deputado Laerte Bessa (PR-DF) enfatiza que a maior parcela da sociedade enxerga a redução da maioria penal no Brasil como a única solução possível para controlar os atos infracionais. Nessa perspectiva, os autores (2018) apontam que, conforme as ideias do deputado, tal solução é resultado da falta de punibilidade referente a estes menores infratores. Mediante tal contexto apresentado, observa-se que, por muitas, vezes nosso sistema penal falha em tomar medidas cabíveis e plausíveis para repreender tais infratores. Porém, reduzir a maioria penal não é o caminho para que medidas de punição sejam aplicadas ou que uma punição mais severa seja imposta contra esses menores infratores.

Seguindo esta linha de raciocínio, de acordo com Sposato (2007), reduzir a maioria penal seria um regresso para o Brasil no que diz respeito à garantia dos

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL – MG).  
E-mail: [pedro.junqueira@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:pedro.junqueira@sou.unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0009-0002-3354-4904>

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Linguagem (UNIVÁS) e Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [lidia.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:lidia.pereira@unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1648-966X>



direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, o autor (2007) destaca que a maneira como o Estado olha para estes jovens reflete diretamente no desenvolvimento do país. Sendo assim, entende-se que embora medidas devem ser sim tomadas a fim de penalizar estes menores infratores, as mesmas não devem estar relacionadas com a redução da maioridade penal, mas empregadas com base na imputabilidade.

Dessa maneira, compreende-se que reduzir a maioridade penal e recluir estes jovens em um ambiente onde os mesmos vão estar em constante convívio com criminosos adultos, corrobora com a ideia de que esse menor infrator ter um maior envolvimento com a mentalidade criminosa, se associando a facções e gangues. Além disso, ao incluí-los em presídios contribuirá de maneira substancial para o problema de superlotação que o Brasil enfrenta em seu sistema carcerário. Desse modo, enfatiza-se a premissa de que, ao invés de recuperá-los perante a sociedade de forma livre e digna, através da educação e da consciência, garantindo-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 3º, estaremos deixando-os à mercê da criminalidade.

Em seguida, é digna de nota a obra *Capitães da Areia* do renomado escritor brasileiro Jorge Amado. Tal obra é caracterizada por seus protagonistas serem crianças e adolescentes marginalizados, abandonados e sem perspectivas, formando uma espécie de gangue para que juntos possam enfrentar os desafios diários de morar na rua. Dessarte, a falta de uma estrutura familiar e de uma instrução educacional somada à omissão do Estado para com estes jovens os colocam em uma posição de desvantagem perante a sociedade onde muitos, independente da idade, veem na criminalidade e nos atos ilícitos uma forma de ganhar a vida.

Ainda nessa perspectiva, segundo os dados da Fundação Abrinq; Save the Children (2013), no ano de 2011, dos atos infracionais cometidos por menores infratores, 38,1% se referem a roubos, 26,6% ao tráfico de drogas e 11,4% aos delitos que colocam a vida de terceiros em risco. Dessa forma, fica explícito que reduzir a maioridade penal não terá utilidade substancial se estes jovens continuarem a ser negligenciados tanto pela sociedade como pelo Estado.

Assim, frente a tais apontamentos, este ensaio acadêmico buscou refletir sobre a redução da maioridade penal no Brasil, abordando como a ratificação da mesma pode ser contraproducente. Nesse sentido, diante das considerações realizadas sobre a temática,

conclui-se que a redução da maioria penal no Brasil não é o viés mais adequado a se implementar, uma vez que tal medida não trará benefícios significativos em relação à criminalidade exercida pelos jovens. Em síntese, o ensaio nos leva a refletir que, em contraste a redução da maioria penal, existem outros meios mais eficientes de reduzir a participação dos jovens na criminalidade.

Deste modo, dentre as formas mais eficazes, podemos citar uma observação mais cuidadosa do Estado para com estes menores a fim de garantir uma melhor perspectiva de vida para os mesmos através da inclusão, da educação e da instrução profissional voltada ao ingresso no mercado de trabalho. Outrossim, faz-se necessário apontar para o fato da conscientização sobre a violência e a criminalidade, na medida em que ambas representam manifestações indesejáveis e prejudiciais que permeiam nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 92ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

FUNDAÇÃO ABRINQ; SAVE THE CHILDREN. **Porque dizemos não à redução da maioria penal**. 1. ed. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013.

SILVA; CAMPOS; SOARES. Reduzir a maioria penal: solução ou problema? **Revista Científica integrada**. Vol. 3. Ed. 4ª. 2018

SPOSATO, Karyna Batista. **Porque dizer não à redução da idade penal**. UNICEF: 2007.

## MAIORIDADE PENAL: UMA SOLUÇÃO OU UMA INJUSTIÇA?

### *CRIMINAL MAJORITY: A SOLUTION OR AN INJUSTICE?*

Wellinton Oliveira Santos<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Lidia Noronha Pereira<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

O que fazer com os jovens infratores que cometem graves crimes? Essa é uma questão polêmica que divide opiniões no Brasil e no mundo. Em “Pixote: A Lei do Mais Fraco”, Pixote é uma criança, vítima de uma sociedade opressora, sectária, que tem como principal característica o completo desamparo a quem mais necessita de seus cuidados. Dessa forma, o jovem rapaz se vê como um produto desse meio completamente avassalador e, por conseguinte, as ações que ele acaba perpetrando no decorrer do longa metragem são uma mera consequência dessa realidade. Portanto, falar sobre a penalização desses jovens delinquentes é, ao mesmo tempo, falar sobre a penalização dos marginalizados, aqueles que precisam de mais atenção, não punição.

Em primeira análise, vamos nos dedicar a explorar sob o ponto de vista jurídico. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/1990, a criança e o adolescente têm todos os seus direitos garantidos, assegurando-lhes, por lei e/ou por outros mecanismos, todas as oportunidades e facilidades. Desse modo, o estatuto ainda defende que tal garantia visa proporcionar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Sendo assim, proporcionar aos jovens uma ascendência intelectual, moral e social é um dever da sociedade atual. Conforme Sposato (2007), a redução da maioria penal representaria um enorme retrocesso no tocante à defesa e garantia dos direitos dos menores no Brasil. Isto, continua o autor, porque a forma como o Estado e a sociedade trata suas crianças é um indicador inexorável na mensuração do progresso civilizatório.

Ademais, é mais profícuo pensar em formas de reabilitar, reintroduzir, ensinar e corrigir ao invés da ultrapassada ideia de penalizar. No longa-metragem, Pixote fora um

<sup>1</sup> Graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [wellintonoliveira04@gmail.com](mailto:wellintonoliveira04@gmail.com)  
OrcID: <https://orcid.org/0009-0002-1667-8126>

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Linguagem (UNIVÁS) e Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [lidia.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:lidia.pereira@unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1648-966X>

jovem que não tivera muitas opções, quiçá, oportunidades. Dessa forma, grande parte de suas ações se deram com base em: 1) sua necessidade, 2) o meio em que cresceu e 3) o ambiente em que estava inserido. Sob a perspectiva de Kerstenetzky (2015), por exemplo, todos aqueles que vivem no caos da sociedade atual são vítimas, justamente por conta do perfil sectário das cidades, que fazem diferenciação por origem, raça, etnia, idade, entre outros. Logo, o rapaz nada mais era do que um produto da sua realidade e puni-lo por isso não é o melhor dos caminhos. Uma solução seria pensar em maneiras de reabilitar Pixote, colocando-o em igualdade de oportunidades e condições com seus pares, por meio do acesso à educação, convívio social saudável, assim como um contato com princípios e valores morais já consolidados pelo tempo.

Nessa perspectiva, vamos nos ater sob o ponto de vista biológico. De acordo com Nucci (2003), os critérios para avaliar a inimputabilidade são de natureza biológica, psicológica e biopsicológica, isto é, verifica-se se o agente é mentalmente sã e se é capaz de perceber a ilicitude do ato cometido. Dessa forma, o ECA determina que os menores de 18 anos são considerados penalmente inimputáveis, não tendo a devida consciência das suas materializações atitudinais. Isto porque, nessa idade, o cérebro ainda não está plenamente consolidado, portanto, a reflexão crítica e consciente de suas ações não é da mesma magnitude e profundidade do que a de um adulto, por exemplo. Destarte, pensar em maneiras de reabilitar e ensinar esses jovens é uma solução muito mais eficiente e duradoura.

Em suma, acreditamos que reduzir a maioria penal não seja o caminho. Ao longo do tempo, a história nos mostra que a penalização nem sempre foi a melhor das opções, sobretudo quando se diz respeito a pessoas que nem sequer tiveram a oportunidade de tentar um caminho diferente. Nesse caso, reintroduzi-las na sociedade, colocá-las em uma maior igualdade de condições e, acima de tudo, ensinar princípios, valores e caráter acaba sendo algo mais salutar. É uma semente que pode não germinar agora, mas tem um grande potencial de transformar o futuro.

**REFERÊNCIAS:**

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

KERSTENETZKY, Maíra Souto Maior. A ilusão da redução da maioridade penal como solução da violência infanto-juvenil. **Revista Transgressões: Ciências criminais em debate**. v. 1, n. 2, p. 97–113, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PIXOTE – A LEI DO MAIS FRACO. Héctor Babenco. Embrafilme, Brasil. 1981. Drama. Filme. 127 min.

SPOSATO, Karyna Batista. **Porque dizer não à redução da idade penal**. UNICEF: 2007.

## PREZANDO PELA TRANSFORMAÇÃO CONCRETA DO DISCERNIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

### *PRAISE FOR THE CONCRETE TRANSFORMATION OF THE DISCERNMENT OF CHILDREN AND ADOLESCENTS*

Julia Campos Faria<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Lidia Noronha Pereira<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n. 8.069/1990, artigo 3, os jovens gozam dos direitos fundamentais para auxiliarem no seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Visto isso, nota-se que ao longo da formação do indivíduo, há muitos processos de amadurecimento, em diferentes áreas da vida, o que deve ser levado em consideração ao discutir a mudança da maioridade penal. Tal fato, torna-se necessário ao analisar que a transição da idade mínima pode contribuir negativamente para o crescimento individual e irá ferir os direitos assegurados pelo ECA. Destarte, é fulcral analisar as questões educacionais e a ineficiência governamental, os quais são importantes nesse contexto.

Em primeiro plano, é necessário analisar que a escola é o primeiro ambiente em que a criança inicia seu processo de socialização, que conta com pessoas diferentes do seu convívio, as quais possuem princípios distintos. A partir disso, observa-se que o papel das instituições educacionais é mediar o contato entre, a equipe administrativa e de docentes, com os alunos, difundindo o respeito mútuo. Além disso, é através dessas instituições que as informações são passadas e que há o acréscimo do discernimento pessoal. Com isso, Sposato (2007) afirmou que, a diminuição da maioridade penal significa um grande retrocesso no atual estágio de defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, pois a forma como o Estado e o Direito

---

<sup>1</sup> Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [julia.cfaria@outlook.com](mailto:julia.cfaria@outlook.com)  
OrcID:

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Linguagem (UNIVÁS) e Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [lidia.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:lidia.pereira@unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1648-966X>

tratam seus jovens é um indicador na avaliação do processo civilizatório. Dessa forma, os direitos essenciais, assegurados pelo ECA, devem ser respeitados e defendidos.

Em segundo plano, é importante observar que as instituições governamentais são responsáveis por difundir ideias que alimentam a sociedade, além de funcionarem como reguladoras a partir da lei, sem distinguir os indivíduos. Tendo em vista o que foi apresentado, de acordo com Kerstenetzky (2015), a violência nas cidades faz distinção entre origem, cor, raça, etnia, sexo, orientação sexual e, por isso, toda população é vulnerável, ou por uma atitude criminosa organizada, ou ainda por uma ação cotidiana, de forma que os indivíduos que convivem no caos da atual sociedade são vítimas. Portanto, entende-se que haverá ainda mais segregação, a qual desencadeará na perpetuação do preconceito racial, financeiro e sexual, fazendo com que apenas a parcela mais vulnerável da sociedade sofra as consequências desumanas dessa medida.

Outrossim, identifica-se que as ações cruéis não são benéficas para o processo de formação dos indivíduos, ou seja, atitudes violentas, que podem ocorrer durante abordagens policiais ou dentro de penitenciárias, alimentarão apenas um espírito de vingança e não contribuirão para o desenvolvimento pessoal e amadurecimento do ser. Seguindo esse raciocínio, França (2008) pontuou que a imputabilidade é a condição de quem é capaz de realizar qualquer ação com discernimento, sendo um fato psíquico e abstrato e, ao concluir uma infração, a pessoa torna a atitude um fato concreto. Ao levar isso em consideração, entende-se que, para o indivíduo desenvolver seu discernimento, é necessário estar condições de acolhimento para que assim ele aprenda determinar o que é certo e o que é errado sem ser reprimido por um sistema.

Diante do contexto apresentado, conclui-se que a transição da idade mínima pode desencadear uma série de consequências negativas durante o período de desenvolvimento e amadurecimento do indivíduo. Tal fato, pode ser exemplificado ao analisar que a repressão, na maioria das vezes, violenta, leva a pessoa a desenvolver um espírito de vingança, assim como no livro *Capitães da Areia* (1988), no qual os jovens em situação de vulnerabilidade se revoltam com o cenário que estão inseridos. Além disso, nota-se que o Brasil conta com um racismo estrutural que será atenuado com essa medida. Dessa maneira, a difusão de informações sobre esse assunto, bem como, a maior divulgação das leis, são necessárias para que a sociedade se torne melhor informada e para que esses ideais ajudem a desenvolver cidadãos amadurecidos e responsáveis. Com essas medidas,

crianças e adolescentes terão tempo suficiente para criar discernimento para tomarem decisões e arcarem com as consequências, sem serem reprimidas nesse processo.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 92ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

KERSTENETZKY Maíra Souto Maior. A ilusão da redução da maioridade penal como solução da violência infanto-juvenil. **Revista Transgressões: Ciências criminais em debate**. v. 1, n. 2, p. 97–113, 2015.

SPOSATO, Karyna Batista. **Porque dizer não à redução da idade penal**. UNICEF: 2007.



## REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: SOLUÇÃO OU ENGODO?

### *REDUCTION OF CRIMINAL MAJORITY: SOLUTION OR DECEIT?*

Marilyn Christine Magalhães de Castro<sup>1</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

Lidia Noronha Pereira<sup>2</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

Atualmente, no Brasil, a pessoa só responde a um crime com base no código penal a partir dos 18 anos de idade. Isso quer dizer que uma pessoa menor de idade responderá pelos seus atos de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há pessoas que defendem essa legislação, como também existem outras que querem diminuir essa maioria para 16 anos. Desse modo, para discutir tal ponto, o presente ensaio tem como objetivo defender a atual maioria penal, elencando os pontos sociais e legislativos a esse respeito.

Primeiramente, o maior ponto de discussão, diante desse tema, é se o adolescente é psicologicamente capaz de responder por um crime. Frente a isso, Alves (1998) diz que todo aquele que é mentalmente sã e pratica um crime deve responder pelo mesmo perante o Estado. No entanto, Nucci (2003) estabelece três critérios fundamentais para que o indivíduo seja considerado plenamente capaz: o biológico, o psicológico e o biopsicológico. Dessa forma, para a autora, somente após completar dezoito anos é que o cidadão passa a ter condições mínimas para sofrer penalidades perante os crimes cometidos.

Ainda assim, existem muitas características de um indivíduo a serem analisadas. Para Kerstenetzky (2015), a redução da maioria penal vai além do fator idade. Inegavelmente, há a existência de diferenciação quando uma pessoa vai ser penalizada. Para a autora, etnia, gênero e classe social são fatores de grande peso no momento de penalizar um infrator no Brasil. Isso significa que as condições de vida de uma pessoa podem, sim, interferir na forma como ela será julgada.

Mas, **por** que seria necessário a redução de idade no momento de penalizar alguém? Em que momento a pessoa foi introduzida a cometer um ato ilícito? De acordo

---

<sup>1</sup> Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [marilyn.castro@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:marilyn.castro@sou.unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0009-0001-9973-1449>

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Linguagem (UNIVÁS) e Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [lidia.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:lidia.pereira@unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1648-966X>

com Sposato (2007), a forma como o Estado trata a infância e adolescência das pessoas é o real problema. A princípio, a ideia de redução da maioridade penal é apenas o resultado de um retrocesso no desenvolvimento civilizatório dessas crianças. Antes de tudo, os direitos da criança e do adolescente são garantias de um melhor desenvolvimento para esse grupo social e, ao retirar esses direitos, o resultado seria contraditório.

Nesse passo, diante da condição de superlotação dos presídios brasileiros, a redução da maioridade só faria inflar a população carcerária do país. Se condenados, saber para onde irão os adolescentes é de extrema importância, já que realidade das prisões é dura. Como por exemplo, pode ser citado o filme *Carandiru* (2003) que relata um acontecimento real, no início dos anos 90, na capital de São Paulo. Nele, é revelado o cotidiano dentro de um dos maiores presídios brasileiros - cotidiano esse marcado pela falta de condições de vida e pela grande chance de um envolvimento maior com tráfico de drogas e crimes de alta escala. Além disso, o filme mostra a vida de alguns presidiários que, ao contarem suas histórias, percebe-se que a adolescência da maioria dos então encarcerados foi prejudicada pelo modo de viver e pela falta de auxílio do Estado.

Desse modo, frente aos pontos aqui elencados, é de suma importância afirmar que tanto a criança quanto o adolescente conquistaram direitos fundamentais, sendo, assim, assegurados por lei a ter dignidade, liberdade e segurança (BRASIL, 1991). Portanto, antes de o Estado punir um adolescente, ele deve priorizar a educação, o auxílio psicológico e financeiro desses pequenos cidadãos. Nessa perspectiva, e sem a pretensão de esgotar o assunto, as referências acima citadas justificam e reforçam a nossa opinião contrária à redução da maioridade penal no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Roque de Brito. **Crime e Loucura**. Recife: FASA, 1998.

BRASIL. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

CARANDIRU. Héctor Babenco. São Paulo, SP, 2003. Globo Filmes; HB Filmes e Columbia Tristar.

KERSTENETZKY, Máira Souto Maior. A ilusão da redução da maioridade penal como solução da violência infanto-juvenil. **Revista Transgressões: Ciências criminais em debate**. v. 1, n. 2, p. 97-113, 2015

NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SPOSATO, Karyna Batista. **Porque dizer não à redução penal**. UNICEF, 2007.

## ALÉM DA SUPERFÍCIE: POR QUE OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS SÃO MAIS DO QUE APENAS ARQUIVOS DA INTERNET?

*BEYOND THE SURFACE: WHY OPEN EDUCATIONAL RESOURCES ARE MORE THAN JUST INTERNET FILES?*

Heverton Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Luiz Antonio Staub Mafra<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alfenas<sup>2</sup>

### RESUMO

O avanço da internet promoveu uma transformação significativa no acesso à informação e possibilitou a disponibilidade de uma ampla variedade de recursos educacionais on-line. Dentre esses recursos, destacam-se os Recursos Educacionais Abertos (REA), os quais apresentam oportunidades valiosas para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem no âmbito da educação básica, especialmente em relação à Educação Inclusiva. No entanto, é crucial estabelecer distinções claras entre os REA e outros tipos de arquivos disponíveis na internet, além de superar possíveis obstáculos legais que possam restringir a utilização desses recursos. Este artigo tem como objetivo geral fornecer informações práticas com o intuito de auxiliar os professores nesse processo. Para tanto, a pesquisa adotada possui natureza descritiva e bibliográfica, com resultados que visam contribuir para a compreensão dos REA como um conhecimento coletivo e propriedade social, além de explorar sua aplicabilidade no contexto da inclusão escolar.

**Palavras-Chave:** Recursos Educacionais Abertos. Educação Inclusiva. Educação.

### ABSTRACT

The advancement of the internet has revolutionized access to information and paved the way for a vast array of online educational resources. Among them, Open Educational Resources (OER) stand out, offering valuable opportunities to enhance teaching and learning in basic education, particularly from the perspective of inclusive education. However, it is crucial to differentiate OER from various on-line files and overcome potential legal barriers that may restrict their use. The overall objective of this article is to provide practical information to assist educators in this process. The research conducted is descriptive and bibliographic in nature. The results aim to contribute to the understanding of OER as collective knowledge and a social asset, as well as explore their applicability to school inclusion.

**Keywords:** Open Educational Resources. Inclusive Education. Education.

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e Graduado em Letras - Português e Inglês pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Atualmente é professor efetivo-regente de Língua Portuguesa-Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.  
E-mail: [hevertonferreira.letas@gmail.com](mailto:hevertonferreira.letas@gmail.com)  
OrcID: <https://orcid.org/0009-0003-4691-0632>

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2008) e Docente do Instituto de Ciências Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [luiz.mafra@unifal-mg.edu.br](mailto:luiz.mafra@unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-8409-650X>

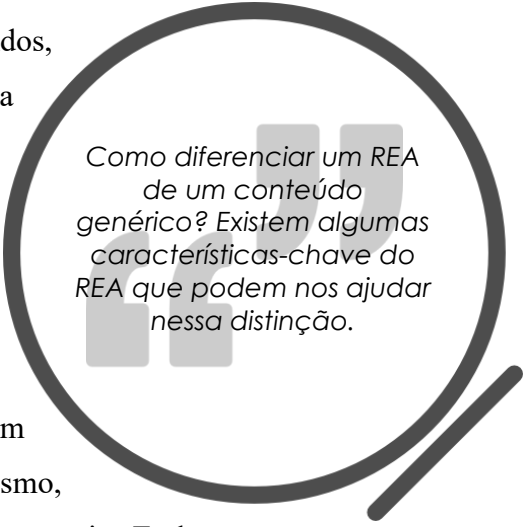
## DIFERENCIAÇÃO ENTRE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS E ARQUIVOS GERAIS DA INTERNET

Na era digital, temos acesso a uma infinidade de recursos educacionais disponíveis on-line. Em fração de segundos, é possível obter centenas de milhares de resultados para diversas pesquisas. No entanto, nem tudo que encontramos na internet é igual. Os REA têm suas diferenças em relação a outros recursos digitais disponibilizados na internet e é importante compreender a diferença entre eles para saber quais materiais podem ser utilizados legalmente na educação e aproveitar ao máximo as vantagens dos REA na promoção do aprendizado.

Nesse momento, você pode estar se perguntando: “O que são REA?”. Os REA são materiais educacionais que são disponibilizados com licenças abertas, permitindo que sejam utilizados, adaptados e compartilhados livremente (FURTADO, 2019). Esses recursos são criados por educadores, instituições de ensino, especialistas e até mesmo por alunos, e podem incluir desde textos e imagens até vídeos, apresentações, jogos educativos e muito mais. O objetivo dos REA é promover o acesso aberto à educação e estimular a colaboração e o compartilhamento entre os educadores. A ideia é simples: o conhecimento é um bem da humanidade e deve, portanto, estar acessível a todos.

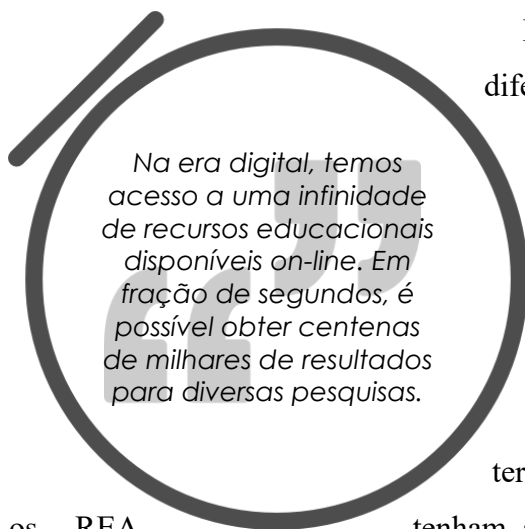
Por outro lado, em questão de segundos, basta “dar um Google”, para encontrar uma infinidade de recursos digitais na internet. Esses são materiais de natureza mais ampla e variada (atividades, provas e planos de curso em formato portátil de documento “pdf”, artigos de notícias, fóruns de discussão e vídeos virais) podem não necessariamente ter um propósito educacional específico ou, até mesmo, podem estar sujeitos a restrições de direitos autorais. Embora esses conteúdos possam ser úteis em certos contextos, eles não foram necessariamente criados e disponibilizados com a intenção de serem recursos educacionais abertos.

A novidade dos REA, portanto, não está na digitalização ou na distribuição gratuita de conteúdos educacionais pela rede. A questão central nesse conceito é a possibilidade de cópia, distribuição e adaptação oferecida pelas licenças abertas e formatos abertos que, junto com o avanço das novas tecnologias digitais, oferecem novas



*Como diferenciar um REA de um conteúdo genérico? Existem algumas características-chave do REA que podem nos ajudar nessa distinção.*

possibilidades de interação com os conteúdos (UNESCO, 2002). Com eles, qualquer pessoa pode contextualizar um conteúdo para sua realidade, traduzi-lo para seu idioma ou atualizá-lo de acordo com os mais recentes avanços científicos.



Na era digital, temos acesso a uma infinidade de recursos educacionais disponíveis on-line. Em fração de segundos, é possível obter centenas de milhares de resultados para diversas pesquisas.

De certo, surge, portanto, outra pergunta: como diferenciar um REA de um conteúdo genérico?

Existem algumas características-chave do REA que podem nos ajudar nessa distinção.

Primeiro, eles consistem em conteúdos de aprendizagem. Segundo, são baseados em formatos técnicos abertos. E, por fim, são disponibilizados sob licenças abertas. Em termos simples, essas características garantem que

os REA tenham a permissão explícita dos autores, permitindo maior flexibilidade e uso legal dos materiais. Essas características são consideradas avançadas em relação às leis brasileiras de direito autoral, pois os autores autorizam, dentro dos recursos, como outras pessoas podem utilizá-los em diferentes contextos. (VEIGA, 2022).

Para identificar um REA, é importante prestar atenção às suas características específicas, como esclarecidas anteriormente. Eles podem ser encontrados em diversas plataformas educacionais ou até mesmo em sites de instituições de ensino. Outra possibilidade para pesquisar os REA e diferenciá-los de um recurso encontrado on-line, é por meio de acesso às plataformas especializadas em REA, como a Plataforma MEC de Recursos Educacionais Digitais<sup>3</sup>, a plataforma Wikiversidade<sup>4</sup>, o site Educa Digital<sup>5</sup> e a plataforma *Open Education Consortium*<sup>6</sup>. Esses sites oferecem uma variedade de recursos educacionais abertos, categorizados por área temática, nível de ensino e tipo de mídia.

Entre as vantagens de utilizar REA é que esses recursos oferecem um leque de possibilidades para personalizar e adaptar o conteúdo às necessidades dos alunos. Os professores podem modificar, traduzir, complementar e até mesmo criar novos materiais com base nos REA existentes. Isso permite uma maior flexibilidade e criatividade na

<sup>3</sup> Disponível em: <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki>

<sup>5</sup> Disponível em: <https://educadigital.org.br/>

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.oiconsortium.org/>

abordagem do ensino, tornando-o mais inclusivo e adequado às características e necessidades individuais dos estudantes (MANTOAN, 2015).

Deste modo, os REA oferecem uma grande oportunidade para promover a Educação Inclusiva, que busca garantir a eliminação de barreiras e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, necessidades ou condições (BRASIL, 2015). Ao substituir a busca de recursos educacionais estáticos baixados da internet por REA, a ação pode operar como estratégia para superação de um modelo de passividade nas práticas educacionais escolares, tanto no que diz respeito à atuação dos professores, quanto na dinâmica do aluno ao colocá-lo como centro no processo de aprendizagem (STAROBINAS, 2012).

Finalizamos aqui observando que compreender a diferença entre REA e arquivos gerais da internet é essencial para usufruir com segurança legal os recursos educacionais disponíveis on-line. Além disso, enquanto os conteúdos gerais da rede podem seguir uma lógica de posse dos recursos e do próprio conhecimento, o conceito de REA surge em diálogo com a ideia de cultura livre e de participação, ao compreender que o conhecimento é um bem coletivo e social que deve estar acessível para todas as pessoas. Desta forma, os REA proporcionam uma abordagem personalizada e adaptável ao ensino, promovendo o compartilhamento e a colaboração entre educadores, que podem enriquecer o processo de aprendizagem e oferecer uma educação mais acessível e inclusiva.



### INDICAÇÃO DOS AUTORES

- Vídeo: **O que são os Recursos Educacionais**

**Abertos?** Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=MTrUZftwy\\_c&t=8s](https://www.youtube.com/watch?v=MTrUZftwy_c&t=8s). Acesso em 28 mai. 2023

- Site: Iniciativa Educação Aberta - Associação Brasileira de Educação a Distância. **IEA -**

**Associação Brasileira de Educação a Distância.**

Disponível em: <https://aberta.org.br/>. Acesso em: 28 mai. 2023

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 28 mai. 2023.

FURTADO, D. F. **Guia de bolso da educação aberta**. Brasília, DF: Iniciativa Educação Aberta, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015

STAROBINAS, L. REA na educação básica: a colaboração como estratégia de enriquecimento dos processos de ensino-aprendizagem. In: **Recursos Educacionais Abertos. Práticas colaborativas e políticas públicas**. (Orgs) SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N.L. São Paulo/Salvador: Casa de Cultura Digital/EDUFBA, 2012. p. 121-129. Disponível em: <http://www.aberta.org.br/livrorea/livro/home.html>. Acesso em: 27 mai. 2023.



UNESCO. Report. In: Forum on the impact of Open Courseware for higher Education in developing countries. **Final report**. Paris: Unesco, 2002. p. 1 - 30. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001285/128515e.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2023.

VEIGA, M. G. **Direito à Educação e os recursos educacionais abertos (REA) no auxílio às coordenações pedagógicas em época de pandemia**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 14, 19 de abril de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/14/direito-aeducacao-e-os-recursos-educacionais-abertos-rea-no-auxilio-as-coordenacoes-pedagogicas-em-epoca-de-pandemia> Acesso em 28 mai. 2023



## ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA LEI ORDINÁRIA Nº 7000/2022 DE COMBATE AO FEMINICÍDIO EM VARGINHA - MG

### CRITICAL ANALYSIS OF THE DISCOURSE OF ORDINARY LAW NO. 7000/2022 TO COMBAT FEMINICIDE IN VARGINHA – MG

Flaviane Aparecida Barbosa Rocha <sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Mônica Junqueira Cardoso <sup>3</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Caio Correia dos Santos Quina <sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Fernanda Mitsue Soares Onuma <sup>4</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

#### RESUMO

A violência contra as mulheres constitui uma das principais formas de violação de direitos, ferindo à sua integridade. Pode-se manifestar como violência física, moral, sexual, patrimonial, psicológica, dentre outras. Apesar das políticas públicas de combate a violência das mulheres, ainda existem práticas sociais de dominação que violam esses direitos. O Femicídio é um fenômeno social, que atinge proporções significativas da população feminina. Consiste no ápice do contexto abusivo a que as mulheres são submetidas, resultando na morte da vítima. Pretende-se, com esta pesquisa, investigar que tipo de mudança social subjaz no discurso da lei para combater a violência contra as mulheres, a partir da análise da relação dialética entre o discurso da Lei 7.000, de junho de 2022 que institui o dia 30 de maio como o Dia Municipal de Combate ao Femicídio e demais práticas sociais que envolvem o contexto de sua formulação. A Análise Crítica do Discurso, se dará a partir dos estudos de Norman Fairclough. Os resultados indicam que a violência contra a mulher persiste, há uma generalização da lei e perpetua uma ideologia patriarcal característica do estado neoliberal capitalista.

**Palavras-chave:** Violência. Femicídio. Reprodução Social. Estado. Análise Crítica do Discurso.

#### ABSTRACT

Violence against women is one of the main forms of violation of rights, harming their integrity. It can manifest as physical, moral, sexual, patrimonial, psychological violence, among others. Despite public policies to combat women's violence, there are still social practices of domination that violate these rights. Femicide is a social phenomenon, which reaches significant proportions of the female population. It consists of the apex of the abusive context to which women are subjected, resulting in the death of the victim. It is intended, with this research, to investigate what kind of social change underlies the discourse of the law to combat violence against women, from the analysis of the dialectical relationship between the discourse of Law 7,000, of June 2022 that establishes May 30 as the Municipal Day to Combat Femicide and other social practices that involve the context of its formulation. The Critical Discourse Analysis will be based on the studies

<sup>1</sup> Bacharel em Administração Pública e Bacharel em Interdisciplinar em Ciência e Economia pela UNIFAL-MG.  
E-mail: [flaviane.rocha@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:flaviane.rocha@sou.unifal-mg.edu.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4866-3056>

<sup>3</sup> Mestranda em Gestão Pública e Sociedade pela UNIFAL-MG e Pedagoga pela UNINTER.  
E-mail: [monica.cardoso@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:monica.cardoso@sou.unifal-mg.edu.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7993-7073>

<sup>2</sup> Bacharel em Interdisciplinar em Ciência e Economia e graduando em Administração Pública pela UNIFAL-MG.  
E-mail: [caio.quina@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:caio.quina@sou.unifal-mg.edu.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4522-1929>

<sup>4</sup> Doutora em Administração pela UFLA-MG. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFAL-MG.  
E-mail: [fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br](mailto:fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7392-2191>

of Norman Fairclough. The results indicate that violence against women persists, there is a generalization of the law and perpetuates a patriarchal ideology characteristic of the neoliberal capitalist state.

**Keywords:** Violence. Femicide. Social Reproduction. State. Critical Discourse Analysis.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres reflete um dos problemas mais iminentes que persiste no mundo e no Brasil. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de assassinatos de mulheres (TJRJ, 2021). O país apresenta dados extremamente alarmantes sobre esse tipo de violência. Segundo os dados do Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP, 2022), evidenciam que no primeiro semestre de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídios no Brasil, uma média de 4 mulheres por dia. Este foi o maior número de feminicídios registrado em um semestre, o fato ocorreu no momento em que o país teve o menor valor destinado às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (BRASIL, 2022).

Observando-se trabalhos anteriores em Administração e Administração Pública da base Spell, que reúne as publicações de maior impacto na área, percebe-se que neste campo ainda não existem trabalhos que busquem analisar a questão do feminicídio a partir do aporte teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) faircloughiana. Os trabalhos encontrados apontam para a ineficácia das políticas públicas de combate ao feminicídio, das revisões bibliográficas em relação ao tema e das análises sobre a construção da violência contra a mulher e do feminicídio, pesquisa realizada em dezembro de 2022. Logo, não foram encontradas pesquisas específicas quanto ao feminicídio utilizando a abordagem ACD de Norman Fairclough.

Dado isso, escolheu-se uma lei de um município pertencente ao Estado de Minas Gerais. A referida lei foi aprovada no município diante de pressão popular à Câmara dos vereadores, após a ocorrência de um crime de feminicídio que chocou a população local e o país. Dada a comoção popular em torno do caso, essa pesquisa tem como objetivo central, através da análise crítica do discurso da lei, apontar à população como a Lei 7.000, de junho de 2022, que institui o dia 30 de maio como o Dia Municipal de Combate ao Feminicídio se articula, dialeticamente, com as demais práticas sociais que envolvem o contexto de sua formulação e se tal lei aponta para uma mudança social em termos de combate a novos crimes de feminicídio na cidade.

Posto isso, o presente artigo está organizado: além da introdução, na primeira seção será apresentado o contexto histórico do feminicídio e conceitos essenciais para compreensão deste fenômeno. Na segunda seção, serão abordadas, a relação do feminicídio e responsabilidade do Estado e a questão da reprodução social. Na sequência, será discutida uma analogia do Estado ao feminicídio. Após isso, serão expostos os procedimentos metodológicos, respaldados na Análise Crítica do Discurso de Fairclough. E por fim, as discussões, análises de resultados e as considerações finais.

## **2 CONCEITOS BASILARES À COMPREENSÃO DO FEMINICÍDIO: GÊNERO, PATRIARCADO, DOMINAÇÃO, VIOLÊNCIA.**

Para um melhor entendimento acerca da violência contra as mulheres e o fenômeno do feminicídio, torna-se indispensável explorar os conceitos que o envolvem. Saffioti (1997) aponta que a violência de gênero está ligada à construção das relações de subjetividade e objetividade, em que sujeito e objeto vivenciam dois momentos distintos: o da fusão e o da autonomia. Já Federici (2019), esclarece que a violência de gênero está correlacionada aos processos históricos e a transição do sistema feudal para o capitalismo. Para a autora, o sistema capitalista é responsável pela produção da hierarquização dos trabalhos através do salário e invisibilidade do trabalho reprodutivo. Contudo, esses tipos de padrões, que posicionam mulheres em uma condição subordinada na sociedade, foram construídos com violência e intervenção estatal, resultando em uma relação social naturalizada (FEDERICI, 2019).

Assim, a violência de gênero, ou seja, a violência contra a mulher encontra-se ligada à questão estrutural, uma vez que a recombinação das tarefas produtivas e reprodutivas, e as relações homem-mulher estabelecem papéis sexuais na sociedade capitalista (FEDERICI, 2019). Posto isso, ao problematizar uma divisão entre gênero e classe, a autora postula que a categoria analítica gênero não pode ser abordada como uma realidade puramente cultural, mas sim, como uma particularização das relações de classe.

Schraiber e Oliveira (1999) debatem o mesmo tema e partem do pressuposto que a raiz destas violências está na “vontade”, no “impulso” do agressor, isto é, para as autoras não haveriam uma base estrutural, mas sim, um impulso individual. Já Fonseca (2012), aponta que a ocorrência da violência contra as mulheres está relacionada a conceitos distintos como: poder e coação; vontade consciente e impulso; determinismo e liberdade (FONSECA *et al.*, 2012, p. 308).

Dessa forma, as análises de Schraiber e Oliveira (1999) são contraditórias ao foco da análise desta pesquisa e da apresentada por Saffioti (2013), que considera as violências de gênero diretamente relacionadas com um tipo de violência física e/ou psicológica exercida contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas, sobre base de estereótipos de gênero, que impactam de modo negativo no bem-estar de pessoas, sobretudo, mulheres e população LGBTQIAP+ (SAFFIOTI, 2013).

Saffioti (2013) aponta que a violência de gênero é mais ampla que a violência contra as mulheres, abrangendo uma parcela maior de vítimas. Além de mulheres cisgênero (que se identificam com o estereótipo de gênero feminino atribuído historicamente ao órgão genital com o qual nasceram), pessoas de qualquer faixa etária, tanto homens cisgênero (que se identificam com o estereótipo de gênero masculino atribuído historicamente ao órgão genital com o qual nasceram) quanto pessoas LGBTQIAP+ estão sujeitas as violências de gênero devido quando rompe com normas sociais relacionadas ao estereótipo de gênero masculino e/ou feminino atribuído historicamente em sua época e localidade (SAFFIOTI, 2013).

Nesse sentido, a autora discute que gênero constitui uma categoria social e histórica, isto é, designa um conjunto de regras que regem as condutas femininas e masculinas e as relações sociais. Ainda postula que essa categoria regula todas as relações possíveis em uma sociedade (SAFFIOTI, 2013).

Federici examina o patriarcado por meio da análise histórica do capitalismo, sendo que este momento da acumulação primitiva de capital, entendido como o período de transição de sistemas de exploração (do feudal para capitalista) foi marcado pelo uso da violência a fim de disciplinar o corpo feminino. Essa construção resultou no surgimento de estratégias e relações de poder, a exemplo da “caça às bruxas” que, por meio do terror do Estado capitalista, visou incutir medo para frear as manifestações populares (lideradas, principalmente, por mulheres) e minar formas de solidariedade dentro das classes trabalhadoras pela disseminação da misoginia (FEDERICI, 2019).

Assim, Federici (2019) ressalta que o emprego de violência constitui um instrumento essencial de garantia da acumulação de força de trabalho. Pois para a autora, o corpo feminino continua sendo um requisito para acumulação de riqueza, funcionando como “máquina reprodutora” do sistema capitalista. Portanto, percebe-se a necessidade das classes burguesas em controlarem corpos, subjetividades e emoções das mulheres, uma vez que estas, por meio do trabalho reprodutivo, produzem e mantém pessoas que

compõem a mão-de-obra produtora de riqueza por meio da extração de mais-valia sobre o trabalho humano (FEDERICI, 2019).

Saffioti (2013) afirma que para executar o projeto de dominação-exploração, a categoria social homens, exige-se que sua autoridade seja violenta na finalidade de regular os papéis sociais que os indivíduos desempenham em sociedade. Assim, conforme exposto por Saffioti (2013) e Federici (2019), as diferentes formas de violência contra as mulheres representam um mecanismo para a continuidade das relações desiguais de poder, no intuito de garantir o acúmulo de capital a uma parte da sociedade, sobretudo, homens cisgêneros, brancos e heterossexuais das classes burguesas.

Quando se trata de patriarcado e capitalismo, ambos são, portanto, inseparáveis, pois no sistema capitalista os indivíduos são conduzidos a exercer funções no campo do trabalho visto como produtivo e reprodutivo, de acordo com relações de poder mediadas por normas/estereótipos de gênero de cada época e lugar (ONUMA; OLIVEIRA, 2021).

De acordo com o que Meneghel e Portela (2017) destacam, o feminicídio pode ocorrer em diversos e distintos contextos, o que faz com que as mortes resultantes deste tipo de crime, sejam heterogêneas e complexas. A violência de gênero, conforme exposto por Saffioti (2013), abrange mulheres transgêneros e cisgêneros, e as causas de morte, conforme Meneghel e Portela (2017), tem-se decorrência de cirurgias estéticas motivadas por atender padrões sociais de beleza feminina, bem como mortes de mulheres em clínicas de aborto clandestinas em razão da criminalização do aborto em nosso país. Porém, nem todas as violências citadas são incluídas nas estatísticas como feminicídio, embora sejam todas motivadas pela discriminação e subordinação das mulheres na sociedade patriarcal (MENEGHEL; PORTELA, 2017).

Assim, a violência contra as mulheres constitui um amplo ciclo de violências, que não ocorrem de forma isolada, que têm como características as agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial, que persistem em um processo de repetição que resulta na morte por homicídio (MENEGHEL; PORTELA, 2017). Além disso, tem-se o feminicídio como uma forma de violência que:

Inclui mortes provocadas por mutilação, estupro, espancamento, as perseguições e morte das bruxas na Europa, as imolações de noivas e viúvas na Índia e os crimes de honra em alguns países da América Latina e do Oriente Médio. A morte das mulheres representa então a etapa final de um continuum de terror que inclui estupro, tortura, mutilação, escravidão sexual (particularmente na prostituição), incesto e abuso sexual fora da família, violência física e emocional, assédio sexual, mutilação genital, cirurgias

ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade compulsória, esterilização e/ou maternidade forçada, cirurgias psíquicas, experimentação abusiva de medicamentos, negação de proteínas às mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas, a morte social e outras mutilações em nome do embelezamento (MENEGHEL; PORTELA, 2017, p. 3079).

O conceito de feminicídio descreve o assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade (MENEGHEL; PORTELA, 2017, p. 3079). De acordo com os autores, na maioria dos casos oficialmente registrados, os quais são principalmente perpetrados por companheiros ou ex-companheiros, observam-se como características o sentimento de posse e pertencimento da mulher pelo homem com que esta tem ou teve um relacionamento (MENEGHEL; PORTELA, 2017). Feitas estas considerações, passa-se, no tópico seguinte, à discussão do feminicídio como uma questão do Estado capitalista.

### **3 FEMINICÍDIO É UMA RESPONSABILIDADE DO ESTADO OU UMA FORMA DE COOPERAÇÃO NA REPRODUÇÃO SOCIAL?**

Em 7 de agosto de 2006 foi promulgada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sendo um mecanismo de proteção a mulher de inúmeras violências, principalmente a violência doméstica e familiar. Em 2015 ocorreu-se o reconhecimento e instauração no arcabouço jurídico da Lei do Feminicídio, tornando-se um tipificador de violências cometidas contra as vidas das vítimas em decorrência de seu gênero. Contudo, nos estudos de Quina, Dias e Onuma (2021) os números de casos de feminicídio aumentou no decorrer dos anos, revelando a essência do Estado frente aos casos de feminicídio, em razão da manutenção da reprodução social.

Tal convivência pode ser ilustrada pelo fato de que os casos mais frequentemente repercutidos pelos espaços midiáticos são aqueles que envolvem mortes anunciadas ou feminicídios íntimos, perpetrados por parceiros, maridos e ex-companheiros. Este tipo de crime ocorre com maior frequência entre mulheres pobres, migrantes, de grupos ou etnias desfavorecidas. Entretanto, também acontece entre mulheres de classe social elevada, motivado por ciúmes e desejo de posse da mulher pelo marido (MENEGHEL; PORTELA, 2017).

Desse modo, quando se pensa no fenômeno do feminicídio e na recorrência dos casos, pode-se compreender que este é um instrumento de controle do Estado neoliberal predominante no sistema capitalista, tanto para os homens quanto para as mulheres, como

apontado por Quina, Dias e Onuma (2021). Em vista disso, o Estado neoliberal é o que designa o Estado ligado ao capitalismo, para orientar a ação estatal.

Hirsch (2010) argumenta ainda que o Estado não se interessa em resolver conflitos violentos advindos da divisão de classes. O autor argumenta que o aparelho estatal está interligado ao funcionamento capitalista, que preza pelas relações sociais a partir da manutenção de condições que fortaleçam a exploração e opressão da classe trabalhadora. Trata-se de um mecanismo que assegura a condução do sistema capitalista por meio da inculcação social do imaginário social que compõe o Estado, entendido como consenso político das massas (QUINA; DIAS; ONUMA, 2021).

Isto posto, as próprias relações de gênero, como condição de abuso e coação, que geram pressão e opressão sobre as classes dominadas são formas de sustento das classes dominantes por meio do Estado (HIRSCH, 2010). A misoginia, o racismo e o ódio contra a população LGBTQIAP+ constituem o que Saffioti (2013) denominou de “válvulas de escape” do Estado capitalista: as pessoas das classes trabalhadoras passam a odiar, trocar acusações e perpetrar violências entre si sob falsa alegação destas minorias sociais serem a “raiz” de problemas sociais capitalistas ao invés de se organizarem e se solidarizarem com a luta contra a exploração capitalista pelas burguesias.

Uma vez explanada a relação entre o Estado e o discurso misógino como forma de dominação das classes trabalhadoras para fins de sua exploração, espera-se ter apresentado a importância para análise de discursos sobre formas institucionalizadas do Estado capitalista agir em relação a violências de gênero como o feminicídio. De modo a subsidiar a análise da lei que compõe o *corpus* desta pesquisa, apresenta-se, no tópico seguinte, apontamentos sobre o referencial teórico metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough.

#### **4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO CONFORME NORMAN FAIRCLOUGH**

O discurso para Fairclough (2019) é concebido como uma prática histórica, cultural e social, que perpetua sentidos no imaginário social. Os diversos tipos de discurso constituem uma reprodução dos sentidos sociais ao longo do tempo, sendo caracterizado por uma construção social, que inter-relaciona os sujeitos e o contexto. Nesse sentido, as transformações sociais implicam as formações ideológicas, alterando a prática social e o posicionamento dos sujeitos (FAIRCLOUGH, 2019).

Dado isso, a Análise Crítica do Discurso (ACD) busca demonstrar como o discurso



se envolve em relações sociais de poder e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, torna-se elucidar o oculto, desvelando as questões de poder e ideológicas presentes nas análises textuais. Sendo, principalmente, sua função em tentar discernir relações entre os elementos da vida social e a linguagem, diante das mudanças sociais, mesmo que estas alterações afetem apenas espaços singulares (MELO, 2009; FAIRCLOUGH, 2019).

A ACD proposta por Fairclough (2001; 2019) expõe que o processo discursivo deve ser analisado sob três dimensões interdependentes, sendo o texto, por meio da descrição, em que este inclui o léxico, as opções gramaticais e a sua estrutura; as práticas discursivas, compreendendo a sua interpretação nas relações sociais, em termos de sua produção, distribuição e consumo; e, por fim, as práticas sociais, sendo a explicação de como o texto se estrutura de aspectos hegemônicos e ideológicos. Assim, a ACD preza-se na compreensão da variabilidade entre as práticas e heterogeneidades em contraste com os processos de transformação históricos que são moldados através das lutas entre as forças sociais reprodutivas das relações existentes (MELO, 2009; FAIRCLOUGH, 2019). Logo, sua finalidade é delimitar uma análise capaz de compreender a complexidade das relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001; 2019).

Uma vez discutidos os pressupostos teóricos da ACD, serão apresentados a seguir a construção do *corpus* de análise de pesquisa, que corresponde à justificativa da Lei Municipal 7.000, de junho de 2022. Esta será explorada por meio da ACD elaborada por Norman Fairclough, tendo por base trechos específicos e interdiscursos (quando um discurso menciona outro) presentes no texto em análise que institui o dia 30 de maio como o Dia Municipal de Combate ao Femicídio no município.

## 5 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

A Lei Ordinária Municipal de Varginha - MG, nº 7.000, de junho de 2022, que institui o dia 30 de maio como o Dia Municipal de Combate ao Femicídio, retrata um assunto de competência legislativa do município, sendo estabelecida como norma jurídica, regulando a vida política na cidade. Isso posto, as leis ordinárias municipais podem ser de iniciativa do poder executivo ou de qualquer membro do poder legislativo. No caso aqui analisado, a lei parte de iniciativa do legislativo (Câmara Municipal) através do vereador desta urbe e delimita normas direcionadas ao combate ao Crime de Femicídio no município (VARGINHA, 2022).

Segundo a SEJUSP (2022), através de dados da Polícia Civil de Minas Gerais, no

município de Varginha, de 2018 a 2021 foram registradas, em média, 90 ocorrências mensais de violência contra mulheres. Somente nos primeiros 05 meses de 2021 foram registradas 499 ocorrências (SEJUSP, 2022). O que demonstra um aumento de violências cometidas contra as mulheres. Assim, a presente lei é uma resposta do poder público em garantir um dia de luta das mulheres (VARGINHA, 2022).

Em razão disso, a escolha do *corpus* para análise, sendo trechos da Lei Ordinária Municipal n° 7000/2022 justifica-se por dois motivos: primeiro, pelo fato que o município de Varginha tem apresentado diversos casos de violência contra mulher, principalmente o feminicídio, mas ainda não havia criado uma lei específica para tratar o assunto. Assim, após um caso específico de feminicídio, que causou repercussão nacional, teria levado o poder público municipal a tomar atitude, que originou a lei; e, secundamente, por uma escolha por critério amostral de conveniência, por residir no município e ter presenciado ocorrências no convívio social, além do interesse sobre o fenômeno.

Dado isso, a escolha da ACD permite elucidar através do objeto estudado as informações implícitas e explícitas manifestadas pelo autor e o texto. Além de buscar compreender, a partir da ACD de Norman Fairclough, a relação dialética entre o discurso da Lei, que prioriza o combate ao crime de Feminicídio, em detrimento de propensão de vulnerabilidade a violências e de uma tendência à reprodução social, voltada para o machismo e práticas patriarcais.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fairclough (2019) elenca que a análise da ACD permite a compreensão de uma questão ou problema relacionado ao discurso em determinada condição da vida social. Assim, parte-se para compreender a relação do problema com a Lei Ordinária Municipal n° 7000/2002 de combate ao feminicídio do Município de Varginha-MG, que institui o dia 30 de maio como o Dia Municipal de Combate ao Feminicídio. Buscando compreender os elementos que compõem as análises dos textos para cada dimensão do modelo ACD.

Dessa forma, investiga-se a compreensão do discurso do texto da Lei como relação dialética entre o aspecto semiótico deste discurso com a reprodução na sociedade, da banalização do fato e da criminalização de mulheres dada a disseminação de práticas sociais machistas, para a reprodução social. Uma das finalidades constitui-se ao concerne de tal dominação de determinados grupos sociais favorecidos, a partir da concepção de

hegemonia posta (FAIRCLOUGH, 2019).

Para isso, alguns pontos presentes no discurso da Lei Municipal, serão analisados através da assimilação tridimensional da ACD: o texto, a interação ou prática discursiva e a ação ou prática social. Verificando a sua conjuntura, compreendida através da composição de práticas que o discurso aqui tratado se encontra aplicado. Além disso, as práticas discursivas se darão por trechos selecionados da Lei. Estas serão analisadas de acordo com três elementos, que Fairclough (2001; 2019) define como a força ilocucionária do texto, os significados ideológicos e os significados interpessoais.

No quadro a seguir, a fim de facilitar a compreensão, quanto a realização dos procedimentos, está exposto os elementos analisados do texto para cada dimensão do modelo tridimensional da ACD de Norman Fairclough:

**Quadro 01** - Quadro adotado para a realização de análise do texto da Lei Ordinária Municipal nº 7.000/2022 a partir da Análise Crítica do Discurso em Norman Fairclough.

<b>Dimensão da Análise Crítica do Discurso e elementos analisados</b>	<b>Elementos analisados</b>
Análise das práticas sociais	Ideologia; Hegemonia.
Análise das práticas discursivas	Significados interpessoais (relações que o texto busca demonstrar); Força ilocucionária (intenções imediatas do texto e que o mesmo sugere); Significados ideacionais (crenças disseminadas no texto); Gênero discursivo (estilo e mídiun).
Análise textual Escolhas de vocabulário	Escolhas de vocabulário (sentidos das palavras estabelecidas para uso no texto).

Fonte: Elaboração própria com base Fairclough (2019) e Medeiros e Onuma (2022).

Na análise das práticas sociais, os elementos analisados conforme Fairclough (2001; 2019), são verificados aspectos ideológicos e hegemônicos presentes no texto. Dessa forma, a análise das práticas sociais possui como objetivo detectar sobre o discurso questões essenciais para constituição de sua interpretação frente processos de representar e/ou reafirmar um dado aspecto ideológico.

Já na análise da dimensão das práticas discursivas, busca-se a delimitação de uma

dimensão analítica do discurso. Os componentes analisados foram: Significados interpessoais, isto é, relações que o texto busca demonstrar. A força ilocucionária, ou seja, as intenções imediatas do texto e que o mesmo sugere. Os significados ideacionais, ou crenças disseminadas no texto da lei e o gênero discursivo, que se refere ao estilo e mídiu que o texto transmite. Optou-se pela análise do gênero do discurso em questão, a partir da análise dos elementos dos gêneros discursivos: mídiu ou meio que o discurso é transmitido e estilo que ocorre de diferentes modos, como narrativas, descritivas ou expositivas (FAIRCLOUGH, 2001).

Por fim, na análise da dimensão textual, que constitui parte da produção ou interpretação textual buscando detectar os aspectos formais que constituem o discurso em questão. O elemento analisado constitui-se das escolhas de vocabulário, ou seja, o conjunto, sentidos de palavras estabelecidas para uso no texto. No qual, será desenvolvida de acordo com o vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (FAIRCLOUGH, 2001; 2019). Apresentado os elementos para análise, em seguida, serão apresentados os resultados sobre a perspectiva da ACD de Norman Fairclough.

## 7 RESULTADOS E ANÁLISES

Primeiramente, será exibido o quadro expositivo com trechos do texto da Lei ordinária municipal nº 7.000/2022, cujo texto foi evidenciado no quadro a seguir, a fim de favorecer a compreensão da análise e com as indicações das linhas e parágrafos com intuito de facilitar a localização nas análises.

**Quadro 02** - Texto da Lei Ordinária Municipal nº 7.000/2022 organizado neste quadro com indicação de linhas e parágrafos do texto original.

Nº de linhas	Parágrafo	Texto
2	1	INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO FEMINICÍDIO.
4	2	O Povo do Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei,
7	3	Art. 1º – Fica instituído o Dia Municipal de Combate ao Femicídio, a ser celebrado, anualmente, no dia 30 de maio.

10	4	Art. 2º – Na data a que se refere o caput deste artigo, o poder público promoverá, especialmente nas escolas públicas, debates, seminários e outros eventos relacionados com o combate ao Femicídio.
14	5	Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
16	6	Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Fonte: Câmara Municipal de Varginha - MG: Lei Ordinária nº 7.000/2022, 29 de junho de 2022.

### 7.1 Análise das práticas sociais

No contexto neoliberal, constata-se a predominância da supremacia do homem sobre a mulher, vivenciando diferenças sociais e culturais entre os dois grupos pela sociedade. O que perpetua práticas machistas, de cunho discriminatório, que transmitem a imposição da ideologia das classes dominantes sobre as classes dominadas (SAFFIOTI, 1987). Com isso, resulta no desenvolvimento e na permanência da mão-de-obra no mesmo agrupamento. No qual, os filhos e filhas tendem a repetirem os mesmos papéis do pai e da mãe, fazendo com que o ciclo do sistema capitalista continue a girar, produzindo a acumulação de capital (SAFFIOTI, 1987).

Dado isso, a análise das práticas sociais sobre a Lei Municipal de Femicídio nº 7.000/2022, analisa o elemento ideológico, isto é, o conjunto de ideias que prevalece. Contudo, esse elemento não está explícito no texto da lei, porém identifica-se através do contexto da própria criação da lei no município de Varginha-MG, lembrando que no dia 30 de maio de 2022 ocorreu um crime de feminicídio contra uma jovem. A mídia a retratou como mulher branca, comerciante, de beleza “padrão”, sendo reconhecida como “a musa do cruzeiro” (O TEMPO, 2022; G1, 2022; REVISTA FÓRUM, 2022).

Nessa perspectiva de Federici (2017) aponta que a reprodução social se atrela com três elementos que são indissociáveis - raça, classe e gênero. O que permite compreender a justificação do objetivo não explícito no texto da lei e o sentido da repercussão do fato. Isso Saffioti (2013) verificava em seu estudo, o racismo, junto com a misoginia, é uma “válvula de escape” que serve para “distrair” as classes trabalhadoras do conflito social de fundo, que é a luta de classes. Em outras palavras, racismo e misoginia impedem a solidariedade entre as classes trabalhadoras, daí o texto de uma lei, enquanto instrumento normativo do Estado no contexto capitalista neoliberal só tratar do tema do feminicídio,

infelizmente, quando este causa comoção pública por conta do lugar socioeconômico e cultural ocupado por esta vítima de feminicídio na sociedade.

Outros casos ocorreram no município em 2022, mas não receberam a atenção devida do poder público e da mídia, na mesma proporção que o caso específico da jovem supracitada. Conforme dados do SEJUSP (2023), referentes à Violência doméstica; familiar; contra a mulher e de vítimas de feminicídio, fornecidos pela Polícia Civil de Minas Gerais, apontam o registro de 1.172 casos, no município no mesmo ano (SEJUSP, 2023).

A partir desses apontamentos esclarece-se o porquê das demais ocorrências de feminicídios não terem alcançado a mesma proposta de solução e repercussão que esse caso específico obteve. Não se trata de caso isolado de feminicídio em Varginha-MG. Mas devido a vítima pertencer a uma classe de prestígio na cidade e que atende a certo padrão de beleza socialmente imposto às mulheres, ganhou maior repercussão o que gerou atenção do legislativo local, demonstrando que a questão não está sobre a vítima, uma mulher, mas sim, na leitura que socialmente se faz das condições sociais da jovem (ONUMA; OLIVEIRA, 2022). Os casos de feminicídio de mulheres negras, por exemplo, embora também vítimas de violência fatal, não “chamaram a atenção” do legislativo municipal e nem das mídias de comunicação na mesma dimensão, o que reflete sobre os valores destas instituições, atuantes como aparelhos do Estado.

Com isso, compreende-se, que o objetivo não está exposto na lei. Porém fica claro, ao observar nos trechos os verbos, como no (§6, linhas 16–19) “*Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir...*”, há uma relação estabelecida, de autoridade e obrigação do poder municipal quanto a sociedade. Demonstra essa relação de superioridade e inferioridade socialmente construída, em que a lei aqui representada pelo poder do Estado representa justamente o garantidor dos interesses das classes dominantes sobre as classes dominadas e a disseminação das práticas machistas (MARX; ENGELS, 2015).

O caso foi transmitido nos principais jornais televisivos e foi destaque nos jornais de maior circulação de Minas Gerais e do país. Observa-se nos títulos das manchetes, a distorção da notícia, em que, os jornais quase nunca abordam “homem mata a mulher”, pelo contrário apresenta títulos que culpa a mulher pela própria ação sofrida (ONUMA; OLIVEIRA, 2022). Como verifica-se no G1 Portal de Notícias (2021), através do Jornal da EPTV, Sul de Minas que trouxe como título: “*Musa da torcida do cruzeiro e*

*apaixonada por cavalos saiba quem era (nome da vítima) assassinada pelo ex-namorado*”; no Jornal Alterosa Alerta, com o seguinte título *Crime: “Musa” do Cruzeiro é assassinada em Varginha*”, TV Alterosa Sul e Sudoeste de Minas (2022), dentre outros.

Posto isso, o que se verifica a partir do texto da lei é que o poder Executivo municipal estaria comprometido com a sociedade varginhense, gerando expectativa em coibir o crime de fato, e amenizar os casos de feminicídios, mas não exprime uma resposta. Ao contrário, promove um dia de rememoração. Isto evidencia a ação do Estado em manter o sistema, como se este “lavasse as mãos” dessa situação e através da lei instituída informar a sociedade que fez algo para amenizar os crimes e que está transferindo a responsabilidade para as mulheres de denunciar e enfrentar a violência, reproduzindo sua condição socialmente estabelecida. Revelando a sua identidade, como um aparelho estatal que não se identifica com o povo e pode ser usado contra o que mostra que este é o representante fiel da classe dominante (MARX; ENGELS, 2015).

Além disso, observa-se no texto da lei no Quadro 01 (§4, linha- 10-12) que: “*O poder público promoverá, especialmente nas escolas públicas, debates, seminários e outros eventos relacionados com o combate ao Feminicídio*”. O que revela a ação genérica da lei, sem explicar a ação e como irão implementar na prática para mudar o cenário violento do município, demonstrando a ineficácia da ação por parte do Estado.

Cabe lembrar que a lei de diretrizes da educação municipal de Varginha-MG, dada pela Lei nº 6.042, responsável por aprovar o plano municipal de educação PME, nos termos do art. 2º que são expostas as diretrizes do PME do município de Varginha - MG, verifica-se no parágrafo único o seguinte: “*Não será permitida direta ou indiretamente implantar, lecionar e aplicar a ideologia de gênero no âmbito do Município de Varginha*” (VARGINHA, 2022, p. 1). Posto isso, a lei mencionada proíbe o ensino de “gênero”, o que indica falta de clareza na postura do poder legislativo local em relação à proteção da vida de mulheres no município.

Uma vez que o poder municipal, diz que vai, uma vez por ano, promover a discussão sobre feminicídio, mas proíbe, no restante do ano, a discussão sobre gênero nas escolas municipais resulta que a lei é quase inócua e ignora que o feminicídio é sempre um crime evitável, pois decorre de um ciclo de violências anteriores, como mostra Meneghel e Portela (2017), em seus estudos, mas que o legislativo municipal impede que sejam discutidas ao longo do ano nas escolas.

Observa-se, portanto, que há uma relação dialética entre o discurso da Lei

Ordinária Municipal, e demais práticas sociais presentes (§6, linhas 16 –19), em que impõe uma relação de poder “superior” da instância estatal do legislativo municipal, enquanto nível operacional local do Estado capitalista neoliberal. Percebe-se, pois um tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, destacando a existência de um discurso hegemônico de homens sobre mulheres e classe dominante sobre a dominada. Em que a questão central, está na interpretação que socialmente se faz das condições sociais da jovem. Explica-se, assim, o porquê deste caso específico ter obtido maior atenção do poder executivo municipal em detrimento de demais casos ocorridos no mesmo município, com mulheres, negras e pobres.

Posto essa questão, evidencia-se que a criação do projeto de Lei Municipal tende a manter a disseminação de práticas patriarcais e não discutir o papel social feminino imposto por estereótipos de gênero. Dadas as dinâmicas da reprodução social capitalista por meio das estruturas e pré-condições de controle social pelo Estado, o resultado é que o texto da lei reproduz um discurso conservador neoliberal no município. Conforme criticava Saffioti (1987), desse modo em uma sociedade que perpetua ideologia neoliberal, expande-se o poder supremo que privilegia o homem em detrimento das mulheres (SAFFIOTI, 1987).

Portanto, a intenção imediata do texto ou a força ilocucionária que compõe o *corpus* analisado está em sustentar e consolidar a hegemonia da reprodução social às mulheres e o fenômeno do feminicídio como instrumento de controle social do Estado. Já o significado ideacional ou crença transmitida pelo texto é de que o feminicídio é visto de forma banalizada e romantizada, mas não apenas de uma lembrança, mas de que as vítimas se tornam responsabilizadas pela ocorrência.

## 7.2 Análise das práticas textuais e discursivas

O termo discurso, refere-se ao uso da língua podendo adquirir diversos tipos de gêneros. Assim os tipos de discursos, isto é, aos quais as pessoas recorrem quando se envolvem no discurso, significando convenções como gêneros de discurso e estilos (FAIRCLOUGH, p. 23, 2001). Por conseguinte, evidencia-se neste caso debatido, o gênero discursivo é a Lei Ordinária Oficial, ato normativo primário. Em relação ao estilo, o texto caracteriza por ser oficial, formal e escrito. Com estrutura específica, uso da linguagem genérica, a regulação se dá de modo intuitivo pelo uso dos verbos no modo indicativo, diferente do uso do imperativo encontrado em textos prescritivos. O tipo de



atividade dirige-se à prática legislativa.

Em vista disso, por se tratar de uma Lei Ordinária Municipal, admite-se que o domínio e acesso devem ser públicos. Todavia, o texto da lei em questão não possui fácil acesso, a mesma estava localizada no site da Câmara Municipal, e nem sequer no site da prefeitura do município ou site específico, para mais não tem ampla divulgação. Apesar de o texto ser de caráter público, aberto e disponível no site da Câmara Municipal (mídium), em que o texto se dirige ao leitor, nesse caso, o leitor é quem dirige-se ao texto.

Desse modo, o discurso aqui analisado como apontam Medeiros e Onuma (2022), possui um gênero textual com estrutura redacional de estilo oficial com espécies normativas e de proposição legislativa municipal, sendo assim, faz uso de um vocabulário normatizado e ritualístico do ambiente organizacional da assembleia legislativa da câmara municipal. Com efeito, por tratar-se desse tipo de vocabulário determina uma posição de hierarquia e um distanciamento do público-alvo em questão, as mulheres vítimas de feminicídio e toda sociedade em geral (MEDEIROS; ONUMA, 2022).

Ainda no trecho, (§3 linha 7) “*Fica instituído o Dia Municipal de Combate ao Feminicídio, a ser celebrado, anualmente, no dia 30 de maio*”, comprova a existência da intertextualidade no conceito. Uma vez que, demonstra que a lei existe apenas para fazer uma comemoração, uma celebração do fato ocorrido no município no dia 30 de maio. Como se fosse ocorrer um tipo de evento comemorativo apenas, destinado ao feminicídio, o que romantiza o incidente.

Posto isso, ao analisar a Lei de Feminicídio n° 7.000/2022, as justificativas propostas para elaboração e criação da mesma, não passam de uma reiteração de dinâmicas da reprodução social, que ilustra por meio da falsa ideia de que, a lei proposta tem por função garantir um dia de luta em que a sociedade e as instâncias públicas vão se reunir em torno de ações, de políticas de combate ao feminicídio e principalmente combatê-lo e impedir que mais mulheres sejam vítimas deste crime.

Porém verifica-se, na análise, que o modo que foi instituída reproduz uma lógica de caráter capitalista com ideários fundamentados na ideologia liberal. Uma vez que, a lei transmite apenas um papel de mando, não fornece suporte para combater, e sim demonstra que o próprio fenômeno do feminicídio é uma forma de controle no sistema capitalista tanto de mulheres quanto de homens, expressando que a função de combater de fato através desta lei municipal consiste apenas em expectativa, a realidade expressa é outra.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, pode-se observar relação dialética entre o discurso da Lei nº 7.000/2022 que institui o dia 30 de maio como o Dia Municipal de Combate ao Femicídio no município de Varginha-MG e demais práticas sociais que envolvem o contexto de sua formulação e o tipo de mudança social que subjaz no discurso da lei que se propõe a combater feminicídios no município. Por meio das análises das práticas sociais, foi possível desvelar como o feminicídio e demais violências contra à mulher colaboram para fortalecer a dominação patriarcal no Estado capitalista, por meio da reprodução social. As análises apontaram ainda o quanto a lei gera uma expectativa para a sociedade em coibir o crime contra mulheres, porém, o discurso da lei evidencia que agentes do Estado estão apenas mantendo sua função de reprodução social e não trazem uma proposta de prevenção e/ou combate a casos de feminicídio: pelo contrário, a lei estabelece apenas um dia de rememoração, com celebração formal solene que pode servir muito mais como palco para agentes públicos que para efetivamente atacar raízes do problema dos crimes de feminicídios no município.

Além disso, verifica-se no discurso da lei de combate ao feminicídio do município elementos que configuram uma postura sem clareza do poder legislativo local. Por exemplo: embora o texto da lei informe que serão realizados debates, seminários e demais eventos relacionados ao combate de feminicídio, não identifica de que modo estes eventos de possível conscientização serão abordados. Seriam estes promovidos junto às instituições escolares do município, como iniciativa de educação para prevenção de novos feminicídios? Neste caso, ao verificar a lei de diretrizes da educação municipal, observa-se que está proibido o que se chama de “ensino de gênero” nas escolas, o que contradiz o discurso da lei analisada. Cabe lembrar ainda que o conteúdo e o público destes eventos importam, pois de nada adianta realizar ações que não ajam nas causas do feminicídio. De que adiantaria, por exemplo, um evento em que apenas se trate de questões de segurança pública, sem garantir uma mudança de consciência, sobretudo, de homens, que conforme dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, constituem os principais autores de crimes de feminicídio?

A partir da ACD do discurso do texto analisado, percebeu-se a divulgação de um discurso hegemônico, que tende a manter a disseminação de práticas patriarcais e discutir o papel social feminino em que faz parte da utilidade e vontade a proteção dos cidadãos. Além disso, o caráter conservador do discurso do texto da lei, em termos de manter a

ordem social imbuída de elementos patriarcais, também foi verificado a partir da análise das práticas textuais e discursivas. Identificou-se no discurso da lei municipal a reprodução social, por meio, das próprias justificativas propostas para elaboração e criação da lei. A lei transmite uma função de cumprimento e não fornece suporte às vítimas de fato. Logo, através das práticas textuais, observa-se que há um distanciamento do público alvo, já que o acesso do texto da lei não se encontra de fácil acesso.

Posto isso, ao analisar o texto da lei municipal de combate ao feminicídio, é possível constatar que se trata de uma lei de feminicídio em um contexto de Estado capitalista, no qual simplesmente visa conter um conflito social, para transmitir à população a ideia de que alguma providência fora tomada a partir do feminicídio que gerou comoção popular local e nacional. Porém, por meio desta lei, o Estado capitalista neoliberal apenas cumpriu o seu principal papel: moldar os sujeitos e garantir ordem social, pois não interessa ao Estado capitalista superar violências contra mulheres, já que estas, juntamente com o feminicídio, consistem em uma forma de controle social (QUINA; DIAS; ONUMA, 2021). Mantendo mulheres atreladas a trabalhos reprodutivos no capitalismo de forma não ou mal remunerada além de garantir o amortecimento do conflito de classes, impedindo a solidariedade entre homens e mulheres das classes trabalhadoras a fim de que estes não se organizem para lutar contra o sistema capitalista. Logo, nota-se que a finalidade da lei é de manter a dominação do Estado capitalista opondo homens e mulheres dentro das classes trabalhadoras a fim de colaborar para disseminação da reprodução social, que produz e mantém o fator de produção mais importante na geração de valor capitalista: a força de trabalho.

Nesse sentido, por meio da ACD, segundo Norman Fairclough, foi possível investigar a lei municipal de combate ao feminicídios e as questões envolvidas em sua elaboração e consequências em termos de mudança social. Assim, para futuras pesquisas, sugere-se buscar compreender esta relação dialética do discurso da lei com a reprodução social, de outros municípios que instituíram lei(s) de combate a crimes feminicídio, para fins de comparação. Espera-se também que este estudo possa servir de material para elaboração de próximas leis municipais e políticas públicas, tomando os apontamentos da pesquisa como pontos de reflexão e questionamento para a criação de leis futuras que se atentem a formas efetivas de prevenção e combate a feminicídios.

## REFERÊNCIAS

- ALTEROSA. “Musa” do Cruzeiro é assassinada em Varginha. Crime: “Musa” do Cruzeiro é assassinada em Varginha. YouTube. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/FUlgdmFReKE>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.
- BRASIL. **Lei Federal Femicídio**. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em 08 de set. de 2022.
- DIAS, L. L.; ONUMA, F. M. S.; SANTOS, A. P. S. **A ferida aberta do Colonialismo: Com quais vidas humanas a gente se importa?** In: XLVI Encontro da ANPAD, EnANPAD 2022. 2022.
- FAIRCLOUGH, N. **A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades**. In: MAGALHÃES, C. M. (org.). Reflexões críticas sobre a análise crítica do discurso. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 2019.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FONSECA, D. H. *et al.* **Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais**. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, p. 307-314, 2012.
- G1. Portal de Notícias Brasileiro. **Musa da torcida do cruzeiro e apaixonada por cavalos saiba quem era (nome da vítima) assassinada pelo ex namorado em MG**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/05/31/musa-da-torcida-do-cruzeiro-e-apaixonada-por-cavalos-saiba-quem-era-nome-da-vitima-assinada-pelo-ex-namorado-em-mg.ghtml>.//Acesso em: 05 de jan. de 2023.
- HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado: processo de transformação do sistema capitalista de Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- IBGE. **Varginha - Panorama, pesquisas, histórias e fotos, mapas**. Portal do IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/varginha/panorama>. Acesso em: 23 de jan. de 2023.
- JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea. 2016.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015.

- MEDEIROS, A. C.; ONUMA, F. M. S. **A relação entre maternidade, reprodução social e neoliberalismo na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE)**. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), v. 28, p. 372-401, 2022.
- MELO, I. F. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Ano 05 n.11. 2009.
- MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. **Feminicídio: conceitos, tipos e cenários**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 3077-3086, 2017.
- MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 155-184, 2002.
- ONUMA, F. M. S.; OLIVEIRA, A. L. **A lente teórica da reprodução social contra a miopia sexista da 'cortina de fumaça' da falsa dicotomia entre lutas feministas e austeridade econômica no Brasil atual**. In: XLV Encontro da ANPAD, EnANPAD 2021. 2021.
- ONUMA, F. M. S.; OLIVEIRA, A. L. **Sobre vetores do feminicídio**. In: Feminicídio, ICSA, Relações Abusivas, Violência contra a mulher. UNIFAL. 2022.
- O TEMPO, Revista. **Feminicídio. Musa de organizada do Cruzeiro é morta a tiros pelo ex no Sul de Minas**. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/musa-de-organizada-do-cruzeiro-e-morta-a-tiros-pelo-ex-no-sul-de-minas-1.2676713>.// Acesso em 05 de jan. de 2023.
- QUINA, C. C. S.; DIAS, L. L.; ONUMA, F. M. S. **Por que o Estado é Ineficaz no Combate ao Feminicídio? Uma Análise Materialista do Estado**. In: XLV Encontro da ANPAD, EnANPAD 2021. 2021.
- REVISTA FÓRUM. **Quem era a musa do cruzeiro assassinada pelo ex por ter ido a um show em MG**. 2022.
- SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.
- SAFFIOTI, H. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade**. Lutas sociais, n. 2, p. 59-79, 1997.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão Popular, 2015.
- SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F. L. P. **Violência contra mulheres: interfaces com a saúde**. Interface – Comunicação, Saúde e Educação, v. 3, n. 5, 1999.

SEJUSP. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Dados abertos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Vítimas de Femicídio.**

Polícia Civil de Minas Gerais, 2022.

SEJUSP. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Dados abertos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Vítimas de Femicídio.**

Polícia Civil de Minas Gerais, 2023.

VARGINHA. Câmara Municipal. **Lei Ordinária nº 7.000/2022.** Disponível em:

[https://www.legislador.com.br//legisladorweb.asp?WCI=LeiTexto&ID=90&inEspecieLei=1&nrLei=7000&aaLei=2022&dsVerbete=.](https://www.legislador.com.br//legisladorweb.asp?WCI=LeiTexto&ID=90&inEspecieLei=1&nrLei=7000&aaLei=2022&dsVerbete=) Acesso em: 27 de jul. de 2022.

VARGINHA, Prefeitura. **Prefeito Vérdi Melo sanciona Lei que institui o Dia**

**Municipal de Combate ao FEMINICÍDIO em Varginha.** 2022. Disponível em:

[https://www.varginha.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/7039/prefeito-verdi-melo-sanciona-lei-que-institui-o-dia-municipal-de-combate-ao-femicidio-em-varginha.](https://www.varginha.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/7039/prefeito-verdi-melo-sanciona-lei-que-institui-o-dia-municipal-de-combate-ao-femicidio-em-varginha) Acesso em: 07 de jul. de 2022

VARGINHA. **Lei de Diretrizes nº 6.042.** 2022. Disponível em:

[https://www.varginha.mg.gov.br/uploads/orgao-oficial-985\\_694783211.pdf.](https://www.varginha.mg.gov.br/uploads/orgao-oficial-985_694783211.pdf) Acesso em: 09 de jan. de 2023.

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O VAREJO ONLINE: ESTUDO DE MODA NO SETOR DE PASSOS (MG)

*CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR ONLINE RETAIL: FASHION STUDY IN THE PASSOS SECTOR (MG) TÍTULO EM INGLÊS*

*Carlos José Mendes<sup>1</sup>*  
IFSULDEMINAS

*Gustavo Clemente Valadares<sup>2</sup>*  
IFSULDEMINAS

*João Francisco Sarno Carvalho<sup>3</sup>*  
IFSULDEMINAS

### RESUMO

A fim de conhecer e entender como o setor de moda do vestuário de Passos (MG) tem se preparado para enfrentar o atual momento de instabilidade no ambiente de vendas online, foi proposto um estudo de caso com três empresas varejistas de vestuário que confeccionam suas peças na cidade. A proposta teve o objetivo de identificar os desafios e oportunidades para o setor, considerando que a cidade é um polo industrial do vestuário e abriga marcas conhecidas dentro e fora do país. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com representantes do comércio *online* de três empresas, teve caráter qualitativo e envolveu empresas de grande, médio e pequeno porte. Foram analisados os canais de vendas, a operação do comércio eletrônico e os desafios e oportunidades para o comércio eletrônico, buscando entender de forma ampla como o setor do vestuário na cidade está convivendo neste novo ambiente tecnológico. As evidências encontradas demonstraram os principais desafios a serem superados e as oportunidades a serem aproveitadas para o desenvolvimento do *e-commerce* no setor de moda do vestuário de Passos (MG).

**Palavras-Chave:** Varejo. Varejo online. Setor de moda.

### ABSTRACT

In order to know and understand how the clothing fashion sector in Passos (MG) has been preparing to face this moment of instability in the online sales environment, a case study was proposed with three clothing retailers that manufacture their pieces in the city. The proposal aimed to identify the challenges and opportunities for the sector, considering that the city is an industrial center for clothing and is home to well-known brands inside and outside the country. The research was carried out based on interviews with online commerce representatives from three companies, it was qualitative in nature and involved large, medium and small companies. The sales channels, the operation of electronic commerce and the challenges and opportunities for electronic

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS, *campus* Passos/MG). E-mail: [carlos.mendes@alunos.ifsuldeminas.edu.br](mailto:carlos.mendes@alunos.ifsuldeminas.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0967-491X>.

<sup>2</sup> Doutorando em Administração (UFLA), mestre em Administração (UFLA) e bacharel em Administração (UFLA). Professor do IFSULDEMINAS *campus* Passos. E-mail: [gustavo.valadares@ifsuldeminas.edu.br](mailto:gustavo.valadares@ifsuldeminas.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7990-4226>.

<sup>3</sup> Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) *campus* Passos (MG). Doutor em Inovação Tecnológica pelo ICEX/UFMG (2020). E-mail: [joao.sarno@ifsuldeminas.edu.br](mailto:joao.sarno@ifsuldeminas.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-8815-4773>.

commerce were analyzed, seeking to understand in a broad way how the clothing sector in the city is living in this new technological environment. The evidence found demonstrated the main challenges to be overcome and the opportunities to be seized for the development of e-commerce in the clothing fashion sector in Passos (MG).

**Keywords:** Retail. Online retail. Fashion sector.

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo passa por sérias crises econômicas, sociais e sanitárias e, dentro de um contexto de redução no consumo, as empresas varejistas precisam ampliar seus canais de distribuição no intuito de chegar a um número maior de consumidores.

Com o avanço tecnológico, o varejo *online* vem evoluindo com indicadores que superam os canais tradicionais de vendas. Em 2020, 38% da população brasileira realizou compras em lojas virtuais gerando um faturamento de R\$ 87,4 bilhões, em especial um canal de compras se destacou, com a ascensão dos aparelhos móveis impulsionando o *m-commerce* (*mobile-commerce*) esta tecnologia foi responsável por 53% do faturamento do *e-commerce* naquele ano (EBIT/NIELSEN, 2021).

Com a velocidade de expansão do comércio eletrônico, o marketing evoluiu do tradicional para o digital (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017), ditando novas formas de interações entre empresas e clientes, produtos com maior valor agregado, preços estabelecidos a partir da lógica do cliente, comunicação assertiva e vendas através de multicanais, demandaram o uso da tecnologia e transformaram o mix do marketing.

O planejamento direcionado a resultados, através da geração de valor para empresas e clientes, se tornou fundamental no ambiente de negócios. Enquanto empresas estão apresentando quedas no número de clientes em suas lojas físicas o *e-commerce* emergiu como uma alternativa significativa na alavancagem das vendas, chegando a clientes dentro de uma maior área geográfica (LIRA; DIAS; ARAUJO, 2004), também, reconduzindo-os às lojas físicas através da integração entre os canais de vendas.

Neste contexto, com o intuito de identificar quais são os desafios e oportunidades que o setor de moda da cidade possui no varejo *online*, este trabalho apresenta a seguinte pergunta-problematizadora: *como ocorre a operacionalização do varejo online no setor de moda da cidade de Passos (MG)?*

Sendo assim, temos como objetivo geral da pesquisa "descrever a prática da operacionalização do varejo online no Setor de Moda da cidade de Passos (MG)". Como objetivos específicos, traçou-se ainda: a) Identificar e descrever os principais canais de



vendas online; b) Descrever a operação do comércio eletrônico nas empresas; e c) Identificar os fatores positivos e negativos para a implantação e operacionalização do comércio eletrônico.

Para galgar os objetivos propostos, este trabalho está estruturado para além desta introdução com o referencial teórico que serve de alicerce para a discussão aqui proposta; seguido da metodologia de pesquisa e das análises de dados e, por fim, as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 VAREJO DE MODA NO BRASIL

Dinâmico e de grande importância para a economia do país, o vestuário enfrenta desafios e demanda estratégias adequadas aos contextos de mercado. Em meados do século XX e na década de 20, o setor era o terceiro maior do Brasil em importância econômica (CARVALHINHA, 2006).

Em um contexto de economia dinâmica, que oscila entre crescimento e estagnação, as empresas brasileiras devem se manter atentas ao cenário para desenvolver estratégias e tomar decisões eficazes no desenvolvimento de seu negócio. O segmento de varejo de moda é um dos mais sensíveis à economia, o que demanda mais atenção dos empresários (SEBRAE, 2019). Ainda de acordo com o Sebrae, as despesas com vestuário correspondem a 4,68% do total das despesas médias das famílias brasileiras, o que corresponde a R\$ 83,21 por mês e R\$ 998,52 por ano. O comércio varejista do vestuário está distribuído em número de estabelecimentos por regiões conforme a Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1-** Comércio varejista do vestuário por região

<b>Região</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>
Centro-oeste	97.746
Nordeste	220.428
Norte	68.688
Sudeste	514.296
Sul	203.269
<b>Total Brasil</b>	<b>1.104.427</b>

Fonte: elaborado pelos autores a partir do portal DataSebrae (2020).

Em 2011 o comércio varejista apresentou seu melhor resultado de crescimento em vendas nas principais datas comemorativas comparados a 2010, já em 2016 os números

se mostraram adversos, demonstrando quedas de vendas em relação ao ano anterior, o que apontou preocupações para os momentos aos quais ocorrem os maiores volumes de vendas, conforme Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2** – Queda nas vendas do comércio varejista – datas comemorativas

<b>Data comemorativa</b>	<b>Crescimento 2011</b>	<b>Crescimento 2016</b>
Dia das Mães	12,4%	-8,4%
Dia dos Namorados	8,6%	-9,5%
Dia dos Pais	8,8%	5,1%
Dia das Crianças	5,8%	-4,7%
Natal	2,8%	-6,4%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SEBRAE (2019, p. 5).

As principais tendências de comportamentos dos consumidores de moda, conforme o Sebrae (2019), podem ser observadas em seus principais aspectos no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1** – Tendência de comportamentos dos consumidores de moda

<b>Novas gerações</b>	<b>Mídia e comunicação</b>	<b>Pessoas reais e influenciadoras</b>
As gerações Y e Z correspondem a 68,8 milhões de brasileiros, que são, em sua maioria, economicamente ativos e consomem a moda.	O teor das notícias econômicas impacta o comportamento de compra, além de influenciar o consumo de artigos de moda	Com a popularização de canais de comunicação, como YouTube, surgem formadores de opiniões e tendências no segmento.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Sebrae (2019, p. 10).

A tecnologia implementada nas vendas se coloca como um fator favorável para o segmento de varejo online de moda no Brasil, o que possibilitou uma evolução de 41% no faturamento de 2020 comparado a 2019 (EBIT NIELSEN, 2021).

A situação ideal para o segmento de varejo de moda é de amplo acesso à tecnologia, uso simplificado e que facilita o consumo. O ideal é que a tecnologia facilite os processos de compra e escolha de produtos. Neste cenário, a tecnologia favorável amplia o acesso a informações e formas de adquirir o produto, o que tende a gerar um aumento do consumo no varejo. Além disso, o empreendedor poderá utilizar as ferramentas para divulgar e solidificar sua presença no mercado (SEBRAE, 2019).

O varejo do vestuário tem se sobressaído diante dos diversos desafios enfrentados, em um contexto macroeconômico adverso e com forte pressão econômica, o acesso à tecnologia da informação nas empresas acende como um aliado na geração de valor para as marcas e com isso um conseqüente aumento no consumo. A valorização dos produtos do vestuário brasileiro depende de processos produtivos e de distribuição enxutos com foco em diferenciação no mercado e impulsionamento de marcas.

## 2.2 Comércio eletrônico

A tecnologia da informação tem alterado cenários mercadológicos a todo momento e as empresas precisam estar atentas às mudanças tecnológicas que vêm afetando o ambiente de negócios no intuito de aproveitar as oportunidades emergentes. Na era do conhecimento, o comércio eletrônico surge após a popularização da internet, como uma estratégia de vendas dinâmica e vem crescendo vigorosamente como um novo canal de vendas.

A concorrência por produtos e serviços vem aumentando a partir de novos modelos de interação entre clientes e empresas (ALDAY; PINOCHET, 2002). Segundo Lastres e Albagli (1999), a internet veio para facilitar e multiplicar a comunicação entre pessoas e instituições em um mundo globalizado, introduziu entre muitas formas de interações de interesse econômico o comércio eletrônico, uma aplicação da tecnologia da informação que apoia processos produtivos em transações de bens e serviços. Ainda para estes autores, “O chamado *e-commerce* permite fortalecer a rede global de produção, comércio e tecnologia e os vínculos internos das corporações em uma ampla gama de situações (LASTRES; ALBAGLI, 1999, p. 84).”

Atualmente os consumidores buscam múltiplos canais de vendas e as empresas precisam ser capazes de direcionar suas estratégias para atender as demandas destes compradores. “A conectividade é possivelmente o mais importante agente de mudança na história do marketing. Embora não possa mais ser considerada novidade, vem mudando muitas facetas do mercado e não mostra sinais de desaceleração” (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017, p. 34).

Empresas inseridas em ambientes cada vez mais complexos, tecnológicos e escassos de recursos se vêm em cenários desafiadores com uma crescente exigência de identificar as necessidades e desejos dos clientes, buscando novas estratégias de

prospecção e fidelização através do marketing. Deste modo, é necessário conquistar o compromisso do consumidor com a marca, elaborando estratégias de prospecção e fidelização proporcionando uma melhor experiência para o cliente. Do marketing surge o onicanal onde a empresa busca estar onipresente em todos os canais de vendas físicos e virtuais.

Aumentar o compromisso do consumidor envolve o marketing onicanal, que fornece uma experiência *on-line/off-line* integrada aos consumidores independentemente dos pontos de contato. Pode incluir a experiência do cliente em uma loja física, um site, um aplicativo para celular, uma central de atendimento ou outro canal. O segredo não está apenas em cercar os consumidores com muitas opções de ponto de contato, mas fornecer uma experiência contínua à medida que eles passam de um canal para outro. É importante observar que os consumidores são, na verdade, indiferentes quanto ao canal. Eles não agem pensando no canal, mas esperam uma experiência coerente e contínua ao longo de seu caminho até a compra. (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017, p. 108)

Segundo Ortiz (2013) uma sociedade mais plural e que aspira voz própria para cada um de seus integrantes, individualizada e ao mesmo tempo mais coletiva, com ecos em qualquer lugar do mundo em tempo real, é a fonte de novos públicos e desafios para o profissional de marketing. Deste modo, Ortiz (2013) ensina que culturas e subculturas que antes não possuíam uma voz audível agora podem ser escutadas, negando ou conflitando com os pontos de vista antes considerados centrais.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa possui caráter qualitativa-descritiva uma vez que busca interpretar um fenômeno e aproximar do problema observando, analisando, correlacionando e descrevendo os fenômenos. Koche (2011, p. 47) ensina que a pesquisa qualitativa é baseada no "pensamento epistemológico descrito pelo método aristotélico, que consiste em analisar a realidade através das partes que podem ser observadas, para, em seguida, postular seus princípios universais, expressos na forma de juízos, encadeados logicamente entre si" (KOCHE, 2011, p. 47).

Utilizando o método de estudo de caso foram escolhidas três empresas de *e-commerce* misto (que comercializam produtos através de lojas físicas e *online*) do setor de moda do vestuário em Passos (MG). Respeitando os cuidados éticos para a pesquisa

em empresas, este estudo trata as organizações pelos nomes de Empresa A, Empresa B e Empresa C.

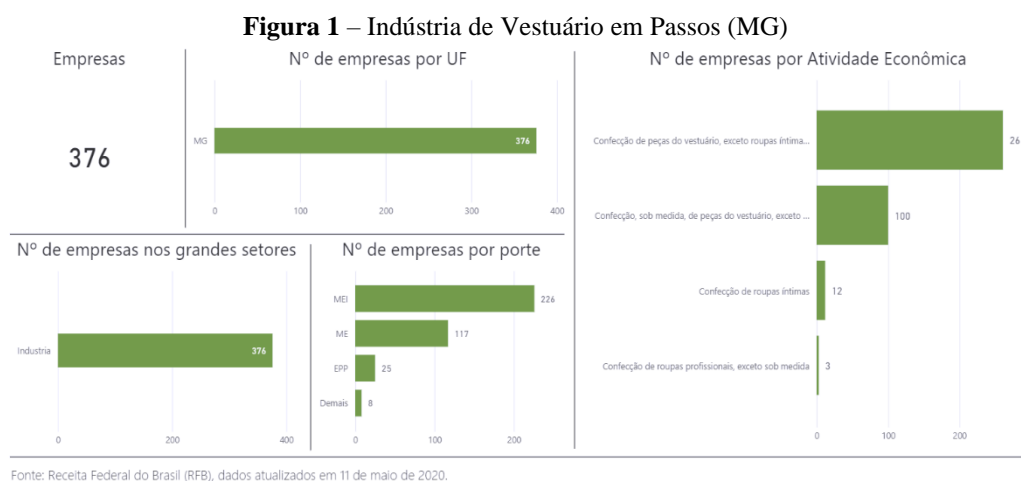
Objetivou-se descrever e identificar a prática e a operacionalização do comércio eletrônico no setor de moda do vestuário da cidade. Yin (2001) lembra que os estudos de caso contribuem para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Ainda em Yin (2001) é visto que o estudo de caso é uma estratégia que responde às questões de pesquisa “como” e “por que” e focaliza acontecimentos contemporâneos. O processo de coleta de dados foi realizado em três empresas de *e-commerce* misto (vendas online e presencial) do setor de moda do vestuário de Passos (MG). Foram aplicados roteiros de entrevistas aos entrevistados. A análise de dados foi realizada a partir da utilização da técnica de análise de conteúdo. Seguiu-se as sugestões de Mozzato e Grzyvodka (2011) para a sistematização dos dados. Realizou-se categorização em três itens: canais de vendas, operação do comércio eletrônico e desafios e oportunidades para o comércio eletrônico. A próxima seção do artigo apresenta as análises dos dados coletados.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Passos é um município do interior de Minas Gerais com população estimada em 115.970 habitantes (IBGE, 2021) e se encontra entre os quatro municípios mais populosos da região Sul/Sudoeste de Minas Gerais (IFSULDEMINAS, 2015).

Conforme o Painel de empresas do DataSebrae - SEBRAE (2021) o município possui um total de 376 indústrias do vestuário registradas pela Receita Federal, englobando a confecção de peças do vestuário, roupas íntimas, confecção de vestuário sob medida e confecção de roupas profissionais, este setor é formado, principalmente, por empresas de micro, pequeno e médio porte, a grande maioria, 261, são registradas como microempreendedores individuais. A figura 01, a seguir, ilustra a indústria de vestuário da cidade de Passos (MG).



Fonte: DataSebrae (2021).

Pela resolução N° 049/2015 de 01 de setembro de 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Sul de Minas Gerais, aprovou a criação do projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda, a partir de uma demanda municipal ancorada no desenvolvimento regional e no importante pólo de moda ao que se inclui o município Passense (IFSULDEMINAS, 2015).

O setor confeccionista lançou seu Arranjo Produtivo Local (APL) no dia 10 de dezembro de 2010. Resultado da parceria entre o Banco do Brasil, a Associação Passense das Indústrias de Confeção (Apicon), o Sebrae-MG, Associação Comercial e Industrial de Passos/Câmara dos Dirigentes Lojistas (ACIP/CDL), Sindicato do Vestuário (Sindvest) e a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (Sictur) (IFSULDEMINAS, 2015).

O vestuário Passense possui marcas de reconhecimento local, nacional e internacional, com design e qualidade, atraindo compradores, fomentando o comércio local e a geração de emprego e renda, além de levar, além de suas fronteiras, a moda produzida em Passos por representantes comerciais, lojas físicas e o *e-commerce*.

Os resultados partiram de dados coletados durante as entrevistas realizadas com uma auxiliar de *e-commerce*, uma gerente de *e-commerce* e uma empresária, representantes das empresas A, B e C. Foram confrontados os resultados com a literatura e o contexto atual pelo qual vivenciam as empresas de *e-commerce* na cidade de Passos. E, para uma melhor construção da análise, os resultados foram distribuídos por três subitens, tais como: Canais de vendas, Operação do comércio eletrônico e Desafios e Oportunidades para o comércio eletrônico.

#### 4.1 Canais de vendas

Atualmente os consumidores estão gradativamente mais conectados e as empresas precisam ter a capacidade de buscar novas estratégias de vendas para atender as demandas desses clientes. Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 34) lembram que “A conectividade é possivelmente o mais importante agente de mudança na história do marketing. Embora não possa mais ser considerada novidade, vem mudando muitas facetas do mercado e não mostra sinais de desaceleração”.

A evolução tecnológica vem favorecendo o comércio eletrônico tanto para empresas quanto consumidores, enquanto derruba limites mercadológicos para as empresas, também favorece ao consumidor que possui maior amplitude de escolhas.

Nos novos tempos, tem-se vivenciado a consolidação do varejo eletrônico como um importante canal de vendas. A partir da tecnologia da informação, os limites estão sendo derrubados, principalmente por meio da internet, onde o consumidor vem ampliando as alternativas de escolha e decisões. Facilidades como o acesso a estes recursos, a qualquer hora, eliminam o incômodo de se deslocar de casa para efetuar tais transações eletrônicas (ALDAY, 2002).

Com o advento do comércio eletrônico como nova estratégia de vendas para atender a um novo perfil de consumo, a diversificação de canais tem proporcionado uma maior conectividade com o cliente sendo necessário entendê-lo e proporcioná-lo experiências únicas.

Aumentar o compromisso do consumidor envolve o marketing onicanal, que fornece uma experiência *on-line/off-line* integrada aos consumidores independentemente dos pontos de contato. Pode incluir a experiência do cliente em uma loja física, um site, um aplicativo para celular, uma central de atendimento ou outro canal. O segredo não está apenas em cercar os consumidores com muitas opções de ponto de contato, mas em fornecer uma experiência contínua à medida que eles passam de um canal para outro. É importante observar que os consumidores são, na verdade, indiferentes quanto ao canal. Eles não agem pensando no canal, mas esperam uma experiência coerente e contínua ao longo de seu caminho até a compra (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017).

Corroborando com Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) e Alday (2002) os resultados demonstraram a utilização da conectividade por meio de instrumentos tecnológicos, ampliação da área geográfica de abrangência da marca, além do

direcionamento das empresas em ampliar seus canais de vendas com o comércio eletrônico, melhorando a experiência de compra dos clientes, conforme pode ser verificado no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2** – Canais de vendas

<b>Empresa</b>	<b>Canais de vendas</b>	<b>Resposta</b>
A	Loja física Representante Comercial Comércio eletrônico	“A gente trabalha com B2B e B2C, o consumidor final diretamente pelo e-commerce e temos também três lojas. E a gente trabalha também o B2B, através de representação. Então nós temos representação no Brasil todo e representação na Argentina também. (sic)”
B	Loja física Representante Comercial Comércio eletrônico	“Hoje a Empresa B atua no canal físico, ela tem lojas físicas em 2 estados, Minas e São Paulo, e tem a loja online, o varejo online. (sic)”
C	Loja física Representante Comercial Comércio eletrônico	“A gente tem a loja, tem revenda através de revendedores, e têm virtual, mas sem ser site próprio. Vendo pelo <i>Instagram</i> , <i>WhatsApp</i> , e eu vendo também no site da Dafit, que é uma terceirizada. (sic)”

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

As respostas do quadro 6 apontam que todas as empresas analisadas estão engajadas em ampliar seus canais de vendas e já possuem vendas online. Importante destacar que o canal de vendas presencial é o principal nas três unidades de varejo, porém, o comércio eletrônico aparece como mais um caminho para o aumento das vendas e na conquista de clientes e consumidores, cada vez mais, abertos a experiências de compra no ambiente digital.

Segundo o Sebrae (2016) as principais plataformas utilizadas para as transações B2C (*Business-to-Consumer*) no Brasil são as plataformas alugadas, redes sociais, plataformas próprias e os *marketplaces*. Os resultados do estudo corroboram com os dados do Sebrae identificando que as redes sociais estão presentes nas operações das três empresas. Entretanto, foram encontradas evidências que indicam que a empresa A não utiliza Marketplace e a empresa C que não possui plataforma de comércio eletrônico própria ou alugada, conforme o quadro 7.

Conforme a EbitNielsen (2021), os sites de buscas e redes sociais são os principais caminhos para os consumidores chegarem até as lojas online, o que não é diferente para o setor de vestuário, enquanto 15% dos consumidores utilizam sites de busca, 29% dos



consumidores utilizam as redes sociais, tornando as redes sociais as principais impulsionadoras de vendas para o vestuário. As respostas transcritas no quadro 7, demonstraram que as empresas pesquisadas, estão utilizando principalmente as redes sociais para impulsionar suas vendas e estão em consonância com o atual contexto mercadológico.

Ficou demonstrado no Quadro 3 que entre as três empresas, duas utilizam *marketplace*, e que a utilização de plataformas de *marketplaces* por parte delas, ratifica a tendência apontada pela pesquisa “O Perfil do E-Commerce Brasileiro” (BIGDATA CORP. 2020), indicando cada vez maior a migração do varejo online para diversos *marketplaces* como alternativa a um maior volume de vendas.

**Quadro 3** – Plataformas utilizadas para o comércio online

<b>Empresa</b>	<b>Plataformas</b>	<b>Entrevistado</b>
A	Plataforma própria Redes sociais	“Hoje a nossa maior é o Facebook”; “... hoje a gente não está em nenhum marketplace, hoje é só a nossa loja online mesmo, ...”; “... por e-mail, por WhatsApp, hoje cresceu muito o atendimento pelo WhatsApp, tirar dúvida, ajudar o cliente a comprar (sic)”.
B	Plataforma alugada <i>Marketplace</i> Redes Sociais	“É a nossa operação, ela é feita através da plataforma Tray, então a loja é toda concentrada nela... (sic)”. “...a gente tem a Dafit, o Mercado Livre a Magazine Luiza, e por último, agora a gente entrou na Shopee (sic)”. “Os nossos principais canais digitais são a própria loja virtual, é o tráfego pago feito pelo Google e os anúncios nas redes sociais (sic)”.
C	<i>Marketplace</i> Redes Sociais	“Vendo pelo Instagram, WhatsApp, e eu vendo também no site da Dafit, que é uma terceirizada (sic)”.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A utilização das redes sociais, sempre reafirmado pelas entrevistadas durante a coleta de dados, tem uma grande importância no impulsionamento das vendas, seja pelo marketing digital, venda online ou interação com o cliente. Além disso, as empresas aqui estudadas dedicam-se ao gerenciamento das redes sociais e os sujeitos entrevistados afirmaram que a utilização das redes sociais tem respondido de forma positiva aos anseios dos negócios que outrora realizavam apenas vendas presenciais.

Quanto a presença em *marketplace*, observou-se que as características destas plataformas, apresentadas na literatura, alta concorrência, preços baixos e contato indireto com os compradores são conhecidas pelas empresas e que os principais objetivos em

participarem destas plataformas está no aumento do volume de vendas e redução do estoque das coleções anteriores, sendo que as novas coleções têm sua vitrine em outras plataformas como as lojas virtuais e redes sociais.

Conforme identificado pela Ebit-Nielsen (2021) todas as regiões do Brasil apresentaram evolução substancial no varejo online. Em 2020 a região sudeste continuou na liderança com 52,6 % de participação e um crescimento de 44,1%. O que corrobora com os dados coletados junto às empresas que foram unânimes em apontar São Paulo, o mais populoso estado do sudeste, como o principal destino de suas vendas.

Quando questionadas às entrevistadas: “Qual região que concentra o maior volume de compras da sua loja?” foram recebidas as seguintes respostas:

Empresa A: É São Paulo. (P.R.V)

Empresa B: Ah, sem dúvidas é São Paulo, São Paulo é sempre o maior número. (R.A.N)

Empresa C: São Paulo. (F.F.C)

Apesar do principal destino ser o estado de São Paulo, a venda para outras regiões é ponto de interesse das empresas, elas têm consciência que para terem um maior alcance da marca e continuarem ampliando suas vendas é preciso entender que no comércio online não se escolhe para quem vende e sim é escolhida por quem compra.

#### 4.2 Operações do comércio eletrônico

A otimização da operacionalização no comércio eletrônico é essencial para um bom desempenho do negócio. Segundo Lastres e Albagli (1999) se tem verificado novas práticas de comercialização e consumo de bens, uma maior cooperação e competição entre as empresas, a partir da maior informação e conhecimento dos processos, apoiados em novos saberes e competências, em novos aparatos e instrumentais tecnológicos, novas formas de inovar e organizar o processo produtivo, ensejando a necessidade de novas abordagens na teoria econômica e de valor.

A partir dos dados coletados não foi possível identificar padrões de processos de vendas no comércio eletrônico destas empresas, devido às suas características duas possuem sua área dedicada ao varejo online e uma tem toda a operação do comércio eletrônico centralizada pela proprietária que atua através de interações em redes sociais e vendas em plataforma de *marketplace*. Mesmo entre aquelas que possuem uma estrutura

dedicada ao comércio eletrônico, não foi possível identificar um processo sistêmico a partir das respostas das entrevistadas, conforme o Quadro 4, a seguir.

**Quadro 4** – Descrição da operação no varejo online pelas entrevistadas

Empresa	Entrevistadas
A	“[...]pegar os pedidos da nossa plataforma, né, passar esses pedidos para expedição, como a gente tem estoques diferentes, é juntar todas as peças do pedido no mesmo local, porque aí, eu tenho que ver de onde que é a peça, de qual loja que é a peça e fazer a solicitação dessa peça, e o atendimento direto ao cliente, por e-mail, por WhatsApp (sic)” (P.R.V)
B	“[...] através da plataforma Tray, então a loja é toda concentrada nela, ela tem um layout simples e limpo para loja, então é fácil de navegar ali dentro. Tem as funções essenciais de marketing, pagamentos por cartão, boleto ou transferência, então ela é muito simples. As opções de envio são feitas pelos Correios ou transportadoras, o cliente escolhe na hora de finalizar a compra, qual que ele prefere. E a gente usa um outro sistema que chama Bling para poder gerenciar os estoques, porque a gente tem peças em marketplace também, então tem um lugar só para gerenciar os estoques de vários lugares que vende, que é a Dafiti, o Mercado Livre, a loja virtual que a gente chama que é a Tray, a própria plataforma Tray (sic)” (R.A.N)
C	“[...] Instagram, por exemplo, a pessoa manda mensagem, a gente pega o telefone, o WhatsApp e entra em contato no WhatsApp. Aí às vezes ela manda foto da peça que ela quer ou a gente manda foto do que a gente tem, ela conversa fala o tamanho, a cor, e tal, aí a gente passa o valor, a forma de pagamento, aí ela efetua a compra e depois a gente manda (sic).” (F.F.C)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Apesar de não serem identificados processos sistêmicos no varejo online destas empresas por falta de informações de outros departamentos da organização, observou-se a percepção da necessidade em terem uma melhor integração entre as áreas da empresa, principalmente aquelas em que o setor de *e-commerce* se coloca dependente, como as áreas de marketing e financeiro, responsáveis por etapas importantes do processo.

As empresas A, B e C, possuem como principal canal de vendas as lojas físicas, porém, o comércio eletrônico está em constante aprimoramento com implementação de novas tecnologias. Entre essas tecnologias pôde-se observar os processos de integração de estoques na empresa A e de pré e pós-venda online nas empresas A, B e C.

Segundo Pereira, Petroll e Fiates (2020) a utilização do Omnichannel, uma estratégia que busca fornecer uma melhor experiência ao cliente, vem, cada vez mais, sendo utilizada no mercado, a utilização de multicanais integrados e direcionados a gerar

valor para o cliente, se caracteriza em empresas buscar estar onipresente nos diversos canais de distribuição.

*“[...] as lojas daqui mesmo, de Passos, o sistema, todo o estoque dela é integrado no meu site, então, se tiver aparecendo no site o produto disponível, pode ser que ele esteja no estoque do e-commerce aqui, ou no estoque das lojas.” (P.R.V)*

Não alinhadas com estudos de Pereira, Petroll e Fiates (2020) nenhuma das empresas apresentaram uma operação integrada como omnichannel, apesar de possuírem multicanais, a única que apresentou integração entre os canais foi a empresa A, tendo somente a integração do estoque com as lojas locais, o que não configura uma integração suficiente para proporcionar uma experiência positiva para seus clientes, que esperam ter suas necessidades atendidas pela empresa em qualquer tempo ou lugar, e isso não é somente a disponibilidade de estoque é a empresa estar onipresente em todos canais, um complementando o outro.

As fases de pré-venda e pós-venda foram identificadas nas três empresas pesquisadas, utilizando e-mail, redes sociais e SAC, o que corrobora com Ferreira (2013) que, considerando estudos de fidelização de consumidores do comércio eletrônico, a tendência é que quando estes têm uma experiência online positiva tendem a fidelizar a marca.

*“[...]o pré-venda conta com estratégias de marketing, então quando tem promoção, são as divulgações dos anúncios, né, das promoções, novas coleções e aí a pessoa vai até o site a partir daquele momento, se ela tem alguma dúvida, ela entra em contato com o SAC e o SAC direciona ajuda, tira dúvida (sic)” (R.A.N).*

*“A pré-venda é o contato que a gente tem com o cliente, [...], a gente conversa no telefone, via WhatsApp, ou até no Instagram mesmo, e o pós-venda [...] a gente não entra em contato, assim, com todos os clientes que compra, [...] a gente dá um suporte, [...], a gente já conhece aqueles que já compraram, sabe, tem uma proximidade maior, conversa mais. Eles enviam as fotos, tipo quando tem novidade, a gente vai enviando as fotos.” (F.F.C).*

As respostas sobre a pré e pós-venda mostraram que as entrevistadas possuem conhecimento e utilizam as principais ferramentas tecnológicas do marketing digital. As fases que antecedem e precedem a venda se mostraram incorporadas ao negócio e, pela experiência destas empresas no processo de venda presencial, ficou facilitada a adaptação para o meio digital.

Um ponto importante foi a interação humanizada com os clientes, mesmo estando em um ambiente digital existe a percepção destas empresas que do outro lado tem um cliente e não uma máquina, os clientes não precisam somente de anúncios, precisam de esclarecimentos e muitas vezes, não basta uma interação digital, precisam de contato humano para ter atendidos seus anseios, o que torna a experiência de compra positiva, uma oportunidade de fidelização do cliente e, muitas vezes, a conquista de novos promotores da marca.

#### 4.3 Desafios e Oportunidades para o Comércio Eletrônico

Os desafios identificados nos dados coletados estão entre a logística, valorização da marca, marketing digital e integração comercial entre os canais físico e digital, setores em que as entrevistadas apontaram suas percepções dos pontos de inflexão.

Corroborando com Bornia, Donadel e Lorandi (2006) a logística passou a ser um importante indicador de desempenho dos negócios das empresas no mercado, sendo assim, a logística é um fator de sobrevivência para o negócio, o que foi enfatizado como um desafio, mesmo com a melhora do setor nos últimos tempos, o preço e prazo para o consumidor ainda é um fator decisivo de compra, o que pode ser verificado pela resposta da entrevistada P.R.V.

*“[...]hoje eu acho que um dos principais desafios é a logística. Pelo, tanto, por dois fatores: preço e prazo.” (P.R.V)*

A logística tem suas características regionais o que influencia o *e-commerce* em cidades do interior, a exemplo de Passos, a disponibilidade de empresas logísticas é menor e, com menor oferta de serviços, os varejistas do comércio online sofrem grandes influências nos preços e prazos dos fretes, o que diminui a capacidade de enfrentar concorrentes localizados em capitais ou regiões metropolitanas, para vencer estes obstáculos são necessárias melhores estratégias de vendas para atuação no mercado.

Conforme dados do Sebrae (2019), em um cenário de tecnologia favorável, é ampliado o acesso a informações e formas de adquirir produtos e as empresas, utilizando das ferramentas tecnológicas disponíveis, podem aproveitar para divulgar e solidificar sua presença no mercado.

O marketing digital se torna uma ferramenta importante para a definição de estratégias para o varejo online e a otimização de recursos disponíveis para as empresas atuarem no mercado.

O marketing digital pode ser definido como o conjunto de estratégias e ações realizadas pela coordenação da campanha utilizando os recursos que hoje disponibilizam a tecnologia da informação e da comunicação, tendo como objetivo uma maior eficácia na busca de novos caminhos para se comunicar e realizar as trocas desejadas com os diversos segmentos ou público-alvo (ORTIZ, 2012),

Os resultados apontam uma preocupação com a estratégia de preços, conforme enfatiza a entrevistada:

*“[...]eu acho que em geral, um desafio também do, da venda online, é você conciliar em valorização da marca, porque hoje quando você fala em e-commerce as pessoas já pensam direto em desconto (sic)”. (P.R.V)*

Os consumidores com mais informações, principalmente aquelas relacionadas ao preço, podem ser influenciados em sua decisão de compra. As empresas do varejo online precisam de uma maior eficácia nas estratégias de preço a partir da valorização de seus produtos para se diferenciar no mercado.

Lastres e Albagli (1999) dizem que em uma análise econômica verificam-se novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens, o que leva a cooperação entre os agentes com maior utilização de ferramentas tecnológicas, com novos padrões de atuação, inovação na busca de novas abordagens junto aos agentes de valor, o que determina uma nova forma de relacionamento entre os pares dentro de uma organização.

A empresa A acredita que:

*“[...] creio que indicar o site, hoje, isto é um problema para nós, o lojista, o nosso lojista, vê o site como um concorrente... (sic)” (P.R.V)*

Um desafio que as empresas ainda enfrentam com seus parceiros na integração dos seus canais de vendas aponta para a necessidade de novas abordagens em que todos saiam ganhando no relacionamento empresarial.

Segundo Ortiz (2012) uma sociedade mais plural e que aspira voz própria para cada um de seus integrantes, individualizada e ao mesmo tempo mais coletiva, com ecos

em qualquer lugar do mundo em tempo real, é a fonte de novos públicos e desafios para o profissional de marketing. O desafio para as empresas em encontrar um bom profissional de marketing digital pôde ser observado no relato da empresa C

*“[...]acho que as de marketing ainda é, ainda está bem, assim, atrasado, as da cidade[...]. (sic)” (FFC)*

Ter um profissional de marketing digital, muitas vezes, pode ser tratado como uma solução milagrosa para o comércio eletrônico, considerando que não basta somente ter um profissional, boas estratégias e decisões acertadas são essenciais para a definição dos tipos de ações de marketing colocadas em prática. Existem no mercado inúmeros profissionais capazes de pôr em prática as ferramentas do marketing. Estes profissionais não, necessariamente, precisam estar localizados na mesma cidade, podendo atuar de forma remota tendo em mãos informações suficientes do negócio.

As oportunidades se mostraram como um ponto de concordância entre as entrevistadas que pontuaram o aumento da área de atuação geográfica, a ascensão do varejo online e a busca pelo canal de vendas do varejo online que, a cada dia, recebe mais usuários.

Conforme Galinari *et al.* (2015), entre os benefícios que o comércio eletrônico proporciona às empresas destaca-se o aumento da área geográfica de atuação, enquanto uma loja física geralmente concentra suas vendas em áreas próximas, uma loja online pode ofertar seus produtos para todo o país ou até mesmo para outros países durante 24 horas por dia.

Corroborando com Galinari *et al.* (2015) os resultados demonstraram que as empresas pesquisadas percebem as oportunidades que o varejo online pode proporcionar com a amplitude da área geográfica, o que pode ser observado nos relatos da empresa A.

*“[...]as oportunidades, eu acho, que elas se encontram no poder de alcance, [...], o que a gente talvez não consiga alcançar só com o porta-a- porta. (sic)” (P.R.V)*

O aumento da área geográfica mostrou-se uma oportunidade para as empresas pesquisadas, que nos últimos anos viram uma queda de clientes em suas lojas físicas, recuperar a capacidade de vendas outrora conquistada pode ser primordial para que estas

empresas continuem no mercado. Os compradores do varejo online estão em todos os lugares, o que os diferencia dos compradores das lojas físicas que são limitados a região onde está localizada a loja.

Alday (2002) disse que nos novos tempos, tem-se vivenciado a consolidação do varejo eletrônico como um importante canal de vendas. Corroborando com esta afirmação, a entrevistada reforça a sua percepção de crescimento das vendas online e da tendência de consolidação deste crescimento:

*“Com a crescente, né, hoje, todo mundo sabe que cada vez mais o, a venda online, a tendência dela é crescer (sic)” (P.R.V)*

Com a população do Brasil estimada em 211,8 milhões de habitantes (IBGE, 2020) o varejo online agregou em 2020, 79,7 milhões de consumidores do e-commerce, ou seja, 38% da população utilizou o comércio eletrônico, 13,2 milhões foram novos consumidores, representando 17% dos e-consumidores no período registrando o melhor ano de crescimento da série (EBIT-NIELSEN, 2021).

Durante a coleta de dados, conforme resposta transcrita abaixo, foi identificado a percepção por parte das entrevistadas deste aumento de novos consumidores no varejo online e que esta oportunidade pode ser um diferencial para o varejo online do setor do vestuário, o que pode ser validado pelos dados da Ebit-Nielsen (2021).

*“As pessoas perderam o medo de comprar online, ... ..as pessoas que nunca imaginou que ia estar nas redes sociais, hoje elas estão, né, eu conheço várias pessoas já de certa idade, que eu jamais imaginava que ia tá e tá nas redes sociais, e tá comprando através das redes sociais, então a gente só tem a crescer. (sic)” (P.R.V)*

As oportunidades se mostraram em consonância com a literatura e com o contexto atual do comércio eletrônico, saber aproveitar estas oportunidades está em tomadas de decisões tempestivas para que no momento adequado elas possam ser um diferencial no desenvolvimento do comércio online destas empresas. O quadro 9, a seguir, ilustra os desafios e as oportunidades das empresas aqui estudadas.



Quadro 9 – Desafios e Oportunidades

Empresa	Desafios	Oportunidades
A	<p>“[...]hoje eu acho que um dos principais desafios é a logística. Pelo, tanto, por dois fatores: preço e prazo. (sic)”</p> <p>“[...] eu acho que em geral, um desafio também do, da venda online, é você conciliar em valorização da marca, porque hoje quando você fala em e-commerce as pessoas já pensam direto em desconto. (sic)”</p> <p>“Mas eu creio que indicar o site, hoje isto é um problema para nós, o lojista, o nosso lojista, vê o site como um concorrente [...] (sic)”</p>	<p>Pandemia: “vários clientes que tinham medo de comprar pelo site a única opção que eles tinham com todas as lojas fechadas era comprar pelo site, então acho que isso fez o cliente ver que não é um bicho de sete cabeças (sic)”.</p> <p>“Eu acho que é mais no sentido de geração de emprego [...] precisar de um funcionário de logística, mas eu vou precisar de um funcionário para fazer atendimento ao cliente, porque quanto mais cresce, mais, mais demanda eu tenho, [...] (sic)”.</p> <p>“Com a crescente, né, hoje, todo mundo sabe que cada vez mais o, a venda online, a tendência dela é crescer (sic)”.</p>
B		<p>“Olha acho que não só para Passos, mas para o mercado em geral, a perspectiva é de crescimento, é, a pandemia foi professora, né, nessa área do consumo. (sic)”</p> <p>“As pessoas perderam o medo de comprar online, [...]as pessoas que nunca imaginou que ia estar nas redes sociais, hoje elas estão, né, eu conheço várias pessoas já de certa idade, que eu jamais imaginava que ia tá e tá nas redes sociais, e tá comprando através das redes sociais, então a gente só tem a crescer, as oportunidades, eu acho que elas se encontram no poder de alcance, né, o que a gente talvez não consiga alcançar só com o “porta a porta”(sic).</p> <p>“[...]viu uma oportunidade de crescimento e expansão da marca, [...] (sic)”</p> <p>” O varejo online de moda ele só tende a crescer[...] (sic)”</p> <p>“dar oportunidade para profissionais da área de tecnologia[...] (sic)”</p> <p>“[...]eu acho que vai trazer alcance. (sic)”</p> <p>“[...]quando elas descobriram o e-commerce elas retornaram como cliente da Talento. (sic)”</p>
C	<p>“[...]acho que as de marketing ainda é, ainda está bem, assim, atrasado as da cidade né. (sic)”</p> <p>“[...] a minha empresa é pequena, eu não consigo manter o e-commerce, [...] (sic)”</p>	<p>“Cliente da loja, que compra tudo praticamente online. Eles não estão vindo mais até a loja. E assim eu acho que a tendência é sempre aumentar. (sic)”</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O varejo online vinha apresentando indicadores de crescimento acima do varejo tradicional a alguns anos, este crescimento acentuou-se com a pandemia de COVID-19,

com a busca por alternativas ao atendimento presencial, muitos consumidores tiveram a necessidade de acessar o comércio online para realizar suas compras. Diante deste fato, surgiram oportunidades para que as empresas, até então limitadas às vendas presenciais, passassem a atuar no comércio online para não terem suas vendas prejudicadas. Não foi diferente para o setor de moda do vestuário de Passos, quando as empresas aproveitaram, este momento delicado para os negócios, para impulsionar o comércio eletrônico no setor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas no Brasil vivenciam um momento de grande incerteza econômica, com quedas no consumo de bens que vêm ocorrendo nos últimos anos exigindo reduções relevantes dos custos e inovações na atuação mercadológica. E isso não é diferente no setor do vestuário que é suscetível a receber grande influência do ambiente macroeconômico, o que demanda às empresas do setor maior capacidade estratégica e decisória diante de cenários desfavoráveis em um mercado altamente competitivo.

Sob essa perspectiva, as empresas estudadas perceberam nos últimos anos que inovar é, também, aumentar as possibilidades de escoar sua produção, iniciando um novo processo de ampliação de seus canais de vendas, viram no ambiente virtual oportunidades para ampliar suas áreas de atuação e buscaram maiores conhecimentos a fim de implementar em seus processos novas ferramentas tecnológicas e aumentar seus lucros. A partir do investimento em marketing digital, reavaliação de suas cadeias produtivas e percepção das novas tendências no comércio de artigos do vestuário, passaram a introduzir o comércio eletrônico como um canal de vendas capaz de aumentar o alcance da marca e suprir a ausência de lojas presenciais que, por ajustes nos custos, se fez necessário encerrar as atividades presenciais.

Um dos objetivos propostos por este estudo foi identificar os principais canais de vendas online utilizados pelo setor de moda do vestuário em Passos (MG), a partir dos resultados pôde-se identificar a utilização de diversas ferramentas a fim de conectar o cliente com o varejo online das empresas, que se mostraram conscientes da importância da utilização destas ferramentas para proporcionar uma experiência positiva para os clientes.

A diversificação dos canais de vendas passou a incluir o comércio online com uma maior importância, apesar de terem como seu principal canal as lojas físicas. Foram

identificadas as principais plataformas online utilizadas, redes sociais, loja virtual e os *marketplaces*, o último mostrou-se uma oportunidade tempestiva para impulsionar o volume de vendas do varejo online. Também foi possível identificar o principal destino das vendas, São Paulo, que está de acordo com as pesquisas mais atuais do *e-commerce* no Brasil.

Identificar como é realizada a operação do comércio eletrônico no setor foi um desafio devido às empresas terem características distintas, sem padrões pré-estabelecidos, além de portes diferentes, porém, os básicos como a pré-venda, processo de venda, integração de estoques, logística de distribuição e pós-venda foram identificados. Os canais de vendas do comércio online não são integrados com o canal físico o que impede uma experiência original para os clientes.

Os desafios identificados foram os habituais do e-commerce, como a dificuldade na logística, valorização da marca versus estratégia de preços, dificuldade em ter um marketing digital adequado ao setor, além do desafio de integração de todos os envolvidos na cadeia produtiva do varejo online.

As oportunidades foram identificadas a partir de análise de conteúdo dos dados coletados e estão em consonância com a literatura. O aumento da área geográfica, o crescimento do comércio eletrônico nos últimos anos e a busca, cada vez maior, por consumidores pelo varejo online foram as oportunidades de negócio de consenso entre as empresas.

Este estudo de caso atingiu o objetivo de identificar os principais desafios e oportunidades para o varejo online no setor de moda de passos, porém teria um resultado mais abrangente se fossem realizadas entrevistas com outros setores envolvidos com o comércio eletrônico principalmente nas empresas que possuem maior estrutura composta por departamentos de marketing e financeiro.

A limitações do estudo se deram, primeiramente, pelo fato de ter ocorrido em um momento de restrições sanitárias como o isolamento social pelo momento pandêmico, impedindo que o pesquisador atuasse durante um maior período dentro das empresas pesquisadas. Com a COVID-19 direcionando a economia para um contexto de pessimismo, o inverso ocorreu com o comércio eletrônico, que se posicionou-se em um contexto otimista com um crescimento em 2022 acima do esperado pela série histórica, o

que pode ter elevado os resultados para patamares acima do esperado em um ambiente macroeconômico normal.

Para novas pesquisas faz-se interessante uma abordagem também quantitativa, para que se possa medir o crescimento do comércio eletrônico no setor de moda do vestuário de Passos em um determinado espaço temporal, levando em consideração quantidades de vendas e retorno financeiro, a fim de se ter uma visão ampla dos resultados que o varejo online possa proporcionar para o aumento das vendas e a lucratividade das empresas do setor.

## REFERÊNCIAS

ALDAY, Hernan Edgardo Contreras, PINOCHET, Luiz Hernan Contreras. A tecnologia e-Commerce como estratégia determinante no setor supermercadista. **Revista da F.A.E**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 11-21, set. 2002.

BIGDATA CORP. **O Perfil do E-Commerce Brasileiro**. 2020. Disponível em: <<https://newsroom.br.paypal-corp.com/pesquisa-perfil-do-e-commerce-brasileiro-2020-ritmo-de-expansao-do-total-de-lojas-online-no-brasil-e-superior-a-40-porcento-ao-ano>> Acesso em: abr. 2021.

BORNIA, Antônio Cezar; DONADEL, Cristian Mendes; LORANDI, Joisse Antônio. **A logística do comércio eletrônico do B2C (business to consumer)**. 2006. 8 p. XXVI ENEGEP, Associação Brasileira de Engenharia de produção, ABEPRO, Fortaleza/CE, 2006.

CARVALHINHA, Marília Piccinini da. **O Setor do Vestuário: Uma análise sobre as possibilidades estratégicas das empresas do vestuário no Brasil**. 2006. 149 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Sao Paulo, 2006.

EBIT | NIELSEN. 43ª ed. Webshoppers: Versão Free. 2021. Disponível em: <<https://www.ebit.com.br/webshoppers>> Acesso em: abr. 2021.

GALINARI, Rangel et al. **Comércio eletrônico, tecnologias móveis e mídias sociais no Brasil**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 41, p. 135-180, mar. 2015.

IFSULDEMINAS. Resolução, Nº 049/2015, 01 de setembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico e da criação do Curso Superior de

Tecnologia em Design de Moda – Campus Passos. Disponível em: <[https://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br/images/1\\_Campus\\_Passos/2018/1Cursos/Prod\\_Moda/resolucao\\_49-2015.pdf](https://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br/images/1_Campus_Passos/2018/1Cursos/Prod_Moda/resolucao_49-2015.pdf)>. Acesso em: abr. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos/panorama>> Acesso em: nov. 2021.

KOCHÊ, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e iniciação científica. Petrópolis, RJ. Vozes: 2011.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2017, 208p.

LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita. **Informação e Globalização na era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. 163 p.

LIRA, Waleska Silveira; DIAS, Virginia Motta Aguiar; ARAÚJO, Geraldo Maciel de. O Comércio Eletrônico: uma perspectiva de sucesso para as Organizações na sociedade da informação. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Faculdade Cenecista de Campo Largo Paraná, v.3, n.1, maio de 2004.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D.. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731–747, jul. 2011.

ORTIZ, Felipe Chibás. Ciclo do Marketing Digital: tática e estratégia blended. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, p. 64 a 76, v.2, n.1, jan-jun, 2013.

PAYPAL NEWSROOM. **Pesquisa "Perfil do E-commerce Brasileiro 2020"**: ritmo de expansão do total de lojas online no Brasil é superior a 40% ao ano. 2020. Disponível em: <<https://newsroom.br.paypal-corp.com/pesquisa-perfil-do-e-commerce-brasileiro-2020-ritmo-de-expansao-do-total-de-lojas-online-no-brasil-e-superior-a-40-porcento-ao-ano>> Acesso em: abr. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **3ª Pesquisa Nacional de Varejo Online**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/3%C2%BA%20Pesquisa%20do%20Varejo%20Online%20>>

%20VERSA%CC%82O%20FINAL%20SEBRAE%20(1).pdf>. Acesso em: abr. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **DataSebrae**. 2020.. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>>. Acesso em: abr. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Comércio varejo de moda**. 2019. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/011e25fbc3eb382604afbcc7c96629cb/\\$File/7485.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/011e25fbc3eb382604afbcc7c96629cb/$File/7485.pdf)>. Acesso em: abr. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001, 2ª ed, 205 p.



**APÊNDICE**  
Roteiro para entrevista

1. Qual o tipo de empresa?
2. Dentro do setor de moda qual é o segmento da empresa?
3. Em quais canais de vendas a empresa atua?
4. Em que contexto estes canais foram desenvolvidos?  
Como estes canais foram integrados?
5. Quais são as facilidades e dificuldades em se atuar no varejo online de moda em Passos?
6. Diante da pandemia do coronavírus quais são as suas perspectivas?
7. Como você vê o varejo online para o setor de moda em Passos, quais são as oportunidades e desafios enfrentados por esse canal?
8. Quais os motivos que te levaram a investir no varejo online?
9. Descreva a sua operação no varejo online?
10. Você utiliza plataformas de marketplace para realizar suas vendas? Quais? E se não utiliza, qual o motivo?
11. Quais os principais diferenciais da sua marca no e-commerce?
12. Qual a sua expectativa para o varejo online de moda?
13. Quais são os principais canais digitais que impulsionam suas vendas?
14. Quais estratégias de marketing você utiliza?
15. Como é realizada a pré-venda e o pós-venda?
16. Você possui alguma estratégia de fidelização?
17. Qual a região que concentra o maior volume de compras de sua loja?
18. Como o varejo online pode contribuir para o setor de moda em Passos?
19. Qual foi o impacto do varejo online nas suas vendas?
20. Deseja acrescentar mais alguma informação?

## EXCESSO DE CONFIANÇA E OTIMISMO EM DECISÕES EMPRESARIAIS

### OVERCONFIDENCE AND OPTIMISM IN BUSINESS DECISIONS

Rebeca Rossignoli Pires<sup>1</sup>

*Universidade Federal de Alfenas*

Fernando Batista Pereira<sup>2</sup>

*Universidade Federal de Alfenas*

#### RESUMO

Este trabalho revê a literatura existente sobre a teoria neoclássica e a teoria comportamental acerca da tomada de decisão, vieses de excesso de confiança e otimismo e sua relação com o empreendedorismo, possuindo como objetivo identificar eventuais lacunas de investigação sobre a compreensão da teoria comportamental no que concerne a racionalidade limitada do agente, a ação dos vieses em questão e analisar seu efeito no desempenho de gestores na tomada de decisão para serem exploradas futuramente. A metodologia utilizada neste trabalho é a revisão sistemática da literatura, a qual permitiu identificar e debater uma série de importantes estudos sobre este tema. Os resultados indicam que, mesmo com um grande arcabouço teórico no âmbito dos estudos comportamentais o estudo dos vieses de excesso de confiança e otimismo apresentados no ambiente empresarial compõem um campo de estudos relativamente recente. Foi possível constatar que os vieses cognitivos afetam em grande parte o processo decisório dos gestores empresariais, estes, dependendo do ambiente em que estão inseridos, sofrem em maior ou menor grau com a influência dos vieses e apesar de existirem maneiras de reduzir a influência dos vieses cognitivos em suas decisões, não seria possível tomar decisões totalmente livre da influência dos mesmos.

**Palavras-chave:** Finanças Comportamentais; Excesso de confiança; Otimismo; Tomada de decisão.

#### ABSTRACT

This paper reviews the existing literature on neoclassical theory and behavioral theory about decision making, overconfidence and optimism biases and their relationship with entrepreneurship, aiming to identify any research gaps on the understanding of behavioral theory with regard to the limited rationality of the agent, the action of the biases in question and analyze their effect on the performance of managers in decision making to be explored in the future. The methodology used in this study is the systematic review of the literature, which allowed the identification and debate of a series of important studies on this topic. The results indicate that, even with a large theoretical framework in the scope of behavioral studies, the study of the biases of overconfidence and optimism presented in the business environment make up a relatively recent field of studies. It was possible to verify that cognitive biases largely affect the decision-making process of business managers, who, depending on the environment in which they are inserted, suffer to a greater or lesser degree from the influence of biases and although there are ways to reduce the influence of cognitive biases in their decisions, it would not be possible to make decisions totally free of their influence.

**Keywords:** Behavioral Finance; Overconfidence; Optimism; Decision making.

<sup>1</sup> Bacharela em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

E-mail: [rebecarossignoli14@gmail.com](mailto:rebecarossignoli14@gmail.com)

OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-5127-8502>

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria, do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da UNIFAL-MG - Campus Varginha (MG).

Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG.

E-mail: [fernando.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:fernando.pereira@unifal-mg.edu.br)

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-5726-829X>.



## 1 INTRODUÇÃO

As teorias financeiras tradicionais são, em sua maioria, baseadas no arcabouço econômico neoclássico, o qual se fundamenta na racionalidade plena do indivíduo. Tal pressuposto irrompe com a premissa de que o agente toma decisões baseado apenas na maximização da utilidade e do seu bem-estar, sem a interferência de qualquer influência externa, a não ser suas próprias preferências pré-existentes (STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013).

Com o desenvolver das teorias comportamentais ao longo do século XX, constatou-se que o agente econômico não possui racionalidade plena, suas decisões são afetadas constantemente por diversos fatores como o não conhecimento de todas as informações no momento da decisão, vieses cognitivos e até mesmo fatores locacionais, históricos ou culturais influenciam a sua análise decisória, o que afeta a qualidade e certeza de tais decisões (WEBER; HSEE, 2000).

Diante desse fenômeno, o presente trabalho, por meio de uma revisão sistemática da literatura, tem como objetivo identificar eventuais lacunas de investigação sobre a compreensão da teoria comportamental no que concerne a racionalidade limitada do agente e ação dos vieses de excesso de confiança e otimismo, que possam ser exploradas futuramente. Ulteriormente, busca-se apresentar literaturas que apresentam a condição do agente mediante a influência dos vieses cognitivos supracitados e analisar como eles afetam o desempenho de gestores no momento da tomada de decisão.

Estruturalmente, o trabalho se divide em cinco seções. Além desta introdução expõe-se o debate da teoria neoclássica sobre a racionalidade plena do agente e o homo economicus com as teorias comportamentais, além de sintetizadas as definições dos vieses de otimismo e excesso de confiança. Adiante é exposta a metodologia adotada no trabalho. Na quinta seção é feita a discussão sobre os resultados da revisão e reflexões sobre o tema tratado, na parte final são feitas as considerações finais do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Teoria neoclássica vs. Teoria comportamental

As teorias de finanças tradicionais foram em sua maioria fundamentadas nas teorias neoclássicas microeconômicas, ancoradas nos pressupostos de plena racionalidade dos agentes econômicos, que agiriam somente em busca da maximização dos próprios interesses (utilidades), livres de influências externas, com base nas chamadas teorias

utilitaristas de Jeremy Bentham e Jean- Baptiste Say (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013; YOSHINAGA *et al.*, 2008).

Segundo Hunt e Lautzenheiser (2013),

O comportamento humano nunca era explicado como meramente habitual, caprichoso, acidental, supersticioso, religioso, altruísta ou, simplesmente, emocional e não racional. Todos os atos humanos passaram a ser vistos como consequência de decisões calculadas, racionais, nas quais o indivíduo agia de modo muito parecido com um contador, ponderando todos os lucros (prazeres) a serem obtidos com determinado ato, deduzindo todos os custos (dor) a serem causados por esse ato e, depois, escolhendo racionalmente o ato que maximizasse o excesso de prazer sobre a dor (p.192).

É possível perceber que na teoria utilitarista são descartadas influências externas e qualquer limitação na capacidade do homem em tomar decisões extremamente “corretas” segundo os preceitos da teoria. Hunt e Lautzenheiser ainda afirmam que nos escritos mais atuais sobre a microeconomia neoclássica, “Todo comportamento humano se reduz a tentativas racionais e calculadas de maximizar os lucros ou a utilidade; e a maximização dos lucros reduz- se, com frequência, meramente, a uma forma indireta de maximização da utilidade.” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p.193), demonstrando assim que para os neoclássicos o agente é um tomador de decisões completamente racional e seu comportamento dentro da sociedade se faz meramente em função de maximizar a utilidade em suas escolhas.

Em contrapartida, surgem diversas teorias que divergem quanto a descrição do comportamento humano quando observado no contexto de decisões, como as teorias de Herbert Simon, que apresentam a ideia de racionalidade limitada dos agentes: “Tal teoria preconizava que, mesmo com a intenção de ser maximizador, o indivíduo estava sujeito a cometer erros e omissões e naturalmente alcançar resultados ‘satisfatórios’ e não ‘ótimos’” (STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013, p.125). Fiori (2011) salienta que, para Simon, a racionalidade é considerada um princípio dos indivíduos no processo de escolha que os levam a uma decisão.

Simon adotava um enfoque maior na análise do comportamento do agente no âmbito organizacional, aplicando a teoria econômica no contexto gerencial, sendo possível observar a relação entre o homo economicus e o contexto gerencial no discorrer de suas obras,

Uma vez que este ‘princípio da eficiência’ é característico de qualquer atividade que tenta maximizar racionalmente o atendimento de certos fins com

o uso de meios escassos, ele é característico da teoria econômica assim como da teoria da administração. O ‘homem administrativo’ toma o seu lugar ao lado do ‘homem econômico’ clássico. (SIMON, 1947, p. 39)

É a partir das definições e teorias trazidas por Simon que o campo de estudos comportamentais ganha maior espaço na economia. Inicia-se uma maior observação do indivíduo e a constatação de que as teorias neoclássicas seriam ultrapassadas para analisar o comportamento do agente frente ao processo decisório. Contudo, tal expansão do campo comportamental ocorre somente décadas após as teorias de Simon discorrerem sobre as limitações racionais e cognitivas. Com seu início, o enfoque na relação entre o campo comportamental econômico e a psicologia surge com grande importância, reconhecida pelos próprios autores do chamado mainstream econômico (SATO, 2021).

Após as teorias de Simon, irrompe no campo econômico o enfoque nos estudos acerca de experimentos cognitivos e as heurísticas no processo de julgamento e tomada de decisão, no entanto, desde a mesma época de seus escritos já se observava o surgimento de estudos profundos na área. Para alguns autores a economia comportamental (EC) pode ser descrita como, “o estudo das influências cognitivas, sociais e emocionais observadas sobre o comportamento econômico das pessoas. A EC emprega principalmente a experimentação para desenvolver teorias sobre a tomada de decisão pelo ser humano” (SAMSON, 2015, p. 26).

Com a expansão dos estudos, surgem importantes autores que desenvolveram diversos conceitos e obras consideradas fundamentais ainda nos dias de hoje como Amos Tversky e Daniel Kahneman, ambos psicólogos de formação, que desenvolveram duas importantes obras em 1974 e 1979, sobre a influência dos vieses cognitivos e heurísticas na tomada de decisão do indivíduo e sobre a tomada de decisão envolvendo riscos e incertezas.

Kahneman (2011), além de discorrer sobre os vieses cognitivos como supracitado, adota a abordagem de dois sistemas para julgamento e escolha, as heurísticas de julgamento, as dificuldades do pensamento estatístico e a confiança excessiva em crenças e intuições, o diálogo entre a economia, as tomadas de decisões e a pressuposição da racionalidade do agente. É em tal obra que Kahneman aborda os vieses de excesso de confiança e otimismo que foram utilizados como foco de análise no presente trabalho.

## 2.2 Excesso de confiança e otimismo

Kahneman (2011) aborda a confiança excessiva, observada por diversos aspectos que influenciam no julgamento crítico do indivíduo. O autor elucida alguns dos aspectos que, dentro do viés de excesso de confiança, incitam a ação do referido viés. O primeiro deles é a ilusão de compreensão. Para explicá-lo, utiliza-se do termo falácia narrativa, para descrever histórias distorcidas que já ocorreram, mas ainda influenciam na visão de mundo atual, “Todo evento proeminente recente é um candidato a se tornar o núcleo de uma narrativa causal. Taleb sugere que os humanos se iludem constantemente construindo relatos inconsistentes do passado e acreditando que são verdadeiros” (KAHNEMAN, 2011, p. 215). Tal aspecto poderia ainda ser instigado pelo efeito Halo, que é a tendência a gostar ou não de tudo relacionado a uma determinada pessoa.

O segundo aspecto elucidado por Kahneman é a ilusão de validade, onde o indivíduo cria uma percepção de coerência e conforto cognitivo sobre determinado assunto,

Confiança subjetiva em um julgamento não é uma avaliação raciocinada da probabilidade de que esse julgamento esteja correto. Confiança é um sentimento que reflete a coerência da informação e o conforto cognitivo de processá-la. É sábio levar a sério as admissões de incerteza, mas as declarações de confiança elevada informam acima de tudo que um indivíduo construiu uma história coerente em sua mente, não necessariamente que essa história seja verdadeira (KAHNEMAN, 2011, p.228)

Além disso, Kahneman discorre sobre a ilusão da habilidade para investir. Segundo o autor, o mercado de investimentos se baseia em ilusões de habilidade. Os vendedores e compradores teriam o mesmo nível de informações acerca dos acontecimentos, e mesmo assim, ambos creem que sabem mais sobre os acontecimentos futuros do que o mercado, essa crença em sua habilidade seria uma ilusão.

Outro fator importante citado por Kahneman sobre o excesso de confiança são as intuições, as primeiras impressões ou efeito priming que geram observações e impressões na mente humana que influenciam em decisões a serem tomadas. Uma brisa em um dia quente, por exemplo, seria capaz de fazer o indivíduo se sentir mais confiante e otimista em relação a uma decisão a ser tomada naquele momento (KAHNEMAN, 2011).

O autor também discorre sobre a visão de fora, onde o agente não considera de maneira substancial a visão sobre outros agentes com suas habilidades ou até mesmo

melhores, estariam sempre espontaneamente avaliando o futuro e possibilidades olhando para si mesmo. Kahneman explica a situação com um termo citado em seu próprio livro - WYSIATI, What You See Is All There Is, ou “o que você vê é tudo que há” em tradução livre - que levaria a uma avaliação da situação observando somente as informações presentes à frente do indivíduo.

Por fim, Kahneman expõe sobre a falácia do planejamento, termo criado por ele e Tversky para descrever planos irrealis e muito próximos de uma expectativa otimista e superconfiante (KAHNEMAN, 2011). Contudo, Kahneman afirma que o otimismo não é a única causa de resultados não desejados. As falhas no planejamento e nos prognósticos causados por expectativas e planos próximos a irrealidade são muitas vezes movidos pelo desejo de sucesso e aprovação do mercado, e mesmo sabendo que frequentemente o planejamento não condiz com a realidade, permanecem com a ideia por saberem que planejamentos aprovados mesmo não sendo seguidos raramente são abandonados, se aproveitam da situação, causando então a falácia do planejamento.

Segundo Kahneman (2011), o otimismo é algo normal, porém, alguns tendem a ser um pouco mais otimistas que outros. Estes tendem a ser mais felizes e até mesmo terem expectativas de vida maiores. No entanto, ele se revela benéfico a quem mantém o otimismo sem perder o senso da realidade. Otimistas geralmente assumem riscos maiores, estão dispostos a desafios e quando correm riscos e obtêm sucesso reafirmam sua autoconfiança em suas capacidades e talentos. Segundo um estudo citado por Kahneman, empresários são mais confiantes do que gerentes intermediários: “Esse raciocínio leva a uma hipótese: as pessoas que exercem mais influência na vida dos outros têm maior probabilidade de serem otimistas e superconfiantes, e a assumir mais riscos do que se dão conta” (KAHNEMAN, 2011, p.275).

Existem também as ilusões empresariais provenientes do viés de otimismo. Kahneman traz um estudo em seu livro mostrando como empresários são superconfiantes em seus negócios, com decisões promissoras e com grandes chances de sucesso, o otimismo superconfiante, segundo a teoria do pré morte, seria parcialmente remediável. A teoria propõe que em momentos decisivos seja feita uma reflexão sobre um possível cenário futuro negativo (KAHNEMAN, 2011). Tal ação traria uma avaliação mais detalhada da situação, não livraria o indivíduo dos vieses, mas seria um bom remediador.

Não só os autores citados acima abordaram a influência dos vieses de excesso de confiança e otimismo no processo decisório, principalmente na esfera empresarial. Gestores e administradores em cargos superiores são largamente observados na esfera comportamental quanto ao processo decisório em suas posições. Alguns autores consideram que a tomada de decisão precedida de excesso de confiança é um dos piores erros a serem cometidos e pode ser extremamente prejudicial (MOORE; HEALY, 2008).

Yoshinaga *et al.* (2008) afirmam que em diversas pesquisas sobre o comportamento humano a maioria dos indivíduos apresenta excesso de confiança em suas habilidades e desconsidera a incerteza durante o processo. Invernizzi *et al.* (2016) apontam que o tema do excesso de confiança é objetivo de muitos estudos que buscam analisar os prós e contras do referido viés. Eles apresentam, com fundamento em alguns destes estudos, como positivo o fato de o excesso de confiança no início de uma empresa fornecer aos empreendedores entusiasmo para perseguir oportunidades em cenários desfavoráveis. Kahneman e Lovallo (1993) também observaram que empreendedores tendem a ser excessivamente otimistas em relação às suas chances de sucesso.

Na mesma perspectiva, Malmendier e Tate (2008, 2009) apud Kahneman (2011) identificaram que CEOs com excesso de confiança assumem riscos demais e são propensos a pagar demais por empresas alvo e realizar fusões que degradam o valor da empresa principal. No contexto do mercado financeiro, Menkhoff, Schmeling e Schmidt (2010) apontam que investidores com excesso de confiança tendem a superestimar as suas habilidades ou seu conhecimento. Como consequência estes investidores mantêm portfólios de risco e negociam mais que a teoria da utilidade esperada sugeriria.

Kahneman (2011) denota que o otimismo e a confiança excessiva podem ser criados a partir da formação de um julgamento ou decisão, baseando-se apenas nas informações disponíveis e as relacionadas a aspectos positivos, desconsiderando aquilo que está omitido ou que sejam relativamente piores. Invernizzi *et al.* (2016) destacam outros estudos que informam que variáveis pessoais podem influenciar o grau de excesso de confiança do indivíduo.

Outrossim, idade, gênero, grau de educação e experiência podem ser pontos determinados do excesso de confiança. Menkhoff, Schmeling e Schmidt (2010) também mencionam diversos estudos informando que as variáveis pessoais influenciam no grau

de excesso de confiança. Além disso, relatam algumas pesquisas que obtiveram resultados contraditórios acerca da mesma variável relacionada à idade ou experiência de mercado.

Para melhor demonstrar a influência dos vieses nas tomadas de decisões empresariais, o Quadro 1 sintetiza os principais vieses comportamentais presentes na literatura acerca das decisões de gestores, sendo eles: viés de disponibilidade, ilusão de controle, ancoragem, representatividade, status quo, ajuste insuficiente da âncora, confiança excessiva e otimismo e aversão a perdas.

**Quadro 1** – Síntese dos vieses comportamentais presentes na literatura sobre decisões empresariais

Viés	Descrição	Possíveis efeitos
Disponibilidade (Feitosa; Silva; Silva, 2014; Kahneman, 2011)	Tendência a avaliar a probabilidade de um evento acontecer a partir da facilidade com que a ocorrência de eventos idênticos ou semelhantes já ocorridos em algum momento vem a sua mente.	Pode levar o indivíduo a acreditar que certas tomadas de decisões serão benéficas ou prejudiciais baseando-se apenas em sua memória sobre situações idênticas ou semelhantes sem avaliar os dados disponíveis para tomar uma decisão acertada.
Ilusão de controle (Menkhoff; Schmeling; Schmidt 2010)	É a tendência que as pessoas possuem de superestimar o controle que possuem sobre os resultados de suas próprias ações, sem considerar aspectos exteriores a si próprio.	Faz com que o indivíduo acredite que possui controle sobre os resultados de suas decisões sem considerar fatores externos, podendo levar a uma avaliação errada dos possíveis resultados de suas ações.
Ancoragem (Oliveira, 2009; Feitosa; Silva; Silva, 2014; Tonetto et al, 2006)	Tomar como base para tomada de decisões futuras, dados e resultados coletados em primeiras experiências com determinada situação semelhante ou idêntica à situação em questão.	Leva o indivíduo a tomar decisões com base em dados de experiências passadas sem considerar a mudança de ambiente e de dados da experiência presente, podendo fazer com que a decisão não seja devidamente avaliada.
Representatividade (Oliveira, 2009; Feitosa; Silva; Silva, 2014; Tonetto et al, 2006)	Concepções formadas a partir de estereótipos e primeiras impressões que tomamos como dados confiáveis para formar uma opinião sobre determinado assunto ou pessoa.	Torna real uma avaliação de uma situação ou pessoa baseada apenas em impressões e estereótipos que fazem com que os dados e informações realmente confiáveis se tornem irrelevantes frente a tomada de decisão.

Status quo (Gomes e Valle, 2020)	Faz com que o indivíduo queira manter seu status atual com receio de que uma mudança o leve a um declínio de status, mesmo que a mudança o levasse a uma melhora do mesmo.	O desejo por manter uma imagem ou posição social que classifica como boa o impede de avaliar uma determinada decisão que o levaria a uma melhora de status por medo de um resultado adverso.
Ajuste insuficiente da âncora (Feitosa; Silva; Silva, 2014; Hilton et al, 2010)	Ocorre quando o indivíduo não faz o devido ajuste aos dados iniciais que possui de uma situação semelhante para adaptá-los à atual situação.	Leva o indivíduo a analisar determinada situação com base na âncora formada de uma primeira experiência com situação semelhante e ignorar a mudança de situação e a necessidade de ajustar os dados à situação, podendo levar a uma avaliação de decisão baseada em dados errôneos.
Confiança excessiva e otimismo (Bogana e Just, 2009; Cain; Moore; Haran 2013; Silva et al, 2021)	É a superestimação de suas próprias habilidades em relação aos demais e a confiança em resultados que não estão sob seu controle, assumindo que apenas sua capacidade e conhecimento em determinado assunto será suficiente para atingir o resultado esperado.	Ao superestimar suas habilidades e confiar em resultados sem levar em consideração aspectos externos a si, o indivíduo ignora todas as variáveis que poderiam ter sido calculadas ao tomar uma decisão, o que pode levar a um resultado não desejado que poderia ter sido evitado.
Aversão a perdas (Gomes e Valle, 2020; Kahneman e Tversky, 1979)	É basear o cálculo de ganhos e perdas com valores diferentes, atribuindo um peso maior a probabilidade de perda do que a probabilidade de ganho, mesmo que ambos possuam o mesmo peso.	A aversão à perda de indivíduo pode levá-lo a considerar uma probabilidade de perda como tendo um peso na tomada de decisão muito maior do que ele realmente tem, muitas vezes desconsiderando a probabilidade de ganhos da mesma situação, mesmo que sendo na realidade maior do que a probabilidade de perdas, mas seu peso durante o processo de decisão toma uma proporção menor do que realmente possui.

Fonte: Elaboração própria.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada se caracteriza como revisão sistemática, “uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58).



A revisão foi composta por 20 artigos encontrados nas bases Capes e Web of Science e a busca se deu pelos termos “Excesso de confiança e otimismo” na base Capes e os termos “Excesso de confiança”, “otimismo” e “decisões empresariais” na base Web of Science. Foram coletados inicialmente 36 artigos para revisão, mas 16 foram descartados por não se enquadrarem na proposta de análise.

Para a exclusão dos artigos não utilizados foram aplicados critérios de seleção que partiram da questão norteadora da pesquisa. Foram excluídos, a partir da análise dos títulos e abstracts, aqueles artigos que não apresentavam como tema central os vieses de enfoque analisados no trabalho, excesso de confiança e otimismo, aqueles que não analisaram a influência de tais vieses na tomada de decisão com influências no âmbito empresarial e aqueles que foram selecionados repetidamente, uma vez que em nada agregaram a análise.

A revisão foi analisada com foco nos vieses de excesso de confiança e otimismo, no entanto, como consta no Quadro 1, vários autores citados na revisão e outros que também estudam a tomada de decisão empresarial atribuem alguns outros vieses como influenciadores e alimentadores dos vieses de otimismo e excesso de confiança. Posto isso, metodologicamente se dividem os vieses que influenciam na tomada de decisão em Disponibilidade, Ilusão de controle, Ancoragem, Representatividade, Status quo, Ajuste ineficiente da âncora, e Aversão a perdas, todos contribuindo ou agravando a ação do Excesso de Confiança e Otimismo nas decisões empresariais, assim, os artigos mencionam diversos dos vieses supracitados mesmo que com o mesmo foco do presente trabalho.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como citado anteriormente, alguns autores consideram o excesso de confiança ex-ante a tomada de decisão como um dos piores erros a serem cometidos e pode ser extremamente prejudicial (MOORE; HEALY, 2008). A ação dos vieses cognitivos, como visto anteriormente, durante o processo decisório, age de maneira inconsciente, involuntária e muitas vezes sem controle do indivíduo. Contudo, é visto em algumas literaturas que sua ação pode ter maior ou menor intensidade de acordo com circunstâncias específicas que permeiam a tomada de decisão como idade, gênero, nível de educação, experiência profissional, localidade em que reside ou trabalha entre outros.

Dessa forma, a presente seção busca apresentar artigos encontrados na literatura especializada que possuem como foco de análise estudos centrados em encontrar evidências e explicações que contribuem para o campo de conhecimentos sobre a ação dos vieses comportamentais na tomada de decisão empresarial, sobretudo, os vieses de Disponibilidade, Ilusão de controle, Ancoragem, Representatividade, Status quo, Ajuste ineficiente da âncora, e Aversão a perdas. Tais vieses contribuem e influenciam e intensificam a ação do excesso de confiança e otimismo em decisões empresariais.

#### **4.1 Tonetto *et al.* (2006)**

“Heurísticas são regras gerais de influência utilizadas pelo decisor para simplificar seus julgamentos em tarefas decisórias de incerteza. Com o intuito de entender as regras heurísticas no julgamento e na tomada de decisão, realizou-se neste artigo uma revisão teórica, que prioriza as pesquisas de Tversky e Kahneman, englobando as heurísticas de ancoragem, disponibilidade e representatividade” (TONETTO *et al.*, 2006, p.1).

Pode-se evidenciar após a revisão que apesar das heurísticas serem consideradas mecanismos que podem levar a erros e vieses comportamentais existem maneiras de amenizar seus efeitos. Foi possível constatar que o estudo das finanças comportamentais é essencial para o entendimento dos vieses cognitivos e suas influências sobre as decisões humanas, assim é evidenciado que a junção dos modelos descritivos de análise, que são conceituados como tentativas de descreverem a maximização da racionalidade e modelos normativos, que são definidos por meio de normas para a tomada de decisão, podem auxiliar em uma maior compreensão dos mesmos e suas ações no indivíduo

#### **4.2 Barros e Silveira (2008)**

Neste artigo, foram investigadas as influências comportamentais nos determinantes da estrutura de capital corporativo, introduzindo perspectivas ainda pouco exploradas na literatura. Uma amostra de 153 empresas com dados de 1998 e 2003 foi utilizada para conduzir uma análise empírica com foco nos vieses comportamentais de otimismo e excesso de confiança.

O estudo buscou investigar os fatores que influenciam a estrutura de capital das empresas, trazendo uma abordagem comportamental pouco explorada na literatura da área. A partir de teorias recentemente desenvolvidas, a predição central derivada é a seguinte: empresas lideradas por indivíduos otimistas e/ou excessivamente confiantes

tendem a ter uma proporção de endividamento maior em comparação às demais. Diferentes ferramentas foram propostas para medir o otimismo/excesso de confiança, com base no perfil do gestor como "empreendedor" ou "não empreendedor". Essa proposição é respaldada por teorias, evidências empíricas sólidas e também pelo padrão de posse de ações da própria empresa pelo gestor. O estudo também incluiu os determinantes tradicionalmente utilizados na literatura sobre estrutura de capital no Brasil e no exterior.

Os resultados obtidos revelaram que as empresas lideradas por indivíduos com níveis mais elevados de confiança e otimismo tendem a ter um maior nível de endividamento, dependendo se o gestor possui um perfil "empreendedor" ou "não empreendedor". Além disso, os resultados indicam que abordagens comportamentais baseadas em pesquisas sobre a psicologia humana podem contribuir para uma melhor compreensão das decisões no campo empresarial, oferecendo uma perspectiva mais abrangente.

#### **4.3 Silva e Yu (2009)**

No estudo realizado por Silva e Yu (2009), o objetivo foi compreender como os vieses cognitivos afetam o julgamento dos agentes e como esses vieses são influenciados pela idade do indivíduo, levando em consideração também outras características pessoais. A pesquisa foi conduzida com uma amostra de 421 pessoas residentes no Brasil.

Com base nos resultados obtidos, os autores sugerem que há uma relação significativa entre a idade, o senso de controle, a educação e a percepção geral de saúde do indivíduo com a influência dos vieses cognitivos no processo decisório. Os resultados indicam que, em média, pessoas mais velhas, com maior nível de escolaridade e que cuidam melhor da sua saúde tendem a ser menos suscetíveis à influência dos vieses cognitivos.

Essas descobertas destacam a importância de considerar o contexto individual e as características pessoais ao analisar os efeitos dos vieses cognitivos no comportamento decisório. Além disso, fornecem insights valiosos sobre como fatores como idade, educação e saúde podem modular a forma como os vieses cognitivos afetam o processo de tomada de decisão.

#### 4.4 Bogana e Just (2009)

O excesso de confiança e o otimismo surgem como as explicações comportamentais mais comuns para a prevalência contínua de fusões mal aconselhadas. Este artigo investigou um tipo diferente de viés comportamental que também pode influenciar as decisões de fusão e aquisição. Usando um conjunto de dados experimental, foram fornecidas evidências em apoio da existência de viés de confirmação no comportamento de tomada de decisão de fusão, no que diz respeito ao comportamento de executivos corporativos reais.

De acordo com os resultados da pesquisa, existem fortes evidências de que os executivos buscam e avaliam as informações de fusão de forma diferente dos não executivos. Os executivos revisam menos páginas de informações do que os alunos e são menos propensos a mudar de ideia depois de revisar novas informações. Como foi observado, os alunos revisaram 85% mais páginas de informações do que os executivos experientes, o que corrobora com os conceitos abordados por Kahneman sobre a confiança intuitiva dos especialistas.

#### 4.5 Coelho (2009)

O objetivo central deste estudo consistiu em realizar uma crítica abrangente das principais pesquisas desenvolvidas na área, ao mesmo tempo em que se analisou o impacto dessas pesquisas em contextos econômicos e gerenciais. Um enfoque especial foi dado ao estudo do otimismo irreal, uma forma de viés cognitivo que pode resultar em distorções e potencialmente afetar negativamente a eficiência do sistema econômico.

Embora reconhecido que o otimismo irreal não deva ser completamente desconsiderado no contexto empresarial, uma vez que pode desempenhar um papel positivo em certas situações, é fundamental destacar a importância de lidar com esse viés de maneira adequada. Os autores enfatizam que a abordagem paternalista, por meio da implementação de políticas específicas, pode ser um meio eficaz de combater o otimismo irrealista.

Ao adotar políticas paternalistas, é possível reduzir os erros cometidos por empreendedores influenciados por vieses cognitivos, contribuindo assim para a melhoria do desempenho dos gestores e do ambiente empresarial como um todo. No entanto, é importante ressaltar que a implementação dessas medidas requer uma análise cuidadosa

e uma abordagem adequada, levando em consideração os potenciais efeitos negativos associados a tais políticas.

Portanto, este estudo destaca a importância de reconhecer e enfrentar o otimismo irrealista, um viés cognitivo que pode ter consequências significativas no contexto econômico e empresarial. Através da adoção de políticas paternalistas apropriadas, é possível mitigar os efeitos negativos desse viés e contribuir para uma tomada de decisão mais informada e eficiente por parte dos gestores.

#### **4.6 Menkhoff, Schmeling e Schmidt (2010)**

Este artigo apresentou um experimento realizado de maneira on-line sobre o excesso de confiança no contexto das finanças de mercado, ao todo 496 pessoas participaram do experimento. Foi destacado que vários fatores socioeconômicos e características do sujeito foram utilizadas como variáveis de controle, a exemplo da idade e experiência.

De acordo com os resultados encontrados, afirmou-se que as variáveis idade e experiência tem um grande impacto na influência dos vieses cognitivos sobre o indivíduo, principalmente o excesso de confiança. Afirma-se que o artigo trouxe importantes questões para o debate contemporâneo acerca dos estudos comportamentais, destaca-se primeiro as diferenças entre profissionais e leigos, a experiência possui um impacto muito significativo na ação dos vieses, em segundo destaca-se a importância na escolha do grupo a ser analisado, para que sejam escolhidos correlacionados corretamente, e por último afirma-se que idade e experiência, variáveis utilizadas no processo de pesquisa empírica, podem ter efeitos contrários no comportamento do indivíduo, embora estejam relacionados são afetados de formas diferentes em pessoas de idades diferentes.

#### **4.7 Hilton *et al.* (2010)**

Foi abordada no artigo a visão sobre o excesso de confiança no julgamento influenciado pela análise incorreta de probabilidades e como ela está relacionada a ilusões positivas sobre o “eu”.

De acordo com os resultados obtidos, não houve evidências de que a calibração incorreta estivesse relacionada ao otimismo e a autoeficácia. Um segundo estudo ampliou esses resultados incluindo outras medidas de disposição para experimentar ilusões positivas, como otimismo irreal, uma tendência geral de se considerar "melhor que a média" e dois índices de percepção de controle. As medidas de ilusão positiva mostraram

relações consideráveis, mas não se interagiram com erros de calibração na tarefa de produção de intervalo, e se correlacionaram negativamente com otimismo em relação aos riscos sociais. Um estudo final replicou esse padrão de descobertas, mas mostrou que a disposição para ilusões positivas predizia erros de calibração nas mesmas questões medidas com uma técnica de avaliação de probabilidade. A pesquisa demonstrou que "excesso de confiança" não é um construto unitário, mas uma série de sobreposições.

#### **4.8 Pimenta, Borsato e Ribeiro (2012)**

A vertente comportamental surge em contraponto aos pressupostos da racionalidade plena dos agentes frente a decisões (PIMENTA; BORSATO; RIBEIRO, 2012). Posto isso, este artigo teve como objetivo verificar se as decisões tomadas por investidores e analistas são influenciadas pelo viés de excesso de confiança e pelas características sociodemográficas nas quais ele está inserido. Optou-se pela adoção metodológica de estudo descritivo de caráter tanto qualitativo quanto quantitativo, para isso, foi realizada uma pesquisa por meio de questionário on-line. A amostra foi composta por 810 indivíduos, dos quais se obtiveram 398 questionários válidos.

Os resultados obtidos evidenciaram que diferenças de opinião, de estilo e de percepção da realidade, motivadas por características pessoais e de investimento, e a suscetibilidade ao viés de excesso de confiança dos agentes exercem impacto relevante na tomada de decisões. Apontando ainda que, segundo evidências, o viés de excesso de confiança é uma característica que pode ser encontrada em quase todos os indivíduos.

#### **4.9 Bracha; Donald; Brown (2012)**

Para os autores o viés de otimismo é inconsistente com a independência de pesos de decisão em modelos que possuem escolhas contendo risco e incerteza como teoria da utilidade esperada, utilidade esperada subjetiva e teoria da perspectiva. Posto isso, propõe-se um modelo alternativo de escolha sob risco e incerteza, onde os pesos de decisão são endógenos. A tomada de decisão afetiva é um modelo de escolha sob risco e incerteza, neste artigo foram evidenciados dois processos cognitivos, o racional e o emocional. Foi utilizado no artigo um jogo em que ambos interagem.

Se alguém é familiarizado ou competente em um determinado assunto, então é mais fácil racionalizar visões otimistas, ou seja, o custo mental de sustentar crenças otimistas é relativamente baixo. Portanto, conjecturou-se que os indivíduos são mais

propensos a serem otimistas ou buscarem ambiguidade em mercados como o mercado de seguros e o mercado de trabalho, enquanto a ambiguidade é avessa ao investimento em mercados desconhecidos, como mercados de títulos em economias emergentes.

#### 4.10 Cain, Moore e Haran (2013)

Foram examinados neste artigo, a noção de que o "excesso de confiança" explica o excesso de entrada no mercado, foram encontrados dados de que a entrada em diferentes mercados não é impulsionada pela confiança na própria habilidade absoluta, mas pela confiança na própria habilidade em relação à dos outros.

Os resultados revelaram que a tendência das pessoas de migrar para competições caracterizadas por tarefas fáceis é impulsionada por suas crenças de que são melhores do que outras nessas tarefas fáceis, mas piores do que outras em tarefas difíceis. Portanto, a maioria dos participantes da pesquisa optou por competir no mercado fácil, enquanto, em sua maioria, teriam se saído melhor competindo no difícil. Como foi observado, os participantes esperavam corretamente mais concorrentes no mercado fácil, de modo que falsas crenças sobre as opções de entrada dos outros não são a principal razão para esse padrão de excesso de entrada. Além disso, é dito que não é como se os participantes escolhessem o mercado fácil porque superestimaram suas próprias pontuações.

#### 4.11 Invernizzi *et al.* (2016)

Os autores deste artigo afirmam que em uma teoria do empreendedorismo acredita-se que as previsões financeiras são frequentemente informadas pelo uso de métodos heurísticos propensos ao excesso de confiança. Embora possa se considerar que o excesso de confiança é vantajoso na fase inicial de uma empresa, o viés também está ligado a previsões excessivamente otimistas e resultados negativos, que podem levar ao fracasso da empresa. Este artigo utilizou uma amostra de 203 micro e pequenas empresas localizadas na Itália, onde o excesso de confiança é medido como a diferença entre as estimativas orçamentárias e os resultados reais para lucro antes de juros, impostos, depreciação, patrimônio líquido e custos de empréstimos (INVERNIZZI *et al.*, 2016).

Os resultados, de acordo com os autores, vão em concordância com as hipóteses sugerindo que a maioria dos empreendedores é propensa a previsões orçamentárias excessivamente confiantes que estão diretamente associadas ao fracasso da empresa. Esse excesso de confiança é mitigado pelo nível de escolaridade de um empreendedor e pelo

uso de controles orçamentários. A incorporação de empresas em estágio inicial pode fornecer maiores evidências da relação entre excesso de confiança e fracasso empresarial.

#### **4.12 Silva *et al.* (2017)**

O objetivo deste artigo foi analisar a influência do excesso de confiança e otimismo dos gestores no endividamento de empresas cinquentenárias e não cinquentenárias brasileiras.

Os resultados das análises mostraram que gestores de firmas não cinquentenárias demonstraram maior excesso de confiança e otimismo do que os gestores das organizações cinquentenárias, demonstrando que gestores de empresas com menor tempo de mercado tendem a ser mais otimistas e confiantes em suas decisões.

De acordo com os resultados foi possível constatar que as empresas não cinquentenárias possuem maior volume de ações em tesouraria, alavancagem contábil e de mercado, e afirmou-se que existe uma relação positiva entre gestores confiantes e otimistas com empresas alavancadas. Pode-se afirmar que as finanças comportamentais podem influenciar altamente o desempenho dos gestores e assim, os desempenhos das empresas, poderiam ainda auxiliar na avaliação da longevidade empresarial e como ela influencia na ação dos vieses cognitivos de excesso de confiança e otimismo na ação dos gestores.

#### **4.13 Moore *et al.* (2017)**

Esta pesquisa examinou o desenvolvimento de confiança e precisão ao longo do tempo no contexto da previsão. Embora o excesso de confiança tenha sido estudado em muitos contextos, poucas pesquisas examinam sua evolução ao longo do tempo. Este estudo utilizou um conjunto de dados de um torneio de previsão geopolítica de três anos, no qual milhares de previsores previram os resultados de centenas de eventos.

Constatou-se que a confiança dos analistas correspondeu à sua precisão, a confiança aumentou aproximadamente na mesma taxa que a precisão, e a boa calibração persistiu. Em contraste com especialistas acadêmicos, os previsores que foram analisados no estudo tinham menos a ganhar com afirmações grandiosas e ousadas. Pode-se constatar ainda que o volume de informações que os analistas tinham não era tão importante quanto a noção precisa sobre as informações que tinham, ou seja, a noção sobre a extensão das informações que se tem é mais significativa do que a quantidade de



informações em si. No contexto certo, parece que os julgamentos de confiança podem ser bem calibrados.

#### **4.14 Cunningham e Anderson (2018)**

O objetivo deste artigo foi investigar o papel da confiança em como empreendedores novos e experientes interpretam e dão sentido ao seu ambiente de negócios e como isso afeta a tomada de decisões. Os argumentos apresentados, segundo os autores, foram feitos com base em resultados descritivos de uma pesquisa de larga escala sobre a percepção dos empreendedores sobre o desempenho dos negócios e suas decisões tomadas em um momento de incerteza em uma recessão econômica.

Os resultados sugerem que os empreendedores mais novos estão mais atrelados à sua concepção inicial sobre a configuração dos recursos. Em vez de ser dispostos a seguir as dicas do ambiente e reestruturar sua configuração operacional, novos empreendedores parecem ter forte fé, ou confiança, no que fazem e como eles fazem isso e apenas procuram se intrometer em fatores voltados para o mercado, como preços e vendas.

#### **4.15 Bortoli e Soares (2019)**

Este artigo buscou identificar a relação entre a Sofisticação Financeira dos CEOs e os vieses cognitivos de excesso de confiança e otimismo. Para tal, foi utilizada uma análise econométrica com uma amostra que abrangeu 179 empresas durante os anos de 2011 a 2015. A análise apontou para uma significativa relação entre o Índice de Sofisticação Financeira Acadêmica (composto pelos itens Formação Internacional, Formação Financeira e Experiência no Ramo) e o excesso de confiança e otimismo.

Os resultados apontam para a conclusão que quanto mais for a sofisticação financeira acadêmica do CEO, maior o nível de confiança e otimismo. Ou seja, a sofisticação está direta e positivamente ligada à influência dos vieses cognitivos nas decisões dos indivíduos e ainda evidenciou que CEOs com formação internacional, financeira e maior experiência na área são mais propensos a apresentarem desvios cognitivos relacionados ao excesso de confiança e otimismo (BORTOLI; SOARES, 2019).

#### 4.16 Marschner e Ceretta (2019)

Os estudos comportamentais aumentaram o entendimento sobre as negociações e as decisões empresariais. Segundo os autores, gestores que possuem diferentes níveis de otimismo ou pessimismo e confiança irão negociar de maneiras distintas tanto no longo quanto no curto prazo. Ademais, a influência dos vieses comportamentais sobre tais indivíduos tende a gerar uma não linearidade em suas ações e decisões, o que dificulta a análise da reação entre as decisões e os vieses. A pesquisa empírica do artigo foi realizada por meio de uma abordagem não linear de “atrasos distribuídos autorregressivos assimétricos foram analisados detalhadamente as conexões não lineares e assimétricas de curto e longo prazo entre o sentimento do investidor e o volume de negociação no mercado americano entre 2004 a 2017” (MARSCHNER; CERETTA, 2019, p.1).

Os resultados, confirmam que os vieses comportamentais influenciam no volume de negócios das empresas analisadas, além de demonstrarem que o volume de negociações reage com rapidez a gestores que apresentam um grau menor de confiança, evidenciando que existe uma relação endógena entre ambos. A partir disto, é possível presumir que em momentos em que existe uma queda na liquidez a confiança dos gestores vai conseqüentemente diminuir e sua aversão ao risco aumenta, fazendo com que o volume de negociações diminua em consequência como prevenção a resultados negativos.

#### 4.17 Andrade e Lucena (2021)

Neste artigo, o objetivo foi buscar a relação entre o excesso de confiança dos gestores com as estratégias empresariais. A metodologia para alcançar tal resultado foi a utilização de três diferentes proxies para o excesso de confiança e seis diferentes dimensões estratégicas. As relações foram estabelecidas a partir de um painel composto por dados de 244 empresas brasileiras não financeiras de capital aberto, por meio de regressões múltiplas (ANDRADE; LUCENA, 2021).

De acordo com os resultados, os gestores que apresentaram ações, como promover maior imobilização de capital e a adoção de alavancadas estruturas de capitais, que contribuem para uma dificuldade em gerar recursos próprios. Apesar da indicação de pontos negativos quanto a influência dos vieses cognitivos nos resultados das decisões tomadas, destacou-se que as heurísticas comportamentais exercem um grande impacto na vida dos indivíduos, podendo em algumas circunstâncias trazer benefícios para

determinados aspectos das organizações como o da inovação (ANDRADE; LUCENA, 2021).

#### **4.18 Silva *et al.* (2021)**

Em sua pesquisa, Silva *et al.* (2021) entrevistando 150 respondentes de diferentes áreas do mercado brasileiro, visaram estimar e identificar os vieses de excesso de confiança e otimismo nas tomadas de decisões empresariais. Os autores da pesquisa afirmam que o excesso de confiança nos gestores foi representado por afirmações que demonstram a superestimação do mesmo em suas habilidades, ao tomar decisões em situações passadas e ao prever possíveis situações futuras (SILVA *et al.*, 2021).

De acordo com Silva *et al.* (2021), outros autores acreditam que o viés do otimismo influencia os gestores a terem uma atitude positiva e confiar no sucesso do projeto em que investiram sem considerar um possível fracasso. Na pesquisa realizada por Silva *et al.* (2021) os resultados mostraram que os gestores entrevistados apresentaram um grau de excesso de confiança e otimismo muito alto em relação a seus conhecimentos e habilidades quando se tratando de decisões empresariais e vários fatores os impulsionam como a pressão e incentivo social, além da própria necessidade do mercado por um alto nível de confiança de seus gestores. Conforme Silva *et al.* (2021), os resultados encontrados em sua pesquisa corroboram os achados e pesquisas de Bakar e Yi (2016), Gumus e Dayioglu (2015), Hirshleifer (2015) e Hwang *et al.* (2020), que chegaram à mesma conclusão de que o viés do excesso de confiança está relacionado à propensão dos indivíduos a valorização excessiva de suas habilidades e conhecimentos, superestimando suas decisões, escolhas, a precisão com que analisa e obtém informações e os resultados que alcança.

O viés de excesso de confiança leva o indivíduo a confiar excessivamente em si mesmo, em suas opiniões e conhecimentos, o que conseqüentemente o leva a ter o mesmo excesso de confiança em tomadas de decisões, além de possuir a tendência a crer sempre em suas afirmações e ainda atribuir seus eventuais fracassos a fatores externos e alheios a si (NUNES; FLORES; SILVA, 2018).

#### **4.19 Dar, Shah e Ahmed (2021)**

O estudo foi uma tentativa de encontrar as razões para o comportamento tendencioso de gerentes excessivamente confiantes ao tomar decisões financeiras em

nome dos acionistas e buscou ainda as formas de resolver os problemas enfrentados pelas empresas devido a tais decisões. Para isso, utilizou-se o método de pesquisa quantitativa para melhor compreensão do estudo.

Os resultados indicaram que o viés de excesso de confiança desempenha um papel significativo nas decisões gerenciais para o Paquistão em comparação com os gerentes dos Estados Unidos. Para tal, foram aplicados testes de mediação e moderação e encontrou-se o papel mediador significativo da percepção de risco para viés de excesso de confiança e decisões do gerente. O estudo verificou ainda o papel moderador do valor cultural, ou seja, o papel de evitar incerteza entre o viés de excesso de confiança dos gestores e a percepção de risco. Assim, o papel dos vieses cognitivos e da racionalidade limitada é inegável para a tomada de decisão gerencial e o custo comportamental final que as empresas têm que pagar devido aos resultados indesejados das situações desenvolvidas e emergentes por meio de diferenças culturais. O que vai em direção às afirmações de Weber e Hsee (2000) onde afirmam que a localidade e cultura em que o indivíduo afetam diretamente no grau em que os vieses irão afetá-lo.

#### 4.20 Zhang *et al.* (2022)

Este estudo procurou encontrar a influência dos vieses de ancoragem e otimismo sob o efeito moderador da assimetria de informações no processo de tomada de decisão e investiga se a percepção de risco permeia a relação entre eles ou não. A pesquisa utilizou-se de método quantitativo e foi realizada utilizando-se um questionário para coleta de dados. Após a conclusão do estudo, foi elaborado um questionário e enviado aos investidores por meio de canais online. Os dados foram coletados de 317 investidores.

Os resultados indicaram que a percepção de risco influencia o viés cognitivo na tomada de decisão de investimento na indústria de investimentos. De acordo com os autores isso significa que, se um investidor tem fortes crenças em sua capacidade de lidar com situações ao tomar decisões de investimento, os vieses cognitivos afetam positivamente a tomada de decisão (ZHANG *et al.*, 2022). Neste estudo foram combinados os campos teóricos da psicologia cognitiva e percepção de risco juntamente com o efeito moderador da assimetria de informação na decisão de investimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão buscou apresentar eventuais lacunas de investigação sobre a compreensão da teoria comportamental no que concerne a racionalidade limitada do agente e ação dos vieses de excesso de confiança e otimismo, além analisar como eles afetam o desempenho de gestores no momento da tomada de decisão, lacunas essas que possam ser exploradas futuramente.

Foi visto que as teorias neoclássicas sobre o *homo economicus* vem sendo confrontadas por teorias comportamentais, que comprovam, há várias décadas, que a racionalidade humana obedece a outras propriedades, pouco compreendidas pela microeconomia convencional. Teorias mais atuais trouxeram consigo o estudo do pensamento heurístico e como o pensamento humano é afetado pelo mesmo, assim como os vieses cognitivos que por sua vez afetam o modo como o homem toma decisões e como ele reage após a tomada de decisão.

Apesar do arcabouço teórico sobre o tema ser bastante explorado e possuir uma grande variedade de estudos por todo o mundo, também foi visto que o campo de aplicações empíricas não foi, ainda, explorado na mesma magnitude. A tomada de decisão, como foi apresentada, é influenciada constantemente por fatores internos e externos ao indivíduo e quando se trata da tomada de decisão no ambiente empresarial constatou-se que o gestor é altamente influenciado pelos vieses de excesso de confiança e otimismo. Foi possível constatar que apesar dos indivíduos serem altamente influenciados por diversos vieses constantemente é concebível, em condições devidas, que a ação dos mesmos seja parcialmente neutralizada, mas que não é possível que o indivíduo tome decisões totalmente livre deles, ficando esclarecido que a teoria neoclássica – de que o homem possui racionalidade plena e toma decisões apenas baseado em informações coerentes – não se aplica à vida real, mesmo com a constante busca pelo bem-estar o indivíduo se contenta com resultados que se mostrem simplesmente satisfatórios.

No âmbito das decisões empresariais foi perceptível nos artigos analisados a constatação de que a tomada de decisão dos gestores é altamente afetada pelos vieses cognitivos, assim como a influência dos vieses sobre os indivíduos é afetada por diferentes variáveis como idade, experiência profissional, região em que vive, empresa em que trabalha, estrutura da empresa e situações econômicas. Em alguns artigos foi visto

que as variáveis supracitadas afetam em maior ou menor grau as tomadas de decisões, podendo destacar que em alguns casos algumas variáveis não demonstraram nos estudos que provocavam grandes efeitos nas decisões. Evidenciou-se que apesar de a ação de tais vieses não ser em sua totalidade negativa, entretanto, em alguns casos pode ser altamente prejudicial às decisões do gestor e por fim, foi visto que é possível minimizar os impactos dos vieses nas decisões, mas seria impossível uma decisão completamente livre da influência deles.

Apesar de poder-se destacar o grande arcabouço teórico referente ao campo das finanças comportamentais, se faz importante destacar a lacuna que ainda se encontra sobre o campo de pesquisas empíricas que existe acerca do tema. Se faz importante destacar algumas limitações encontradas como as bases de pesquisa que se limitaram a duas, assim, se limitam também os artigos encontrados, fazendo com que a revisão não abranja todas as literaturas disponíveis.

Posto isso, aponta-se o interesse no desenvolvimento futuro de novas pesquisas com foco nos vieses comportamentais tratados neste trabalho, para contribuição e enriquecimento das bases de conhecimento quanto aos estudos das finanças comportamentais e da influência dos vieses cognitivos na tomada de decisão empresarial dos gestores, por meio de pesquisas mais abrangentes e ainda estudos empíricos, que possibilitem uma maior compreensão do campo de estudos e possa contribuir com as indagações sobre a influência dos vieses na tomada de decisão empresarial.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. P; LUCENA, W. G. L. O excesso de confiança dos gestores e as decisões estratégicas. **Estudios Gerenciales**, p. 542–555, 2 set. 2021.
- BARROS, L.; SILVEIRA, A. Excesso de confiança, otimismo gerencial e os determinantes da estrutura de capital. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 6, n. 3, art. 125, p. 293-335, 2008.
- BOGANA, V; JUST, D. What drives merger decision-making behavior? Don't look, don't find it, and don't change your mind. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 72, 930- 943, 2009.

- BORTOLI, C; SOARES, R. Executivos com maior sofisticação financeira são mais confiantes e otimistas? **Revista de Administração Contemporânea**, v.23, n.2, p.268-287, mar/2019.
- BRACHA, A. BROWN, D. J. Tomada de decisão afetiva: uma teoria do viés do otimismo. **Jogos e Comportamento Econômico**, v. 75, 67–80, 2012.
- CAIN, D.; MOORE, D.; HARAN. U. **Knowing the overconfidence in the entry market**. 2013.
- COELHO, M. P. Unreal optimism: still a neglected trait. **J Bus Psychol** 25:397–408, 2009.
- CUNNINGHAM, J; ANDERSON, A. R. Inspired or Fool: Sensemaking, Trust and Decision Making of Entrepreneurs. **Grupo Decis Negot**, 2018.
- DAR; N.; SHAH, S.; AHMED, Z. **Behavioral cost of management decisions under perception and risk culture: a comparative study between the United States and Pakistan**. 2021.
- FEITOSA, A. B; SILVA, P. R; SILVA, D. R. A influência de vieses cognitivos e motivacionais na tomada de decisão gerencial: Evidências empíricas em uma empresa de construção civil brasileira. **Revista de Negócios**, v.19, nº 13, p. 3-22, 2014.
- FIORI, S. Forms of Bounded Rationality: The Reception and Redefinition of Herbert A. Simon's Perspective. **Review of Political Economy**, v. 23, n. 4, p. 587–612, out. 2011.
- GALVÃO, M. C. B; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020.
- GOMES, M.; VALLE, M. A tomada de decisão empresarial em finanças: aspectos epistemológicos e pragmáticos. **Administração: ensino e pesquisa**, v.21, n.1, p.92-113, Jan- Abr, 2020.
- HILTON, D; RE'GNER, I; CABANTOUS, L; CHARALAMBIDES, L; VAUTIER, S. As ilusões positivas preveem excesso de confiança no julgamento? Um teste usando

produção intervalada e medidas de avaliação de probabilidade de calibração incorreta. **Jornal de Tomada de Decisão Comportamental**. dezembro, 24: 117–139, 2010.

HUNT, K; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico uma perspectiva crítica**. São Paulo: Elsevier, 2013.

INVERNIZZI, A. C; MENOZZI, A; PASSARANI, D. A; PATTON, D; VIGLIA, G. Entrepreneurial overconfidence and its impact upon performance. **International Small Business Journal**, 1-20. 2016.

KAHNEMAN, D; LOVALLO, D. Timid choices and bold forecasts: A cognitive perspective on risk taking. **Management science**, v. 39, n. 1, p. 17-31, 1993.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar – duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 607p.

MALMENDIER, U; TATE, G. Who makes acquisitions? CEO overconfidence and the market's reaction. **Journal of financial Economics**, v. 89, n. 1, p. 20-43, 2008.

MARSCHNER, P. F; CERETTA, P. S. Como o volume de negociação reage ao sentimento do investidor? **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.13: e163596, 2019.

MENKHOFF, L; SCHMELING, M; SCHMIDT, U. Overconfidence, experience, and professionalism: An experimental study. **Journal of Economic Behavior & Organization**, volume 86, 2010, Pages 92-101, ISSN 0167-2681, <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2012.12.022>.

MOORE, D.; HEALY, P. The trouble with overconfidence. **Psychological review**, v. 115, n. 2, p. 502, 2008.

MOORE, D. A; SWIFT, S. A; MINSTER, A; MELLERS, B; UNGAR, L; TETLOCK, P; YANG, H. H. J; TEENEY, E. R. **Confidence Calibration in a Multi-year Geopolitical Forecasting Competition**. *Management Science*, 2017.

OLIVEIRA, M. A influência de vieses cognitivos e motivacionais na tomada de decisão gerencial: Evidências empíricas em uma empresa de construção civil brasileira. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4. nº 1, Jan-Jun, 2009.



PIMENTA, D. P; BORSATO, J. M. L. S; RIBEIRO, K. C. S. Um estudo sobre a influência das características sociodemográficas e do excesso de confiança nas decisões dos investidores, analistas e profissionais de investimento à luz das Finanças Comportamentais, **Revista de Gestão**, V. 19, n. 2, p. 263-280, 2012.

SAMSON, A. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. São Paulo. EconomiaComportamental.org. 2015. Disponível em <[www.economiacomportamental.org](http://www.economiacomportamental.org)>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SATO, M. **Crítica à racionalidade perfeita dos indivíduos: as perspectivas distintas de Herbert Simon e Daniel Kahneman**. 2021. Disponível em: <[https://repositorio.usp.br/directbitstream/d3fa48ce-2f15-41dd-b6ec-dfad1912df3a/Marcia\\_Sato\\_Monografia.pdf](https://repositorio.usp.br/directbitstream/d3fa48ce-2f15-41dd-b6ec-dfad1912df3a/Marcia_Sato_Monografia.pdf)>

SILVA, L. C. S; NOBRE, F. C; NOBRE, L. H. N; PAULA, L. D. F. L; NEPOMUCENO, L. H. Excesso de confiança e otimismo na tomada de decisão empresarial: Desenvolvimento e validação de escalas. **Research, Society and Development**, Vol. 10, n. 8 Ano 2021.

SILVA, T.; MONDINI, V.; SILVA, T.; LAY, L. Influência do excesso de confiança e otimismo no endividamento de organizações cinquentenárias e não cinquentenárias brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 40–56, 2017.

SILVA, W. M; YU, A. S. O. Análise empírica do senso de controle: buscando entender o excesso de confiança. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 2, p. 247–271, jun. 2009.

SIMON, H. A. **Administrative Behavior: a Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization**. New York: Macmillan. 1947.

STEINGRABER, R; FERNANDEZ, R. G. A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2013.

TONETTO, L; KALIL, L; MELO, W; SCHNEIDER, D; STEIN, L. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia, Campinas**, 23(2), 181-189, abr-jun, 2006.

WEBER, E.; HSEE, C. **Culture and individual judgment and decision making.** *Applied Psychology*, v. 49, n. 1, p. 32–61, 2000.

YOSHINAGA, C. E; OLIVEIRA, F. E; SILVEIRA, M. A; BARROS, L. A. Finanças comportamentais: uma introdução. *Revista de Gestão USP*, v. 15, n. 3, p. 25–35, 2008.

ZHANG, M; NAZIR, M. S; FAROOQI, R; ISHFAQ, M. Moderating role of information Asymmetry between Cognitive: Biases and Investment Decisions: A Mediating Effect of Risk Perception. *Frontiers in Psychology*, v. 13, março de 2022.

## O PAPEL DAS CIDADES NA ADAPTAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DO ANTROPOCENO: A CIDADE DE ALFENAS (MG)

### *THE ROLE OF CITIES IN ADAPTING THE CONSEQUENCES OF THE ANTHROPOCENE: THE CITY OF ALFENAS (MG)*

Ana Paula Silva dos Santos<sup>1</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

Larissa Lemos Dias<sup>2</sup>  
*Universidade Federal de Lavras*

Fernando Batista Pereira<sup>3</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

#### RESUMO

O Antropoceno instiga ações que visam a adaptação da sociedade às consequências incertas que o período acarreta, como o agravamento da crise climática. Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal apontar possíveis direcionamentos para um futuro humanamente possível, isto é, propor caminhos que levem ao entendimento de que é preciso adaptações no estilo de vida e de políticas públicas para que as próximas gerações possam usufruir de boa qualidade de vida ambiental e social, tal como previsto com as ações da Secretaria do Clima, Sustentabilidade e Inovação Social da cidade de Alfenas e do projeto “Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local”. Para tanto, foi utilizado da metodologia descritiva e de ensaio teórico, explicitando as ações da Secretaria e instigando a reflexão sobre a atuação das cidades, além da análise das ferramentas do Emission Policy Simulator (EPS Brasil) e Sistema de Estimativas de Emissões de Gases (SEEG). Aponta-se, desse modo, que as cidades podem exercer um papel fundamental no apoio, criação e fomento de iniciativas que proponham mitigar os impactos do Antropoceno, com um primeiro passo nas Secretarias do Clima, ressaltando que mudanças sistêmicas pedem ações sistêmicas.

**Palavras-chave:** Antropoceno; Sustentabilidade; Agenda Urbana; Cidades; Alfenas (MG).

#### ABSTRACT

The Anthropocene instigates actions aimed at adapting to the uncertain consequences of the period. Thus, this paper's main objective is to propose which should be the guiding questions for a possible future, highlighting the role of the Secretariat of Climate, Sustainability and Social Innovation of the city of Alfenas, and in the project "Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local". To this end, the descriptive methodology and theoretical essay was used, explaining the actions of the Secretariat and instigating reflection on the performance of cities, in addition to the analysis of the tools Emission Policy Simulator (EPS Brazil) and System of Gas Emissions Estimates (SEEG). Thus, it is pointed out that cities can play a key role in supporting, creating, and fostering initiatives that propose to mitigate the impacts of the Anthropocene, with a first step in the Climate Secretariats, emphasizing that systemic changes require systemic actions.

**Keywords:** Anthropocene; Sustainability; Urban Agenda; Cities; Alfenas (MG).

<sup>1</sup> Bacharela Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e em Ciências Econômicas pela mesma universidade. E-mail: [santos.ana@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:santos.ana@sou.unifal-mg.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0009-0004-1542-8162>.

<sup>2</sup> Bacharela Interdisciplinar de Ciência e Economia e em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: [larissa.dias@estudante.ufla.br](mailto:larissa.dias@estudante.ufla.br). OrcID: <https://orcid.org/0009-0001-4794-1161>.

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria, do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da UNIFAL-MG - *Campus Varginha* (MG). Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. E-mail: [fernando.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:fernando.pereira@unifal-mg.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-5726-829X>.

## 1 INTRODUÇÃO

O Antropoceno é a nova época que envolve o século XXI. Essa época marca, entre outros aspectos, o fim da estabilidade terrestre experimentada no Holoceno – época precedente, de estimados 11,7 mil anos, caracterizada pela relativa estabilidade de temperatura e clima ameno e propício para o florescimento e desenvolvimento da vida -, que foi capaz de propiciar à humanidade seu crescimento e desenvolvimento enquanto sociedade. Segundo Viola e Basso (2016), o Antropoceno é a época em que a ação humana é o principal vetor de mudanças no sistema planetário e, dessa forma, suas consequências são ainda incalculáveis. Haraway (2016) salienta que é tão necessário quanto urgente a nomeação deste novo período por se caracterizar em um tempo de grande escala, sincronicidade e complexidade.

O cenário do Antropoceno instiga o debate acerca do sentido do desenvolvimento, já que evidencia as desarticulações entre sustentabilidade e o período em questão, marcado por consequências graves para a continuação da vida terrestre. Desse modo, a discussão perpassa questões como as atuações dos governos locais e a implementação de iniciativas com vistas à mitigação dos problemas sociais e ambientais, impulsionados pelo Antropoceno, que vem se destacando em acordos e encontros multilaterais nos últimos 50 anos. Dentre esses, destacam-se o relatório *The limits to Growth*, do Clube de Roma, e a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, ambos de 1972, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, a Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima em 2021 e a Nova Agenda Urbana (NAU), derivada da ONU Habitat I (1976) e ONU Habitat II (1996).

O objetivo primeiro do trabalho é, portanto, a proposição de possíveis caminhos para um futuro humanamente possível, ou seja, destacar a urgência de que é preciso adaptações no estilo de vida e de políticas públicas para que as próximas gerações possam atender suas necessidades básicas ambientais e sociais, com destaque para as cidades, com atenção para a atuação da Secretaria do Clima, Sustentabilidade e Inovação Social da cidade de Alfenas e de seu projeto “Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local”. O recorte nas cidades se justifica vista a preponderância destas no modo de vida contemporâneo, correspondente a mais de 55% da população mundial, e responsáveis por 60% do uso global de energia e por mais de 70% das emissões globais

de gases de efeito estufa (DOUGHNUT ECONOMICS ACTION LAB, BIOMIMICRY 3.8, C40 CITIES, AND CIRCLE ECONOMY, 2020). Assim sendo, um primeiro passo é o desenvolvimento de ações políticas na esfera local, como vem sendo os casos recentes da Secretaria Municipal do Clima de Niterói (SECLIMA) e da Secretaria do Clima, Inovação Social e Sustentabilidade de Alfenas (SECSIS).

A cidade de Alfenas (MG), foco deste artigo, será, ainda, brevemente caracterizada e analisada diante dos dados de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e os setores econômicos que mais os emitem, isso porque, além de abrigar a SECSIS, a cidade é sede da Universidade Federal de Alfenas e a cooperação entre secretaria e universidade, oficializada em 2021, objetiva o planejamento, criação e aplicação de diversas ações e projetos que exerçam efetivamente efeitos de sustentabilidade com a participação ativa da população rumo à uma cidade justa, resiliente e sustentável.

Neste contexto, o “Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local” é destacado, visto seu caráter de coparticipação da sociedade civil na implementação de soluções apoiadas na natureza, com abundância de recursos e serviços ecossistêmicos e ao bem-estar social, ressaltado a capacidade de transformação efetiva e com ações locais de impacto em múltiplas escalas. Ademais, tal Movimento ganhará maior foco neste trabalho com o respaldo da ferramenta do Simulador Nacional de Políticas Setoriais e Emissões (Emission Policy Simulator – EPS Brasil), que simula o cenário futuro nacional de emissão de GEE com a adoção (ou não) de políticas, neste caso, a de desmatamento evitado e ações de reflorestamento.

O trabalho se divide, além desta introdução, em metodologia, cinco seções de referencial teórico a saber: “O cenário do Antropoceno”, “Os encontros multilaterais: Conferências do Meio Ambiente e as Agendas Urbanas”, “A centralidade das cidades”, “Cidades em ação: as Secretarias do Clima” e “A cidade de Alfenas e o Movimento Reflorestar” e nas considerações finais que apontam para a importância não só do debate acerca do desenvolvimento sustentável e de cidades sustentáveis, mas também para as iniciativas e atuações locais, que desempenham um papel promissor e pioneiro na atuação local em cidades brasileiras que sofrem recorrentemente de ausência de ferramentas e ações deste cunho.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho se fundamenta em uma pesquisa descritiva (RODRIGUES, 2007; FONTELLES, 2009), com o objetivo de servir como base, não só para o debate acadêmico acerca do tema, como também para fomentar o planejamento de novos métodos de desenvolvimento de políticas públicas locais que permitam a atuação sustentável de diversas regiões, visando a possibilidade de um futuro, desde que respeitadas as singularidades e complexidades de cada localidade. Para tanto, é feita uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos abordados e da análise da Secretaria do Clima, Sustentabilidade e Inovação Social da cidade de Alfenas (MG), já que a Prática Baseada em Evidências - quando usada nas Ciências Sociais Aplicadas é chamada de Gestão Baseada em Evidências - proporciona a incorporação das evidências na prática organizacional que pode ser feita com o uso de métodos de coleta, categorização, avaliação e síntese dos resultados de pesquisa do tema investigado (BOTELHO; DE ALMEIDA CUNHA; MACEDO, 2011). Para além, foi lançado mão das ferramentas apresentadas pelo EPS Brasil e SEEG Municípios.

O artigo segue formato de ensaio teórico, visando a proposição de alternativas e atuações das cidades, dado o cenário do Antropoceno, com foco nos projetos e ações da Secretaria do Clima, Sustentabilidade e Inovação Social da cidade sul mineira de Alfenas, como o projeto “Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local”. Segundo Meneghetti (2011), o objetivo primeiro de um ensaio teórico é a busca das perguntas que cercam mais profundamente o tema em questão, destacando a força reflexiva na compreensão da realidade. De acordo com o mesmo autor, na administração - no caso, na área de administração e gestão de política pública - o ensaio é importante recurso para ampliar a interdisciplinaridade e promover a construção de saberes por meio da relação intersubjetiva. Buscando um novo olhar sobre a atuação das cidades, visto a nova era do Antropoceno, lança-se mão de um ensaio teórico, dada sua originalidade de perspectiva com a aproximação das partes envolvidas sistematicamente com a finalidade de dar significado para a realidade, em que as reflexões e novas perguntas são mais relevantes do que conclusões finais e definitivas (MENEGETTI, 2011).

A metodologia de ensaio teórico também é discutida por Severino (2017), que a aponta como “um estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente” (p. 9), de forma que o trabalho exponha argumentação lógica e reflexiva, tecendo considerações acerca da importância e do significado do artigo. Complementa o autor que o ensaio é

capaz de promover maior liberdade de escrita, visto seu caráter questionador e propulsor de debates, sem que se lance mão do rigor lógico e da coerência de argumentação científica (SEVERINO, 2017).

### 3 O CENÁRIO DO ANTROPOCENO

O século XXI está envolto de uma nova era, denominada como o Antropoceno. Sua definição é de uma “nova e atual época geológica em que essa estabilidade (do Holoceno) está sendo progressivamente perdida por conta da atuação da humanidade, que se tornou o principal vetor de mudanças no sistema planetário” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 1). Em consequência, sua chegada traz consequências de “magnitude nunca antes experimentada pela humanidade” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 1). Para Haraway (2016), a urgência de se nomear o período, seja de Antropoceno, Plantationoceno ou Capitaloceno, relaciona-se com a escala, a sincronicidade e a complexidade do contexto. Ademais, as várias etapas da Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII - e acentuada nos séculos seguintes - marcam o período em que a capacidade humana de intervir na natureza aumenta consideravelmente e sem sinais de diminuição (ROMEIRO, 2003).

Soma-se ao Antropoceno (como seu indicador tal como acelerador) o conjunto de parâmetros socioeconômicos e ambientais, bem como os indicadores biogeoquímicos, como o uso da terra, temperatura da superfície terrestre, acidificação dos oceanos, perda de florestas tropicais, entre outros indicados por Steffen *et al.* (2006), que apontam para a ocorrência, em 1945, da chamada "Grande Aceleração" que o planeta Terra vem sofrendo (SILVA; ARBILLA, 2018). É importante destacar que a Grande Aceleração é apontada por Figueiredo, Marquesan e Imas (2020) como a “intensificação das atividades humanas na Terra a partir de meados do século XX” (p. 401, tradução dos autores). Com tais contribuições, têm-se, em 2009, a promissora abordagem de Rockstrom *et al.* (2009) dos limites planetários, em que houve a tentativa de identificar os limites associados ao sistema terrestre que, uma vez ultrapassados, podem promover mudanças imprevisíveis e de não retorno dos chamados “pontos de inflexão” (ROCKSTROM *et al.*, 2009).

O Antropoceno marca então um período de evento-limite, com graves discontinuidades e ressaltando que o que veio antes desse tempo não será como o que virá (HARAWAY, 2016). Acarreta, portanto, mais do que as mudanças climáticas, segundo Haraway (2016), soma-se ao período a carga excessiva de químicos tóxicos, de

mineração, genocídio de pessoas e animais, a seca de lagos e rios, a simplificação do ecossistema, em formas direta e sistematicamente ligadas, possibilitando repetições e degradações em colapsos do sistema atual. Para o autor, “a recursividade pode ser terrível” (p. 139) e, portanto, é necessário que os Terranos (lançando mão do termo de Latour (2020)<sup>4</sup>), tenham em mente a complexa tarefa diante de si que pedirá novas formas de se organizar e viver.

A colocação dos limites planetários por Rockstrom *et al.* (2009), juntamente com sua percepção de necessidade de desenvolvimento para um espaço operacional visto como seguro, dado a não ultrapassagem das fronteiras ecológicas, amparou fortemente as ideias que se seguiram a alertar para a urgência da não transgressão de importantes processos ambientais essenciais à vida humana na Terra, tais como a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas, como o *Doughnut Economics* de Raworth (2019). Segundo Silva e Arbilla (2018), tão importante quanto reconhecer os limites planetários é a percepção de que eles devem ser encarados conjuntamente, interagindo de forma fluída e dinâmica. Com isso, evidencia-se a pressão humana desempenhada sobre importantes ciclos biogeoquímicos a partir do século XX, somada à ascensão de impactos antrópicos na Terra que, analisando o cenário atual, parecem estar longe de chegar ao fim (VEIGA, 2017).

Desse modo, reconhece-se que o Antropoceno, ainda que envolto em discussões acerca de sua definição e data precisa do seu início (se em meados do séc. XVIII ou do séc. XX), representa um novo tempo delimitado pela centralidade das ações humanas e envolto de incertezas sobre um futuro possível para a existência humana na Terra, dadas as consequências sociais e ambientais de tais ações. À luz disso, é tão importante quanto urgente a discussão sobre o sentido do desenvolvimento social e econômico, assim como sobre as ações dos governos locais e a implementação de iniciativas que visem mitigar não só os antigos problemas, como a pobreza e a desigualdade, mas também os atuais desafios, como as mudanças climáticas e perdas de biodiversidade, temas recorrentes nos encontros mundiais e que evidenciam, como um todo, a desarticulação do modelo econômico vigente.

---

<sup>4</sup> A obra de Bruno Latour “Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno” aborda a questão da nova época, ressaltando a necessidade de se direcionar para o Atrator Terrestre para que seja possível uma nova forma de mundificação; o Terrestre é, portanto, um outro mundo, diferente da “natureza”, do “mundo humano” e da “sociedade”.



### 3.1 Os encontros multilaterais: Conferências do Meio Ambiente e as Agendas Urbanas

Ainda que o tema “Desenvolvimento Sustentável” não possua uma data exata de início de debate, o termo ganhou evidente destaque no Relatório *The limits to Growth* elaborado por Dennis e Donella Meadows, apresentado no Clube de Roma em 1972, sendo encarado como condição de estabilidade tanto ecológica quanto econômica sustentável no longo prazo (VEIGA, 2015). Também em 1972, foi introduzida a ideia de Ecodesenvolvimento (substituído, ainda que controversamente, por desenvolvimento sustentável) pela Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (FERREIRA; ROMEIRO, 2019), em que ficou definido como “um processo de crescimento que concilie viabilidade econômica, desejabilidade social e prudência ecológica” (ROMEIRO, 1991, p. 149). Seguiu-se, após a Conferência de Estocolmo, mais duas, a saber: a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987 - que ficou conhecida por seu Relatório de Brundtland e definiu desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que garante atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades” (CECHIN, 2010, p. 177) - e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como RIO 92.

Neste contexto de destaque acerca do desenvolvimento sustentável, tem-se um importante marco: a Agenda 2030, lançada em 2015, e adotada por 193 países para o Desenvolvimento Sustentável da ONU - derivada da RIO +20, conferência para renovar a discussão apontada na RIO 92. A Agenda relaciona-se fortemente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também promulgada pela ONU em 2015. Nesse conjunto estão estruturados os 17 objetivos e metas, acompanhados por 232 indicadores, para as nações alcançarem o desenvolvimento sustentável. Tem-se, portanto, que a Agenda 2030 engloba o tripé do desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômico, além de abordar questões como a educação, moradia e alimentação (CARVALHO; BARCELLOS, 2010). Contudo, ainda que se reconheça que a responsabilidade maior em se atingir cada objetivo e meta é de cada país, segundo Romeiro (2010), ficou enfatizada a responsabilidade maior dos países mais ricos em complementar seus esforços e, ainda, evidenciou a “insustentabilidade da generalização

do crescimento econômico baseado na matriz energética fóssil” (ROMEIRO, 2010, p. 29).

Mais recentemente, no final de 2021, houve a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima em Glasgow, Escócia, que ficou conhecida como COP 26. A Conferência aconteceu envolta da esperança de se traçar medidas efetivas de limitação do aquecimento global, tal como da emissão de gases carbônicos e eliminação progressiva - ou, ao menos, o fim dos subsídios - dos combustíveis fósseis. Contudo, tais pontos ficaram ainda em aberto, não levando em conta os desejos dos países e dos grupos mais afetados pela crise climática. Dessa forma, segundo relatório da OXFAM (2022), os países ricos - enfatizados pelo fato de que tais países são responsáveis por cerca de 92% de todas as emissões históricas de CO2 excedentes - continuam falhando em evitar a destruição do planeta e em garantir proteção efetiva contra as consequências da crise climática.

Em paralelo, com a divulgação da contribuição do Grupo de Trabalho 1<sup>5</sup> do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), que aponta para, dentre outras coisas, a ultrapassagem do limite de 1,5°C no aumento da temperatura terrestre - em relação aos níveis pré-industriais - já nos próximos 20 anos, ascende a urgência de mudanças de iniciativa de concepção degenerativa por regenerativas em todo o globo e, em especial, nas cidades - que configuram-se, de acordo com Mendes (2020), como lugares e agentes estratégicos tanto nos processos políticos, econômicos e sociais quanto às mudanças climáticas. O mais recente relatório do IPCC, lançado em abril de 2022, fruto da contribuição do Grupo de Trabalho 2, revelou que as emissões globais médias de gases de efeito estufa atingiram os níveis mais altos da história e não será possível limitar o aquecimento global a 1,5°C se não houver reduções imediatas e profundas de emissões em todos os setores. De tal forma, é enfatizado a necessidade das emissões líquidas serem nulas para conter o aumento da temperatura, recomendando reduções rápidas e profundas de emissões ao longo das décadas entre 2030 e 2050. O mais impactante, talvez, é a previsão de que, caso não haja um reforço de políticas, as emissões devem aumentar além de 2025, causando um aquecimento global médio de 3,2 °C até o final deste século (IPCC, 2022).

---

<sup>5</sup> Os Relatórios de Avaliação do IPCC são compostos pelas contribuições de três Grupos de Trabalho e em um Relatório Final (ou Síntese) que agrega tais contribuições, e outros relatórios preparados durante o mesmo ciclo de avaliação. Para ler a contribuição de cada Grupo de Trabalho na íntegra, sugere-se o acesso do site IPCC listado nas referências.

É nítido, portanto, o não cumprimento de acordos e planos multilaterais na mitigação climática, o que é ressaltado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, como “uma longa enumeração de promessas climáticas não cumpridas” (ONU NEWS, 2022). O cenário enfatizado pelo IPCC mostra a urgência da mudança, tanto no curto quanto no longo prazo, possíveis de acontecer, ressalta Raworth (2020), “do dia para noite”, como foi o caso da pandemia de Covid-19, desde o final de 2019, que mostrou a vulnerabilidade humana, ao mesmo tempo que mudanças podem (e devem) correr, tanto na forma de se viver, de se encarar o que é normal, quanto nas políticas públicas que podem ser praticadas. Como se buscou superar a crise pandêmica, que teve foco nas cidades, deve-se também visar emergir das consequências ambientais catastróficas, com clareza no caminho a se seguir, com igualmente ênfase nas cidades.

### 3.2 A centralidade das cidades

Arelado a essa discussão, ocorreu em 2016 em Quito, no Equador, ligada à Agenda 2030, a Nova Agenda Urbana (NAU), também organizada pela ONU, que aponta, em linhas gerais, para a necessidade de uma visão compartilhada com vistas a um futuro melhor e mais sustentável. Entende-se que, no contexto de crescente urbanização, as cidades podem se tornar a fonte de soluções dos desafios atuais - e não mais serem fontes das causas -, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. De acordo com o documento, a NAU, que é o mais recente debate que teve seus antecessores na Habitat I (em Vancouver 1976) e II (em Istambul 1996), mostra-se como uma mudança no paradigma das cidades, estabelecendo princípios e padrões, tanto para o planejamento, quanto para a construção, desenvolvimento, administração e melhoria das áreas urbanas, apresentando, desse modo, a conciliação entre urbanização e desenvolvimento sustentável, segundo a *United Nations* (UN, 2016).

Destaca-se, ainda, que a NAU está fortemente relacionada com o 11º ODS: tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Como ferramenta para buscar tal objetivo, a ONU lançou a Iniciativa Cidades Prósperas (ICP), contando com um índice composto por seis dimensões<sup>6</sup>, a fim de buscar oportunidades e áreas de intervenção para que a cidade se torne (mais) próspera. Vale ressaltar que

---

<sup>6</sup> As dimensões apontadas pela ICP da ONU são: produtividade, infraestrutura, qualidade de vida, equidade e inclusão, sustentabilidade ambiental e governança e legislação. Ela é baseada nos princípios dos direitos humanos e considera que a urbanização deve obedecer aos princípios dos direitos humanos, enquanto a cidade deve atender a padrões específicos de direitos humanos que precisam ser medidos (UN HABITAT, 2022).

prosperidade é definida pela ONU como uma construção social que se materializa no campo das ações humanas. Embora o conceito esteja ainda em construção teórica, em linhas gerais, a cidade sustentável pode ser entendida como região de disponibilidade de recursos naturais garantidores do desenvolvimento social, econômico e físico (UN, 2005).

De acordo com dados presentes no *Creating City Portraits: A methodological guide from the Thriving Cities Initiative* (2020), as cidades são o lar de mais de 4 bilhões de pessoas - mais de 55% da população mundial e são responsáveis por 60% do uso global de energia e por mais de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa, muito devido ao fato da pegada global dos produtos que importam e consomem. Tal documento aponta para o entrelaçamento das cidades com a abordagem do *Doughnut Economics* (RAWORTH, 2019). Disponibilizando metodologias, o guia tem o propósito de aplicar iniciativas sistêmicas e regenerativas, alcançando melhores resultados com o trabalho colaborativo e o envolvimento de pesquisadores multidisciplinares, representantes (governamentais) da cidade e organizações civis e redes comunitárias. Segundo Tostes (2021), as cidades não podem mais esperar: é preciso uma movimentação urgente dos governantes e da população; o equilíbrio que tanto se debateu nas Conferências na década de 1990 precisa ser colocado em prática nas cidades de hoje e de amanhã. Soma-se que as resistências (ou interesses contrários) são fortes, em oposição às mudanças necessárias, em especial no meio urbano e em países em desenvolvimento e periféricos (MARICATO, 2011). Para a conquista de cidades justas, respeitando o direito à cidade com condições sociais e ambientais atendidas, é preciso ações sistêmicas.

Portanto, diante de tal explanação e desenvolvida a ideia da necessidade de direcionamento, principalmente das cidades com a Nova Agenda Urbana, ao desenvolvimento sustentável - discutido com tanto afinco durante décadas, mas pouco implementado -, qual o papel que se espera da importante concentração de pessoas, de atividade econômica e centro de desigualdades e degradação, que são as cidades do século XXI?

### **3.3 Cidades em ação: as Secretarias do Clima**

Segundo Rolnik (2017), a cidade é, antes de mais nada, um ímã. Ao se pensar assim, é possível colocar que viver e construir cidades implica viver coletivamente, ou seja, a relação de morador da cidade e poder urbano corresponde a uma maneira de organizar o território e uma relação política. Além disso, o estudo de Leite *et al.* (2019) evidencia o alinhamento das desigualdades sociais, o uso do território e, em especial, as

condições de saúde da cidade de São Paulo. Tais desigualdades, encontradas nas cidades, abarcam setores de saúde, de trabalho e renda, de condições de lazer e, inevitavelmente, de acesso e degradação de recursos naturais.

Torres (1997) esclarece que o planejamento ambiental urbano só é possível se constituído e formulado alianças que abarcam a participação de diversos grupos constituintes da sociedade, já que novas e velhas formas de desigualdade estão surgindo e se retroalimentando, como domicílios em locais de risco ambiental, com equipamentos urbanos (seja escolas e rede saúde, cultura e lazer) e infraestrutura precários (como ausência de asfaltamento e pavimentação de ruas e calçadas, a oferta de água em rodízio, e a falta de rede de esgotos e coleta de lixo em diversos domicílios).

Para Maricato (2011), uma justiça urbana com sustentabilidade evoca a aplicação da Função Social da Propriedade e da Cidade, previstas não só na Constituição Federal de 1988, como também no Estatuto da Cidade (criado em 2001) - destacando-se as passagens de garantia do direito a cidades sustentáveis e a adoção de padrões de consumo e produção e expansão urbana que sejam compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, econômica e social do município -, além da necessidade de aplicação das Leis de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (que ainda se encontra em fase de formulação) e da Política Nacional para Regiões Metropolitanas, com o objetivo de orientar e articular os esforços nacionais em todas as escalas, o que ressalta o caráter sistêmico da mudança necessária.

Dessa forma, a sensibilização das cidades frente às mudanças climáticas começa em escala local, com vistas ao planejamento urbano (FREITAS *et al.*, 2021). Com o crescente processo de urbanização, e em face às consequências do Antropoceno, os esforços para se pensar e aplicar planejamentos urbanos resilientes com a relação entre ambiente e pessoas, ganham maior destaque, iniciando pelo clima que, ainda que seja um dos problemas ambientais modernos “mais novos”, é o que possivelmente tenha maior potencial de dano para a vida terrestre. Portanto, segundo Silva e Behr (2021, p. 02) “as conexões entre pessoas, sociedade, governo e mudanças climáticas são fundamentais para a mitigação de ações humanas responsáveis pelo processo de aquecimento global”.

Contudo, reconhecido que as cidades concentram um elevado número de problemas sociais e ambientais, a pergunta natural é: como elas podem se colocar à frente do que o contexto do Antropoceno exige? Em outras palavras, como as cidades podem se tornar centros de soluções para o desenvolvimento sustentável com respeito às

necessidades e localidades de cada região? Um primeiro encaminhamento de respostas para tais questionamentos são as recém-criadas Secretarias do Clima.

No que tange ao Brasil, o processo de urbanização acelerada deu-se por volta do século XX, mas o universo urbano não superou algumas características dos períodos anteriores, como a concentração de terra, renda e poder (MARICATO, 2003). O chamado Estatuto da Cidade de 2001 veio a contribuir, legalmente, com tal discussão, destacando-se as passagens de garantia do direito às cidades sustentáveis e a adoção de padrões de consumo e produção e expansão urbana que sejam compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, econômica e social do município. O entrelaçamento de conhecimentos técnico, científico, urbanístico e ambiental, são essenciais para combater a urbanização, em benefícios de alguns. A cidade sem segurança e sustentabilidade, explosiva e dividida, não interessa à população que nela habita; ao contrário, a cidade criativa, cooperativa, solidária, humana e pacífica é que interessa (MARICATO, 2019). Nesse sentido, os primeiros passos estão sendo dados em Secretarias localizadas no Estado do Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

A primeira secretaria municipal do Brasil com o objetivo primeiro de mitigação das consequências climáticas surge no Rio de Janeiro, em Niterói, no começo de 2021 - cidade que também foi a primeira do país na criação do Fórum Municipal de Mudança Climática. A Secretaria Municipal do Clima de Niterói (SECLIMA)<sup>7</sup> estrutura suas políticas públicas em fundamentos primordiais, como a gestão participativa e integrada para combate às mudanças climáticas, gestão do conhecimento, formação e comunicação, gestão de instrumentos para governança, gestão de emissões e gestão de acordos e pactos nacionais e internacionais. Afora tal alicerce, no primeiro ano da SECLIMA destaca-se o projeto piloto da Escola do Clima e a inédita parceria entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói na unificação de agendas ao combate à emergência climática. Para o ano de 2022, a expectativa é consolidar e implementar o projeto de neutralização das emissões de carbono na Zona Norte da cidade, a participação na Rio +30 e o Desafio Solar Brasil (rali de barcos movidos à energia solar a fim de incentivar as tecnologias limpas e alternativas, além do estímulo à tais meios de transporte). Como a plataforma ainda está em construção, não foi possível descrever ações e projetos específicos da secretaria.

A segunda secretaria deste tipo surge na cidade mineira de Alfenas, em agosto de

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes, a SECLIMA conta com site que pode ser acessado no endereço presente nas referências.

2021. A Secretaria do Clima, Sustentabilidade e Inovação Social (SECSIS)<sup>8</sup> visa, entre outras coisas, a implementação de ações em sustentabilidade, propor políticas públicas de mitigação das mudanças climáticas, cooperação com a sociedade civil, empresas e demais instâncias governamentais e organizações, identificação de áreas de risco e vulnerabilidade socioecológica, bem como o avanço da agenda de sustentabilidade municipal. Ainda que recente, a SECSIS já se destaca pelos projetos: i. Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local; ii. Sistemas Agroflorestais Públicos Comunitários (SAFs); iii. Identidades Alfenesenses; iv. Estratégia de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas e v. Formação de Agentes Transformativos e Regenerativos.

É possível observar e descrever como o “Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local” integra diversas áreas do município a fim de adaptar a cidade as consequências impulsionadas pelo contexto do Antropoceno, bem como seus métodos e práticas para colocar o Movimento em ação na região, na seção a seguir.

### 3.4 A cidade de Alfenas e o Movimento Reflorestar

Alfenas está localizada no Sul do Estado de Minas Gerais, no Sudeste do país. O município possui, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) uma população estimada de 80.973 mil habitantes e conta com uma área de 850.446 km<sup>2</sup> que abrange os biomas do Cerrado e da Mata Atlântica (2020). Buscando uma caracterização mais profunda, foi levantado alguns dados relevantes acerca do município, tais como:

- 94,8% domicílios apresentam esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010);
- 70% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2010);
- 79% de arborização das vias públicas (IBGE, 2010);
- 94,92% da população urbana e 5,08% rural (Fundação João Pinheiro - FJP, 2021);
- PIB: R\$ 2.582.382,00 (FJP, 2019) e PIB per capita: R\$ 32.281,00 (FJP, 2019);
- IDHM em 2018 de 0,76 (FJP, 2021);
- 97,8% de taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (IBGE, 2010);
- 0,42 no Índice da qualidade geral da Educação em 2018 (FJP, 2021);
- 2,5 salários-mínimos de salário médio mensal dos trabalhadores formais (IBGE, 2019);

<sup>8</sup> Para mais detalhes sobre a SECSIS, consultar o site com endereço nas referências.

- 23.415 de pessoal ocupado (IBGE, 2019);
- 29,3% população ocupada (IBGE, 2019);
- 0,5143 no Índice de Gini em 2010 (DATASUS, 2010);
- Do solo do município em 2020: 73,48% ocupado pela Agropecuária; 10,18% por Floresta; 13,90% por água; 2,25% por área não vegetada (MAPBIOMAS, 2021).

**Mapa 1:** A cidade de Alfenas



Fonte: AYER *et al.* (2017).

Caracterizar o município é tarefa importante para buscar compreender sua identidade e sua importância, seja as relações dos moradores para com a cidade, seja a relação desses com o mundo ao seu redor. Dessa forma, tem sido despendido tempo e empenho por parte da SECSIS na compreensão das múltiplas identidades de Alfenas na elaboração de um compêndio informacional, fortemente ligado ao projeto Identidades Alfenesenses. Contudo, é importante ressaltar que não só de dados quantitativos se fará a identidade de um lugar, população, cidade e, dessa forma, a pesquisa é contínua também para a análise de aspectos culturais, saberes locais e regionalidades específicas do município.

Na expectativa de tornar Alfenas uma cidade pioneira na adaptação climática, que se faz cada vez mais necessária e urgente, como aponta os relatórios do IPCC, iniciativas (citadas na seção anterior) estão sendo desenvolvidas e praticadas pela Secretaria, entre



elas o “Movimento Reflorestar Alfenas: Agir local, pensar global”, impulsionado pelo grande número de incêndios ocorridos no ano de 2021 na área urbana de Alfenas, fomentando iniciativas regenerativas. Tal movimento respalda-se nos trabalhos de Geddes, Legates e Stout (2021), Raworth (2019) e estudos na ciência da Sustentabilidade.

O movimento “Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local” - frase de Geddes, Legates e Stout (2021) - objetiva, em suma, servir de plataforma de coparticipação da sociedade civil na implementação de soluções apoiadas na natureza, com abundância de recursos e serviços ecossistêmicos, visto seu suporte à vida, ao bem-estar social e a possibilidade das atividades econômicas, ressaltando que a coparticipação social é uma ferramenta capaz de transformação efetiva e com ações locais de impacto em múltiplas escalas. Além disso, o movimento prevê o plantio de cerca de 1500 árvores na avenida Perimetral Oeste<sup>9</sup>, que está sendo construída e ligará as extremidades da cidade, numa extensa ação de arborização e reflorestamento (ALFENAS HOJE, 2021).

Além disso, o recente relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde (WHO, na sigla em inglês) mostra que 99% da população mundial respira ar poluído, sendo que mais da metade da população urbana mundial vive em lugares que ultrapassam em seis vezes os níveis máximos ideais de poluição do ar. De tal forma, é estimado que mais de 4 milhões de mortes anuais estejam ligadas à poluição do ar, o que intensifica, ainda mais, a necessidade de esforços no monitoramento do ar, redução dos incêndios, práticas de reflorestamento e de plantio (WHO, 2022). Nesse aspecto, como salienta o secretário da SECSIS, Fabrício Casarejos, no jornal Alfenas Hoje (2021) “são urgentes as medidas estruturantes, as obras de infraestrutura e as ações de plantio de árvores e recuperação de mananciais, ou seja, ações de implementação de sistemas regenerativos florestais e agroflorestais em áreas rurais e urbanas”.

Diante do exposto, o movimento “Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local” se apresenta como um importante movimento de coparticipação social, visto sua força regenerativa de impacto em múltiplas escalas, para a implementação de ações efetivas de arborização e reflorestamento voltadas a uma cidade de Alfenas com abundância de recursos e serviços ecossistêmicos, bem-viver e bem-estar. O movimento compreenderá ações e projetos integrados, ressaltando o caráter sistêmico das relações para adaptação

---

<sup>9</sup> A Avenida Perimetral Oeste liga uma das entradas da cidade pelo bairro Vista Grande ao Distrito Industrial, eliminando assim o grande fluxo de caminhões de carga da Avenida Dr. Lincoln Westin da Silveira.

climática, pautado em ações no curto e no longo prazo em uma agenda de sustentabilidade, na qual a cidade é entendida como um rico mosaico de sistemas, ambientes, recursos e paisagens, ou seja, um “organismo dinâmico”. A ideia central do pensar global e agir local é que cada cidadão possa contribuir com o seu pensar e ação para a prosperidade da sociedade humana global no porvir. Entende-se assim que há oportunidade de deixar para as próximas gerações um legado de cidade de significado e grande abundância (O ALFENENSE, 2021).

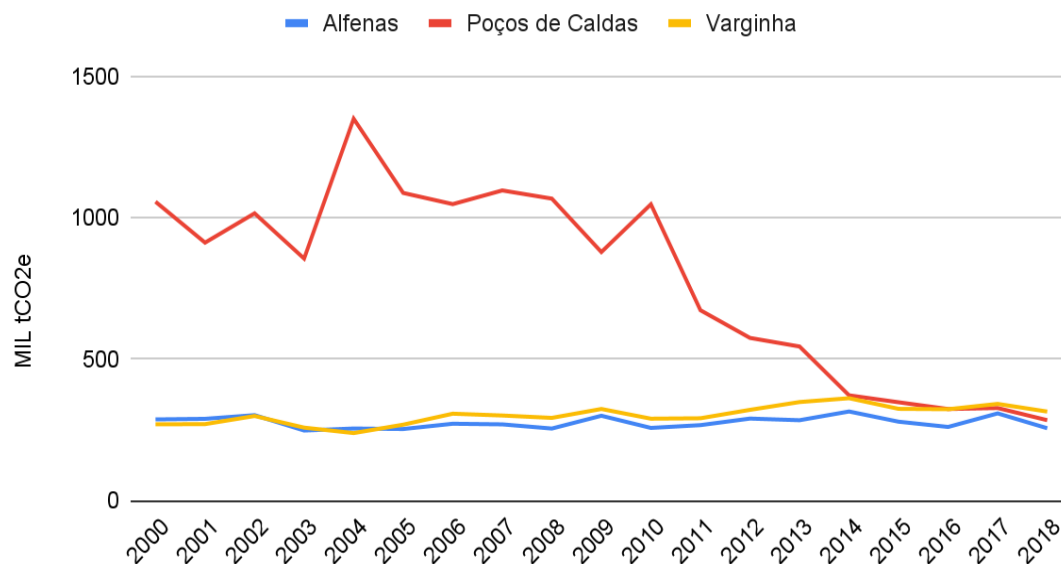
Ressaltando ainda, no trabalho da SECSIS, há o empenho na construção de um Plano Municipal de Arborização e Reflorestamento para o território do município, a criação de um fundo colaborativo de sustentabilidade para alocação e gerenciamento de recursos financeiros e humanos, além da análise dos diferentes territórios e ecossistemas de Alfenas, buscando elencar necessidades, prioridades e oportunidades. Da integração de diferentes perspectivas de diversos atores da sociedade e conhecimentos de pesquisadores de universidades nacionais e centros de pesquisa internacionais, foi firmado o acordo entre a Universidade Federal de Alfenas e a Prefeitura de Alfenas, com a cooperação técnica e desenvolvimento de ações sustentáveis, como no Movimento Reflorestar, visando o desenvolvimento e execução de ações, programas e projetos sociais, culturais, científicos, tecnológicos e de desenvolvimento urbano, estabelecendo uma série de possibilidades de atuação. A implementação de ações em sustentabilidade tem foco na resiliência urbana, equidade e bem-estar social e criação de programas de reflorestamento urbano com a implementação de sistemas regenerativos, além de esforços de facilitação e assessoria na criação de empreendimentos em sustentabilidade e na elaboração de um plano de adaptação e mitigação às mudanças climáticas, incluindo a redução de emissão de gases de efeito estufa (ALFENAS HOJE, 2021).

Para o reitor da UNIFAL, Sandro Amadeu, “A defesa do meio ambiente é uma pauta absolutamente necessária não somente para nós como Universidade, mas para nós como cidade” (ALFENAS HOJE, 2021). Assim sendo, como se comportam as cidades que abrigam os *campi* da UNIFAL-MG em uma das maiores, se não a maior, preocupação ambiental recente: a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)?

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) conta com campus em três cidades do Sul de Minas Gerais, sendo elas Alfenas (sede), Poços de Caldas e Varginha. As três cidades desempenham importante papel para a região como um todo, como a participação econômica, com concentração de polos industriais, mas também em aspectos

negativos, como a poluição. Para se ter ideia de tal contribuição, o Gráfico 1 a seguir mostra a quantidade, medida em mil toneladas de Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) - principal gás responsável pelo efeito estufa -, de Gases de Efeito Estufa no período de 2000 à 2018. Segundo o *World Resources Institute* (WRI Brasil, 2020), as emissões globais anuais de gases de efeito estufa cresceram 41% desde 1990 e ainda estão aumentando.

**Gráfico 1:** Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), em mil toneladas (t) de CO<sub>2</sub>, nas cidades dos campus da UNIFAL-MG (2000-2018)



Fonte: Elaboração própria com base em SEEG Municípios.

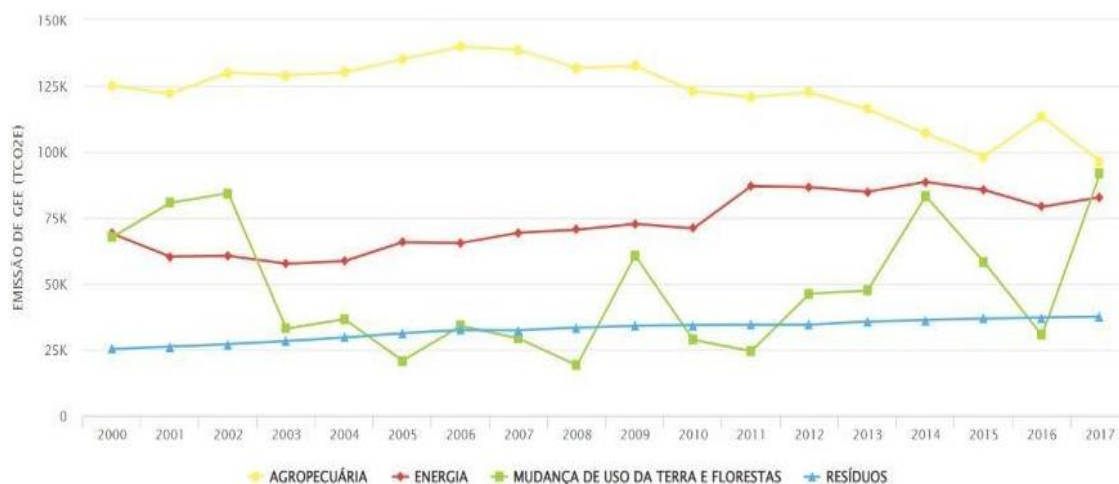
Diante do Gráfico 1, é possível perceber uma tendência de emissões nas cidades de Varginha e de Alfenas, e uma queda considerável das emissões em Poços de Caldas, principalmente após 2010. Além dos três municípios serem localidades relevantes em âmbito regional, as cidades abrigam universidades, como a Universidade Federal de Alfenas, de tal forma a instigar a investigação científica do cenário da poluição, como a explicação da queda significativa de emissão em Poços de Caldas e, a partir de 2017, a ultrapassagem de Alfenas (com população e PIB bem inferiores<sup>10</sup>) nas emissões totais.

Buscando um princípio de explicação, foi analisado a série histórica de emissão de GEE do Município de Alfenas (sede da UNIFAL-MG e da SECSIS) no período de 2000 até 2017, com a observação das emissões nos setores de Agropecuária, Energia,

<sup>10</sup> Segundo dados de 2019 (FJP), o PIB e população de Poços de Caldas (R\$ 7,7 bi e 167 mil hab) e Varginha (R\$ 6,3 bi e 136 mil hab.), em comparação com Alfenas (R\$ 2,6 bi e 80 mil hab.).

Mudança de Uso da Terra e Florestas e Resíduos, também pelo Sistema de Estimativas de Emissões de Gases (SEEG), como mostra o Gráfico 2:

**Gráfico 2:** Série histórica das emissões de GEE por setor de atividade em Alfenas (2000-2017).



Fonte: SEEG (2022).

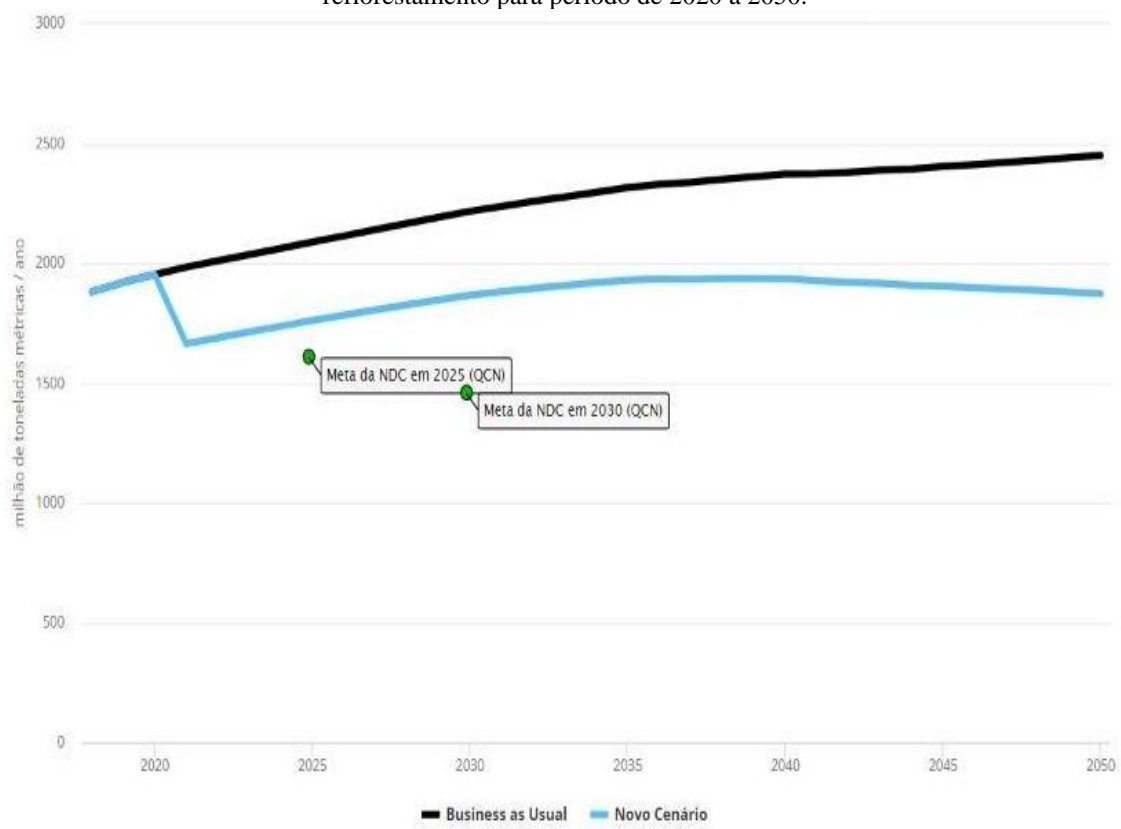
Dessa forma, é possível perceber a clara predominância do impacto da Agropecuária e do setor de Energia na emissão de GEE no município de Alfenas durante todo o período analisado. Contudo, a crescente emissão do setor de Mudança de Uso da Terra e Florestas merece destaque, visto sua rápida ascensão a partir de 2016. Tal impacto ocorre na região primordialmente pela mudança do uso do solo na Mata Atlântica, alcançando a emissão de 23.945 toneladas de CO<sub>2</sub> (SEEG, 2022). Diante desses espantosos dados, uma política possível de redução da emissão de GEE seria evitar o desmatamento e ações de florestamento e reflorestamento. Mas qual seria o impacto de tais políticas?

Uma proposição inicial de resposta para essa pergunta vem com a ferramenta do Simulador Nacional de Políticas Setoriais e Emissões (Emission Policy Simulator – EPS Brasil), que simula o cenário futuro nacional de emissão de GEE com a adoção (ou não) de políticas e o compara com o cenário futuro *Business as usual*, ou seja, com a emissão tal qual o habitual. Além disso, é sinalizado as metas brasileiras da Contribuição Nacionalmente Determinado (NDC, na sigla em inglês) ao Acordo de Paris (2015). A ferramenta já vem sendo aplicada em países como China e México, e, no Brasil, contou com a parceria da WRI Brasil, Coppe-UFRJ e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O Gráfico 3 representa uma estimativa, em âmbito nacional, do cenário para os próximos anos com a adoção ou não de políticas em diversos setores, como o de

Transporte, Edificações, Eletricidade, Indústria, Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra, Aquecimento Distrital e Hidrogênio, Transversal e Pesquisa e Desenvolvimento.

Partindo de duas políticas no âmbito da Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra: i. Florestamento e Reflorestamento, com 50% do potencial atingido - aumentando o sequestro de CO<sub>2</sub> por meio do plantio de florestas, presumindo que as florestas plantadas sejam manejadas com as melhores práticas e que não sejam usadas para a extração de madeira, alcançando um total de 2,6 milhões de hectares plantados até 2050 e; ii. Desmatamento Evitado, com também 50% do potencial atingido - pode-se evitar 24.073 km<sup>2</sup> de desmatamento (a média de desmatamento anual de 2010 a 2016) com 100% do potencial atingido. Portanto, a estimativa aqui foi de 12.036,5 km<sup>2</sup>, ou seja, metade do potencial da política -, o Gráfico 3 demonstra a estimativa do impacto das mesmas no cenário futuro.

**Gráfico 3:** Novo cenário do Brasil com a adoção de políticas de desmatamento evitado e florestamento e reflorestamento para período de 2020 a 2050.



Fonte: EPS Brasil (2021).

É possível observar, com a adoção das duas medidas explicitadas acima, a aproximação de GEE da Meta da NDC (que prevê a redução em 37% das emissões até 2025, tendo como ano base 2005), ainda que se tenha um eventual aumento das emissões

de GEE nos próximos anos, que tende a se estabilizar a longo prazo. Enquanto a curva *Business as usual* continua crescente ao longo dos anos, a curva de novo cenário se estabiliza entre 2000 e 1500 milhão de toneladas métricas de GEE por ano - isso com a adoção de políticas centradas no Desmatamento Evitado e Florestamento e Reflorestamento.

É importante salientar, contudo, que a ferramenta está longe de ser perfeita. Há, inclusive, uma Nota Técnica publicada pelo WRI Brasil (2021), na qual é possível encontrar as limitações e premissas da ferramenta. Dentre elas, pode-se apontar algumas como a incerteza de resultados cresce proporcionalmente ao conjunto de políticas inseridas nos cenários, a não avaliação de adicionalidades de medidas, a impossibilidade de caracterizar o nível de incerteza numericamente, a simulação do impacto e não das metas de políticas públicas e a dificuldade no acesso a dados desagregados no Brasil. Ademais, é apontado futuros desenvolvimentos como o aprimoramento da ferramenta a fim de permitir variações no grau de implementação das políticas e a apresentação de impactos adicionais provenientes de tais políticas, como como a geração de emprego e renda associada à mitigação de emissões de GEE, e atualização do ano-base com o objetivo de produzir informações que possam ser recorrentemente utilizadas na proposição de políticas climáticas e de desenvolvimento sustentável.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Antropoceno insurge a necessidade de redirecionamento da sociedade como um todo para um desenvolvimento mais justo e sustentável em suas mais diferentes esferas, inclusive o respeito aos limites terrestres - com importantes contribuições dos trabalhos dos Meadows (1972), de Steffen et al (2006) e de Rockstrom (2009). De tal forma, pode-se apontar a desarticulação dos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e até mesmo futuro coletivo possível com o cenário de crise e devastação do Antropoceno, respaldo, sobretudo, nos alarmantes dados do IPCC. Portanto, é tão importante quanto urgente a discussão sobre o sentido do desenvolvimento, as ações dos governos locais e a implementação de iniciativas que visem mitigar não só os antigos problemas, como a pobreza e a desigualdade, mas também os atuais desafios como as mudanças climáticas e perdas da biodiversidade.

A Nova Agenda Urbana, de modo geral, incentiva os diversos níveis de governo, assim como a sociedade civil, a tomarem parte dos compromissos pelo desenvolvimento urbano sustentável, a partir da qual sobressai-se o recente caso da Secretaria do Clima,

Sustentabilidade e Inovação Social de Alfenas (MG). Por conseguinte, as cidades devem perpassar somente a acomodação urbana, empoderando sua população de modo a tornar o território resiliente e sustentável, além de fomentar a copartição social como ferramenta de destaque na implementação e formulação de iniciativas que sejam, de fato, justas para sua população e com respeito à saúde de todo o planeta.

O caso analisado da SECSIS, em Alfenas (MG), merece destaque na atuação canalizadora das principais discussões das Conferências do Meio Ambiente, da Agenda Urbana e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, visto seu caráter holístico, resiliente e sustentável, como pode ser visto nas iniciativas e programas citados. Tal secretaria deve servir de incentivo para a propulsão de novas secretarias do clima nas mais diversas cidades brasileiras – como já é o citado caso de Niterói (RJ) –, ressaltando o caráter pioneiro que o Brasil pode exercer, com sua mais diversa riqueza de clima, florestas, culturas, povos e características geográficas. Portanto, o caráter sistêmico é essencial para atuações coerentes com o século XXI, com destaque para os desafios sociais e respeito planetário do local para o global.

No que tange à SECSIS, ressalta-se a abrangência de parcerias e ações de mitigação das consequências trazidas com o Antropoceno, tendo como parceiros a Universidade Federal de Alfenas, no objetivo de estreitar laços e definir projetos que possuam respaldo científico, além do envolvimento de alunos e a possibilidade de formar pessoas aptas a respeitar e defender as questões ambientais e ecológicas. Ademais, esperasse que a divulgação e disseminação das ações da Secretaria instigue outras cidades a agirem de forma semelhante: com criação de órgãos que visem a melhoria da qualidade ambiental nas cidades.

O Movimento Reflorestar Alfenas: pensar global, agir local, evidencia a complexidade de temas e iniciativas possíveis para se aplicar na localidade, abarcando pessoas, organizações, sociedade civil, o meio ambiente e suas relações. Com a análise deste movimento, as relações entre os impactos das políticas públicas se sobressaem, já que é possível compreender quais os setores e os aspectos que mais precisam ser trabalhados. Ademais, o Energy Policy Simulator - Brasil (EPS Brasil) pode atuar em auxílio de tais políticas, ficando, como sugestão, a implementação da metodologia em âmbito municipal, para o encaminhamento de um futuro comum possível.

O Brasil, que contava com o Ministério das Cidades até 2019 - extinto no governo Bolsonaro e com suas pastas engavetadas -, possui poucas ferramentas para a atuação,

debate e implantação de políticas urbanas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Dentre tais ferramentas, evidencia-se o documento “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” (IBGE, 2015), propondo a discussão das dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais pautadas na Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que pode atuar como um aliado tanto na formulação e implementação de políticas quanto para o debate e construção de iniciativas sustentáveis e regenerativas; e a recente ferramenta do EPS Brasil, capaz de simular os efeitos de emissão de gases de efeito estufa (GEE) diretos e indiretos conforme as políticas setoriais e intersetoriais estabelecidas naquele país.

Desta forma, o trabalho procura fomentar a discussão sobre o Antropoceno e a atuação das Prefeituras na mitigação das consequências climáticas, aprofundando-se na análise da SECSIS e seus respectivos projetos. Parte-se de tal debate para propor que a formalização e implementação de secretarias do clima auxiliam na adaptação climática, visto seu aspecto sistêmico, de união de pessoas, cidade e meio ambiente na proposição de uma cidade justa e resiliente. É importante salientar, contudo, que tais secretarias e projetos são recentes e, portanto, não acabados e finalizados para que se tenha uma mensuração completa de seu impacto. Sendo assim, o levantamento de questões e características fundamentais, como se propôs este trabalho, são essenciais para se alcançar o objetivo final de respeito aos limites planetários com o cumprimento das bases sociais.

## REFERÊNCIAS

ALFENAS HOJE. **Programa lançado pela Secretaria do Clima visa arborizar e reflorestar Alfenas.** Disponível em:

<[https://alfenashoje.com.br/noticia.asp?id\\_noticia=20776](https://alfenashoje.com.br/noticia.asp?id_noticia=20776)>. Acesso em: 22 mar. 2022.

AYER, Joaquim Ernesto Bernardes *et al.* Evolução do uso e cobertura do solo do município de Alfenas, sul de minas gerais. **ferreira mfm; vale ar (org.). Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais.**(Ed) Curitiba, p. 110-130, 2017.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. Mensurando a sustentabilidade. **In: Economia do meio ambiente.** Elsevier Brasil, 2010.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Geogescu-Roegen.** São Paulo: Editora Senac, 2010.



DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo município**. 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginimg.def>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

DOUGHNUT ECONOMICS ACTION LAB, BIOMIMICRY 3.8, C40 CITIES, KR FOUNDATION AND CIRCLE ECONOMY. **Creating City Portraits: A methodological guide from the Thriving Cities Initiative**. 2020. Disponível em: <<https://www.circle-economy.com/creating-city-portraits>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

EPS BRASIL. **Brazil Energy Policy Simulator**. Disponível em: <<https://brazil.energypolicy.solutions/scenarios/home?locale=pt>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FERREIRA, Alberes Sousa; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento: reflexões teóricas a partir da economia ecológica e do ecodesenvolvimento. **XIII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 2019.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; IMAS, José Miguel. Anthropocene and “development”: Intertwined trajectories since the beginning of the great acceleration. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, p. 400-413, 2020.

FJP. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Disponível em:

<<http://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=68#educacao>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, p. 1-8, 2009.

FREITAS, Ruskin Fernandes Marinho de *et al.* Mapa climático como instrumento para o planejamento urbano. **revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, 2021.

GEDDES, Patrick; LEGATES, Richard; STOUT, Frederic. **Cities in evolution**. Routledge, 2021.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**. v. 3, p. 139-148, 2016.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>. Acesso em: 06 dez. 2021.

**Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15838-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel.html?>>. Acesso em: 13 set. 2021.

IPCC. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge University Press. In Press.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>>. Acesso em 08 abr. 2022.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

LEITE, Carlos *et al.* Indicadores de desigualdade para financiamento urbano de cidades saudáveis. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 37-60, 2019.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos Metrôpole**, v. 15, n. 29, p. 123-42, 2013.

MAPBIOMAS. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, p. 151-166, 2003.

MARICATO, Ermínia. A cidade sustentável. In: **Congresso Nacional do Sindicato de Engenheiros, 9º**. 2011.

MARICATO, Ermínia. As cidades pedem socorro e repensar o Brasil é preciso. **Carta Capital**, v. 4, 2019.

MENDES, Marcos Vinícius Isaias. Mudança global do clima as cidades no Antropoceno: escalas, redes e tecnologias. **Cadernos Metrôpole**, v. 22, p. 343-364, 2020.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de administração contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.

O ALFENENSE. **Lei Municipal irá punir prática de queimadas em Alfenas**. Disponível em: <<https://www.oalfenense.com.br/noticia/1635/lei-municipal-ira-punir-pratica-de-queimadas-em-alfenas>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ONU NEWS. **Relatório da ONU aponta recorde de emissões de gases de efeito estufa**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/04/1785102>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

OXFAM. **A desigualdade mata**. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Editora Zahar, 1ª ed., São Paulo, 2019.

RODRIGUES, William Costa *et al.* Metodologia científica. **Faetec/IST. Paracambi**, p. 2-20, 2007.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* A safe operating space for humanity. **nature**, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasiliense, 4ª reimpressão da 1ª ed., São Paulo, 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações. **Análise econômica**, 1991.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 1-29, 2003.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. **In: Economia do meio ambiente**. Elsevier Brasil, 2010.

SECLIMA. **Plataforma Integrada e Participativa para Combate às Mudanças Climáticas**. Disponível em: <<https://plataformadoclima-geoniteroi.hub.arcgis.com/>>. Acesso em: 14 fev. 2022. SECSIS. **Secretaria do Clima, Sustentabilidade e Inovação Social**. Disponível em: <<https://silvestresecsis.wixsite.com/secsisalfenas>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SEEG. **SEEG Municípios**. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, Cleiton M.; ARBILLA, Graciela. Antropoceno: os desafios de um novo mundo. **Revista Virtual de Química**, v. 10, n. 6, p. 1619-47, 2018.

SILVA, Fabio Coelho Netto Santos; VON BEHR, KLAUS RAMALHO. MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESASTRE E NEGACIONISMO. **Revista Gestão em Conhecimento**, v. 6, n. 6, p. 18-30, 2021.

STEFFEN, Will *et al.* **Global change and the earth system: a planet under pressure**. Springer Science & Business Media, 2006.

THE INTERCEPT BRASIL. **Entrevista: “Pandemia nos mostrou que mudanças do dia para a noite são possíveis”, diz pesquisadora Kate Rawworth**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/09/22/entrevista-kate-raworth-pandemia/>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

TOSTES, José Alberto. **Quais os entraves para cumprir a Nova Agenda Urbana nas cidades brasileiras**. Disponível em: <<https://josealbertostes.blogspot.com/2021/10/quais-os-entraves-para-nova-agenda.html?view=magazine>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, 2016.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. Editora 34, 2015.

VEIGA, José Eli da. A PRIMEIRA UTOPIA DO ANTROPOCENO. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 227-246, 2017.

UN. **ONU-HABITAT**. Disponível em: <<https://unhabitat.org/>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

UN. **Sustainable Cities Programme**. Disponível em: <<https://unhabitat.org/about-us/new-urban-agenda>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

UN. **Nova Agenda Urbana**. Disponível em: <<https://unhabitat.org/about-us/new-urban-agenda>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

UN HABIT. **City Prosperity Initiative**. Disponível em: <<https://unhabitat.org/knowledge/city-prosperity-initiative>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

WHO. **Billions of people still breathe unhealthy air: new WHO data**. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/04-04-2022-billions-of-people-still-breathe-unhealthy-air-new-who-data>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

WRI BRASIL. **4 gráficos para entender as emissões de gases de efeito estufa por país e por setor**. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/02/quatro-graficos-explicam-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-por-pais-e-por-setor>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

WRI BRASIL. **Simulador de Políticas Setoriais e Emissões: métodos, dados e resultados para o Brasil em 2050**. Nota Técnica. São Paulo, Brasil. Disponível em: <[www.wribrasil.org.br/pt/publicacoes](http://www.wribrasil.org.br/pt/publicacoes)>. Acesso em: 01 abr. 2022.



## TERCEIRO SETOR À LUZ DOS ASPECTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

### *THIRD SECTOR IN THE LIGHT OF ACCOUNTING AND FINANCIAL ASPECTS: A LITERATURE REVIEW*

Vinicius Guimarães de Souza<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Vinicius de Souza Moreira<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

#### RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar como tem sido aplicados conceitos contábeis e financeiros em estudos referentes ao terceiro setor e as suas entidades. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura de caráter sistemático, a partir da análise de artigos científicos extraídos da biblioteca virtual *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), a fim de compreender e quantificar a predominância de determinadas categorias relacionadas ao tema. Foram levantados 25 artigos, dos quais foram extraídos 68 autores de 28 instituições de ensino. Os periódicos foram concentrados nos extratos A1 a B2 do Qualis CAPES, sendo publicados entre os anos de 2004 e 2019. Os estudos foram majoritariamente teórico-empíricos, realizados em associações e fundações voltadas à assistência social, educação e pesquisa, cultura e recreação, saúde e esporte, localizadas nas regiões Sudeste e Sul. Por fim, ressalta-se que os principais resultados apontaram para a maior recorrência dos termos “evidenciação e gerenciamento contábil”, “prestação de contas”, “governança”, “*accountability*”, “controladoria” e “gestão estratégica” nas palavras-chaves, títulos e assuntos específicos tratados nos artigos, o que sinalizou para a maior recorrência de trabalhos voltados à ciência contábil.

**Palavras-Chave:** Terceiro setor. Revisão de literatura. Contabilidade e finanças.

#### ABSTRACT

The present research aimed to identify how accounting and financial concepts have been applied in studies related to the third sector and its entities. To this end, a systematic literature review was conducted, analyzing scientific articles extracted from the Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), in order to understand and quantify the predominance of certain categories related to the subject. A total of 25 articles were collected, from which 68 authors from 28 educational institutions were extracted. The journals were concentrated in the A1 to B2 strata of Qualis CAPES, published between 2004 and 2019. The studies were predominantly theoretical-empirical, conducted in associations and foundations focused on social assistance, education and research, culture and recreation, health and sports, located in the Southeast and South regions. Finally, it is worth noting that the main results pointed to the greater recurrence of terms such as "accounting disclosure and management", "accountability reporting", "governance", "accountability", "controlling", and "strategic management" in the keywords, titles, and specific subjects addressed in the articles, indicating a higher frequency of works focused on accounting science.

<sup>1</sup> Graduando em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: [viniciusguimaraessouza@gmail.com](mailto:viniciusguimaraessouza@gmail.com)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1679-8024>

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) UNIFAL-MG.  
E-mail: [vinicius.moreira@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:vinicius.moreira@sou.unifal-mg.edu.br)  
OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-2398-8096>

## 1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor representa as organizações que não possuem finalidade lucrativa e que prestam serviços de caráter público, a fim de suprir ou reparar a ausência da atuação do Estado em algumas atividades não exclusivas (DINIZ, 2019). Dentre as áreas onde há uma suposta deficiência no controle de demandas da sociedade por parte do Estado, pode-se mencionar a educação, saúde, cultura e meio ambiente (VOESE; REPCZUK, 2011). No Brasil, as entidades deste setor mostram ascendência durante os anos 1990, devido, dentre outros fatores, às reformas administrativas ocorridas na Administração Pública brasileira, à época.

O terceiro setor é composto por Entidades de Interesse Social, também denominadas de Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs), consideradas pessoas jurídicas de direito privado, mas que prestam serviços de utilidade pública e que são autônomas, possuindo administração própria, e atuando de maneira voluntária junto à sociedade civil (PAES, 2001). Por conta da sua natureza, esse setor se difere do chamado primeiro setor, o Estado, composto por organizações públicas (à níveis municipal, estadual e federal), e do segundo setor, o Mercado, formado por empresas comerciais, industriais, de serviços, etc.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, em 2016, havia 526.841 entidades sem fins lucrativos, sendo cerca de 237 mil, parte do subconjunto de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL. De 2011 a 2016, 45,7 mil novas fundações privadas e associações sem fins lucrativos foram criadas, principalmente na região Sudeste do país que, de acordo com os dados, concentram, juntamente com a região Sul, 167.083 entidades (31,7%). Além disso, essas entidades eram responsáveis por empregar 2.272.131 pessoas (com predominância feminina) dentre as organizações dos outros setores (IBGE, 2019). Assim, nota-se considerável importância das organizações do terceiro setor que, conforme aponta Pace (2009), são capazes de gerar emprego e renda, além de defender os interesses da sociedade.

Por não visarem o lucro na realização de suas atividades-fim, as OSCs usam de diferentes meios para a obtenção de recursos. Estes recursos são fundamentais para a manutenção e para a constância na realização das atividades, o que requer uma gestão qualificada e que seja eficiente. Entretanto, de acordo com Falconer (1999) e Voese e Repczuk (2011), um dos maiores problemas do setor é representado pela falta de

capacitação dos gestores responsáveis pelas organizações, uma vez que estes não dispõem de conhecimentos técnicos específicos sobre administração, muitos sendo profissionais relacionados à área de atuação da organização. Desse modo, esses arranjos tendem a conviver com recursos escassos, se inserindo, assim, em um meio desfavorável em que haja desconfiança e falta de incentivos ao setor como um todo, podendo resultar em dificuldades financeiras (MARTINS, 2006).

A relação intersetorial, principalmente entre setor público e terceiro setor, como a concessão de imunidade e a isenção de impostos e de contribuições por parte do Estado, fomenta a criação de novas organizações (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008). Todavia, faz com que as elas precisem demonstrar eficiência e eficácia na gestão de recursos financeiros, bem como o retorno gerado por meio das atividades-fim (VOESE; REPCZUK, 2011).

Ao considerar a relevância da atuação do terceiro setor nos mais diversos e pertinentes âmbitos da sociedade, nota-se a importância de as organizações alcançarem a sua sustentabilidade financeira. Isso se faz essencial, principalmente, em um contexto marcado por dificuldades financeiras e pela necessidade de demonstrarem resultados positivos na prestação de serviços e demais atividades realizadas que contribuem para com seus beneficiários. Diante disso, esta pesquisa objetivou identificar como tem sido aplicados conceitos contábeis e financeiros em estudos referentes ao terceiro setor e as suas entidades. Especificamente, buscou-se melhor compreender como as produções acadêmicas, divulgadas sob a forma de artigos científicos, observam este cenário.

Para isso, foi realizada uma revisão de literatura de caráter sistemático, a partir da análise de artigos científicos extraídos da biblioteca virtual Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), a fim de compreender e quantificar a predominância de determinadas categorias relacionadas ao terceiro setor, bem como as práticas contábeis e financeiras aplicadas em suas entidades. Outras revisões de literatura foram realizadas envolvendo publicações acadêmicas voltadas à contabilidade no terceiro setor, como é o caso do trabalho de Chagas *et al.* (2011), que investigaram as publicações acadêmicas de pesquisas em contabilidade sobre terceiro setor no Brasil; e o trabalho de Rodrigues *et al.* (2016), que realizaram um estudo bibliométrico, no período de 2004 a 2014, sobre a contabilidade no terceiro setor.

Este trabalho divide-se em mais duas seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se os aspectos metodológicos que

nortearam a realização da pesquisa, com destaque para como a revisão foi operacionalizada. E, na seção seguinte, foram apresentados os resultados da análise realizada, segmentada pelas categorias definidas na seção metodológica.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se por fazer uma revisão de literatura de caráter sistemático por envolver materiais relevantes, a partir de um ponto de vista teórico sobre o tema proposto, de modo que se pudesse analisar, contextualizar e problematizar, com propriedade, tal literatura e encontrar respostas que satisfaçam o objetivo da pesquisa, estabelecendo uma relação entre as bibliografias.

A revisão sistemática é uma análise crítica da literatura que sistematiza e expõe os critérios utilizados na seleção e na interpretação das informações presentes nos estudos. Pode-se considerá-la, segundo o manual da UNESP (2015, n. p.) em referência a Universitas (2000), como um “estudo descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre um determinado objeto, estabelecendo relações contextuais [...]”. Nesta perspectiva, as revisões sistemáticas procuram reunir evidências que se enquadrem nos critérios de elegibilidade pré-especificados para responder a uma pergunta de pesquisa específica (CHANDLER *et al.*, 2020).

Para a realização deste estudo, a literatura escolhida para análise foram os artigos científicos, revisados por pares e publicados em periódicos nacionais. Não foi estabelecido um recorte temporal específico, tendo sido estabelecidos critérios de inclusão e exclusão *a posteriori*. Esse tipo de literatura foi selecionado por possuir vasta possibilidade de análise, bem como a exploração de categorias referente às metodologias adotadas, densidade de produção e reprodução, abordagens conceituais, dentre outros aspectos.

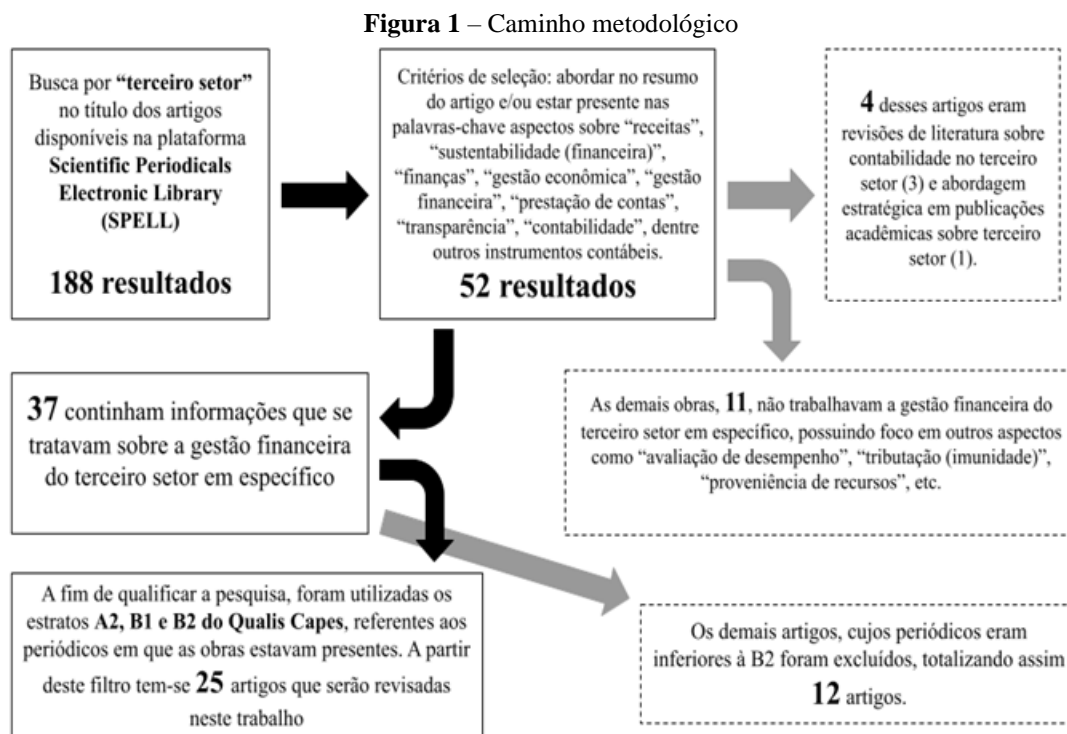
Os artigos foram extraídos da plataforma SPELL<sup>3</sup>, tendo-se utilizado a expressão “Terceiro Setor”, constante no título do documento, como termo chave para a busca. Com essa estratégia, foram disponibilizados pela plataforma 188 artigos relacionados ao tema. Dentre esses, foram selecionados e extraídos os artigos que abordavam, no resumo e/ou nas palavras-chaves, aspectos e instrumentos financeiros e contábeis, o que totalizou a retenção de 52 artigos, correspondendo à 27,7%. Destes, 37 continham informações sobre

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.spell.org.br/>



a gestão financeira e contábil do terceiro setor. A fim de qualificar a pesquisa, foram utilizados os estratos A1, A2, B1 e B2 do Qualis Capes<sup>4</sup>, referente aos periódicos em que as obras estavam presentes. A partir desse filtro, obteve-se os 25 artigos que foram, então, revisados no presente trabalho, o que corresponde à 13,3% do total de artigos que discutem sobre o terceiro setor. Para melhor compreensão do processo anteriormente descrito, o caminho metodológico pode ser visualizado na Figura 1.



Fonte: elaboração própria.

Para a análise dos artigos selecionados, foram estabelecidas categorias de análise para que a leitura dos documentos fosse guiada e que as informações extraídas pudessem ser organizadas. Dessa maneira, formaram-se cinco categorias de análise, a fim de agrupar as informações gerais das pesquisas, suas características gerais, as características das organizações do terceiro setor presentes nos estudos, as abordagens conceituais adotadas e seus aspectos metodológicos.

<sup>4</sup> Segundo a avaliação quadrienal de 2013 a 2016, cuja área de avaliação é em administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/#>

A criação das categorias se baseou em elementos trazidos por outras revisões sistemáticas (AGUIAR; CUNHA, 2017; RODRIGUES; MOREIRA, 2016) combinando-os com aspectos particulares relacionados ao terceiro setor. Assim, na categoria denominada “Informações Gerais da Pesquisa”, foram agrupadas as informações presentes nos artigos que expõem em qual periódico foi publicado e a sua classificação; o ano da publicação; por quem foi escrito; e qual a respectiva instituição de quem o escreveu. Já na “Caracterização Geral da Pesquisa”, foram identificados aspectos específicos das obras que as distinguem umas das outras, destacando-se os elementos como título, palavras-chave e objetivos.

As informações que dizem respeito às entidades do terceiro setor e que permitem a diferenciação e a comparação entre elas foram reunidas na categoria denominada “Caracterização das Entidades do Terceiro Setor”. Nesta, encontram-se, ainda, as informações quanto às atividades-fim, qual a tipologia, os títulos e as qualificações, se celebram parcerias com o setor público, bem como os seus aspectos fiscais, os tipos e as fontes de recursos e, por fim, a localidade dessas organizações.

Quanto à “Abordagem Conceitual”, buscou-se interligar o que é discutido no artigo sobre contabilidade e/ou finanças aplicado ao terceiro setor, assim como abordagem conceitual a respeito do terceiro setor e as principais referências utilizadas para tanto. Por fim, na categoria “Aspectos Metodológicos”, foram agrupadas a tipologia e a fonte de dados. No Quadro 1, a fim de melhor visualizar tais categorias de análise, foram apontadas as suas subcategorias e variáveis operacionalizadas.

**Quadro 1** - Categorias de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	VARIÁVEIS DAS SUBCATEGORIAS
<b>INFORMAÇÕES GERAIS DA PESQUISA</b>	Dados da revista	Estratos do Qualis: A1, A2, B1 e B2.
		Nome do Periódico
		Nº de citações do artigo
		Ano de Publicação do artigo
	Dados do artigo e autoria	Nome(s) do(s) Autor(es)
		Instituição de Ensino do(s) autor(es)
<b>CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PESQUISA</b>	Elementos pré-textuais	Título do artigo; Palavras-chave
	Finalidade da pesquisa	Objetivo
	Principais conclusões	Principais resultados e conclusões das pesquisas
<b>CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR</b>	Aspectos Institucionais	Atividade-fim da entidade
		Área de atuação [Saúde, Educação, Esporte, Cultura, entre outros]
		Qualificação e títulos [OS, OSCIP, UP, Cebas, CNAS, entre outros]
		Tipologia [Fundação, Associação, entre outros]

		Parcerias
	Aspectos Fiscais	Incentivos fiscais; Isenção; Imunidade
	Tipos de recursos	Financeiros [contribuições, subvenções, convênios, entre outros]
		Não-financeiros [projetos, doações, entre outros]
	Fontes de recurso	Sociedade Civil; Estado; Setor Privado
Localização	[Cidade/Estado/Região/País]	
<b>ABORDAGEM CONCEITUAL</b>	Abordagem conceitual do terceiro setor	Conceitos sobre o terceiro setor e/ou suas organizações presentes nos artigos
	Referências utilizadas	Nome dos Autores(as)
	Tema específico	Teorias; Conceitos ou Modelos
<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	Tipo de pesquisa	Teórica-empírica ou Teórica
	Classificação da pesquisa	Qualitativa, Quantitativa ou Mista
	Origem dos dados	Primários ou secundários
	Instrumentos de coleta de dados	Entrevista; Documentos ou Questionário

Fonte: elaboração própria.

Após identificar todos os elementos e organizá-los conforme as categorias, foi empregada a análise de frequência a fim de quantificar a recorrência de algumas variáveis para verificar a magnitude dessas nos artigos e, conseqüentemente, nos estudos referentes ao terceiro setor. Além disso, quando pertinente, fez-se o uso do recurso nuvem de palavras, através do Word Art<sup>5</sup>, para demonstrar os termos mais relevantes em determinadas categorias.

### **3 TERCEIRO SETOR À LUZ DOS ASPECTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

#### **3.1 Informações gerais da pesquisa**

Dos 25 artigos analisados, 10 foram publicados em periódicos classificados<sup>6</sup> como B2, correspondendo a 40% do total de documentos analisados. Do restante, 36% estavam em periódicos classificados como A2 e 24%, em periódicos de Qualis B1. No total, foram identificados 19 periódicos, sendo as revistas “Sociedade, Contabilidade e Gestão” e “Revista Contemporânea de Contabilidade” as mais frequentes dentre as demais, possuindo três artigos cada uma.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://wordart.com/create>.

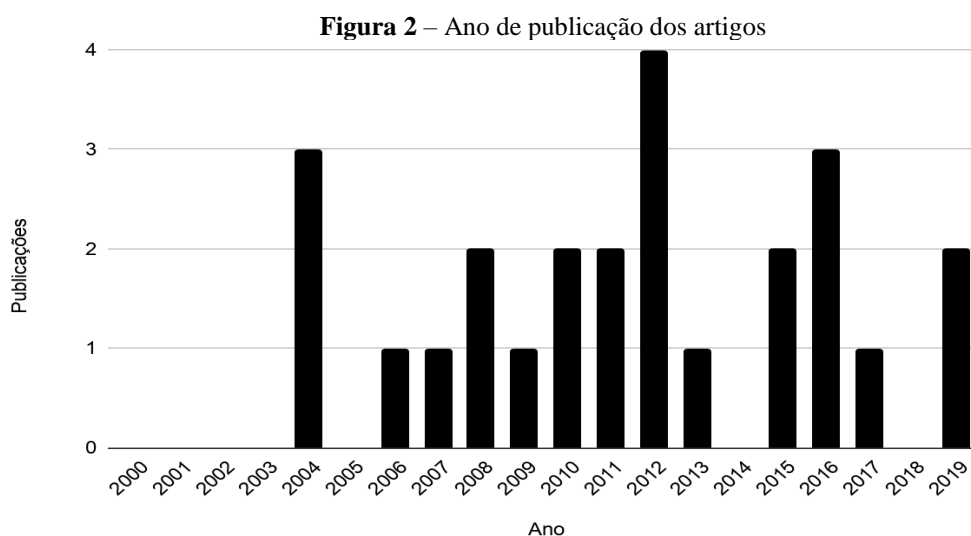
<sup>6</sup> A nova classificação Qualis Capes ainda se encontra em discussão, ou seja, até a realização desta pesquisa não estava disponível na Plataforma Sucupira, o portal que permite a consulta desta avaliação. Dessa forma, utilizou-se as classificações em vigência durante o ano de 2020, que são referentes ao quadriênio 2013-2016.

Ao adotar a métrica de contagem do Google Acadêmico, foram inseridos os títulos de todos os 25 documentos no buscador, tendo como referência a data de 14 de dezembro de 2020. A intenção foi a de captar, dentre os artigos pesquisados, os mais compartilhados entre a comunidade. Com isso, no total, os artigos somaram 368 citações, sendo que os quatro mais citados representaram 44,3% de todas as menções. Os trabalhos com maior número de citações foram:

- “Governança nas Organizações do Terceiro Setor: Considerações Teóricas” (MENDONÇA; MACHADO FILHO, 2004), mencionado em 61 trabalhos;
- “Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade” (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011), com 46 citações;
- “A Utilização de Instrumentos da Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro Setor” (MÁRIO, et al., 2013), citado 29 vezes;
- “Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor” (ZITTEI; POLITELO; SCARPIN, 2016), com 27 menções.

Considerando a abordagem conceitual destes estudos, percebe-se maior produção de trabalhos que enfoquem aspectos contábeis aplicados ao terceiro setor. Além de figurarem como importantes referências para os futuros estudos da área.

Ao analisar o ano de publicação, constatou-se que oito artigos foram publicados entre os anos 2000 a 2009, e, de 2010 a 2019 foram publicados 17 textos (Figura 2). Respectivamente, corresponderam a 32% e 68% dos 25 artigos.



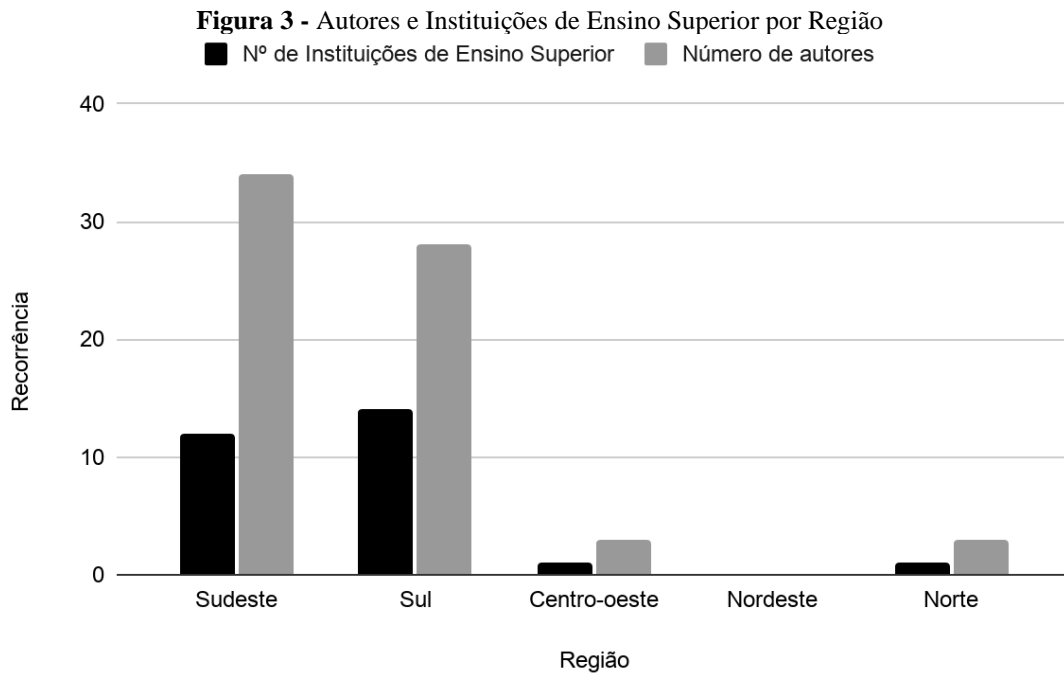
Fonte: resultado da pesquisa.

Na análise de Chagas et al. (2011), que abrangeu dois momentos (2000 a 2006; 2007 a 2009), os autores identificaram que, do total de pesquisas levantadas, a publicação em periódicos a respeito do assunto “Contabilidade sobre Terceiro Setor no Brasil” representava 7,14% quando comparada à divulgação por meio de Teses, Dissertações e em Congressos. Ao observar o horizonte temporal abrangido por esta pesquisa, em particular, nota-se um baixo número de publicações anuais (no máximo quatro), cabendo verificar se esta constatação feita no início dos anos 2010 avançou até o final da última década.

Em relação à autoria, no total, foram identificados 68 autores/as pertencentes à 28 Instituições de Ensino Superior. Destes, 46,43% estavam filiados à Universidade de São Paulo (USP) e 25% à Universidade Regional de Blumenau (FURB). Os autores associados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), à Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), corresponderam, cada uma, a 14,29% do número de autores identificados nos artigos. Com número menos expressivo, tanto a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) quanto a Universidade Federal de Rondônia e a Universidade de Brasília, apresentaram 10,7%, cada uma. Neste conjunto de artigos, foi observada baixa recorrência de determinado/a autor/a em mais de um trabalho.

O propósito de identificar os autores recorrentes nas publicações era o de perceber a continuidade de estudos, para indicar se havia ou não uma agenda de pesquisas sobre o terceiro setor e os aspectos contábeis e financeiros. Entende-se que, quanto mais um pesquisador pública sobre determinado tema, mais dedicação àquele assunto se tem. Nesta amostra de 25 artigos, isso foi pouco recorrente.

Ao analisar a recorrência destas Instituições por região, obtiveram-se os resultados ilustrados pela Figura 3.



Fonte: resultado da pesquisa.

Diante deste comportamento, observou-se que a Região Sudeste possui o maior número de autores, com 34, correspondendo à 50%, seguida da Região Sul, que concentra 20,6% do total. Já quanto às Instituições de Ensino, a Região Sul assume destaque, possuindo 14, enquanto 12 foram identificadas na Região Sudeste. As demais regiões demonstraram irrelevantes porcentagens, o que enfatiza o protagonismo das regiões Sudeste e Sul quanto à produção científica voltada ao terceiro setor.

### 3.2 Caracterização geral da pesquisa

Quanto aos elementos pré-textuais – os títulos e as palavras-chave presentes nos artigos –, além de critério para a seleção das produções, foram utilizados para caracterizar as pesquisas. Para mensurar a frequência dos termos considerados nas palavras-chave, foi elaborada uma nuvem de palavras em que, quanto mais destacado estiver determinado termo, mais recorrente ele foi dentre os trabalhos analisados. Com isso, tem-se, na Figura 4, o resultado dessa análise.



SILVA, 2019; RIBEIRO,; TIMÓTEO, 2012; PARENTE et al., 2012; MARTINS; PEDROSA NETO; ARAUJO, 2008; CRUZ, 2010).

Além dessas atividades, notou-se grande expressão de atividades assistencialistas que visavam garantir alimentação e higiene adequadas, tratamentos e apoio psicológico, inserção social e contato com atividades recreativas, tratamentos de doenças físicas e mentais, dentre outras (PIZA et al., 2012; VALADÃO JÚNIOR; MALAQUIAS; SOUSA, 2008; SILVA, 2004; EBSSEN; LAFFIN, 2004; MORGAN; BENEDICTO, 2009). Foi possível notar que as atividades vinculadas à saúde, tais como pesquisas, tratamento a pacientes oncológicos e promoção de atividades físicas, também foram mencionadas em alguns trabalhos (PACE; OLIVEIRA; ALKMIM, 2012; BETTIOL JUNIOR; VARELA; MARTINS, 2007).

Quanto às áreas de atuação destas organizações, segundo o IBGE (2019), elas podem ser segmentadas nos seguintes grupos: I. Habitação; II. Saúde; III. Cultura e recreação; IV. Educação e pesquisa; V. Assistência social; VI. Religião; VII. Associações patronais profissionais; VIII. Meio ambiente e proteção animal; IX. Desenvolvimento e defesa de direitos; e X. Outras. A maioria dos trabalhos analisados apresentou estudos empíricos com organizações de múltiplas áreas de atuação. Houve, entretanto, uma predominância de organizações que atuavam na área de Assistência Social, Educação e pesquisa, Cultura e recreação, Saúde e Esporte (considerado o subconjunto do conjunto cultura e recreação).

São constituídas como Organizações da Sociedade Civil, de acordo com a Lei nº 13.204 de 2015, entidades como fundações e associações, cooperativas e organizações religiosas (BRASIL, 2015). O IBGE, entretanto, não reconhece as cooperativas como parte das FASFIL, apontando essas de possuírem natureza jurídica empresarial, logo, não são consideradas como entidades sem fins lucrativos (IBGE, 2019). Neste contexto, na amostra de artigos analisados, notou-se que as pesquisas realizadas com organizações do tipo associações e fundações, juntamente com múltiplos casos (em que mais de um tipo é evidenciado no mesmo estudo), equivaleram, cada uma, a 20% dos trabalhos selecionados. Entre os demais, 28% não especificaram a tipologia da(s) organização(ões) estudada(s).

As entidades sem fins lucrativos, uma vez constituídas, podem obter registros, títulos, certificados e qualificações. Para isso, devem se enquadrar legalmente à requisitos impostos pelos entes que os garantem, além de cumprir com obrigações especificadas



através das leis. Dentre os principais títulos, registros e certificados, pode-se mencionar: I. Título de Utilidade Pública Federal (UPF); II. Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); III. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas); IV. Qualificação como Organização Social (OS); e V. Qualificação como Organização d Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (VOESE; REPCZUK, 2011). Ao analisar os trabalhos selecionados, observou-se que a maioria (56%) não apresentou nenhum tipo de registro ou qualificação das entidades. Assim, foi possível apenas apurar a ocorrência de organizações com múltiplas qualificações e titularidades (16%) e de entidades consideradas Organizações Sociais (8%). Do restante, houve uma ocorrência pouco significativa.

Como mencionado, as organizações necessitam de recursos financeiros para desempenharem suas atividades. Há uma ampla diversificação de recursos, como também das formas de obtenção, que podem ocorrer por meio de doações, subvenções, contribuições (VOESE; REPCZUK, 2011), ou através de instrumentos de parcerias firmados com o setor público, como convênios, contratos de gestão e termos de parcerias (DINIZ, 2019). Podem ser, também, oriundos de taxas cobradas por serviços prestados, subsídios recebidos de financiadores e pela venda de produtos (MORRIS, 2000).

Embora a maioria dos estudos não tenha apontando os tipos de organizações estudadas, tampouco a sua qualificação, foi possível identificar que as organizações de 11 pesquisas apresentaram algum vínculo com o Estado em relação a obtenção de recursos, ou seja, celebram parceria com o setor público. Tal constatação ficou mais evidente ao averiguar que oito estudos apresentaram organizações com múltiplas fontes de recursos, podendo ser elas: Estado, Mercado e Sociedade Civil, e que três estudos demonstraram que as organizações examinadas obtinham recursos apenas do Estado. Também foi possível identificar organizações que gozam de recursos advindos da Sociedade Civil. Estes recursos mencionados, foram, predominantemente, financeiros, apontados por 18 trabalhos. Dentre os tipos de recursos que mais se destacaram, têm-se os convênios, as doações, as contribuições e as subvenções. Dos 18 artigos, dois mencionaram, além dos recursos financeiros, os recursos não financeiros obtidos pelas organizações, indicados como máquinas, equipamentos e voluntários.

Além dos recursos, o Estado também pode criar incentivos fiscais a fim de estimular, por meio de parcerias com a iniciativa privada, investimentos privados na área social, com o intuito de estimular ou amenizar problemas de exclusão social, pobreza,

entre outras causas públicas. O Poder Público ainda pode conceder imunidade e isenção tributárias às OSCs, de modo que estes instrumentos as desonerem de tributos (MARTINS, 2006). No que corresponde a tais aspectos fiscais, apenas dois artigos mencionaram organizações que possuíam isenção e imunidade, os demais não informaram. Logo, a recorrência deste aspecto foi baixa nas publicações estudadas.

Ao explorar onde se encontravam, isto é, a sua localização, foi possível identificar um maior número de pesquisas realizadas em organizações da região Sudeste, representando 36%, enquanto a região Sul representou 24%. As demais regiões apresentaram baixo nível de recorrência se comparadas às regiões anteriores. Dadas essas informações, notou-se que a predominância de estudos com organizações destas regiões pode ter relação com o número de organizações presentes nessas regiões, como apontou o levantamento do IBGE (2019).

### 3.4 Abordagem conceitual

Para conceituar o terceiro setor e/ou as suas organizações, os estudos fizeram uso de conceitos já apresentados por outros autores. Alguns trabalhos, que foram mencionados nos artigos, não se encontravam disponíveis em meios eletrônicos (principalmente por serem livros), portanto os conceitos aqui selecionados foram extraídos da própria interpretação apresentada pelos documentos aqui revisados. Com isso, no Quadro 2 apresenta-se os principais autores e seus respectivos conceitos que se destacaram como mais frequentes nas pesquisas.

**Quadro 2 – Conceituação do terceiro setor**

<b>Autores(as)</b>	<b>Conceito de terceiro setor</b>
COELHO, S. C. T.	Onde se enquadram iniciativas da sociedade civil, de maneira privada, mas que não possuem fins lucrativos e que visam o bem coletivo, ou seja, deve sobrepor-se à ação individual. Podem ser encontradas em diversas modalidades de integração, como associações, fundações, entidades de defesas de interesses coletivos, e outros.
FERNANDES, R. C.	Composto por organizações privadas sem fins lucrativos, provenientes da sociedade que são destinadas a criação de bens públicos a partir da participação voluntária, em um âmbito não governamental que deem continuidade a práticas de caridade, filantropia e mecenato. Podem ser entidades de classe, associações, entre outros.
ARAÚJO, O. C.	Entidades sem finalidade econômica ou lucrativa, não estatais, que procuram atuar, de modo coletivo, para o bem-estar de uma sociedade ou comunidade, através de serviços e bens, que eram, até então, privativos do

	Estado. Podem ser sindicatos, associações, igrejas, cooperativas, ou outras organizações que contrapõem o capital.
SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K.,	São organizações formais, ou seja, institucionalizadas, de caráter privado (sem ligação institucional com o governo apesar de receber recursos provindos dele), que não distribui lucro, isto é, pode gerar resultados superavitários, mas não deve ser o lucro como finalidade, devem possuir autonomia, possuindo a própria governança e controle de atividade, voluntárias, ou seja, criadas espontaneamente e ter por finalidade o benefício público.
OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T.	São instituições privadas com propósito de provocar mudanças sociais, a partir de contribuições, doações e subvenções que as mantem. Vem desempenhando funções cada vez mais amplas e relevantes para a sociedade, através de atividades beneficentes, filantrópicas, caritativas, religiosas, culturais, educacionais, científicas, artísticas, literárias, entre outras.

Fonte: elaboração própria com base nos autores citados no quadro.

Ao analisar os conceitos adotados, verificou-se que, de modo geral, as assertivas reúnem as características jurídicas das entidades, que são privadas e autogeridas, ou seja, não pertencentes ao Estado. Sinaliza-se, ainda, para a sua natureza econômica, que não detém finalidade lucrativa e, também, apontam a principal finalidade destas organizações, que buscam o bem-estar coletivo da sociedade. Os autores ainda utilizam de aspectos organizacionais para indicar os possíveis formatos das entidades, que podem se configurar como associações, fundações, sindicatos, cooperativas, igrejas e entidades de classe.

Ao analisar os conceitos elaborados pelos autores, mencionados no Quadro 2 e, resgatados nos estudos aqui verificados, nota-se que são definições que se alinham às pesquisas de contabilidade e finanças, pois os elementos trazidos (aspectos jurídicos, econômicos e organizacionais) possibilitam a operacionalização de estudos aplicados. Ou seja, permitem interpretar os fenômenos contábeis e financeiros do referido setor.

Para os temas específicos desenvolvidos, também foi elaborada uma nuvem de palavras (Figura 5) a fim de mensurar os termos mais frequentes que estão presentes na literatura voltada a contabilidade e finanças aplicada ao terceiro setor.

**Figura 5 - Nuvem de palavras: Tema específico**


Fonte: resultado da pesquisa.

Atentou-se, aqui, ao destaque dos termos “Contábil/Contábeis”, “Prestação”, “Contas”, “Evidenciação”, “Governança”, “Contabilidade”, “Normas”, “Controladoria”, “Avaliação”, “Gestão”, “Teoria”, “Formas”, “Estratégica”, “Internos”, “Recursos”, “Ativos” e “Práticas”. A partir disso, linhas gerais, foi possível notar que os estudos buscaram pesquisar aspectos como:

**(i) a evidenciação contábil**, ou seja, a qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que, de alguma forma, influenciem na tomada de decisão (NIYAMA; GOMES, 1996).

**(ii) a auditoria**, ou seja, o exame de documentos, livros contábeis, registros, além de realização de inspeções e obtenção de informações de fontes internas e externas, tudo relacionado com o controle do patrimônio da entidade auditada (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE CEARÁ, s.d.).

**(iii) a Governança, a Prestação de Contas e a Accountability**: de acordo como Carneiro, Oliveira e Torres (2011, p. 94)

O exercício da transparência dentro da organização se utiliza de uma ferramenta muito importante que é a accountability. O tema da accountability tem sido amplamente estudado no âmbito da gestão pública, focando a responsabilização dos governantes e administradores no trato da coisa pública, ou no âmbito da iniciativa privada, focando na responsabilidade social.

O termo accountability, continuam os citados autores,

envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas. O que pode ser entendido, nas organizações sem fins lucrativos, como ato de demonstrar que cumpriu a sua missão, ou seja, demonstrar que utilizou corretamente os recursos recebidos de doações (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 94).

Nesse sentido, conforme explicam Mendonça e Machado Filho (2004, p. 303)

As práticas de Governança Corporativa são referenciadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e ética. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2001), essas práticas contemplam os relacionamentos entre os acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital.

(iv) a **Controladoria**, em termos operacionais e estratégicos que, como explica Padoveze (2015, p. 3-4), “é a utilização da Ciência Contábil em toda a sua plenitude” e tem “por objeto a identificação, a mensuração, comunicação e a decisão relativas aos eventos econômicos” observados em determinada entidade.

### 3.5 Aspectos metodológicos

Realizando as análises dos tipos de pesquisas, 92% foram enquadradas como teórico-empíricas e 8% corresponderam às entendidas estritamente como teóricas. Isso reflete em algumas categorias, pois, por não trazer estudos empíricos, não foi possível identificar maiores informações quanto a caracterização das organizações do terceiro setor, por exemplo, pois não há, nestes casos, o compromisso de coleta, de sistematização e/ou análise de dados.

Quanto à classificação, observou-se que a maior parte dos trabalhos não informou explicitamente (48%), sendo que 28% foram classificados como qualitativos, 20% quantitativos e, apenas, 4% como aplicação de métodos mistos.

Quanto à origem dos dados, 40% foram de origem secundária, enquanto 32% relacionaram-se a coleta de dados primários. Os estudos que utilizaram de dados primários e secundários representam 24%. Da mesma forma, os instrumentos de coletas de dados mais utilizados foram o levantamento de documentos, tais como demonstrações financeiras e contábeis, estatutos, atas e relatórios, além da realização de entrevistas com representantes das entidades e aplicação de questionários.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar como tem sido aplicados os conceitos contábeis e financeiros em estudos referentes ao terceiro setor e as suas entidades. A intenção foi a de melhor compreender como as produções científicas observam este cenário. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura de cunho sistemático, para compreender e quantificar a predominância de determinadas categorias relacionadas ao terceiro setor, bem como as práticas contábeis e financeiras aplicadas em suas entidades.

Ao observar as publicações e as suas informações gerais, constatou-se 68 autores/as pertencentes à 28 Instituições de Ensino Superior. A baixa recorrência do mesmo autor em mais de uma publicação não permitiu observar a continuidade de estudos sobre os temas pesquisados. Os artigos publicados entre 2010 a 2019, se mostraram em maior número, simbolizando o crescimento de pesquisas deste eixo temático. Todavia, torna-se importante expandir o horizonte para outros formatos de publicação (Teses e Dissertações, por exemplo) para verificar a representatividade dos artigos científicos ante a outras modalidades de comunicação científica.

Foi possível observar que o número de autores e as suas respectivas instituições de ensino as quais eram vinculados estavam predominantemente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país. Enquanto a primeira apresentou o maior número de autores, a segunda apresentou maior número de instituições de ensino. Esse volume focalizado nas referidas regiões também foi observado quanto à localização das entidades analisadas nos artigos. Desse modo, foi observado o protagonismo dessas duas regiões não só no número de organizações, como apontou o IBGE (2019), mas também no que tange aos estudos realizados sobre o terceiro setor e os seus aspectos contábeis e financeiros.

Notou-se a predominância dos aspectos contábeis nos estudos. Isso foi refletido tanto nos periódicos, que são, em grande parte, voltados à Contabilidade, além dos trabalhos mais citados pelos estudos também se referirem à temas da ciência contábil. Essa magnitude foi observada também nas palavras-chave, juntamente com os temas específicos dos artigos. Em ambos, a frequência dos termos como “evidenciação e gerenciamento contábil”, “prestação de contas”, “governança”, “accountability”, “controladoria” e “gestão estratégica” foram os mais recorrentes.

Constatou-se que, dentre as organizações objeto de estudo dos artigos revisados, a maioria foram associações ou fundações e, também, havia pesquisas realizadas com

múltiplos tipos de organizações. Em menor frequência, foram realizados estudos de casos múltiplos com organizações que possuíam qualificações, títulos ou registros, juntamente com entidades consideradas Organizações Sociais. Apesar disso, o número de organizações que estabeleciam parcerias com o Estado foi intermediário em relação ao total de artigos levantados.

A maioria dos estudos foram realizados com organizações que possuem múltiplas fontes de recursos, provindos do Estado, do Mercado e/ou da Sociedade Civil. Desses recursos, foram mais frequentes os convênios, as doações, as contribuições e as subvenções. Já quanto aos aspectos fiscais, notou-se baixa frequência de menções às organizações que gozavam de imunidade ou isenção tributária, juntamente com os incentivos fiscais, o que implica na falta de informações das organizações, principalmente nos aspectos fiscais e de qualidade.

Além disso, a maioria dos estudos foram de natureza teórico-empírica, ou seja, pesquisas que visavam relacionar aquilo que a literatura aponta por meio da abordagem empírica a casos reais. Todavia, nem todos os trabalhos explicitaram as organizações estudadas, o que comprometeu a categoria de análise que buscava caracterizar as organizações do terceiro setor. Notou-se, também, a não informação explícita, por parte de vários trabalhos, quanto à sua classificação enquanto estudos qualitativos, quantitativos ou mistos.

Em relação à origem dos dados, a maioria das pesquisas se valeu da utilização de fontes secundárias, coletadas a partir de documentos (demonstrações contábeis e financeiras), típicos das pesquisas da área aqui enfatizada. Já para a coleta de dados primários, observou-se uma frequência menor, mas quando empregada, os levantamentos ocorriam por meio da realização de entrevistas e da aplicação de questionários com gestores e demais sujeitos envolvidos com às entidades.

Esta pesquisa limita-se, sobretudo quanto à teorização do terceiro setor e a perspectiva de análise aqui adotada. Devido à sua natureza, esse setor é estudado por demais áreas, como as Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Administração e Ciência Política. Quanto a isso, é necessário frisar aqui a importância de estudos com diferentes vertentes sob o mesmo tema, para que se possa, não só contribuir de forma ampla, mas completa.

Além disso, como se tratou de uma revisão de literatura, sugere-se, para pesquisas futuras, explorar as experiências de outras regiões do país, a fim de comparar com os dados aqui apresentados. Idealiza-se a realização de estudos de caso comparativos que permitam conhecer a fundo os aspectos contábeis e financeiros praticados pelas organizações, bem como a percepção de seus gestores e dirigentes frente à necessidade e à importância desses aspectos para a sustentabilidade e para o funcionamento das entidades. Dessa forma, seria possível investigar, por exemplo, qual a importância da contabilidade para o terceiro setor, podendo ser ela um meio para captar recursos apenas, ou uma ferramenta de controle gerencial, útil para usuários internos e externos, ou um instrumento para fiscalização e evidenciação dos dados. Por fim, acredita-se ser interessante fazer um mapeamento mais ampliado e aprofundado das técnicas financeiras utilizadas para a gestão das entidades o que possibilitaria definir quais os instrumentos mais adequados a serem adaptados para serem utilizados por essas entidades.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. C.; CUNHA, F. S. A Participação Social Pós-Constituição de 1988: O que se Tem Discutido a Respeito? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 22(71), 23-38, 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2015.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 90-103, 2011.

CHANDLER J, et al. Chapter I: Introduction. In: Higgins J.P.T. et al. (editors). **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions** version 6.2 (updated February 2021). Cochrane, 2021. Disponível em: <[www.training.cochrane.org/handbook](http://www.training.cochrane.org/handbook)>. Acesso em: 01 de março de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação de Contas das Entidades de Interesse Social**. Conselho Federal de Contabilidade. 2ª Reimpressão. Brasília, 2008. Disponível em:



<[https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1\\_Manual\\_procedimentos2008.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_Manual_procedimentos2008.pdf)>. Acesso em: 25 de jan. de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ. **Auditoria Contábil**. Disponível em: <<https://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/auditoria-contabil/#:~:text=A%20auditoria%20cont%C3%A1bil%20compreende%20o,do%20patrim%C3%B4nio%20da%20entidade%20auditada>>. Acesso em: 11 mar 2021.

DINIZ, C. S. A improbidade administrativa no contexto das parcerias públicas com o terceiro setor. O Ministério Público na defesa da probidade administrativa. **Conselho Nacional do Ministério Público**, 2019.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As Fundações e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2016**. Coordenação de Cadastro e Classificações. – Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101647>>. Acesso em: 17 de fev. de 2021.

MARTINS, S. O. Terceiro Setor - aspectos tributários e incentivos fiscais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n. 160, 2006.

MENDONÇA, L. R.; MACHADO FILHO, C. A. P. Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas. **RAUSP Management Journal**, v. 39, n. 4, p. 302-308, 2004.

MORRIS, S. Defining the Nonprofit Sector: Some Lessons from History. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 11, n.1, 25-43, 2000.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 1996, Brasília. **Anais...** Brasília, 1996.

PACE, E. S. U. **Metodologias de Avaliação de Desempenho com Criação de Valor como Contribuição ao Planejamento das Organizações Sem Fins Lucrativos**. 2009, 410 F. Tese de doutorado (Doutorado em Administração de Empresas), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria Estratégica e Operacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

RODRIGUES, L. P. D.; MOREIRA, V. S. Habitação e políticas públicas: O que se tem pesquisado a respeito? **Urbe**, 8(2), 167-180, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Tipos de revisão de literatura**.

Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Botucatu/SP, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>.

VOESE, S. B.; REPCZUK, R. M. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. **ConTexto**, Porto Alegre, vol. 11, n. 19, 2011.



## ANEXO - Artigos revisados

<p>ÁVILA, L. A. C.; BERTERO, C. O. Governança no Terceiro Setor: um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. <b>Revista Brasileira de Gestão de Negócios</b>, v. 18, n. 59, p. 125-144, 2016.</p>
<p>BETTIOL JUNIOR, A.; VARELA, P. S.; MARTINS, G. A. Implicações das teorias do patrimônio líquido sobre as informações contábeis divulgadas por instituições do terceiro setor. <b>Enfoque Reflexão Contábil</b>, v. 26, n. 2, p. 57-71, 2007.</p>
<p>CAMELO, A. C. O.; CAMELO, ?. P. M.; PAULINO, T. C. B. A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. <b>Enfoque Reflexão Contábil</b>, v. 25, n. 2, p. 41-54, 2006.</p>
<p>CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. <b>Sociedade, Contabilidade e Gestão</b>, v. 6, n. 2, p. 90-103, 2011.</p>
<p>CRUZ, J. A. W.; QUANDT, C. O.; MARTINS, T. S.; SILVA, W. V. Performance no terceiro setor uma abordagem de accountability: estudo de caso em uma Organização Não Governamental Brasileira. <b>Revista de Administração da UFSM</b>, v. 3, n. 1, art. 4, p. 58-75, 2010.</p>
<p>CUNHA, P. R.; KLANN, R. C.; RENGEL, S.; SCARPIN, J. E. Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor. <b>Revista de Contabilidade e Organizações</b>, v. 4, n. 10, art. 4, p. 65-85, 2010.</p>
<p>DALL'AGNOL, C. F.; TONDOLO, R. R. P.; TONDOLO, V. A. G.; SARQUIS, A. B. Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: Um Estudo de Casos Múltiplos Realizado no Sul do Brasil. <b>Revista Universo Contábil</b>, v. 13, n. 2, p. 187-203, 2017.</p>
<p>EBSEN, K. S.; LAFFIN, M. Terceiro setor e contabilidade: compilações de uma pesquisa. <b>Revista Contemporânea de Contabilidade</b>, v. 1, n. 1, p. 11-28, 2004.</p>
<p>MÁRIO, P. C.; ALVES, A. D. F.; CARMO, J. P. S.; SILVA, A. P. B.; JUPETIPE, F. K. N. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. <b>Sociedade, Contabilidade e Gestão</b>, v. 8, n. 1, p. 64-79, 2013.</p>
<p>MARTINS, O. S.; PEDROSA NETO, C.; ARAUJO, A. O. A Gestão Estratégica de Custos nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso no Estado da Paraíba. <b>Contabilidade Vista &amp; Revista</b>, v. 19, n. 2, p. 61-84, 2008.</p>
<p>MENDONÇA, L. R.; MACHADO FILHO, C. A. P. Governança nas organizações do terceiro setor: considerações teóricas. <b>RAUSP Management Journal</b>, v. 39, n. 4, p. 302-308, 2004.</p>
<p>MILANI FILHO, M. A. F.; MILANI, A. M. M. Governança no terceiro setor: estudo sobre uma organização francesa do século XIX. <b>Revista Eletrônica de Ciência Administrativa</b>, v. 10, n. 1, p. 32-46, 2011.</p>
<p>MORGAN, L.; BENEDICTO, G. C. Um estudo sobre a controladoria em organizações do Terceiro Setor na Região Metropolitana de Campinas. <b>Revista de Administração da Unimep</b>, v. 7, n. 3, p. 111-133, 2009.</p>
<p>MOTA, A. L. C.; NASSIF, V. M. J. Como Sobreviver em um Ambiente de Financiamento Instável? Gestão de Recursos em Organizações Empreendedoras do Terceiro Setor que atuam com o Esporte. <b>Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas</b>, v. 5, n. 1, p. 3-27, 2016.</p>
<p>PACE, E. S. U.; OLIVEIRA, A. M.; ALKMIM, W. F. A criação de valor na gestão da mão de obra voluntária no terceiro setor. <b>Revista de Administração da Unimep</b>, v. 10, n. 3, p. 218-242, 2012.</p>

PARENTE, T. C. et al. Gestão de mudanças nas organizações do terceiro setor: O desafio da sustentabilidade financeira. <b>Revista Gestão &amp; Regionalidade</b> , v. 28, n. 84, p. 89-102, set./dez. 2012.
PIZA, S. C. T.; PARISI, C.; MEGLIORINI, E.; GALLO, M. F. A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. <b>Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ</b> , v. 17, n. 3, p. 78-97, 2012.
PORTULHAK, H.; DELAY, A. J.; PACHECO, V. Prestação de Contas por Entidades do Terceiro Setor e seus Impactos na Obtenção de Recursos: um Olhar Sobre o Comportamento dos Doadores Individuais. <b>Pensar Contábil</b> , v. 17, n. 64, p. 39-47, 2015.
RAMOS, F. M.; KLANN, R. C. Qualidade da Informação Contábil das Entidades Brasileiras do Terceiro Setor. <b>Future Studies Research Journal: Trends and Strategies</b> , v. 7, n. 1, p. 3-32, 2015.
RAMOS, F.; KLANN, R. C. Relationship Between Quality in Accounting Information and Organizational Characteristics of the Third Sector Entities. <b>Organizações &amp; Sociedade</b> , v. 26, n. 88, p. 9-27, 2019.
RIBEIRO, L. M. P.; TIMÓTEO, A. C. A adoção dos controles internos em uma organização do terceiro setor como sustentabilidade econômica: um estudo de caso em uma associação de Minas Gerais. <b>Revista Contemporânea de Contabilidade</b> , v. 9, n. 17, p. 61-82, 2012.
SILVA, F. S. Normas e práticas contábeis aplicadas ao terceiro setor. <b>Contabilidade, Gestão e Governança</b> , v. 7, n. 2, p. 113-125, 2004.
SOARES, S. V.; CASAGRANDE, M. D. H.; SILVA, L. C. Evidenciação Contábil de Entidades do Terceiro Setor: Uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul. <b>Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS</b> , v. 19, n. 43, p. 13-26, 2019.
VALADÃO JÚNIOR, V. M.; MALAQUIAS, R. F.; SOUSA, E. G. Controladoria como uma opção à sustentabilidade econômica nas organizações de terceiro setor: o caso de uma associação. <b>Revista Contemporânea de Contabilidade</b> , v. 5, n. 9, p. 131-151, 2008.
ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. <b>Administração Pública e Gestão Social</b> , v. 8, n. 2, p. 85-94, 2016.

## ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O PIB PER CAPITA E OS COMPONENTES DO ÍNDICE IFDM, PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN GDP PER CAPITA AND THE IFDM INDEX COMPONENTS, FOR MUNICIPALITIES IN THE STATE OF MINAS GERAIS*

Giovanni Mendes Lima <sup>1</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

Gislene Araujo Pereira <sup>2</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

Claudia Adam Ramos <sup>3</sup>  
*Universidade Federal de Alfenas*

### RESUMO

O desenvolvimento econômico é uma das questões centrais dos governos, sejam eles municipal, estadual ou federal. Desta forma, é interessante que os gestores tenham ferramentas que os permitam traçar e avaliar estratégias cujo foco seja fortalecer a economia da sua região. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para o estado de Minas Gerais e relacioná-lo com o PIB per capita dos municípios mineiros. O estudo foi desenvolvido utilizando na regressão linear múltipla as componentes emprego e renda, educação e saúde do IFDM. O modelo foi construído com objetivo de identificar quais das componentes mais influenciam no aumento do PIB, e assim auxiliar os gestores na tomada de decisão e proposição de políticas públicas. A partir do trabalho desenvolvido, foi possível observar que a componente educacional foi a que mais impactou no PIB per capita dos municípios mineiros. Apesar disso, as demais componentes não podem ser negligenciadas, pois para além de necessárias e relacionadas com o aumento do PIB, elas são responsáveis por aumentar os níveis de desenvolvimento humano e econômico da região.

**Palavras-chave:** regressão linear múltipla; desenvolvimento municipal; gestores públicos.

### ABSTRACT

Economic development is one of the central issues for governments, whether municipal, state or federal. In this way, it is interesting that managers have tools that allow them to outline and evaluate strategies whose focus is to strengthen the economy of their region. The present work aims to present the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) for the state of Minas Gerais and relate it to the per capita GDP of Minas Gerais municipalities. The study was developed using the IFDM employment and income, education and health components in the multiple linear regression. The model was built with the aim of identifying which of the components most influence the increase in GDP, and thus help managers in decision-making and proposition of public policies. Based on the work carried out, it was possible to observe that the educational component had the greatest impact on the per capita GDP of Minas Gerais municipalities. Despite this, the other components cannot be neglected, as in addition to being necessary and related to the increase in GDP, they are responsible for increasing the levels of human and economic development in the region.

**Keywords:** multiple linear regression; municipal development; public manager

<sup>1</sup> Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: [giovanni.lima@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:giovanni.lima@sou.unifal-mg.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-0508-252>.

<sup>2</sup> Doutora em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e docente no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UNIFAL-MG. E-mail: [gislene.pereira@unifal-mg.edu.br](mailto:gislene.pereira@unifal-mg.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4281-3849>.

<sup>3</sup> Doutora em Modelagem Computacional pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e docente no ICSA da UNIFAL-MG. E-mail: [claudia.adam@unifal-mg.edu.br](mailto:claudia.adam@unifal-mg.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0009-0004-6531-954>.

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de frequentemente as expressões Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico serem interpretadas como sinônimos, esses conceitos não são iguais. Enquanto o primeiro deles está associado ao aumento da riqueza e/ou da produção, evidenciados pelo crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo (FREITAS, 2013), o segundo representa um conceito mais amplo. Desenvolvimento Econômico traduz o quanto se é capaz de gerar, para além da riqueza, melhorias na qualidade de vida da população de determinada região, pois ele analisa a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, com o objetivo de melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (REIS, 2018).

É papel dos administradores públicos encontrar soluções que promovam o bem-estar social e ao mesmo tempo melhorem indicadores tais como o PIB ou PIB per capita. Porém, isso não é uma tarefa fácil, uma vez que cada nível de governo apresenta suas particularidades e desafios, fazendo-se assim necessário estudos na área.

Considerando esta realidade, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) do ano de 2016 para o estado de Minas Gerais e relacioná-lo com o PIB per capita dos municípios mineiros do mesmo ano por meio de um modelo de regressão linear múltipla (RLM). O modelo possibilita identificar quais das componentes do IFDM mais influenciam no aumento do PIB per capita, e assim auxiliar os gestores na tomada de decisão e proposição de políticas públicas.

A estrutura do artigo é composta por cinco seções. A primeira seção trata-se da introdução, seguida pela explicação teórica do IFDM e uma série de exposições de seus valores. Logo após, a terceira seção apresenta a metodologia utilizada para desenvolver o modelo de RLM. Já na quarta seção é exposto os resultados encontrados pela estimação do modelo e a discussão acerca do assunto. Por fim, a última seção contém as considerações finais.

## 2. O IFDM E SEUS COMPONENTES

Com o objetivo de entender e quantificar o desenvolvimento econômico a nível municipal, a FIRJAN (Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro) criou o IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal). Segundo a FIRJAN (2018), o IFDM é uma metodologia que determina se o desenvolvimento de um município é resultado de

adoção de políticas eficazes ou influência de práticas executadas por municípios vizinhos. O valor obtido, que varia de 0 a 1, representa o nível de desenvolvimento socioeconômico, gerado por meio da média simples dos resultados nas áreas de Emprego e Renda, Educação e Saúde. Sua classificação é feita de acordo com os seguintes critérios:

- ALTO desenvolvimento: resultados SUPERIORES a 0,8;
- desenvolvimento MODERADO: resultados variando de 0,6 a 0,8;
- desenvolvimento REGULAR: resultados variando de 0,4 a 0,8;
- BAIXO desenvolvimento: resultados INFERIORES a 0,4.

Para realizar esse cálculo, e determinar o IFDM, são considerados fatores específicos que impactam no desempenho de cada área, conforme mostrado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Componentes de cada área do IFDM

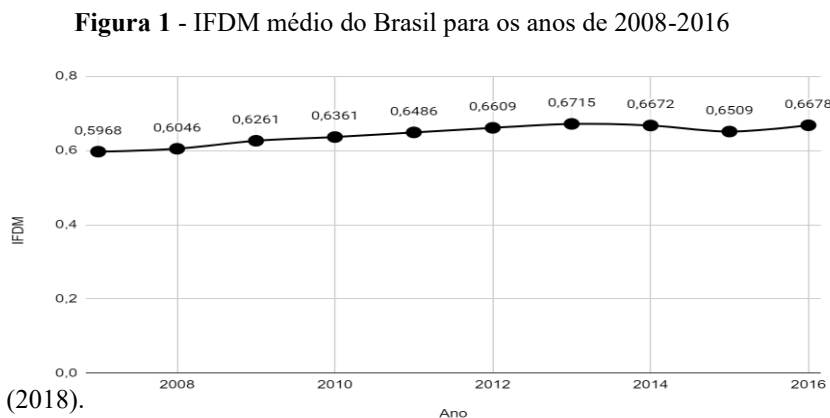
<b>IFDM</b>		
<b>Emprego e Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Geração de emprego formal;</li> <li>- Taxa de formalização do mercado de trabalho;</li> <li>- Geração de renda;</li> <li>- Massa salarial real no mercado de trabalho formal;</li> <li>- Índice Gini de desigualdade de renda no trabalho formal.</li> </ul> <p><i>Fonte: Ministério do Trabalho</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento à Educação Infantil;</li> <li>- Abandono no ensino fundamental;</li> <li>- Distorção idade-série no ensino fundamental;</li> <li>- Docentes com ensino superior no ensino fundamental;</li> <li>- Média de horas aula diárias no ensino fundamental;</li> <li>- Resultado do IDEB no ensino fundamental;</li> </ul> <p><i>Fonte: Ministério Educação</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporção de atendimento adequado de pré-natal;</li> <li>- Óbitos por causas mal definidas;</li> <li>- Óbitos infantis por causas evitáveis;</li> <li>- Internação sensíveis à atenção básica (ISAB).</li> </ul> <p><i>Fonte: Ministério Saúde</i></p>

Fonte: FIRJAN (2018).

## 2.1. O IFDM para o Brasil e para Minas Gerais

O IFDM é disponibilizado para todos os municípios do Brasil, o que viabiliza uma análise ampla do desenvolvimento médio nacional ao longo dos anos. Analisando os

dados do IFDM constantes na Figura 1, pode-se observar que, para o intervalo de 8 anos exibido, o país partiu de indicadores característico de desenvolvimento regular (0,5968) e estabilizou-se no patamar de desenvolvimento moderado (em torno de 0,66).

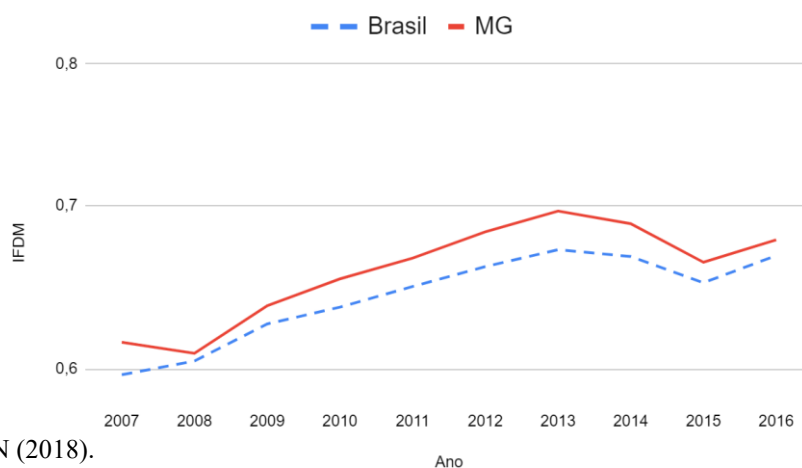


Fonte: FIRJAN (2018).

Ainda com base na Figura 1, é possível notar que de 2013 para 2015 o IFDM, que evoluía com tendência de crescimento, apresentou uma queda. Acredita-se que esse comportamento, possivelmente, tenha sido gerado em decorrência de uma crise política, iniciada em junho de 2013 quando começaram a acontecer pelo país manifestações populares, que desencadeou uma crise econômica em 2014, que impactou os componentes do indicador, principalmente os da área de Emprego e Renda.

A Figura 2 exibe a comparação entre o IFDM do estado de Minas Gerais e o do país. Nota-se, pelos dados apresentados e para o período considerado, que os dados estaduais sugerem um desenvolvimento econômico médio mais elevado que o nacional. Vale destacar, no entanto, que a evolução do IFDM de Minas Gerais exibiu padrão semelhante ao IFDM federal, inclusive indicando ligeira queda entre os anos de 2013 e 2015. Pelos dados exibidos na Figura 2, vê-se ainda que foi em 2013 que o estado mineiro obteve seu melhor resultado em termos do indicador de desenvolvimento municipal, chegando à marca de 0,7.



**Figura 2** - Comparativo entre o IFDM médio do Brasil e de Minas Gerais

Fonte: FIRJAN (2018).

Diante do descrito, vale investigar e entender as especificidades traduzidas pelas componentes do IFDM para estado de Minas Gerais pois, de acordo com a Figura 2, pelo menos desde 2007, seu IFDM médio sempre esteve na categoria de desenvolvimento moderado, ou seja, com valores entre 0,6 até 0,8. De acordo com a FIRJAN, responsável pelo cálculo do indicador, trata-se de um resultado que evidencia o resultado de boas políticas públicas adotadas pelos gestores municipais do estado mineiro.

## 2.2 – Componentes do IFDM para o Estado de Minas Gerais

Nesta seção, será detalhado cada componente do IFDM para os municípios mineiros ao mesmo tempo que se faz uma comparação com os resultados nacionais.

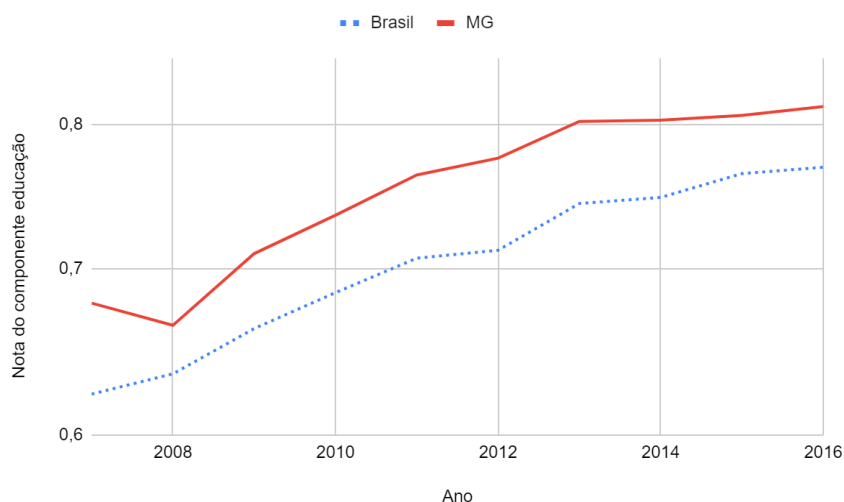
### 2.2.1 Componente Educação

A componente Educação é calculada com dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação. Para a determinação dessa componente do IFDM são consideradas 6 variáveis: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade-série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ensino fundamental (FIRJAN, 2018).

De acordo com a Figura 3, a componente Educação da IFDM para os municípios mineiros, na série histórica analisada, está acima do nacional. De acordo com os dados é possível perceber que os resultados dessa área, tanto para Minas Gerais quanto para o

Brasil, apresentaram um crescimento significativo até 2013. A partir desse ano os resultados obtidos passaram a indicar um crescimento modesto, tendendo à uma estabilização.

**Figura 3** - Comparativo entre o estado de MG e o Brasil, no período de 2007-2016, para a componente Educação



Fonte: FIRJAN (2018).

A Tabela 1 exibe, com base na componente Educação, os cinco municípios mineiros que obtiveram as melhores classificações para o ano de 2016. Desses, o município de Extrema foi o que obteve a melhor nota (0,9799), valor que indica alto desenvolvimento. Não obstante, o município de São Gonçalo do Rio Abaixo não está muito atrás, com uma diferença de apenas 0,0046 para o primeiro classificado do estado. Um aspecto interessante e positivo da Tabela 1 é que, mesmo ao considerar o resultado de Santa Rosa da Serra, a 369ª colocada no ranking nacional da componente Educação do IFDM, o índice atribuído a ela é superior a 0,9, o que a coloca, confortavelmente, na categoria de alto desenvolvimento.

**Tabela 1** - Municípios mineiros com as melhores classificações na componente Educação do IFDM para o ano de 2016.

Ranking Nacional	Município	Educação
76º	Extrema	0,9799
99º	São Gonçalo do Rio Abaixo	0,9753
266º	Fortuna de Minas	0,9485
280º	Bom Jesus da Penha	0,9471
369º	Santa Rosa da Serra	0,933

Fonte: FIRJAN (2018).

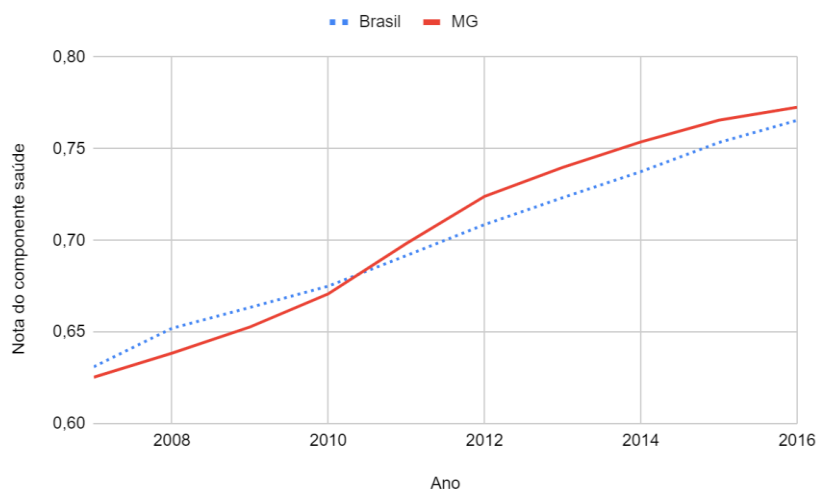
### 2.2.2. Componente Saúde

A componente Saúde do IFDM depende de indicadores cujo foco é a Saúde Básica como, por exemplo: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica. Os dados relacionados com as informações acima, utilizados na determinação do indicador, foram extraídos de bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema Internações Hospitalares (SIH), todos do *DataSus* – Ministério da Saúde.

De acordo com a FIRJAN (2018), os valores nas variáveis saúde equivalem às médias do último triênio em relação ao ano de referência. Tal escolha foi feita com o objetivo de minimizar a volatilidade dos dados de saúde, de modo a evitar variações expressivas de um ano para outro.

A Figura 4 mostra o comparativo entre o IFDM referente ao estado de Minas Gerais e o IFDM referente ao Brasil, para o período de 2007 a 2016, da componente Saúde. Nota-se pelos dados que a tendência de crescimento do IFDM de Minas Gerais acompanhou a evolução do índice médio nacional. Contudo, uma diferença interessante quando se trata do componente Saúde é que o índice estadual passou a ser superior ao nacional somente a partir de 2011, o que indica uma melhoria mais acentuada nos indicadores de saúde básica – se comparado ao nacional – para o período de 2010 a 2012.

**Figura 4** - Comparativo entre o estado de MG e o Brasil, no período de 2007-2016, para a componente Saúde



Fonte: FIRJAN (2018).

Também é interessante analisar o comportamento das linhas na Figura 4 nos últimos anos de análise, pois percebe-se uma tendência dos componentes médios de Saúde, nacional e mineiro, de se aproximarem ou – eventualmente – virem a se cruzar novamente.

A Tabela 2 evidencia os cinco municípios mineiros que obtiveram as melhores classificações, com base na componente Saúde do IFDM para o ano de 2016.

**Tabela 2** - Municípios mineiros com as melhores classificações na componente Saúde do IFDM para o ano de 2016.

Ranking Nacional	Município	Saúde
24º	Santana do Deserto	0,9723
37º	Olaria	0,9677
51º	Bom Jesus da Penha	0,9647
83º	Iapu	0,9564
95º	Biquinhas	0,9551

Fonte: FIRJAN (2018).

A Tabela 2 mostra que os cinco municípios com melhores índices de saúde no estado de Minas Gerais também estão bem classificados nacionalmente, uma vez que se encontram entre os cem melhores no Brasil. A classificação dentro do estado de MG é liderada por Santana do Deserto, com nota de 0,9723, o que o classifica como alto desenvolvimento nesta categoria. Os outros quatro municípios mineiros ranqueados

também apresentam notas muito boas, sendo que não registram grande diferença para a primeira colocada Santana.

### 2.2.3. *Componente Emprego e Renda*

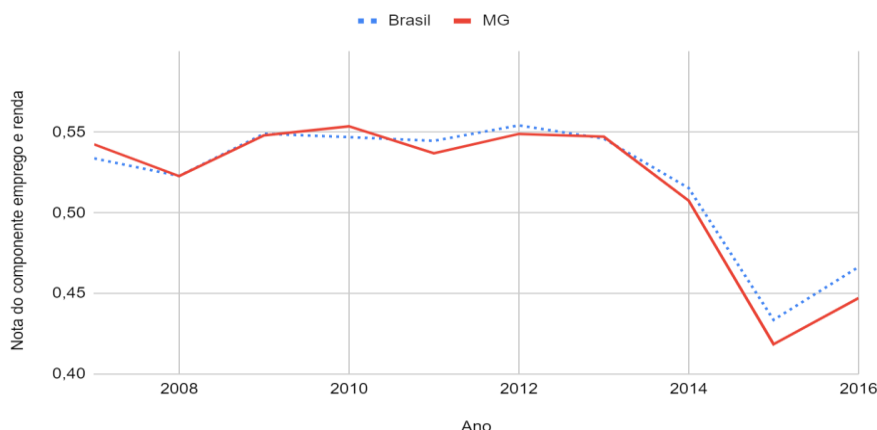
Os dados utilizados no cálculo da componente Emprego e Renda do IFDM são oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho, e projeções oficiais de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. No cálculo do índice é atribuído o mesmo peso tanto para o Emprego quanto para a Renda.

O valor do índice é uma medida obtida a partir de informações relacionadas a duas importantes temáticas para o desenvolvimento municipal que são: a formação e estruturação do emprego e a alocação; e a geração e distribuição da renda oriunda do aumento do nível de Emprego.

A Figura 5 mostra que a componente Emprego e Renda foi a mais volátil de todas as componentes do IFDM. De todas as componentes analisadas, essa foi a mais sensível à crise política/econômica iniciada em 2013. Ao contrário dos demais indicadores, que exibiam uma superioridade do desempenho estadual ao comparar-se ao nacional, o índice de Emprego e Renda em MG não exibiu o mesmo desempenho. Até 2013 os índices das duas regiões eram praticamente iguais. No entanto, a partir de 2015, os resultados indicaram o valor médio nacional superior ao de MG, sugerindo que o estado teve dificuldade para se recuperar dos danos causados pelo período mais crítico.

Segundo Mauro (2021), a crise econômica que atingiu o Brasil impactou de forma distinta cada região do país. Essa análise vai de encontro com o observado na Figura 5, uma vez que o indicador de Emprego e Renda mineiro, que estava equiparado ao nacional antes da crise, sofreu um impacto maior e teve uma recuperação mais lenta que a média nacional.

**Figura 5-** Comparativo entre o estado de MG e o Brasil, no período de 2007-2016, para a componente Emprego e Renda



Fonte: FIRJAN (2018).

A Tabela 3 registra as informações dos 5 municípios mineiros com maiores índices da componente Emprego e Renda do IFDM para o ano de 2016. Assim como visto ao analisar a componente Saúde, os cinco melhores municípios mineiros da componente Emprego e Renda também figuram dentro da lista dos cem municípios com os melhores resultados nacionais.

**Tabela 3** - Municípios mineiros com as melhores classificações na componente Educação do IFDM para o ano de 2016.

Ranking Nacional	Município	Emprego e Renda
7º	Paracatu	0,7955
19º	Patos de Minas	0,7813
63º	Matias Barbosa	0,7471
64º	Nova Serrana	0,7469
91º	São Sebastião da Bela Vista	0,7341

Fonte: FIRJAN (2018).

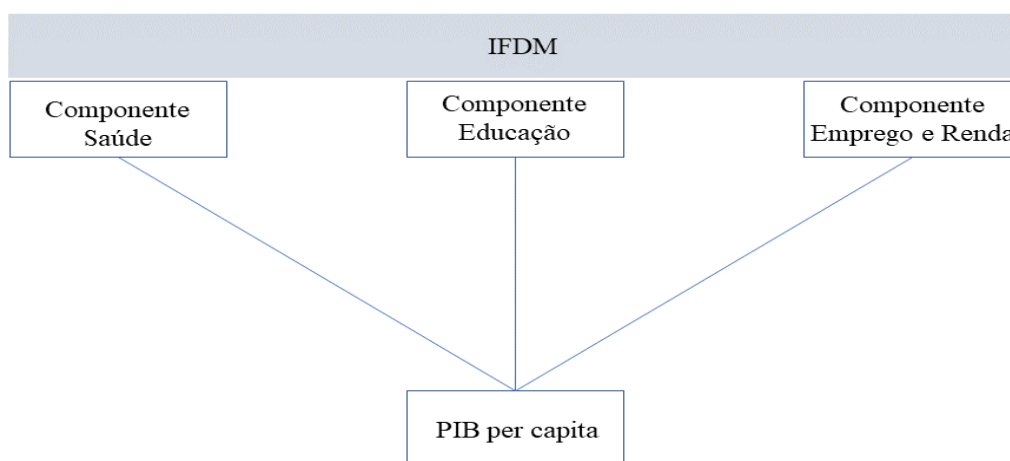
É interessante destacar o município de Paracatu que, além de liderar dentro de Minas Gerais, também figura dentro dos dez melhores a nível nacional. Segundo Lobato (2012), a empresa Kinross Gold Corporation é a maior empregadora da cidade, cerca de 1,3 mil funcionários diretos e outros 3,4 mil indiretos, sendo sua principal atividade explorar a mina Morro do Ouro.

### 3. METODOLOGIA

Para analisar o PIB per capita dos municípios mineiros do ano de 2016 por meio dos componentes do IFDM, foi realizada uma pesquisa descritiva que, segundo Silva e Menezes (2001, p. 21), “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A Figura 6 apresenta um resumo do modelo de pesquisa que foi utilizado para confecção da regressão linear múltipla.

**Figura 6** - Modelo de pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A coleta dos dados relacionados ao PIB per capita dos municípios foi realizada diretamente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados que discutem sobre os componentes do IFDM foram extraídos diretamente da FIRJAN. A dimensão do conjunto de dados inclui cerca de 696 dos 853 municípios mineiros e o motivo deste recorte foi pela ausência de valores encontrados nos bancos de dados de ambas listadas acima.

Para a validação dos pressupostos do modelo de regressão linear múltipla foram utilizados: o teste de Ljung box, para constatar a independência dos resíduos; o teste de Breusch-Pagan, para constatar a homocedasticidade dos resíduos; o teste de Kolmogorov-Smirnov, para verificar a normalidade nos resíduos; e, para verificar a ausência de multicolinearidade foi utilizado o VIF (*variance inflation factor*).

Para o processamento dos dados foram utilizadas diversas bibliotecas de manipulação de dados da linguagem de programação *Python*. Adicionalmente, para a

extração do VIF, foram utilizadas algumas bibliotecas de manipulação de dados da linguagem de programação *R*, por meio do serviço de *R cloud*.

#### 4. RESULTADOS

Como pode ser observado na Tabela 5, todas as variáveis independentes do modelo (componentes do IFDM) apresentaram correlação positiva com o PIB per capita dos municípios mineiros. Pelo critério de Dancey e Reidy (2005), todos as componentes apresentaram uma correlação moderada com o PIB per capita ( $0,3 \leq r \leq 0,6$ ).

**Tabela 4** - Correlação de Pearson.

Variáveis	Componente Emprego e Renda	Componente Educação	Componente Saúde	PIB per capita
Componente Emprego e Renda	1			
Componente Educação	0,3098	1		
Componente Saúde	0,1676	0,3083	1	
PIB per capita	0,5279	0,4671	0,3193	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Além de responder as indagações sobre a natureza ou força da correlação entre as variáveis, foi possível concluir que a componente que trata de Emprego e Renda foi a que exibiu o de maior nível de relação com o PIB per capita ( $r = 0,5279$ ). Uma explicação plausível para a correlação moderada das componentes de educação e Saúde com o PIB per capita seria a da teoria do capital humano.

Segundo Lins (2011), a teoria do capital humano se preocupa tanto com a esfera de saúde quanto educacional. Contudo, o fator Educação tem maior protagonismo, pois, o aumento generalizado dos conhecimentos e habilidades individuais gera, como consequência, revoluções tecnológicas que impactam no crescimento econômico.

Em relação ao modelo de regressão linear, deve-se salientar que foi necessário realizar uma transformação logarítmica de base natural na variável alvo de PIB per capita, pois tanto a normalidade, quanto à homocedasticidade dos resíduos não foram aceitas nos testes apresentados na metodologia. A Tabela 5 apresenta a estatística de teste e o p-valor antes da transformação.



**Tabela 5** - Pressupostos de validação antes da transformação logarítmica.

Homocedasticidade Breusch-Pagan		Independência Ljung-Box		Normalidade Kolmogorov-Smirnov	
Estatística	P-Valor	Estatística	P-Valor	Estatística	P-Valor
31,053	8,28E-07	0,519	0,471	0,566	3,71E-43

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base na Tabela 5, foi possível observar que o p-valor do teste de Breusch-Pagan, e do teste de Kolmogorov-Smirnov, foi menor que 5%, o que indica não ser possível aceitar a hipótese de que existem a homocedasticidade e a normalidade.

Essa conclusão parcial obrigou ser realizada novamente a análise sobre os pressupostos de validação, assim como o VIF, após a apresentação do modelo de regressão com a transformação logarítmica realizada.

**Tabela 6** - Resumo dos modelos de regressão linear múltipla, método stepwise.

Modelo	Preditores	R <sup>2</sup> ajustado
1	Constante, componente Educação	0,217
2	Constante, componente Educação, Emprego e Renda	0,379
3	Constante, componente Educação, Emprego e Renda, Saúde	0,401

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 6 exibe diferentes modelos de regressão linear múltiplas e seus respectivos efeitos explicativos. Através desse resultado pode-se perceber que o impacto das componentes Educação e Emprego e Renda na explicação (R<sup>2</sup> ajustado) do PIB per capita dos municípios mineiros é de alta relevância.

Embora a componente Saúde não tenha adicionado o mesmo que os outros componentes, ainda assim se mostrou importante para a explicação do PIB per capita. A Tabela 8 integra os resultados dos coeficientes das variáveis explicativas e sua significância estatística, isto é, sua estatística de teste T e seu respectivo P-valor.

Com base na Tabela 7 foi possível concluir que todas as variáveis são estatisticamente significativas, pois em todos os modelos apresentados as variáveis conseguiram figurar um p-valor para o teste T menor que 5%, ou seja, aceitaram a hipótese que são diferentes de zero.

**Tabela 8** - Coeficiente das variáveis explicativas e sua significância estatística.

Modelo	Coeficientes	Significância Estatística		
		Estatística T	p-valor	
1	Constante	6,8673	37,329	< 0,000
	Componente Educação	3,1654	13,916	< 0,000
2	Constante	6,9455	42,359	< 0,000
	Componente Educação	2,2754	10,678	< 0,000
	Componente Emprego e Renda	1,5056	13,480	< 0,000
3	Constante	6,8268	41,991	< 0,000
	Componente Educação	1,9660	9,039	< 0,000
	Componente Emprego e Renda	1,4600	13,273	< 0,000
	Componente Saúde	0,5083	5,202	< 0,000

Fonte: Elaborado pelos autores.

É importante observar o comportamento do componente Educação no modelo 3, pois mesmo com a presença de duas outras componentes do IFDM, ele ostentou o maior coeficiente das variáveis preditoras, reforçando a importância da educação na teoria do capital humano explicada por Lins (2011).

Apesar disso, esse resultado não serve para afirmar que as componentes Emprego e Renda e Saúde são de menor importância. Emprego e Renda são os pilares que sustentam a possibilidade de usufruir dos benefícios da componente Educação como apontado por Ribeiro (2012). Já a Saúde, assim como a Educação, é uma das esferas da teoria do capital humano, complementando o bem-estar da população (LINS, 2011).

Além disso, lembrando da correlação de Pearson contida na Tabela 5, pode-se dizer que está confirmada a correlação positiva entre as variáveis em estudo o que significa que as componentes do IFDM conseguem explicar com boa acurácia o PIB per capita dos municípios mineiros. Entretanto, ainda se faz necessário cuidar dos pressupostos de validação após a transformação logarítmica, desse modo, tais informações podem ser encontradas na Tabela 8.

**Tabela 9** - Pressupostos de validação após transformação logarítmica.

Homocedasticidade Breusch-Pagan		Independência Ljung-Box		Normalidade Kolmogorov-Smirnov	
Estatística	P-Valor	Estatística	P-Valor	Estatística	P-Valor
6,173	0,104	0,137	0,712	0,997	0,176

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com as informações da Tabela 9 foi possível confirmar que o modelo de regressão está de acordo com os pressupostos teóricos de validação, uma vez que os testes de

homocedasticidade, independência e normalidade obtiveram p-valor acima de 5% e, portanto, aceitando a hipótese nula em todos os casos.

Em relação à multicolinearidade foi utilizado como critério de avaliação os intervalos de VIF apresentados por Akinwande, Dikko e Samson (2015). Para os autores, um VIF entre 5 e 10 já pode causar problemas no modelo de regressão, desse modo, o objetivo é obter valores de VIF que se aproximam de 1, isto é, quanto mais próximo de 1, menor é o efeito da multicolinearidade sobre o modelo. A Tabela 9 exibe os valores VIF para os componentes do IFDM utilizados para a confecção do modelo de regressão linear múltipla.

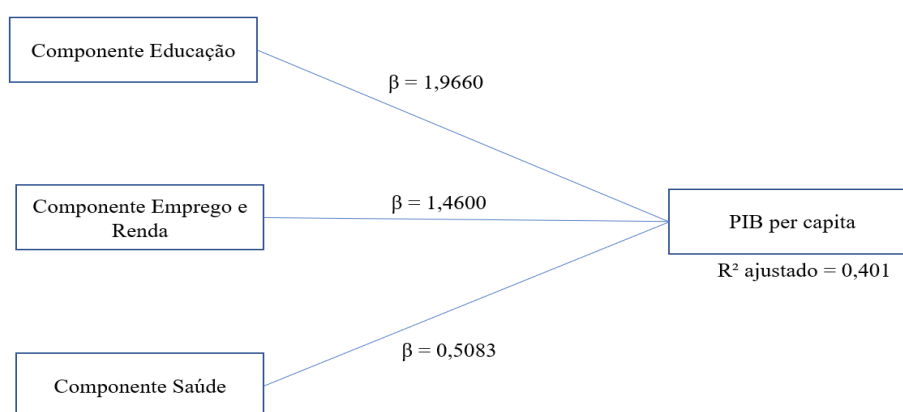
**Tabela 9** - *Variance Inflation Factor* (VIF) para as variáveis independentes do modelo.

Variável	VIF
Componente Educação	1,19563
Componente Emprego e Renda	1,11326
Componente Saúde	1,11208

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim sendo, pelo critério de Akinwande, Dikko e Samson (2015), o modelo de pesquisa do presente estudo tem pouquíssima interferência de multicolinearidade em sua composição, pois, como discutido anteriormente, valores próximos de 1 traduzem em efeitos mínimos.

**Figura 7** - Modelo final de pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Portanto, com base nos resultados apresentados, o modelo final de pesquisa é válido, tanto pelos pressupostos de validação, quanto pela multicolinearidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM), evidenciando seus componentes à nível nacional e estadual, como também realizar um modelo de regressão linear múltipla, relacionando os componentes do IFDM com o PIB per capita dos municípios mineiros, a fim de auxiliar os gestores dos municípios sobre quais aspectos afetariam tal índice de crescimento econômico.

Sendo assim, tão importante quanto garantir o crescimento econômico é ter os gestores públicos, independentemente do nível do governo, procurando por estratégias que façam com que os indicadores de qualidade de vida da população acompanhem o aumento da renda per capita.

Dentre os resultados foi evidenciado que o Estado de Minas Gerais tem um IFDM médio maior que o nacional no intervalo de 2007-2016, além disso, os componentes educação, emprego e renda e saúde apresentaram superioridade ou igualdade na maioria do tempo.

Além disso, por meio do modelo ajustado observou-se que o componente de educação é o que mais contribui para o PIB per capita dos municípios mineiros, isto é, apresentou o maior coeficiente dentre as variáveis independentes, contudo, as variáveis emprego e renda e saúde não são de menor importância, necessitando de políticas eficazes para todas as esferas. Ademais, o modelo passou em todos os pressupostos de validação após a transformação logarítmica realizada na variável alvo.

## REFERÊNCIAS

- AKINWANDE, M. O.; DIKKO, H. G.; SAMSON, A. Variance Inflation Factor: As a Condition for the Inclusion of Suppressor Variable(s) in Regression Analysis. **Open Journal of Statistics**, v. 05, n. 07, 2015.
- DANCEY, C. P.; REIDY, J. Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows. Porto Alegre: **Editora Artmed**, 2006.
- FIRJAN. IFDM: índice de Desenvolvimento Municipal. FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://FIRJAN.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/> Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

- FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. **FIRJAN**, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.
- FREITAS, T. A. Crescimento e Desenvolvimento Econômico, FURG, 2013. Disponível em: <http://www.sabercom.furg.br/bitstream/123456789/1710/1/Crescimento%20e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%201.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2023.
- IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.
- LINS, L. M. Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão: I Circuito de Debates Acadêmicos. **Anais**, São Paulo, 2011.
- LOBATO, P. H. Paracatu é o novo eldorado de Minas. **ESTADO DE MINAS**, 2012. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/08/internas\\_economia,298955/paracatu-e-o-novo-eldorado-de-minas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/08/internas_economia,298955/paracatu-e-o-novo-eldorado-de-minas.shtml). Acesso em: 17 de janeiro de 2023.
- MAURO, G. A crise econômica no Brasil: um histórico. **Notícias Concursos**, 2021. Disponível em: <https://noticiasconcursos.com.br/a-crise-economica-no-brasil-um-historico/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.
- REIS, T. Desenvolvimento econômico: conheça as principais teorias a respeito. **SUNO**, 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/desenvolvimento-economico/#:~:text=O%20crescimento%20econ%C3%B4mico%20ocorre%20em,ou%20o%20aumento%20do%20consum>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.
- RIBEIRO, P. S. Educação e emprego. **BrasilESCOLA**, 2012. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/educacao-emprego.htm>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.
- SILVA, E. L; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

## BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: DIREITOS SOCIAIS DE SEGUNDA DIMENSÃO E DIREITO DO HOMEM NA ANÁLISE DE NORBERTO BOBBIO

*CONTINUED BENEFIT: SECOND DIMENSION SOCIAL RIGHTS AND HUMAN RIGHTS IN THE ANALYSIS OF NORBERTO BOBBIO*

*Betânia da Silva Pinto Gaudêncio<sup>1</sup>*  
*Universidade Federal de Alfenas*

*Margarete Panerai Araujo<sup>2</sup>*  
*Universidade Federal de Alfenas*

### RESUMO

Este artigo aborda o direito social como direito de segunda dimensão, sendo uma medida de política pública assistencial constitucional denominada Benefício de Prestação Continuada (BPC). Explicar as dificuldades do acesso dos destinatários, a ineficácia da implantação e, a necessidade de uma resolução por meio judicial coloca em evidência a teoria de Norberto Bobbio (2004) que destaca os direitos tutelados como plenamente exercitável e direcionam o poder democrático para garantir os direitos fundamentais. A relevância do tema é proclamar esse direito, para os beneficiários que necessitam de assistência social, no caso específico: os idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência. Metodologicamente o estudo foi descritivo e fez uso de dados secundários do IBGE, IPEA e PNS. Infere-se que o acesso ao benefício envolve questões burocráticas e de operacionalização. O atraso de sua destinação para a população necessita de requisitos do art. 20 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nos termos do art. 203 da Constituição Federal.

**Palavras-Chaves:** Benefício de Prestação Continuada. Direitos de Segunda Dimensão. Direito do Homem.

### ABSTRACT

This article discusses the social right as a second dimension right, being a measure of constitutional public assistance policy called Benefit of Continued Provision (BPC). Explaining the difficulties of access for recipients, the ineffectiveness of implementation and the need for a resolution through the courts highlights the theory of Norberto Bobbio (2004), which highlights that protected rights are fully exercisable and limit and direct democratic power to guarantee fundamental rights. The relevance of the theme is to proclaim this right, for beneficiaries who need social assistance, in the specific case: the elderly aged 65 or over and people with disabilities. Methodologically, the study was descriptive and used secondary data from IBGE, IPEA and PNS. It is inferred that access to the benefit involves bureaucratic and operational issues. The delay of its destination for the population requires the requirements of art. 20 of the Organic Law of Social Assistance (LOAS), pursuant to art. 203 of the Federal Constitution.

**Keywords:** Continuing Cash Benefit; Second Dimension Rights; human rights

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Possui Especialização em Gestão Empresarial e Direito Previdenciário e Bacharelado em Administração e Direito pela Faculdade Cenecista de Varginha em Minas Gerais. E-mail: [betania.gaudencio@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:betania.gaudencio@sou.unifal-mg.edu.br). OrcID: <https://orcid.org/0009-0001-6839-3264>.

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV EBAPE/RJ; e pós-doutorado em Comunicação Social, Cidadania e Região na UMESP nas Cátedras UNESCO de Comunicação e Gestão de Cidades. Possui Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS. Docente visitante no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: [margaretepanerai@gmail.com](mailto:margaretepanerai@gmail.com). OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-8590>.

## 1 INTRODUÇÃO

O direito social e assistencial tem uma previsão constitucional e tem sido pauta contínua pelas necessidades de efetivação das políticas públicas no Brasil, pois busca promover a igualdade, justiça social e o assistencialismo. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial previdenciário, não contributivo e instrumento de política pública de proteção social, amparado pela Constituição Federal de 1988 e legitimado pela Lei nº 8.742/1993, conhecida como LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos termos do art. 20 da LOAS é destinado aos idosos com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Assim, frente a esse impacto social questiona-se: Como tem sido efetivado esse benefício assistencial previdenciário junto aos seus destinatários vulneráveis? Pode ser considerado um direito constitucional social de segunda dimensão? Esse artigo tem como objetivo geral analisar a implantação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como direito social de segunda dimensão e de política pública voltada para pessoas vulneráveis.

Justifica-se a relevância desse estudo, devido aos entraves para sua real efetivação. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é a autarquia responsável pela análise dos requerimentos do benefício assistencial, objeto deste estudo, porém o que encontramos são exigências que criam uma abstenção do poder público e não uma política pública como ação positiva em função dos necessitados. Abordar o direito social como parte dos direitos de segunda dimensão (estes compostos por direitos sociais, econômicos e culturais), é uma garantia de intervenção estatal no plano positivado, devido às necessidades que os cidadãos vulneráveis estão expostos. Também é relevante apontar do ponto de vista teórico que Norberto Bobbio (2004) através de seus estudos apresenta argumentos de que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos e nascidos em certas circunstâncias na luta em que, se exige dos poderes públicos não só as liberdades negativas, mas a proteção positiva ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda dimensão.

No tocante à metodologia de pesquisa, este estudo é produto de pesquisa descritiva, com utilização de dados secundários, além da pesquisa bibliográfica e reflexão crítica, a

partir de dados quantitativos obtidos junto às estatísticas sociais do IBGE, IPEA e NPS, dos quais se busca demonstrar, que mais beneficiários podem ser atendidos na efetivação do direito social assistencial BPC incluídos na categoria de vulnerabilidade social.

O artigo está dividido em seções, sendo a primeira essa introdução com a organização da problemática de pesquisa, seguida por alguns conceitos iniciais sobre direito social. A segunda seção aborda os direitos de segunda dimensão e a análise conceitual de Bobbio relacionado ao direito do homem. Socialmente os necessitados precisam da intervenção estatal para suprir ou ainda garantir que os seus direitos sociais, essenciais para restituir à igualdade entre os membros de uma sociedade, visto que os direitos de primeira dimensão abordam a garantia da liberdade e propriedade.

Segundo Leite (2014) os Direitos Humanos surgiram com a proposta de irem além dos discursos teóricos para atingirem questões práticas. Na medida em que, surgem necessidades que a humanidade evoca como direito, iniciou-se um chamado aos direitos de caráter social e uma avulta necessidade de adoção das chamadas políticas públicas.

As políticas públicas, ao assegurar, principalmente, o exercício dos direitos de segunda dimensão, terminaram por contribuir simultaneamente, para o exercício dos direitos de primeira e terceira dimensões [...]. Para que sejam garantidos esses direitos, bem como, simultaneamente, os direitos de liberdade, igualdade e solidariedade a eles conexos, surgem as políticas públicas, mediante as quais são criados programas de efetivação dos direitos sociais e metaindividuais [...] (LEITE, 2014, p. 117).

Norberto Bobbio (2004) sublinha que os direitos dos homens constituem uma classe variável, que se modifica e continua a se modificar com a mudança histórica:

Em segundo lugar, os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. Direitos que foram declarados absolutos no final do século XVIII, como a propriedade *sacre et inviolable*, foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XVIII nem sequer mencionaram, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações. [...] O que prova que não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas (BOBBIO, 2004, p. 12).



Com essas bases teóricas, a terceira seção aborda a questão histórica da Seguridade Social no Brasil, como princípio constitucional e o benefício da assistência social como implantação de política pública. No tocante a este ponto, passa a ser descrito o BPC no ordenamento jurídico e os entraves que dificultam a sua efetivação como política pública previdenciária assistencial. Para uma efetiva implantação e acessibilidade se apresenta uma proposta de interpretação do art. 20, da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS relativa aos requisitos para o acesso aos seus destinatários, principalmente no tocante à renda per capita e ao conceito de família. Ao final do artigo a conclusão, e as referências utilizadas.

Inicia-se a introdução com uma contextualização do tema. Na introdução deve-se expor a finalidade e os objetivos do artigo de modo que o leitor tenha uma visão geral do tema abordado. São elementos da introdução: o tema, o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), as hipóteses (se houver) e as justificativas. Também é necessário deixar claro quais foram os procedimentos metodológicos usados para a investigação.

## **2 DIREITO SOCIAL DE SEGUNDA DIMENSÃO E O DIREITO DO HOMEM NA ANÁLISE DE NORBERTO BOBBIO**

Uma classificação doutrinária identifica as gerações dos Direitos Humanos com base nos momentos sucessivos históricos e não em substituição de uma dimensão pela outra, mas por uma fundição ao longo das necessidades da sociedade. Leite (2014) explica que o vocábulo dessa dimensão se justifica pelo preciosismo, ou seja, de que as gerações anteriores não desapareceram com os surgimentos das mais novas. Em decorrência deste enfoque, é possível entender que a necessidade histórica oportuniza novas demandas ao ordenamento jurídico nascendo cada vez mais dimensões de direitos.

Em outras palavras, tais citações refletem que a concepção contemporânea dos direitos fundamentais da pessoa humana está ligada a evolução da sociedade e as políticas governamentais, que associadas à proteção integral da pessoa, permitem, iniciar com a primeira dimensão pela liberdade (direitos civis e políticos), a segunda dimensão na sequência é pela igualdade (direitos sociais, econômicos e culturais), e a terceira dimensão pela solidariedade (direitos metaindividuais) e outras dimensões que se fundem ao longo da necessidade da sociedade e do tempo.

Sob esse aspecto dos direitos humanos inter relacionados com o direito social, Norberto Bobbio traz o conceito tautológico do Direito do Homem “Direitos do homem são os que cabem ao homem enquanto homem [...] são aqueles que pertencem ao homem, ou deveriam pertencer ou dos quais nenhum homem pode ser despojado” (BOBBIO, 2004, p. 84). A expressão “direito do homem” é certamente enfática, ou ao menos aparenta ser, mas pode provocar equívocos quando se pensa no homem abstrato, ou no sentido literal da palavra “homem”. O autor é categórico ao contemplar o direito do homem, sendo o “homem” no sentido de “ser humano,” na civilização humana ou naqueles humanos que compõe a sociedade, sendo assim os direitos desses “homens” todos os gêneros, raças ou etnias são igualmente e merecem proteção Estatal.

[...] a passagem ocorreu do homem genérico – do homem enquanto homem – para o homem específico, ou tomado na diversidade de seus diversos status sociais, com base em diferentes critérios de diferenciação (o sexo, a idade, as condições físicas), cada um dos quais revela diferenças específicas, que não permitem igual tratamento e igual proteção. A mulher é diferente do homem; a criança do adulto; o adulto, do velho; o sadio, do doente; o doente temporário, do doente crônico; o doente mental, dos outros doentes, dos fisicamente normais, etc. (BOBBIO, 2004, p. 64)

A expressão “homem” utilizada por Bobbio em 1909 em sua obra “A Era dos Direitos” foi considerada inoportuna em nossa sociedade atual, que não mais utiliza a palavra homem para generalizar todas as pessoas. Aqui então voltamos a tratar da questão relativa aos a análise do Direito Social como direito de segunda dimensão que é inerente ao Direito Humano, onde o Estado, deixa de ser absenteísta e volta-se a proteção individual em especial aos mais vulneráveis, passando a intervir positivamente com vistas a proporcionar uma política pública com ideal material igualitário.

A evolução socioeconômica faz com que as desigualdades se acentuam entre os membros da sociedade, nota-se que a concentração da maior parte da renda está nas mãos de poucos, levando assim, a uma situação de miséria para uma grande parcela da sociedade, que se ressentida da falta do necessário para sobrevivência com dignidade. Diante dessa situação, os cidadãos não conseguem sobressair apenas com seu esforço, necessitando do amparo do Estado para prevenir e remediar as necessidades sociais, levando à busca de instrumentos de proteção, cujos reflexos são na ordem jurídica, conforme os estudos de Santos (2016). Então, partimos do pressuposto histórico e dos movimentos sociais, onde o Estado necessitava intervir de forma intensa rompendo com

o Estado liberal e não-intervencionista. Outrossim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1945, retrata momentos históricos em que as legislações internas dos Estados romperam com quem detinha o poder aplicava suas legislações em prol da justiça social, segundo Leite (2014).

Assim, através da busca do “direito do homem” do plano ideal ao plano real, como aspirava Bobbio (2004), a Constituição Federal de 1988, ordenamento jurídico magno, parte de análises em que os direitos fundamentais seriam uma espécie do gênero dos direitos humanos e de garantias do homem universal. Diante da importância desses direitos sociais expressos nas políticas públicas e da necessidade de se prestar o direito em favor do cidadão brasileiro especialmente em situação de vulnerabilidade social foi reconhecida a assistência social prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social. Neste contexto, os seus artigos 194 a 204, instituíram o sistema da Seguridade Social no Brasil, compreendido como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Segue na próxima seção as informações sobre a seguridade social.

### 3 A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

A reconstrução histórica da proteção social brasileira, a respeito disso conforme Santos (2016) foi dividida em três etapas: Assistência Pública, Seguro Social e Seguridade Social. A primeira etapa foi a proteção à assistência social, baseada na caridade e conduzida pela igreja e depois por instituições públicas. Nessa fase, não havia direito subjetivo do necessitado, apenas uma mera expectativa de direito, pois o auxílio de proteção social ficava condicionado à caridade. A proteção securitária passou a ser privilégio de uma minoria que poderia pagar o prêmio, já que surgiram empresas seguradoras, com fins lucrativos, oferecendo serviços de seguro de vida, seguros contra invalidez, danos, doenças, acidentes, entre outros.

Diante dessa situação uma minoria desprivilegiada e desamparada, após a Segunda Guerra Mundial e o seu impacto, teve como amparo o Seguro Social. Seria necessário um sistema de proteção social que alcançasse todas as pessoas e as amparasse em todas situações de necessidade. (SANTOS, 2016) O trabalhador, protegê-lo contra os riscos do

trabalho. A terceira etapa se dá com a promulgação da Constituição Federal (1988), rompendo com o modelo liberal e inaugurando o conhecido marco positivista, com atenção à função promocional e assistencial, conhecidos como direitos de segunda dimensão (SETTE, 2006). Ficou evidente a nova forma de pensar solidariamente que se opõe ao individualismo liberal, a busca do bem comum, a justiça social e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Como anuncia o Preâmbulo da Constituição Federal do Brasil (1988):

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988, s.p., grifo nosso).

Os direitos sociais constituem liberdades positivas, ou seja, de observância obrigatória do Estado Social de Direito, objetivando a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes e, visando à concretização da igualdade social (PAULO; VICENTE, 2017). No art. 194 da Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social representa: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Desejando a Carta Magna que todos estejam protegidos, de alguma forma, dentro da Seguridade Social, do artigo supracitado, dispõe que a seguridade social será organizada, nos termos da lei, relacionando os objetivos e princípios setoriais, isto é, aplicados apenas na seguridade social (SANTOS, 2016):

Art. 194 (...)

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988, s.p.).

Vejamos os princípios, destacados nos incisos no art. 194 que são universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; princípio da diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da gestão do sistema e regra da contrapartida. (OLIVEIRA;GARCIA, 2020). Sette (2006) apresentou que a Previdência Social é um tomo da Seguridade Social, como verdadeira instituição despersonalizada, que compreende o sistema integrado do poder público, com fins de implementar ações asseguradas à assistência social:

Como visto, a Seguridade Social engloba um conjunto de prestações positivas do Estado (diretamente ou indiretamente) nas áreas da saúde, assistência e previdência social, com vistas à promoção do bem estar e da justiça social (art. 193 CF), inserindo-se, portanto, dentro da chamada segunda dimensão dos direitos constitucionais, cuja finalidade é a busca pela realização da plenitude do ser humano (SETTE, 2006, p. 84).

Pode-se considerar fatídico, que estes princípios fundamentais e imprescindíveis para a garantia da Seguridade Social, são associados com a Assistência Social e com o Benefício de Prestação Continuada. O legislador constituinte brasileiro, optou pela Previdência Social, baseada na solidariedade sendo contributiva, e tendo como objetivos a realização do bem-estar e a justiça social. É justamente essa contribuição previdenciária e solidária, que os atuais segurados sustentam os atuais beneficiários, forçando as classes mais abastadas a suportar contribuições maiores a fim de financiar os benefícios que estão sendo pagos (SETTE, 2006). Evidenciando a importância da Seguridade Social e o seu reconhecimento como direito social de segunda dimensão, Bobbio (2004), salientou que a figura do direito positivado de proteção tem como correlato a figura da obrigação da beneficência.

#### 4 BENEFÍCIOS ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO COMO DIREITO SOCIAL CONSTITUCIONAL

A assistência social compreende imposição constitucional que enseja na prestação positiva do Estado como direito social de segunda dimensão sendo correlacionado com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil. A implantação desta política pública é assistencial, individual, não vitalício e promovido pela Previdência Social, que garante o pagamento mensal de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e a pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. A Constituição Federal através do seu art. 203, e a Lei nº 8.742/1993 dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências e regulamenta:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, s.p.).

O BPC não é um benefício previdenciário, uma vez que sua concessão não tem necessidade de pagamento em pecúnia – contribuição – por parte do beneficiário, onde há a obrigação apenas da comprovação de sua condição assistencial para subsistência, conforme Fortes e Paulssen (2005). Além da previsão constitucional o BPC está disciplinado no artigo 20 e outros da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sendo regulamentado pelo Decreto nº 6.214/2007, com a redação dada pelo Decreto nº 7.617/2011.

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo (BRASIL, 2007, s.p.).

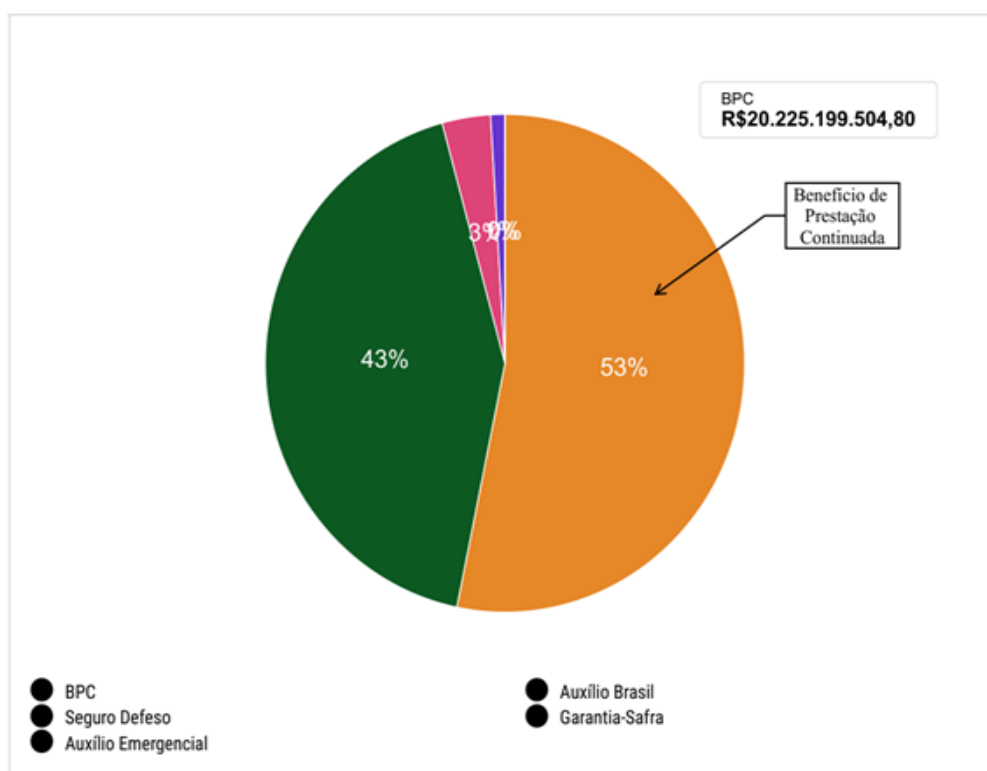
Os requisitos para sua concessão estão definidos na LOAS da seguinte forma:

A pessoa idosa – deverá comprovar, de forma cumulativa, que: possui 65 anos ou mais família cuja renda mensal per capita seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo, podendo ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade e não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o seguro-desemprego, salvo o de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória.

A pessoa com deficiência (PcD) – deverá comprovar, de forma cumulativa, que: existência de impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Família cuja renda mensal per capita seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo, podendo ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade e não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o seguro-desemprego, salvo o de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória (CASTRO; LAZZARI, 2020, p. 740).

O BPC é concedido mensalmente no valor correspondente a um salário-mínimo vigente e a concessão é realizada após uma análise dos indicadores sociais de renda, idade no caso de idosos e renda cumulativamente com avaliação médica para pessoa com deficiência. O Censo Demográfico (IBGE, 2022) demonstrou que até 25 de dezembro de 2022 o Brasil tinha 207.750.291 habitantes e que 14% dessa população é considerada idosa com 60 anos ou mais.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2021) publicou através da Agência Brasil, que a população brasileira de idosos representa 31,23 milhões de pessoas e 17,3 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência física. Também o Portal da Transparência (2023) divulga mensalmente a lista de beneficiário e os gastos com BPC, atualmente a lista possui 4,7 milhões de beneficiários, entre idosos e pessoa com deficiência, número este, que poderia ser maior se não fosse as dificuldades encontradas pelos destinatários dessa política pública, conforme a Figura 1.

**Figura 1** - Referente ao tipo e valor do benefício.

Fonte: Portal da Transparência, 2023.

Legenda: Laranja BPC – 53%; Rosa Seguro Defeso 1%; Auxílio Emergencial 3%; Verde Auxílio Brasil 36%; Roxo Garantia Safra 1%.

A figura demonstrou que a população de idosos com 65 anos ou mais e as pessoas com deficiência perfazem cerca de 48,53 milhões de brasileiros o que corresponde a 53% da população, e que 4,3 milhões de brasileiros recebem o benefício assistencial, observamos claramente que esses dados de Benefício de Prestação Continuada poderiam ainda ser maiores. Supostamente alguns desses idosos com 65 anos ou mais ou pessoas com deficiência já recebem algum tipo de benefício previdenciário ou são economicamente ativos. Caso 30% (trinta por cento) dessa população se apresente em estado de miserabilidade, verifica-se que a implementação do BPC é uma promoção de política pública que ainda se encontra ineficiente.

Berreta (2005) disserta que historicamente os mínimos sociais no Brasil estavam ligados às concepções de pobreza absoluta, no sentido de satisfação de necessidades humanas fisiológicas. Foi a partir de 1993, com o advento do LOAS que o mínimo social



não contributivo foi garantido constitucionalmente, independente do trabalho atual ou anterior, mas dependente da condição atual de renda. Representou um grande avanço na política social brasileira, mas ainda há críticas na sua efetivação e análise dos critérios, agora denominados de miserabilidade.

No contexto social se verifica a fragilidade social dos idosos e das pessoas com deficiência, legitimadas nos requisitos para acesso ao BPC. Estes sujeitos sociais possuem o direito constitucional de serem assistidos, porém alguns fatos sociais marginalizam e excluem-nos. É possível verificar algumas hipóteses de alternativas como: Qual omissão legislativa na regulamentação dos dispositivos constitucionais são necessários para efetivar os direitos fundamentais previstos na Constituição? Uma possível explicação é que constitucionalmente o direito à proteção social (não contributiva) corresponde a um mínimo de cidadania, sendo essa a concepção que deveria ser norteadora do BPC. O que se observa é que ao conferir o bem-estar daquele que necessita, a consequência maior seria a redução das desigualdades e a realização da justiça social. Contudo, infelizmente a regularização do BPC não seguiu essa vontade constitucional, uma vez que o acesso aos postulantes a esse benefício foi submetido a uma forte seletividade, rigorosos meios comprobatórios para sua obtenção (PEREIRA, 2012).

Um estudo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à fome (MSD, 2018) sobre discussões métricas capazes de monitorar, focalizar e identificar limitações do BPC, indicou que o impedimento a exclusão dos rendimentos dessas pessoas no cálculo da renda per capita é ineficiente. E, seria necessário, mais documentos e perícias sociais para análise. Caso isso não ocorra, pode-se subestimar o público elegível ao programa. Vejamos como é analisado os requisitos para o BPC, no caso de um idoso, com 65 anos ou mais, o critério seria objetivo na apresentação de documentos oficiais, que comprovem a idade e, a pessoa com deficiência em qualquer idade. Neste caso, de exemplo ele passará, por uma perícia médica que vai avaliar se há algum impedimento ou barreira de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (MDS, 2018).

Outro requisito comum, a pessoa idosa com 65 anos ou mais e pessoa com deficiência, é o critério socioeconômico que utiliza a informação de renda familiar per capita mensal (RPCM) da família para identificar os beneficiários. O cálculo da RPCM

deve observar as especificações definidas no Decreto nº 6.214/2007 para caracterização do grupo familiar e das fontes de renda que devem ser computadas (MDS, 2018).

Conforme descrição legal para cálculo de renda per capita familiar, considera-se família para efeito de BPC, um grupo de pessoas que vivem sob o mesmo teto e possuem as seguintes relações de parentesco com o idoso ou a pessoa com deficiência: cônjuge ou companheiro(a), os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou padrasto, os irmãos solteiros, filhos e enteados solteiros e os menores tutelados.

O requisito de comprovação da miserabilidade dos assistenciais e de sua família, é o maior motivo de índice de indeferimento do BPC, é a ausência de registros administrativos agregados sobre quem vive sob o mesmo teto. A maioria dos programas de transferência de renda considera informações autodeclaradas; além disso, as composições familiares são bastante dinâmicas e mudam ao longo do tempo. Esses fatores dificultam a verificação das informações prestadas pelas famílias (IPEA, 2017).

Dessa forma, tem-se negado ao longo dessa implantação o direito de cidadania ao público de idosos e deficientes com sérias restrições impostas por lei e, a dificuldade de acessar o benefício devido a morosidade estatal.

Assim, para que o idoso e a pessoa com deficiência preencham os requisitos para se beneficiar com o BPC, precisam demonstrar sua miserabilidade e, de sua família. A razão de ter o acesso ao benefício é fortemente vinculado à família e não individualmente ao idoso e à pessoa com deficiência, ou seja, enquanto titulares de direitos individuais de um direito fundamental (PEREIRA, 2012). A família inicialmente na regulamentação trazida pelo § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, foi concebida como a unidade mononuclear de pessoas vivendo sob o mesmo teto. Posteriormente a Lei nº 9.720 de 1998, modificou esse dispositivo, alterando o conceito de família e passando a restringi-lo aos dependentes para fins previdenciários do art. 16 da Lei 8.213 de 1991.

Analisamos a questão do conceito de família legal para o BPC, e encontra-se no, art. 20, § 3º (nova redação dada pela Lei 13.983/2020), referente a realização do cálculo e será considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa idosa ou com deficiência, a família, cuja renda mensal per capita, seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário-mínimo vigente.

Art. 20 [...]

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o

padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo (BRASIL Lei 13.983/2020, s.p.).

Importante ressaltar que, tal benefício poderá ser concedido a mais de uma pessoa por família, contanto que cumpridas todas as exigências, como mencionado os § 14 e 15 do art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

Art. 20 [...] § 14. O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda a que se refere o § 3º deste artigo. § 15. O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos nesta Lei (BRASIL, 2007, s.p.).

Com a análise legal dos requisitos para acesso ao Benefício de Prestação Continuada, ensejamos críticas em relação ao enquadramento da condição de miserabilidade, prevista no art. 20 da LOAS, já que o analista ou o julgador enfrenta a difícil tarefa de decidir, pois a renda per capita mensal deve ser igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. Trata-se de um valor ínfimo atualmente, que sequer há possibilidade de viver com mínimo existencial com esse valor.

Não bastassem os aspectos negativos da regulação do benefício já apresentados, comprovando-se que as restrições impostas pela LOAS para a sua obtenção foram severas, a pior delas, sem dúvida, foi o critério objetivo estipulado para aferir-se a miserabilidade familiar, isto é, a necessidade de comprovação da renda familiar mensal per capita ser inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo (PEREIRA, 2012, p.15).

Tendo como fundamento, que os critérios objetivos fixados em lei, ainda que constitucional, não seriam o único meio de comprovar a miserabilidade exigida para a concessão do benefício assistencial e assim efetivar essa política pública. Cabe destacar que com o indeferimento por parte do INSS para concessão do BPC, vem sendo questionado judicialmente através da relativização dos requisitos legais, tanto na comprovação da renda per capita familiar ou na comprovação de pessoa com deficiência.

Cabe destacar que a negativa por parte da Administração Pública para a concessão do BPC vem sendo questionada judicialmente por parte de pessoas que pleiteiam o benefício, seja por não concordarem com os critérios legais, seja porque discordam da avaliação feita sobre a documentação enviada. Em novembro de 2019, dentre os 4,6 milhões de benefícios pagos, 492 mil (10,7%) eram de concessão judicial e, portanto, com possível flexibilização dos critérios de elegibilidade do BPC<sup>6</sup>. Desta forma, a judicialização coloca desafios adicionais à construção de indicadores de focalização do BPC e que não será tratada neste estudo (MDS, 2018, p. 16).

A crítica é acerca da necessidade dessa análise e outras condições da família (não somente da renda per capita), isoladamente pode ser considerada um avanço, pois existem outras situações que demonstram a real necessidade do beneficiário do BPC. Nesse sentido, a pessoa idosa com 65 anos ou mais e/ou a pessoa com deficiência comprovar a sua miserabilidade (e a de sua família) por outros meios e não somente pela hipótese objetiva trazida pela lei, não sendo este critério objetivo, como absoluto e sim um limite mínimo. O Estado propõe políticas públicas assistenciais, mas em contrapartida dificulta essa implementação. Diante desse quadro crítico, os que buscam judicialmente pelo deferimento da assistência social são privados de gozar, por um lapso de tempo em caso de perícia médica ou social, de seu direito aguardando o movimento processual.

O que se questiona é que o Estado tem maior custo e gastos em ações judiciais com processos movidos a favor do BPC ao administrativamente analisar demais documentos e perícias. Ademais, esses possíveis beneficiários continuam aguardando para serem amparados pelo Estado necessitando de alimento, moradia e todos os direitos que lhe são garantidos pela Constituição. Cabe uma análise aprofundada sobre a judicialização referente ao BPC, já que nem todos os destinatários dessa política pública têm conhecimento desse benefício assistencial sendo uma questão ainda mais crítica: do acesso facilitado a advogados, advogados dativos ou defensoria pública para patronar por seu direito assistencial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Benefício de Prestação Continuada - BPC foi o tema deste artigo cuja problemática de pesquisa questionou como vem sendo efetivado esse benefício assistencial previdenciário aos seus destinatários vulneráveis, enquanto um direito constitucional social de segunda dimensão. O método proposto foi bibliográfico com pesquisa descritiva e de dados secundários no sentido de realizar uma análise da

implementação do BPC como política pública em função do direito social de segunda dimensão, mas que encontra entraves para sua real efetivação.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia responsável pela análise dos requerimentos do benefício assistencial, estabelece exigências que tornam o benefício uma abstenção do poder público e não uma política pública como ação positiva em função dos necessitados. O BPC é tema de suma relevância social na busca de efetivação de políticas públicas. Ao apresentar as reais condições e a possibilidade de efetivar essa política pública relativizando por análises pericial e documental mais próximas da realidade do destinatário do seu benefício e de sua família, buscou-se Norberto Bobbio (2004) esclarecendo que através do direito do homem e dos progressos, os direitos novos e extensos, garantem ao Estado uma proteção efetiva.

Bobbio afirmou que a conexão da mudança social e a mudança da teoria e da prática dos direitos fundamentais sempre existiu, o que torna evidente o direito social é que ele não pode ser negligenciado. De forma recorrente, esse direito social de segunda dimensão quando abandonado pelo Estado, se socorre através das vias do Poder Judiciário na implementação da política assistencial. Essa situação merece ser reavaliada, pois nem toda população destinada a este benefício tem acesso facilitado à esfera jurisdicional. Foi possível concluir que o direito social de segunda dimensão, como direito do homem, para efetivação do Benefício de Prestação Continuada passa por dificuldades na sua implementação, contudo apesar de estar previsto na Constituição, restam as dúvidas.

Analisamos os parâmetros minimamente objetivos da legislação e, a ineficácia da implementação aos seus destinatários, que por consequência utilizam-se do meio judicial, para acessar o Benefício. Como afirma Bobbio (2004) a maior parte dos direitos sociais, os chamados direitos de segunda dimensão, são exibidos brilhantemente, mas permanecem no papel. Uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. Para que os destinatários possam usufruir de seus direitos constitucionais e proteção positivada pelo Estado, os critérios de aferição de renda *per capita* familiar e as perícias médicas e sociais devem levar em conta a real situação de miserabilidade de cada beneficiário, não tratando pelo todo e objetivamente, o que necessita de amparo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Contingente de idosos residentes no Brasil aumenta 39,8% em 9 anos.** Brasília, DF. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/contingente-de-idosos-residentes-no-brasil-aumenta-398-em-9-anos#:~:text=Em%20n%C3%BAmeros%20absolutos%2C%20s%C3%A3o%201,Brasil%20aumentou%2039%2C8%25>. Acesso em 27 maio 2023

AGÊNCIA BRASIL. **PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.** Brasília: 2019. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em 26 mai 2023

BERETTA, Regina Célia de Souza. Benefício de Prestação Continuada: um instrumento de inclusão social. 159 f. 2005. **Dissertação** (Mestrado em Assistência Social) Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89916>. Acesso em 20 mai de 2023.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** 5. ed. Rio De Janeiro: Elsever - Campus, 2004.

BRASIL. Decreto Regulamentar nº 6.214/07. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm). Acesso em 27 abril 2023

BRASIL. Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm). Acesso em: 27 abril 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.983, de 11 de novembro de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13983.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13983.htm). Acesso em: 01 de abr de 2023

BRASIL. Lei Nº 9.720, de 30 de novembro de 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9720.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9720.htm). Acesso em: 01 de abr de 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 abr 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.617, de 17 DE novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7617.htm). Acesso em: 01 de abr de 2022

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, Joao Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 23 ed. Rio de Janeiro: 2020.

FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. **Direito da seguridade social: Prestação e custeio da previdência, assistência e saúde**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Brasília,2022. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP2022\\_Brasil\\_e\\_UFs.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf). Acesso em: 28 maio de 2023.

IPEA. Método para complementação dos grupos familiares do BPC com informações no Cadastro Único. **Nota Técnica nº 5**. agosto/2017. p.4. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8569/1/NT\\_05\\_Presid%c3%aancia\\_M%c3%a9todo.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8569/1/NT_05_Presid%c3%aancia_M%c3%a9todo.pdf). Acesso em: 20 maio de 2023

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Focalização e cobertura na cidadania do BPC: uma análise metodológica**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/sagi/De\\_olho\\_na\\_cidadania\\_N\\_1\\_Focalizacao\\_do\\_BPC.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/sagi/De_olho_na_cidadania_N_1_Focalizacao_do_BPC.pdf). Acesso: 25 mai de 2023.

OLIVEIRA, Júlio César de, & GARCIA, Munaro Garcia. Benefício de Prestação Continuada (BPC): uma análise acerca do requisito da miserabilidade e a flexibilização do critério econômico fixado na lei n. 8.742/1993. **Revista Brasileira De Direito Social**, 3(1).Alfenas, MG: 2020. Disponível em: <https://rbds.ieprev.com.br/rbds>. acesso: 25 de maio de 2023

PAULO, Vicente e ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 16 ed. **Rev. Atual.** e amp. Rio de Janeiro: Método, 2017. 233 – 244 p

PEREIRA, Luciano Meneguetti. Análise crítica do benefício de prestação continuada e a sua efetivação pelo judiciário. Brasília: **Revista CEJ**, Ano XVI, n.

56, p.15-27 2012. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r29923.pdf>. Acesso em: 10 mar 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Detalhamento dos benefícios aos cidadãos. Brasília:** Contraladoria Geral da União, 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios/consulta?ordenarPor=mesAno&direcao=desc> . Acesso em 21 mai 2023

SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário esquematizado. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SETTE, André Luiz Menezes Azevedo. O direito fundamental à Previdência Social e sua realização por meio do sistema de repartição. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 29, p. 78-89, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://trt15.jus.br/institucional/biblioteca/colecoesdotribunal-revistaeletronica>. acesso: 25 de maio de 2023.



## COTAS E A QUESTÃO RACIAL NO CONTEXTO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: DISCURSOS DOS GESTORES PÚBLICOS

### *QUOTES AND THE RACIAL ISSUE IN THE CONTEXT OF PUBLIC ORGANIZATIONS: DISCOURSE BY PUBLIC MANAGERS*

Jessica Maria Bertoli<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Flávio Terra Junho<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Adilio Rene Almeida Miranda<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

Kerolaine Jenifer Correa<sup>4</sup>  
Universidade Federal de Alfenas

#### RESUMO

Em 2014, foi sancionada a Lei Federal nº 12.990, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal. Essa também é uma tendência nos contextos estadual e municipal. Nesse sentido, torna-se importante compreender como os gestores públicos percebem e se posicionam em relação a esta política. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar os discursos de gestores públicos das cidades de Varginha, Três Corações, Alfenas e Lavras, sobre a questão racial e as cotas raciais na Administração Pública. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando-se entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da Análise Crítica do Discurso. Constatou-se que os gestores favoráveis às cotas reconhecem o passado de exclusão vivenciado pelos negros, enquanto outros gestores, apesar de favoráveis as cotas, as vincularam ao contexto social, educacional e econômico vivenciado, minimizando o papel da raça como fator de desigualdade. Já os discursos totalmente contrários entendem as cotas com um benefício a mais para negros, não como um direito. Diante das análises, ressalta-se a necessidade de incluir discussões sobre a questão racial no ambiente organizacional para desmistificar estigmas e promover igualdade de oportunidades para todos.

**Palavras-Chave:** Relações raciais. Lei de cotas. Organizações públicas. Análise do discurso.

#### ABSTRACT

In 2014, the Brazilian Federal Law nº 12.990 was sanctioned, which reserves for blacks 20% of the vacancies offered in public tenders to fill effective positions and public jobs within the scope of the Federal Public Administration. This is also a trend in the state and municipal contexts. In this sense, it is important to understand how public managers perceive and position themselves in relation to this policy. Therefore, this work aims to analyze the speeches of public managers in the cities of Varginha, Três Corações, Alfenas and Lavras, on the racial issue and racial quotas in Public Administration. For that, qualitative research was carried out, using semi-structured interviews, analyzed through Critical Discourse Analysis. It was found that managers favorable

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

E-mail: [jessica.bertoli@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:jessica.bertoli@sou.unifal-mg.edu.br)

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-3105-7160>

<sup>3</sup> Mestrando em Administração Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da UNIFAL-MG.

E-mail: [flavio\\_junho@hotmail.com](mailto:flavio_junho@hotmail.com)

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-2566-6816>

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras e docente Adjunto da UNIFAL-MG.

E-mail: [adilio.miranda@unifal-mg.edu.br](mailto:adilio.miranda@unifal-mg.edu.br)

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4229-3337>

<sup>4</sup> Graduada no curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da UNIFAL-MG.

E-mail: [kerolaine.correa@yahoo.com](mailto:kerolaine.correa@yahoo.com)

OrcID: <https://orcid.org/0009-0002-5998-4270>

to quotas recognize the past of exclusion experienced by blacks, while other managers, despite being favorable to quotas, linked them to the social, educational, and economic context experienced, minimizing the role of race as a factor of inequality. On the other hand, the completely opposite speeches understand quotas as an extra benefit for black people, not as a right. In view of the analyses, the need to include discussions on the racial issue in the organizational environment is highlighted to demystify stigmas and promote equal opportunities for all.

**Keywords:** Race relations. Quota law. Public organizations. Discourse analysis.

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto histórico de colonização brasileira promoveu um intenso processo de miscigenação, ao mesmo tempo em que disseminou como princípios culturais e hierárquicos a superioridade do homem europeu. Durante todo o século XIX e início do século XX, a raça era vista como uma justificativa biológica da desigualdade existente (ROSA, 2014). Entretanto, após os acontecimentos da Segunda Guerra mundial, esse conceito foi contestado e se promoveram discussões crescentes sobre raça como construção social.

No cenário brasileiro, a ambiguidade do termo “moreno” e suas variações contribuíram para que os negros de cor mais clara fossem mais facilmente integrados à cultura branca, fato que reduziu a importância das classificações raciais e o seu papel na promoção da desigualdade. Tal estrutura simbólica construída colaborou para a disseminação do mito da democracia racial no país, em meados da década de 1930, fortalecendo a crença da inexistência do racismo e da convivência pacífica entre as raças. No entanto, diferentemente da imagem promovida no exterior, estudos financiados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), na década de 1950, demonstraram a presença de preconceito e discriminação racial que atuavam como impedimento à mobilidade social da população negra brasileira.

Conceição (2009) afirma que, historicamente, os negros<sup>5</sup>, quando comparados a brancos, ocupam as piores posições de trabalho, recebendo salários mais baixos, possuindo cargos menos prestigiados, sendo promovidos com menos frequência e passando maior tempo desempregados. Tal afirmação pode ser corroborada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que entre 2012 e 2020, evidenciaram a desigualdade racial sustentada ao longo dos anos.

---

<sup>5</sup> O termo negro está sendo usado para se referir a pretos e pardos, de acordo com classificação do IBGE.

A Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE, 2016) demonstrou que a população desocupada entre os anos de 2003 e 2015 era composta predominantemente por mulheres pretas e pardas (52,0%) e por homens pretos e pardos (51,2%). Em relação às médias anuais de rendimentos, em 2015, verificou-se que os trabalhadores de cor preta ou parda ganhavam 59,2% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. No contexto mais recente, em 2021, constatou-se que a população ocupada de cor branca ganhava, em média, 73,3% mais do que a de cor preta ou parda, independentemente do nível de instrução. Também se notou que ainda há maior quantidade de pretos e pardos em atividades que apresentam os menores rendimentos médios como serviços domésticos, agropecuária e construção (IBGE, 2021).

De forma similar ao setor privado, dados divulgados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 2014, mostraram que somente 4,0% dos servidores do poder executivo eram pretos e 22,4% pardos, estando a maioria em cargos de nível auxiliar. Em 2018, dentre os servidores públicos que declararam raça/cor, a maioria (60,87%) se considerava branca, apenas 35,61% se consideravam negros, 3,21% amarelos e 0,32% indígenas. Nos níveis mais baixos de escolaridade, havia maior presença de servidores negros e indígenas, que, independentemente do nível de instrução, eram maioria na faixa salarial mais baixa (ENAP, 2018).

Visando modificar esse cenário, a partir da articulação entre vários segmentos da sociedade, em especial, o movimento negro no Brasil, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o legislativo, em 9 de junho de 2014 foi sancionada a Lei Federal 12.990, que reserva aos negros 20,0% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Apesar de a Lei 12.990/2014 não ser aplicada aos estados e municípios, alguns deles já haviam instituído alguma legislação sobre reserva de vagas com critérios raciais na administração pública. Entre eles destacam-se Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, além de 46 prefeituras em todo Brasil (VOLPE; SILVA, 2016). Em 2016, a SEPPIR estimou que cerca de 3.305 pretos e pardos ingressaram no serviço público por meio do sistema de cotas raciais (GOVERNO FEDERAL, 2016).

Nesse contexto, ressalta-se que tão importante quanto a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, é também o estudo sobre as

consequências e os discursos produzidos sobre a adoção de tais políticas nas instituições. Como as organizações são instâncias de produção e reprodução de valores, crenças e ideologias que permeiam a sociedade, é possível que exista rejeição da política de cotas raciais por parte de funcionários e gestores públicos, o que pode ocasionar tensões e conflitos no ambiente de trabalho. Diante dessas implicações, a forma como os gestores percebem e lidam com a política de cotas em concursos é crucial para o êxito da ação afirmativa dentro da instituição.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar os discursos de gestores públicos das cidades mineiras de Varginha, Três Corações, Alfenas e Lavras, sobre a questão racial e as cotas raciais na Administração Pública. Foram realizadas entrevistas para a coleta de dados e a análise se deu por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD).

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco seções, além desta introdução. Na segunda e terceira seções apresentam-se bases teóricas sobre racismo e relações raciais no Brasil e nas organizações públicas, na quarta seção demonstra-se o percurso metodológico utilizado. Na quinta seção expõem-se os resultados e, por fim, na última seção apresentam-se as considerações finais.

## **2 RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL**

Raça é um termo que se atrela à historicidade política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2018). No Brasil, a forma de lidar com o racismo atualmente está intimamente relacionada com os processos de origem e desenvolvimento da nação. No país, os estudos iniciais sobre as relações raciais, ao classificar hierarquicamente os grupos humanos, contribuíram para a legitimação do domínio europeu sobre os outros povos. A miscigenação era vista como negativa para o sucesso de uma nação branca, ora como solução para promover o branqueamento da população (ROSA, 2014). Ambas as teses desqualificavam o negro enquanto parte do povo brasileiro.

Ao longo do desenvolvimento dos estudos sobre as relações raciais no Brasil, segundo Motta (2000), três paradigmas merecem destaque. O primeiro deles, denominado como paradigma da morenidade, está relacionado aos trabalhos de Gilberto Freyre, Marvin Harris e Carl Degler. Segundo esse paradigma, não há preocupação sociológica com a caracterização de tipos intermediários entre branco e preto ou branco e amarelo, pois na sociedade brasileira a tendência é considerar como morenos aqueles que não são

completamente brancos, completamente pretos ou completamente amarelos (FREYRE, 1982). Nesse caso, essa reduzida importância das classificações raciais é o que levaria ao entendimento de que a desigualdade e a subalternidade são determinadas mais por fatores ligados à classe social, à religião e à demografia do que, especificamente, pela raça (ROSA, 2014).

Para o segundo paradigma, relacionado com trabalhos de Florestan Fernandes, o preconceito racial é entendido como resíduo histórico do preconceito de classes, devido à sobrevivência de ideologias e atitudes que decorreram de relações de classe no passado e que ainda existem no presente (MOTTA, 2000). Enquanto os imigrantes europeus e seus descendentes ascenderam à elite socioeconômica na primeira república, os negros e mestiços foram marginalizados (FERNANDES, 2013). Assim, não existiriam relações puramente de raças, mas relações de classe que poderiam assumir a forma de relações de raça devido a resquícios culturais.

Já o terceiro paradigma, por meio de trabalhos de Carlos Hasenbalg, expõe que os brancos se encontram em vantagem educacional, econômica e social em comparação aos não brancos, devido à presença de práticas sutis de discriminação (MOTTA, 2000). Nesse caso, pretos e mestiços possuem as mesmas desvantagens, o que vai contra o paradigma da morenidade e se aproxima das ideias de Fernandes.

Essas principais interpretações do racismo e das relações raciais brasileiras podem ser entendidas, em resumo: do âmbito socioeconômico, em que as classes e não as raças são destinatárias do preconceito; do âmbito em que o preconceito racial é resíduo histórico do preconceito de classes do passado e; o âmbito no qual as disparidades de oportunidades entre brancos e não brancos são elementos centrais para explicar as desigualdades existentes. No entanto, todas essas perspectivas se mesclam e influenciam as percepções construídas na sociedade brasileira.

Pela perspectiva de Freyre (2003), por exemplo, o contexto de miscigenação brasileira contribuiu para que as raças se fundissem em uma comunidade em que a religião se tornou o ponto de encontro entre a cultura do senhor e do negro. Devido a isso, expandiu-se a crença da existência de uma democracia étnica, em que independentemente da cor e da raça, todos os homens teriam ampla oportunidade de se afirmarem brasileiros plenos, havendo a existência de um espírito de fraternidade humana na sociedade brasileira que superaria os preconceitos de raça, cor ou religião (FREYRE, 2015). Nesse

contexto, outro fator marcante das relações raciais no Brasil é o mito da democracia racial, que desvincula a trajetória social dos negros de sua cor:

[...] negros e mulatos agiriam, no Brasil, de tal maneira que sua cor não seria um fator relevante da organização de sua conduta e do entendimento desta. Não que essas pessoas não percebessem qualquer discriminação social, mas esta, quando existente, não seria atribuída à raça e, caso fosse, seria vista como episódica e marginal. Um negro poderia, assim, comportar-se normalmente e seguir, também normalmente, uma determinada trajetória social, sem que sua cor fosse responsabilizada por essa trajetória. Tal “normalidade” seria garantida, obviamente, por um padrão universal de comportamento. Ou seja, um padrão “brasileiro”, mais que “branco” (GUIMARÃES, 2001, p. 129).

De acordo com Guimarães (1999<sup>a</sup>), mal-entendidos criados pelos estudos nas décadas de 1950 e 1960 contribuíram para o surgimento do mito da democracia racial e destaca entre eles: a predominância da ideia de que não existem raças, mas cores; o consenso de que a aparência física e não a origem determinaria a cor do indivíduo; a não existência de discriminação com base na raça ou na cor; a crença de que mulatos e negros mais claros seriam absorvidos e integrados à cultura branca; e o fato de que a hierarquia racial seria apenas resquício da ordem escravocrata em extinção.

Sobre o preconceito racial vivenciado no Brasil, Nogueira (2007) expõe as diferenças em relação ao preconceito racial existente nos Estados Unidos, sendo denominados preconceitos de marca e origem, respectivamente. Segundo o autor, o preconceito de marca se dá em relação à aparência, ou seja, os traços físicos, a fisionomia e os gestos, já o preconceito de origem se dá independente da aparência física, pela suposição de que o indivíduo descende de um determinado grupo.

Dessa forma, Nogueira (2007) diz que, no Brasil, se o indivíduo negro possuir alguma característica que possa contrabalancear a desvantagem de sua cor, como por exemplo, ser inteligente, ter uma boa condição financeira ou um status social, poderá ser mais facilmente absorvido pelo grupo de brancos, situação que não ocorre nos Estados Unidos, pois as restrições impostas aos negros se mantêm independentemente de quaisquer outras características pessoais.

Essas particularidades brasileiras contribuem para que a sociedade condene o “preconceito de cor” como um mal em si; no entanto, mantém-se a liberdade de se preservar certas estruturas discriminatórias e preconceituosas, desde que não tenham um caráter explícito (FERNANDES, 1972). Ao mesclar tons de morenos às características pessoais dos indivíduos, contribui-se para reduzir a legitimação das reivindicações de um

grupo e, conseqüentemente, às condições estruturais que sustentam o racismo na sociedade atual. Nesse sentido, o processo de transformação social, ainda que tenha abolido a escravidão e universalizado a mão de obra livre, não afetou de modo enérgico a estrutura tradicional de acomodação e ordem racial (FERNANDES, 1972).

Diante desse resgate da historicidade e das especificidades das relações raciais no Brasil, destaca-se a importância de compreender as estruturas que sustentam os padrões de desigualdade nos dias atuais, assim como o papel das organizações públicas e ações afirmativas nesse cenário.

### **3 RACISMO, POLÍTICA DE COTAS E AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Entende-se que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, manifestando-se direta ou indiretamente (ALMEIDA, 2018). De modo direto, há um desprezo evidente e declarado contra um grupo racial, enquanto de forma indireta, ignora-se a situação desses grupos e desconsideram-se as diferenças sociais existentes e as estruturas que reforçam essa desigualdade (ALMEIDA, 2018).

Para Van Dijk (2012<sup>a</sup>), o racismo é composto por um subsistema social e um cognitivo. O subsistema social se constitui por práticas sociais de discriminação e abuso de poder por grupos e organizações dominantes, de forma que o discurso construído pelas elites exerce grande influência nas práticas discriminatórias (VAN DIJK, 2012<sup>a</sup>). No subsistema cognitivo, o mesmo autor ressalta que as práticas de racismo possuem uma base mental que consiste em modelos enraizados de preconceitos e ideologias socialmente compartilhadas. A materialização disso é exposta em uma análise realizada por Sampaio, Miranda e Junho (2020), que evidenciou a existência de uma clara hierarquização racial por meio da construção de discursos que atribuem características positivas aos brancos (inteligente, trabalhador, merecedor, limpo) e negativas aos negros (burro, preguiçoso, imoral, sujo).

Esse compartilhamento de modelos mentais que se materializam em comportamentos que sustentam as bases das estruturas sociais pré-existentes, ao permear a sociedade como um todo, funde-se nas relações que se estabelecem nas organizações. Segundo a concepção institucional, entende-se que o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas atua dentro de um sistema dinâmico no qual certos grupos perseguem interesses políticos e econômicos, ainda que isso gere indiretamente desvantagens ou privilégios a certos grupos raciais (ALMEIDA, 2018). Nesse sentido, as

organizações absorvem e reproduzem as condutas e valores do contexto social no qual estão inseridas e questões relacionadas à raça podem ocasionar conflitos internos em função da manutenção das relações de poder existentes (COUTINHO; COSTA; CARVALHO, 2010).

Segundo Conceição (2009), o ambiente organizacional ratifica práticas de racismo indireto já legitimadas pela sociedade. Nas relações de trabalho, o preconceito racial relaciona-se principalmente pela imagem negativa que se constrói sobre as competências e habilidades do negro (SOUZA; DIAS, 2018). Este é o caso de negros que possuem um alto nível acadêmico e profissional, mas enfrentam dificuldades para conseguir melhores posições no trabalho em que já estão inseridos (COSTA; FERREIRA, 2006). Souza e Dias (2018) constataram que, visando neutralizar e superar a cor da pele como elemento de desqualificação profissional, gestores negros utilizaram-se da valorização do empenho e dedicação individual para se sobressaírem em seus cargos. As autoras verificaram que a maioria dos gestores justificou sua trajetória profissional com base em qualificações pessoais, reforçando o discurso da meritocracia.

Esse discurso impera quando se reflete sobre meios de ingresso na administração pública, pois, por meio dos concursos públicos, espera-se realizar processos de seleção que visam maior equidade e impessoalidade na contratação, levando em consideração somente habilidades técnicas e conceituais. Porém, ao considerar que os pontos de partida dos candidatos são diferenciados pelo contexto social no qual estão inseridos, entende-se que por mais que se estabeleçam critérios de impessoalidade e meritocracia, é necessário compreender que as condições de competição dificilmente são iguais (SILVA; SILVA, 2014). Os grupos selecionados geralmente são homogêneos e desconsideram-se as especificidades sociais e raciais do país que interferem no acesso aos estudos e ao mercado de trabalho (EIDT, 2014).

Nesse contexto, para amenizar essas desigualdades, são criadas ações afirmativas com o objetivo de possibilitar o acesso às oportunidades aos grupos historicamente marginalizados. As ações afirmativas raciais visam ser medidas temporárias direcionadas à parcela negra da população brasileira com o intuito de corrigir um passado de exclusão (ESTANISLAU; GOMOR; NAIME, 2015). Desse modo, as diferenças deixariam de ser a origem das desigualdades e se transformariam em fontes de reparação e compensação (GUIMARÃES, 1999<sup>b</sup>).



No entanto, ressalta-se que apenas fomentar o ingresso de negros nas organizações não garante a superação do racismo institucional, sendo necessária a adoção de políticas internas que promovam de modo efetivo a inclusão, participação, equidade e diversidade no ambiente de trabalho. Como exemplos destacam-se a implementação de sistemas de monitoramento da presença de negros na instituição, de sua ascensão e acesso a direitos e benefícios; a incorporação da reserva de vagas em todas as fases dos concursos públicos e; a inclusão da questão racial e a promoção da igualdade por meio de políticas públicas no programa de formação de gestores públicos (VOLPE; SILVA, 2016). Tais observações mostram-se essenciais para que a ação afirmativa seja realmente efetiva, não só colaborando para o ingresso do negro na administração pública, mas também promovendo um ambiente de trabalho saudável e que proporcione possibilidades de aprimoramento e crescimento dentro do contexto organizacional.

#### 4 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores públicos das cidades de Varginha, Três Corações, Alfenas e Lavras. Foram entrevistados quinze gestores públicos de órgãos federais, estaduais e municipais, estando seus perfis expostos no Quadro 1. Visando a anonimização em consonância com o inciso IV do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), o Código escolhido para nomear os entrevistados é representado pela sigla E1, E2, e assim sucessivamente até E15. Também para evitar a identificação dos entrevistados, as idades foram apresentadas em faixas etárias de 10 anos.

**Quadro 1-** Perfil dos gestores públicos entrevistados

Código	Sexo	Cor Autodeclarada	Faixa etária	Tipo de Instituição	Setor
E1	M	Branca	49-59	Municipal	Prefeitura
E2	M	Branca	60 ou mais	Municipal	Secretaria Municipal
E3	F	Branca	27-37	Municipal	Secretaria Municipal
E4	M	Branca	27-37	Municipal	Secretaria Municipal

E5	M	Branca	38-48	Municipal	Secretaria Municipal
E6	M	Branca	60 ou mais	Municipal	Secretaria Municipal
E7	M	Parda	49-59	Estadual	Procuradoria
E8	M	Branca	38-48	Estadual	Superintendência Regional da Fazenda
E9	F	Branca	27-37	Municipal	Procuradoria
E10	M	Branca	38-48	Municipal	Câmara de Vereadores
E11	M	Branca	38-48	Federal	Instituição de ensino superior
E12	F	Branca	49-59	Federal	IBGE
E13	M	Branca	27-37	Federal	IBGE
E14	F	Parda	27-37	Municipal	Câmara de Vereadores
E15	M	Parda	38-48	Federal	Exército

Fonte: Elaborado pelos autores.

Constatou-se que os entrevistados possuem um tempo de trabalho na instituição que varia entre 2 meses e 31 anos, encontram-se na faixa etária de 27 a 61 anos e são em sua maioria homens brancos. Tal fato pode ser justificado pela predominância de homens brancos nesses espaços, como constatou a pesquisa do ENAP (2018) a qual demonstrou que, em 2018, 55,22% dos servidores públicos federais eram homens e 60,87% do total declararam-se brancos.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semiestruturado que é preparado com perguntas centrais, mas que podem ser completadas com outras questões que possam emergir durante a entrevista, sendo “mais adequada quando desejamos que as informações coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz, emergindo, assim, de forma mais livre” (MANZINI, 1991, p. 154).

O roteiro de entrevista foi construído a partir de questões abertas que abordavam as seguintes dimensões: a) perfil sociodemográfico dos entrevistados; b) percepção sobre o ambiente de trabalho, relação entre funcionários e funcionários e chefia; c) percepção sobre presença de negros no setor público e na organização em que trabalha; d) percepção sobre preconceito e discriminação racial na organização em que trabalha, e d) percepção sobre política de cotas raciais em concursos públicos.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas manualmente. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados por meio de uma amostragem não probabilística por conveniência. Os pesquisadores realizaram os primeiros contatos com entrevistados os quais possuíam algum grau de proximidade para, em seguida, ser utilizada a amostragem tipo Bola de Neve, em que um entrevistado indica o outro que possua potencial para contribuir com a pesquisa. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos gestores públicos, pois essa foi uma condição deles para concessão delas.

Utilizou-se a ACD como abordagem teórico-metodológica para análise dos dados coletados. Segundo Van Dijk, Medeiros e Andrade (2013), a expressão “sociocognitiva” é a que mais se adequa para se referir à ACD, abrangendo o triângulo: discurso, cognição e sociedade. Como “discurso” tem-se o evento comunicativo, que pode se dar por meio da fala, da escrita, expressões corporais e imagens; já “cognição” envolve as estruturas mentais, como crenças, avaliações e emoções, e, por fim, a sociedade pode ser entendida como sendo as formas de interações, relações de grupo, instituições e sistemas políticos (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013).

Entende-se que a ACD concentra-se em problemas sociais e questões políticas visando explicar as estruturas do discurso em termos das propriedades de interação e da estrutura social. Dessa forma, os métodos de pesquisa estão sujeitos ao contexto da investigação, como os participantes, o ambiente, os objetivos e os interesses (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013). Assim, ao contribuir para interpretar discursos construídos em meio aos contextos sociais e relações de poder nos quais são construídos destaca-se o potencial de tal abordagem teórico-metodológica para compreender os discursos dos gestores públicos sobre a política de cotas raciais na Administração Pública.

Neste trabalho, os elementos da ACD considerados foram: a) análise lexical, que se refere à maneira como as palavras assumem um sentido dentro de determinado contexto no discurso; b) análise dos elementos implícitos e explícitos, em que os primeiros se referem aos argumentos utilizados pelo narrador, mas que, por motivos quaisquer, não foram claramente apresentados; c) sujeito do discurso, quem ele é, quais são os papéis que exerce; e d) o lugar de enunciação, de onde o sujeito fala. As categorias de análises construídas encontram-se interligadas e se complementam.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 “Difícil de pensar, né?”: discursos sobre a presença de negros no setor público

Nesta seção, discute-se sobre a presença dos negros nas organizações públicas e os cargos comumente ocupados por eles nessas instituições. Por meio das entrevistas, nas organizações públicas pesquisadas, foi constatada a existência de poucos funcionários negros. No entanto, a sub-representação de negros é discursivamente tratada a partir de diversas perspectivas, conforme apresenta-se a seguir:

“pardo tem uns 3, de 60, são **inegavelmente minoria**”<sup>6</sup> (E7, parda).

“**difícil de pensar né, quantos negros tem aqui, vamos colocar uns 5, 6, no prédio inteiro, é muito pouco.** A gente tava discutindo sobre cota e tal, eu falei gente, olha só, aqui no nosso andar, tem 30 pessoas tomando café aqui dentro, quantos negros? 1” (E8, branca).

“pela minha experiência de 2 anos aqui a gente **ainda não teve nenhum negro aqui** na agência” (E13, branca).

“há **poucos negros trabalhando** aqui. Eu entendo que não só nessa instituição [...] mas vamos falar sobre o ponto de vista de percepção geral, você percebe que **não há na gestão pública né, muitos negros, não há**” (E11, branca).

Nos quatro fragmentos, o uso dos léxicos “inegavelmente minoria”, “muito pouco”, “ainda não teve nenhum negro aqui” e “poucos negros trabalhando” revelam a baixa presença de negros nesses espaços. Dois dos trechos acima são de gestores federais, o que enfatiza a necessidade da Lei nº 12.990 para transformar essa realidade da ausência de negros nesses ambientes.

A construção frasal “difícil de pensar né” sugere que, provavelmente, essa seja uma questão pouco pensada ou discutida no contexto da organização em que E8 trabalha, a ponto de expressar a dificuldade de se lembrar quantos negros trabalhavam lá. Já no fragmento de E11, percebe-se a tentativa do entrevistado de justificar a presença de poucos negros na sua instituição, como sendo um padrão comum em todas as demais organizações públicas. Essa justificativa pode ser interpretada como uma maneira de dizer que não há nada de errado na organização onde trabalha, afinal, as outras também são assim.

Uma entrevistada vê como natural a ausência de negros na instituição:

<sup>6</sup> O destaque em negrito foi feito pelos autores para evidenciar os trechos das falas dos entrevistados diretamente relacionados à temática discutida na subseção em questão.

“nós não temos negros trabalhando junto com a gente, **mas não vejo problema nenhum**” (E12, branca).

O uso do operador argumentativo “mas” evidencia o reforço à ideia de que, apesar de reconhecer a não existência de negros trabalhando junto com ela, isso não se caracterizaria como um problema. Segundo Van Dijk (2012) e Almeida (2018), esse é um processo de naturalização, no qual se acredita numa ideia que referenda a baixa ou nenhuma existência de negros em determinados lugares. Nas palavras de Almeida (2018), o racismo, enquanto processo político e histórico, participa da constituição de subjetividades dos indivíduos, portanto, seus afetos e consciência estão relacionados com as práticas sociais, fazendo com que sujeitos não sejam plenamente abalados pela discriminação e, de alguma maneira, vejam como “normal” espaços ocupados majoritariamente ou totalmente por pessoas brancas. Assim, se percebe uma reprodução da estrutura de racismo existente na sociedade e que também se reproduz nas organizações, por meio do racismo institucional.

Outro aspecto importante é o tipo de sujeito do discurso que E12 assume, e seu lugar de enunciação, ou seja, ela fala de um lugar de mulher branca, portanto, não vivencia conflitos raciais. Nesse sentido, é esperado que tenha menos sensibilidade para reconhecer que não ter negros trabalhando junto com ela seria resultado da influência do racismo estrutural existente no país.

Com relação aos cargos que os funcionários negros ocupam, os fragmentos a seguir reforçam a perspectiva da subalternização:

“eu **não tenho aqui um negro numa posição de comando**, eu não tenho. Então, uma parte deles está em situações **subalternas**” (E6, branca).

“auditor fiscal tem, aqui em Varginha, tem praticamente **1 ou 2 só**” (E8, branca).

“os cargos de chefia ou os cargos que exigem nível superior, a quantidade de negros é muito pequena. Você vai ver que aqui tem **muitos negros** em cargos que exigem ensino fundamental, tipo **cargo de limpeza, auxiliar de serviços gerais**” (E9, branca).

Percebe-se que os negros, além de ser minoria, encontram-se em cargos mais baixos não só em organizações federais, mas também municipais. A cor é vista como elemento importante na orientação das relações sociais e de poder em determinados lugares e momentos, sendo o mercado de trabalho um espaço hegemonicamente de

brancos, no qual os negros sofrem maior discriminação e se encontram em desvantagem em relação à estética e ao status (SOUZA; DIAS, 2018).

No entanto, outros gestores tentaram ressaltar que existem negros em posições mais elevadas:

“a **predominância é branca, mas tem sim negros**. [...] tem, **tem negros no alto escalão**. Tem secretário negro, secretário de ação social é negro” (E1, branca).

“tem **um funcionário administrativo e um motorista, mas na advocacia** como um todo tem mais pessoas, eu conheço mais uns **5 ou 6 procuradores negros** que estão em cargos de chefia” (E7, parda).

Nos dois fragmentos os entrevistados utilizaram a expressão “mas”, um operador argumentativo que evidencia que o gestor quer dar foco na segunda parte da sua frase (VAN DIJK, 2011). Nesse sentido, o primeiro fragmento reforça a ideia de que, apesar da existência de maioria branca, existem, sim, negros, assim como no segundo trecho, no qual o entrevistado, apesar de ter relatado que na instituição onde trabalha há poucos negros e os cargos que ocupam são de motorista e de funcionário administrativo, busca justificar que conhece cerca de 5 ou 6 negros em cargos mais altos, o que ainda representa quantidades baixas.

Diante dos trechos apresentados nesta subseção, pode-se notar que, historicamente e socialmente, se construíram lugares e posições esperadas para negros, gerando um sentimento de conformidade e normalidade o fato de negros ocuparem poucas posições de comando e mais posições subalternizadas. Isso acontece por conta do racismo estrutural existente na sociedade e que também se perpetua nas organizações, fazendo com que negros ocupem posições de menor prestígio social e menores salários. Diante disso, as políticas públicas de promoção da igualdade racial demonstram ser necessárias para a inserção de negros nas organizações como também para possibilitar seu crescimento e oportunidade de acesso a cargos mais elevados.

## 5.2 “Não passaram, não se interessaram”: a reprodução da ideologia da meritocracia

Muitos gestores, quando questionados sobre a ausência de negros em seu ambiente de trabalho, argumentaram sobre a forma de ingresso por meio de concurso

público, o que, em tese, seria um processo no qual todos teriam acesso e poderiam participar, inclusive a população negra:

“porque **não fizeram** concurso, **não passaram, não se interessaram**” (E12, branca).

“qualquer um que chegar aqui, **passou num concurso e entrou aqui** a gente vai trabalhar da melhor forma, **vai tentar se adaptar**” (E13, branca).

“se a pessoa é **concurzada, não importa se ele é negro ou o que ele for**, porque ele é concursado e tem o status dele” (E14, parda).

“hoje eles são efetivos. Estão **efetivos por conta do concurso público** né... então não é uma escolha, não é um processo seletivo ou contrato. Eles são efetivos porque **passaram no concurso público**, eles são de carreira” (E4, branca).

Nos trechos os gestores argumentaram que não possuem culpa pela baixa presença de negros na instituição onde trabalham, transferindo a responsabilidade para os próprios negros, os quais, de acordo com a fala de E12 não são concursados por falta de interesse, assim como o gestor E4 coloca que a entrada na instituição é via concurso, o que depende da capacidade dos candidatos. Já no segundo e terceiro trecho os entrevistados colocam o status do concurso como a forma do mérito se impor na instituição, independente de características pessoais. Assim, a justificativa de que o concurso público é um modo de concorrência justo e impessoal, afasta das instituições a responsabilidade sobre a realidade da baixa presença de negros ou sua presença em cargos subalternos, transferindo para os negros a tarefa de se capacitarem e serem aprovados no processo seletivo. Como afirmam Souza e Dias (2018), essa percepção baseada na meritocracia ignora e reduz a importância das condições sociais, emocionais, morais e econômicas que afetam o desempenho individual.

Um gestor reconhece que os negros possuem alguma dificuldade a mais do que os brancos, como demonstra abaixo:

“então, assim, é uma **dificuldade a mais que o negro tem que enfrentar**, mas que é... um **desafio da vida, a gente tem que batalhar** contra, e eu acho a forma como o governo trabalha, de **só poder entrar concursado**, é uma forma bem... bem interessante porque **não existe nenhum tipo de descrição**, a pessoa mais **inteligente**, a pessoa mais... que mais acertou questões, independente de qualquer característica física, ela entra no serviço público, aí os desafios que ela tem lá, infelizmente **é de cada um conseguir superar os desafios** e demonstrar um bom trabalho” (E13, branca).

O entrevistado constrói sua argumentação de forma que reconhece que o negro (o “ele”) teria uma dificuldade “a mais” por conta da cor de sua pele, e ao dizer “é um desafio da vida, a gente tem que batalhar contra”, ele se coloca no coletivo, o “nós”. De acordo com Van Dijk (2011), por meio do discurso, o entendimento da diferenciação entre “nós” e “eles” se faz presente no desenvolvimento do indivíduo, de modo que o “nós” é considerado superior a “eles”. Dessa forma, o entrevistado reconhece a dificuldade “a mais” que “eles” sofrem, porém, se distancia do fato ao se incluir no grupo “nós”. Além disso, o “desafio da vida” é explorado como sendo algo pessoal e não estrutural, deslocando a responsabilidade para o próprio indivíduo.

Percebe-se nos trechos apresentados nesta seção a influência da ideologia da meritocracia na discussão sobre a inserção de negros nas organizações públicas, principalmente por meio de concursos públicos. No entanto, a percepção desses gestores desconsidera as estruturas históricas, sociais, econômicas e culturais construídas na sociedade que influem nas disparidades de oportunidades entre os grupos.

### 5.3 “É uma questão de justiça”, “mas tem aquela coisa”: discursos favoráveis e moderados sobre as cotas raciais

Esta seção buscou analisar os discursos favoráveis e aqueles moderados, porém que apresentam algumas ressalvas sobre as cotas raciais em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal. Os fragmentos a seguir apresentam posicionamentos de concordância em relação às cotas raciais:

“não acho que é um presente, não acho que é um dom, não acho que é um subsídio, eu acho que é uma **questão de justiça**” (E6, branca).

“ah, sou a favor [das cotas]. [...] **não é favor** aos negros, **é uma dívida**” (E1, branca).

“eu acho que tinha que ter muita cota e durante um prazo determinado. Vamos colocar aí, sei lá, talvez 30% das **vagas pra negros, não pobres**, pra negros, e durante, sei lá, 20 anos, pra poder criar uma ideia de inclusão mesmo e a população negra realmente ter acesso a esses concursos em geral” (E8, branca).

“eu acho importante [...] pra tentar **romper um pouco com a situação** que tava instalada, ou seja, que a gente tem aqui, inclusive na instituição como eu já falei, de poucos negros e tentar mudar um pouco, oportunizar, a mudança desse panorama que tá instalado aí” (E10, branca).

“acho que é **positivo**, acho que a gente tem que **igualar os desiguais**” (E3, parda).



Os fragmentos “não é favor aos negros, é uma dívida”, assim como “é uma questão de justiça” evidenciam que os enunciadores entendem que as cotas não são um privilégio, mas sim que os negros vivenciaram um passado de exclusão que interfere na sua situação atual. Na frase “vagas para negros, não pobres” percebe-se a desvinculação de raça com classe social. Verifica-se uma aproximação com as ideias do terceiro paradigma que entende a raça como fator determinante para explicar as desigualdades entre brancos e não brancos. Já no trecho “romper com a situação instalada”, E10 reconhece a necessidade de transformações sociais e estruturais na sociedade, assim como com a utilização do termo “igualar os desiguais” por E3, percebe-se a consciência de que os negros sofrem com a desigualdade na sociedade brasileira e que, por isso, necessitam de ações específicas para diminuí-las. Nesse sentido, o racismo, por fazer parte da estrutura social do país, desde o processo de colonização, em grande medida, estruturaria outras desigualdades sociais.

Outros gestores, apesar de se declararem a favor das cotas, questionaram determinados pontos, como os trechos evidenciam:

“eu sou **a favor das cotas** [...] já que, **a educação**, desde a educação básica do ensino médio, do ensino fundamental, [...] **deixa a desejar** pra equiparar o intelectual de todas as tribos, de todas as raças de todas as esferas, cores, de todas as espécies” (E4, branca).

“**eu até sou a favor** de cotas para negros sim, **mas tem aquela coisa** das pessoas que nascem pobres também, então assim, eu seria mais a favor de uma **cota para os pobres em geral**” (E13, branca).

O primeiro fragmento mantém a concordância sobre cotas raciais, porém, liga a existência dessa ação afirmativa às falhas do ensino público no Brasil. Há um entendimento de que a situação dos negros no mercado de trabalho é diretamente influenciada pela sua posição social e suas oportunidades educacionais, desvinculando a questão da raça como fator determinante da desigualdade. Além disso, apesar de ser a favor das cotas, E4 comenta sobre raça como conceito biológico, observável na seleção lexical “todas as raças de todas as esferas, cores, de todas as espécies” como se a educação fosse para equiparar “raças” ou “espécies” inferiores (SCHWARCZ, 2012). Na fala de E13, ao usar o operador argumentativo “mas” segue com um argumento com restrições especiais, como acontece quando ele diz “mas tem aquela coisa das pessoas que nascem pobres também”. Isso pode ser interpretado como um movimento estratégico de

argumentação que dá menos ênfase na questão racial e mais na questão da desigualdade econômica e social (VAN DIJK, 2012<sup>a</sup>).

#### 5.4 “Beneficiado duas vezes”: discursos contrários às cotas raciais

Nesta subseção buscou-se analisar os discursos contrários às cotas raciais em concursos públicos, como os fragmentos mostram:

“se a gente pede **direitos iguais**... se a gente... se **nós** somos iguais, por que da **diferença da cota** para um negro? Para um deficiente tudo bem, mas **para um negro eu não veria necessidade nenhuma**” (E2, branca).

“a cota racial para dar uma **oportunidade a mais** para algumas pessoas, **mas essas pessoas podem ser pessoas que estão num berço esplêndido**. [...] **todo mundo tem sua chance** aí, eu acho que **deveria dar nem pela questão de cor**, nem sei como é cota, mas **acho que tem cota para ensino público**, é uma coisa que eu concordo, porque aí você está dando uma cota pra quem não teve uma chance de entrar em uma escola particular” (E5, branca).

“o cara já tem a cota pra faculdade então ele, teoricamente, **já tem acesso a educação igualitária** ao branco, então ele **tem condições num concurso público** de competir de igual pra igual, então aí seria **beneficiado duas vezes**, tendo a cota pra faculdade e pro concurso público” (E15, parda).

O gestor E2 argumenta sobre direitos iguais para se posicionar contrário às cotas, remetendo à ideia de que negros e brancos são iguais, logo, a cota seria injusta. Colocar indivíduos como iguais é uma forma de expressão do desconhecimento ou da minimização da importância do passado histórico de exclusão e escravidão vivenciado pelos negros na sociedade. Ao utilizar o termo “diferença da cota” mostra que seu pensamento é de que as cotas raciais são uma forma desigual de tratar os indivíduos, como se colocassem os negros em uma posição de privilégio que prejudica os brancos.

No segundo relato, o principal ponto evidenciado é a reprodução da estrutura do racismo que pode comprometer a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos negros na sociedade. O uso do “a mais” expressa a ideia de que negros já teriam as oportunidades necessárias e, como cotistas, estariam tendo mais oportunidades do que não cotistas. O gestor utiliza termos como “berço esplêndido” para se referir aos negros com melhores condições financeiras em uma tentativa de desqualificar as cotas raciais. Entretanto, apesar de existirem negros nessas condições, eles representam uma parcela muito pequena da população brasileira e não podem ser usados como regra para se avaliar as cotas raciais. Já no último trecho, o entrevistado demonstra sua indignação pelo fato de o

negro obter dois tipos de políticas públicas a seu favor e o uso da expressão “já tem” enfatiza que o negro seria “beneficiado duas vezes”.

Nos relatos apresentados nesta seção nota-se a aceitação de outros tipos de cotas, como para indivíduos que estudaram em escolas públicas e para pessoas com deficiência, de forma que se subestima a realidade da baixa presença de negros nas organizações públicas e minimizam-se as estruturas existentes que sustentam as desigualdades relacionadas à raça.

### 5.5 Cotas raciais em concursos públicos: consequências e impactos

Ao serem questionados sobre as possíveis consequências e impactos das cotas para negros em concursos públicos, alguns gestores se posicionaram:

“no primeiro momento só que **vão gerar um questionamento** [...] alguém vai falar assim, puxa vida eu tirei **nota melhor que fulano e ele vai entrar pela cota, por parte dos candidatos, não por parte dos servidores**, porque os servidores, provavelmente, não vão ficar nem sabendo quem entrou por cota ou não” (E11, branca).

“a partir do momento que você conseguiu ingressar num concurso público e você foi participante de uma cota, uma minoria, **eu não sei até que ponto**, depois, no desenvolvimento de sua carreira profissional, **você vai conseguir igualdade de condições** com aqueles que não ingressaram pelo sistema de cotas. Eu acredito que isso não vai acontecer não, ou seja, **vai acontecer uma discriminação posterior**” (E7, parda).

O trecho “eu tirei nota melhor” se refere aos candidatos do concurso que, buscando imperar a meritocracia, poderiam ver sua vaga como “roubada” pelos candidatos negros. Denota a ideia equivocadamente construída de que candidatos cotistas supostamente seriam aprovados com notas inferiores aos não cotistas. Embora não tenha sido o contexto de concurso público, em um estudo sobre a aprovação de cotistas e não cotistas no vestibular, Vilela *et al.* (2017) constatou que alunos cotistas possuem boas notas e a política de cotas não implica em uma redução da nota média dos ingressantes. Portanto, não se pode afirmar, necessariamente, que a nota de ingresso de cotistas é menor que a dos não cotistas.

Outro entrevistado acredita que as cotas para negros ocasionarão uma discriminação posterior e o cotista não terá as mesmas oportunidades que os funcionários não cotistas. Esse posicionamento está vinculado a necessidade de se promover ações internas nas organizações, assim como as citadas pelo Volpe e Silva (2016), como forma

de promover a inclusão e a igualdade racial no ambiente de trabalho para que o negro também alcance progresso profissional dentro do contexto organizacional.

Outros gestores enfatizam:

“**quem é ignorante** pode pensar assim, nossa, **esses pretos tão com benefício** [...] eu acredito na política de cotas, eu **acho interessante sim**, tipo ter essa política na faculdade, por um lado eu acho que **se alguém ignorante** for ver isso vai pensar que é uma **forma de discriminação**” (E14, parda).

“isso [as cotas] incomoda um pouco, principalmente a **elite do país**, que antigamente não tinha isso, não tinha essa abertura pra eles [...] pela informação que eles passam, **é que os negros estão tomando o espaço deles**, pelo fato de ter cota (E12, branca).

O entrevistado E14 faz o uso de polifonia dentro de seu discurso como os trechos “quem é ignorante pode pensar assim, nossa, esses pretos tão com benefício” e “se alguém ignorante for ver isso vai pensar”. Esse uso de uma voz passiva ou segunda voz possibilita apagar da sentença o agente da ação e o enunciador pode utilizar-se desta estratégia para expressar seu pensamento pela fala de outro personagem (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013). Já o relato de E12 expressa a ideia de que a adoção das cotas para negros é um fator que incomoda a elite do país, que se comporta como a vítima prejudicada por essa ação afirmativa que afeta seus privilégios. Esse argumento ressalta que os lugares pertencentes a cada um na sociedade são naturalizados, nos quais os brancos são pertencentes ao topo da hierarquia dominante, enquanto os negros pertencem a uma classe inferiorizada (VAN DIJK, 2012<sup>b</sup>).

Um dos entrevistados, apesar de dizer não se importar com a cor de seu superior, ao imaginar a possibilidade de possuir como major um negro cotista, expressa a probabilidade de ocorrência de conflitos e desrespeitos:

“[...] hoje em dia não, eu vejo o major lá, **é negro e ele é major e eu não to nem ai** se ele é negro ou branco, mas se acontecesse uma coisa dessas (militares entrando por cota) **no futuro eu veria um major negro que entrou através de cotas**, ai já **perderia o respeito** entendeu, já sofreria uma **discriminação**” (E15, parda).

O entrevistado diz que a cor da pele não faz diferença e sim o modo de ingresso no serviço militar, de forma que demonstrou preconceito ao imaginar a possibilidade de ter como superior um negro cotista, entendendo que o ingresso por cotas não torna o indivíduo merecedor ou capacitado suficientemente. No entanto, é importante ressaltar, como colocam Silva e Silva (2014), que a reserva de vagas para candidatos negros não os

garante a vaga sem nenhum esforço. Ainda se faz necessário o cumprimento de todos os requisitos e que haja a aprovação em todas as fases do concurso e o indivíduo somente será aceito com o cumprimento da nota mínima, de modo que ingressantes por cotas devem ser os que se saíram satisfatoriamente bem para serem aprovados. Além disso, analisa-se que o caminho percorrido pelo negro até alcançar a patente de major do exército seja o mesmo que qualquer outra pessoa pertencente ao grupo da maioria branca, desconsiderando todo o processo histórico e social que compromete a mobilidade social da população negra.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os discursos de gestores públicos das cidades mineiras de Varginha, Três Corações, Alfenas e Lavras, sobre a questão racial e as cotas raciais na Administração Pública. Para isso, utilizou-se da Análise Crítica do Discurso para compreender a relação entre a estrutura social e a estrutura discursiva construída.

Constatou-se a baixa presença de negros nas organizações e emergiram discursos que atestaram a predominância de brancos em cargos altos e negros em cargos subalternizados. Algumas perspectivas naturalizaram este fato e outros discursos tentaram amenizar a situação ao dizer que conhecem alguns negros em posições mais elevadas. Sobre o ingresso de negros nas organizações, a maioria dos gestores justifica que o concurso público favorece a impessoalidade e iguala as oportunidades, ressaltando o discurso da meritocracia e minimizando o racismo estrutural que naturaliza as desigualdades relacionadas à raça.

Os gestores favoráveis às cotas reconhecem o passado de exclusão vivenciado pelos negros e entendem essa ação afirmativa como necessária para reduzir as desigualdades. Outros gestores apresentaram discursos moderados, que favorecem as cotas, porém apresentam ressalvas, as vinculando com o contexto social, educacional e econômico vivenciado pela sociedade como um todo, o que subestima o papel da raça como fator determinante das disparidades de oportunidades existentes. Alguns gestores demonstraram posicionamentos totalmente contrários às cotas raciais, as colocando como privilégio e um “benefício” a mais desnecessário.

Sobre as consequências e impactos das cotas raciais a maioria dos trechos evidenciaram a necessidade de garantir a assistência aos negros que ingressaram por meio

de cotas no setor público, para que possam progredir na carreira e ter o mesmo tratamento e acesso às oportunidades do que os demais funcionários. Tal questão depende da implementação de ações por parte das organizações, promovendo a conscientização da equipe de trabalho, lidando de forma responsável com possíveis conflitos e rompendo com toda e qualquer prática de racismo que possa surgir no ambiente organizacional. Além disso, é imprescindível desmistificar a ideia de que ingressos cotistas são menos capacitados ou menos merecedores das vagas de trabalho, pois passaram por todo o processo seletivo como os demais.

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas dentro do ambiente de trabalho dos gestores, o que pode ter influenciado suas falas, visto que estavam na posição de expressar um discurso institucional. Sugere-se para pesquisas futuras a análise da percepção de gestores federais que possuam funcionários negros ingressos pela política de cotas, visando compreender como as relações têm se construído nesses ambientes.

Por fim, conclui-se que, por meio da percepção dos gestores públicos entrevistados, buscou-se ter uma visão de como a questão racial, especialmente a política de cotas raciais, é tratada (ou não) nessas organizações, já que o entendimento dos gestores sobre tal questão irá influenciar na forma como ela será gerida dentro da instituição. A compreensão do contexto organizacional é fundamental para o direcionamento de políticas públicas adequadas às necessidades das instituições, como, por exemplo, a inclusão da questão racial e políticas públicas de caráter racial em programas de formação de gestores, para que novas perspectivas possam ser vislumbradas, desmistificando qualquer tipo de estigma e proporcionando igualdade de oportunidades para todos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CONCEIÇÃO, Eliane B. A negação da raça nos estudos organizacionais. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2009.
- COSTA, S.; FERREIRA, C. Diversidade e minorias nos estudos organizacionais brasileiros: presença e lacunas na última década. **Encontro de Estudos Organizacionais**, v. 4, 2006.
- COUTINHO, L. R. S.; COSTA, A. M.; CARVALHO, J. L. F. S. Debatendo diversidade de gênero e raça no contexto organizacional brasileiro: lei do mercado ou cotas por lei?. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 1, 2010.

- EIDT, E. B. O sistema de cotas raciais em concursos públicos. **RPGE**, v. 35, n. 74, p. 147, 2014.
- ENAP. **Informe de pessoal**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3215/4/Informe%20de%20Pessoal%20-%20INFOGOV.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- ENAP. **Servidores Públicos Federais: Raça/Cor**. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1700/4/Folder%20servidores%20p%C3%BAblicos%20federais%20ra%C3%A7a-cor%202014.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2022.
- ESTANISLAU, B.; GOMOR, E.; NAIME, J. A inserção dos negros no serviço público federal e as perspectivas de transformação a partir da Lei de Cotas. **Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas**. Brasília: Enap, p. 107-132, 2015.
- FERNANDES, F. **O negro do mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Globo Livros, 2013.
- FREYRE, G. O fator racial na política contemporânea. **Ciência & Trópico**, v. 10, n. 1, 1982.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2003.
- FREYRE, G. **Novo mundo nos trópicos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- GOVERNO FEDERAL. **Cotas no serviço público geraram mais 3 mil vagas em todo o Brasil**. 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_sep/pt-br/noticias/2016/03-marco/cotas-no-servico-publico-geraram-mais-3-mil-vagas-em-todo-o-brasil](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/2016/03-marco/cotas-no-servico-publico-geraram-mais-3-mil-vagas-em-todo-o-brasil). Acesso em: 10 fev. 2022.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 54, 1999a.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999b.
- GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo social**, v. 13, n. 2, 2001.
- IBGE. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2015**, 2016. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/Evolucao\\_Mercado\\_Trabalho/retrospectiva2003\\_2015.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Evolucao_Mercado_Trabalho/retrospectiva2003_2015.pdf). Acesso em: 18 fev. 2021.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1991.
- MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 38, 2000.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, n. 1, 2007.
- ROSA, A. R. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **RAC- Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, 2014.
- SAMPAIO, J. M.; MIRANDA, A. R. A.; JUNHO, F. T. "Estuda e Entra": Uma Análise dos Discursos Contrários às Cotas Raciais em Universidades. **Revista FSA**, v. 17, n. 10, 2020.

- SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. Ed.1. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, T. D.; SILVA, J. M. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013**. Nota técnica, nº 17, 2014.
- SOUZA, A. A.; DIAS, R. C. P. Merit is not for everyone: the perception of black managers about their process of career mobility. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 87, 2018.
- VAN DIJK, T. A. Teaching Ethnic Diversity in Journalism School. **Working Papers Series**, Barcelona, n. 7, 2011.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. Contexto. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.
- VAN DIJK, T. A. **Racismo e Discurso na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012b.
- VAN DIJK, T.A.; MEDEIROS, Breno W. L.; ANDRADE, Maria L. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha D'Água**, v. 26, n. 2, 2013.
- VILELA, L. *et al.* As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos ingressantes? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 28, n. 69, 2017.
- VOLPE, A. P. S.; SILVA, Tatiana D. Reserva de vagas para negros na administração pública. **IPEA**, 2016. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160413\\_relatorio\\_reserva\\_vagas\\_negros\\_adm\\_publica.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160413_relatorio_reserva_vagas_negros_adm_publica.pdf)> Acesso em: 18 fev. 2021.

